



Análise do Desempenho

1T20

Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles, aqui, antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da Administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Índice

Apresentação	8
Destaques	8
Acesso on-line	8
Sumário do Resultado.....	9
1 – Demonstrações Contábeis Resumidas	19
1.1. Balanço Patrimonial Resumido	19
1.2. Demonstração do Resultado com Realocações.....	21
1.2.1. Abertura das Realocações	22
1.2.2. Glossário das Realocações	24
1.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	24
2 – Resultado Financeiro	25
2.1. Margem Financeira Bruta.....	25
2.2. Receita Financeira com Operações de Crédito.....	25
2.3. Despesa Financeira de Captação.....	26
2.4. Despesa Financeira de Captação Institucional.....	27
2.5. Resultado de Tesouraria.....	27
2.6. Análise dos Ativos e Passivos	29
2.6.1. Análise dos Ativos.....	29
2.6.2. Análise dos Passivos	30
2.6.3. Análise Volume e Taxa	31
2.7. Margem Gerencial de Crédito	32
2.8. Exposição Cambial e a Taxas de Juros.....	33
3 – Rendas de Prestação de Serviços	36
4 – Despesas Administrativas	38
4.1. Despesas de Pessoal	38
4.2. Outras Despesas Administrativas	38
4.3. Indicadores.....	39
5 – Outros Componentes do Resultado	41
5.1. Informações de Coligadas e Controladas.....	41
5.2. Outras Receitas e Despesas Operacionais	42
6 – Gestão de Capital	43
6.1. Estrutura de Capital	43
7 – Crédito	49
O Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil	49
7.1. Carteira de Crédito	49
7.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	52
7.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.....	56
7.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios	58
7.1.4. Concentração.....	63
7.2. Qualidade do Crédito	65
7.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física.....	70
7.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.....	73
7.2.3. Carteira de Agronegócios	75
7.2.4. Carteira de Crédito no Exterior	80
7.3. Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos	81
7.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal.....	81
7.3.2. O Processo de Cobrança e Regularização de Créditos.....	81
7.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos.....	81
7.3.4. Eficiência do Processo.....	82
7.3.5. Carteira de Crédito Renegociada	84
8 – Captações	86
8.1. Captações Comerciais e Institucionais	86
8.2. Assessoria em Investimentos	88
9 – Serviços Financeiros	90
9.1. Meios de Pagamento	90
9.1.1. Base de Cartões e Faturamento.....	90
9.1.2. Resultado com Negócios de Cartões	91
9.1.3. Soluções Digitais	92
9.2. Gestão de Recursos de Terceiros	92

9.3. Mercado de Capitais	94
9.4. Seguros, Previdência e Capitalização	98
9.5. Consórcios	98
10 – Outras Informações.....	100
10.1. Ativo e Passivo Atuarial	100
10.1.1. Previ – Plano 1	100
10.1.2. Fundos de Destinação do <i>Superavit</i> Previ (Plano 1).....	102
10.1.3. Cassi	103
10.1.4. Planos de Benefícios - Efeitos no Patrimônio Líquido.....	104
10.2. Atendimento a Clientes	105
10.2.1. Rede de Atendimento	105
10.2.2. Canais Automatizados	106
10.2.3. Investimentos em Tecnologia	107
10.3. Negócios Internacionais.....	108
10.3.1. Banco Patagonia.....	109
Glossário	112

Índice de Tabelas

Tabela 1. Resultado – R\$ milhões.....	10
Tabela 2. Margem Financeira Bruta e Spread.....	11
Tabela 3. Rendas de Prestação de Serviços – R\$ milhões	12
Tabela 4. Cobertura por Segmento – %	15
Tabela 5. Projeções 2020 Suspensas	18
Tabela 6. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo.....	19
Tabela 7. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo	20
Tabela 8. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Trimestral.....	21
Tabela 9. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários	23
Tabela 10. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários.....	24
Tabela 11. Principais Indicadores.....	25
Tabela 12. Composição da Margem Financeira Bruta	25
Tabela 13. Receita Financeira de Operação de Crédito	25
Tabela 14. Composição Sintética dos Ativos.....	26
Tabela 15. Resultado de Captação	26
Tabela 16. Captações vs. Taxa Selic	27
Tabela 17. Despesa de Captação Institucional	27
Tabela 18. Resultado de Tesouraria.....	27
Tabela 19. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários.....	28
Tabela 20. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado	28
Tabela 21. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado	28
Tabela 22. Saldo da Liquidez.....	29
Tabela 23. Despesa de Captação no Mercado Aberto.....	29
Tabela 24. Outros Componentes de Tesouraria.....	29
Tabela 25. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Anual).....	29
Tabela 26. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)	30
Tabela 27. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual).....	30
Tabela 28. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral).....	30
Tabela 29. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral	31
Tabela 30. Margem Global.....	31
Tabela 31. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro.....	31
Tabela 32. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)	32
Tabela 33. Margem Gerencial ¹	32
Tabela 34. Taxa por Carteira ¹	33
Tabela 35. Balanço em Moedas Estrangeiras	33
Tabela 36. Descasamento por Vencimento.....	35
Tabela 37. Rendas de Prestação de Serviços.....	36
Tabela 38. Despesas de Pessoal	38
Tabela 39. Perfil dos Colaboradores	38
Tabela 40. Outras Despesas Administrativas.....	39
Tabela 41. Índices de Cobertura – Ajustados ¹	39
Tabela 42. Índice de Eficiência – Ajustado ¹	39
Tabela 43. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência.....	40
Tabela 44. Resultado Estrutural	40
Tabela 45. Participações Societárias.....	41
Tabela 46. Outras Receitas e Despesas Operacionais.....	42
Tabela 47. Índice de Basileia	45
Tabela 48. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	45
Tabela 49. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD}	46
Tabela 50. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MPAD}	47
Tabela 51. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD}	47
Tabela 52. RWA _{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR.....	48
Tabela 53. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	50
Tabela 54. Carteira de Crédito – Negócios Varejo	50
Tabela 55. Carteira de Crédito – Atacado Pessoa Jurídica.....	50
Tabela 56. Crédito SFN	51
Tabela 57. Carteira de Crédito Pessoa Física	52
Tabela 58. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito	52

Tabela 59. Informações da Carteira de Crédito Consignado	54
Tabela 60. Informações da Carteira de Financiamento Imobiliário	54
Tabela 61. Informações da Carteira de Crédito Pessoal	55
Tabela 62. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica	55
Tabela 63. Informações da Carteira de Financiamentos de Veículos	56
Tabela 64. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	56
Tabela 65. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica	56
Tabela 66. Tempo de Relacionamento dos Clientes MPME	56
Tabela 67. Carteira de Crédito MPME	57
Tabela 68. Câmbio de Exportação e Importação	57
Tabela 69. ACC/ACE	57
Tabela 70. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial	58
Tabela 71. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região	59
Tabela 72. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito	59
Tabela 73. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação	60
Tabela 74. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado	60
Tabela 75. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente	60
Tabela 76. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica	61
Tabela 77. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos	61
Tabela 78. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação	62
Tabela 79. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios	62
Tabela 80. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural	62
Tabela 81. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola	63
Tabela 82. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito Classificada	63
Tabela 83. 100 Maiores Clientes em Relação ao Patrimônio de Referência	64
Tabela 84. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ	64
Tabela 85. INAD +90 por segmento – em % da Carteira de Crédito Classificada Interna	67
Tabela 86. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco	68
Tabela 87. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada	69
Tabela 88. Índices de Atraso da Carteira Classificada	69
Tabela 89. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco	70
Tabela 90. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF	70
Tabela 91. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito	71
Tabela 92. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco	73
Tabela 93. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ	73
Tabela 94. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito	74
Tabela 95. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco	75
Tabela 96. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito	76
Tabela 97. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco	77
Tabela 98. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF	77
Tabela 99. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco	78
Tabela 100. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ	78
Tabela 101. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio	79
Tabela 102. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios	79
Tabela 103. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco	80
Tabela 104. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo ¹	84
Tabela 105. Carteira de Crédito Renegociada – Contratação por Faixa de Atraso	84
Tabela 106. Carteira de Crédito Renegociada por Nível de Risco	85
Tabela 107. Captações Comerciais	86
Tabela 108. Captações Institucionais	87
Tabela 109. Captações Comerciais no Exterior - Modalidade	87
Tabela 110. Captações Comerciais no Exterior - Produto	87
Tabela 111. Fontes e Usos	88
Tabela 112. Emissões Vigentes no Exterior	88
Tabela 113. Base de Cartões – Uso Recorrente ¹	91
Tabela 114. Resultado com Negócios de Cartões	91
Tabela 115. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento	93
Tabela 116. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Classe Anbima	93
Tabela 117. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais	94
Tabela 118. <i>Private Equity</i> – Participação Indireta	97
Tabela 119. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo	99
Tabela 120. Consórcios - <i>Ticket</i> Médio	99
Tabela 121. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média	99

Tabela 122. Composição dos Ativos	102
Tabela 123. Principais Premissas Atuariais ¹	102
Tabela 124. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – Deliberação CVM nº 695/2012.....	102
Tabela 125. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização	103
Tabela 126. Efeitos da Contabilização da Cassi – Deliberação CVM nº 695/2012	104
Tabela 127. Efeito no Patrimônio Líquido – Deliberação CVM nº 695/2012	104
Tabela 128. Rede de Atendimento	105
Tabela 129. Unidades de Atendimento.....	105
Tabela 130. Rede de Agências por Região	105
Tabela 131. Rede de Atendimento no Exterior.....	108
Tabela 132. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais.....	109
Tabela 133. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado	109
Tabela 134. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais	109
Tabela 135. Banco Patagonia – Captações	110
Tabela 136. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado	110
Tabela 137. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito.....	110
Tabela 138. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais.....	111

Índice de Figuras

Figura 1. <i>Spread</i> Gerencial por Segmento ² - %	11
Figura 2. Despesas Administrativas – R\$ milhões	13
Figura 3. Basileia - %.....	13
Figura 4. Carteira Negócios Varejo – R\$ bilhões	14
Figura 5. Atacado Pessoa Jurídica – R\$ bilhões.....	14
Figura 6. Inad +90d – %	14
Figura 7. Cobertura ¹ – %	15
Figura 8. Clientes Nativos Digitais – Milhões	17
Figura 9. Part. Canais Internet + Mobile nas Transações – %.....	17
Figura 10. Participação dos Canais Digitais nas Operações Bancárias– %.....	18
Figura 11. Distribuição das Receitas de Crédito (%)	26
Figura 12. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo).....	28
Figura 13. Distribuição dos Ativos Rentáveis - (%)	31
Figura 14. Evolução da Exposição Cambial em % do PR	34
Figura 15. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (R\$ bilhões).....	34
Figura 16. Evolução do índice de Basileia - %.....	44
Figura 17. Composição do RWA por tipo de risco (%).....	46
Figura 18. Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil	49
Figura 19. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R\$ bilhões	51
Figura 20. Carteira de Crédito Interna BB (por Prazo de Vencimento) - %	52
Figura 21. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC - %.....	53
Figura 22. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %	53
Figura 23. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Crédito Consignado.....	54
Figura 24. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Financiamento de Veículos.....	55
Figura 25. Participação do BB – %.....	58
Figura 26. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %.....	63
Figura 27. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada.....	65
Figura 28. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada	66
Figura 29. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada ¹	66
Figura 30. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	67
Figura 31. <i>New NPL</i> – % da Carteira de Crédito Classificada	67
Figura 32. Despesa Trimestral de PCLD sobre <i>New NPL</i> (Cobertura) - %	68
Figura 33. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito Pessoa Física	71
Figura 34. Despesa Trimestral de PCLD sobre <i>New NPL</i> (Cobertura) - %	71
Figura 35. Safra Anual – Crédito Pessoa Física	72
Figura 36. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	74
Figura 37. Despesa Trimestral de PCLD sobre <i>New NPL</i> (Cobertura) - %	74
Figura 38. Safra Anual – Carteira MPME	75
Figura 39. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito do Agronegócio	76
Figura 40. Despesa Trimestral de PCLD sobre <i>New NPL</i> (Cobertura) - %	76
Figura 41. Canais de Cobrança, Regularização e Recuperação	82
Figura 42. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %.....	82
Figura 43. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas ¹ - %.....	83
Figura 44. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada.....	83
Figura 45. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %.....	83
Figura 46. <i>New NPL</i> – % da Carteira Renegociada.....	85
Figura 47. Participação de Mercado das Captações do BB (R\$ bilhões)	86
Figura 48. Quantidade de Atendimentos - Base 100	89
Figura 49. Ativos sob Gestão ¹ no Segmento Estilo - Base 100	89
Figura 50. Participação GEINV nos Ativos sob Gestão ¹ no Segmento Estilo - %	89
Figura 51. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas ¹	90
Figura 52. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões.....	91
Figura 53. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões.....	92
Figura 54. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões	94
Figura 55. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional	96
Figura 56. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário	97
Figura 57. Ouro – Custódia	98
Figura 58. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas.....	99

Figura 59. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – (%).....	106
Figura 60. Quantidade de Usuários (milhões) – <i>Internet</i> e <i>Mobile</i> ¹	106
Figura 61. Quantidade de Transações (milhões) – <i>Internet</i> ¹ e <i>Mobile</i>	107
Figura 62. Terminais de Autoatendimento	107
Figura 63. Investimentos em Tecnologia (R\$ bilhões).....	108
Figura 64. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões.....	110

Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Ele é destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores e tem periodicidade trimestral. O leitor encontrará tabelas com as séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório, é apresentado um índice com todas as séries históricas, além das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Todos os documentos estão disponíveis no site de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Destaques

No Sumário, apresentamos nossa atuação durante a pandemia do Covid-19 com informações entre 16.03.2020 até 30.04.2020.

Apresentamos também gráficos com nosso desempenho na carteira de crédito Varejo e Atacado.

Acesso on-line

O relatório Análise do Desempenho pode ser acessado no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. No site também são disponibilizadas mais informações sobre a Empresa, como: informações estruturais, governança corporativa e sustentabilidade, fatos relevantes e comunicados ao mercado, apresentações, calendários de eventos, entre outros. Você pode consultar todos os documentos referentes às divulgações na Central de Resultados como baixa-las no Kit Investidor

Banco do Brasil
Relações com Investidores e Sustentabilidade

bb.com.br
bb.com.br/ri

Sumário do Resultado

O Banco do Brasil é protagonista na vida dos brasileiros. “Cuidar do que é valioso para as pessoas” é mais que o nosso propósito, é um norte para as ações de nossos funcionários e para a tomada de decisões. Este papel do BB ganha ainda mais sentido no atual cenário de pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Para isso, temos acompanhado cuidadosamente a evolução da pandemia no Brasil e adotamos diversas medidas preventivas, reafirmando o compromisso com a saúde e com a segurança dos clientes, funcionários, acionistas e outros públicos de interesse. Ao mesmo tempo, temos trabalhado para garantir a prestação de serviços financeiros de qualidade aos clientes e à sociedade.

Nesse momento que atravessamos, com um cenário turbulento e incerto, algumas constatações nos enchem de orgulho. A principal delas é a força e a dedicação dos nossos colaboradores. O compromisso de cada um em manter as agências e os serviços funcionando e os clientes sendo atendidos, presencialmente ou digitalmente.

Seguimos avaliando e monitorando os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando as peculiaridades dos diversos segmentos, setores e linhas de crédito e temos adotado medidas proativas para a gestão do risco e do capital. Estamos trabalhando para preservar a continuidade das nossas operações e a sustentabilidade de longo prazo de nossa empresa e do relacionamento com nossos clientes e com nossos acionistas. A adaptabilidade de nossa cultura organizacional e a nossa sólida governança corporativa têm sido a pedra angular para que a tomada de decisão compreenda uma abordagem integrada em todas as dimensões do nosso negócio.

Somos 92.757 colaboradores trabalhando com muita dedicação para trazer as melhores soluções para nossos diversos públicos de interesse, especialmente nossos clientes. Entendemos que a particularidade do momento exige respostas rápidas e eficientes e estamos prontos para atuar como ponte no enfrentamento do atual cenário. Temos certeza de que juntos superaremos a crise e sairemos dela fortalecidos.

Lucro Líquido Ajustado de R\$ 3,4 bilhões

O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R\$ 3,4 bilhões no 1T20, decréscimo de 20,1% em relação ao 1T19. Em virtude do atual cenário desafiador para todo o sistema, o resultado do trimestre foi impactado pela antecipação prudencial que resultou no reforço de provisões em R\$ 2,04 bilhões, sendo: R\$ 1,17 bilhão no segmento pessoa física, R\$ 824 milhões no segmento pessoa jurídica e R\$ 46 milhões no agronegócio.

A geração de negócios permaneceu forte, evidenciada pelo crescimento de 15,4% do resultado estrutural na comparação com o 1º trimestre do ano passado. O resultado estrutural é composto pelo produto bancário e pelas despesas operacionais totais. Os principais vetores desse resultado foram a resiliência da margem financeira bruta, o incremento nas rendas com prestação de serviços frente ao 1T19 e a redução nas despesas com risco legal.

Tendo em vista a centralidade no cliente neste período visando atender da melhor maneira suas demandas e necessidades, foi preservada a histórica parceria e apoio às pessoas físicas, empresas, ao setor público e ao produtor rural, com ênfase ao uso dos canais digitais como principal forma de atendimento.

Tabela 1. Resultado – R\$ milhões

				Var. %	
	1T19	4T19	1T20	s/1T19	s/4T19
Margem Financeira Bruta	12.744	14.263	14.005	9,9	(1,8)
PCLD Ampliada	(3.391)	(3.525)	(5.539)	63,3	57,1
PCLD - Risco de Crédito	(4.851)	(4.804)	(6.477)	33,5	34,8
PCLD - Recuperação de Crédito	1.725	1.805	1.585	(8,1)	(12,2)
PCLD - Descontos Concedidos	(260)	(287)	(269)	3,4	(6,2)
PCLD - Perdas por Imparidade	(5)	(239)	(378)	-	58,6
Margem Financeira Líquida	9.353	10.738	8.466	(9,5)	(21,2)
Rendas de Tarifas	6.795	7.508	7.067	4,0	(5,9)
Margem de Contribuição	14.976	16.991	14.445	(3,5)	(15,0)
Despesas Administrativas	(7.566)	(8.611)	(7.770)	2,7	(9,8)
Resultado Comercial	7.283	8.256	6.561	(9,9)	(20,5)
Outros Componentes do Resultado	465	(374)	(485)	-	29,9
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	6.034	6.570	5.339	(11,5)	(18,7)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(852)	(868)	(1.157)	35,9	33,3
Participações Estatutárias no Lucro	(544)	(614)	(436)	(19,9)	(29,0)
Lucro Líquido Ajustado	4.247	4.625	3.395	(20,1)	(26,6)
Itens Extraordinários	(242)	1.069	(191)	(21,3)	-
Lucro Líquido	4.005	5.694	3.205	(20,0)	(43,7)
RSPL Mercado - %	16,8	17,7	12,5		
RSPL Ajustado - %	14,8	14,7	10,5		
RSPL Acionista - %	18,3	19,2	13,6		

O cálculo do RSPL anualizado (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) foi realizado utilizando a anualização de forma linear, isto é, a multiplicação do resultado trimestral por quatro. Esta metodologia passou a ser utilizada a partir da publicação do relatório do 1T19.

Margem Financeira Bruta cresce 9,9%

Os principais destaques da MFB no trimestre foram:

I Queda nas receitas de crédito influenciada pela redução da TMS com impacto nas receitas com crédito PF e agronegócio. As receitas de crédito PF também foram influenciadas pela redução nas taxas de juros de operações de cheque especial.

II A redução da despesa financeira de captação foi favorecida pela redução na TMS, além de redução das despesas com depósitos judiciais decorrentes da renegociação de contratos. A taxa básica de juros também influenciou as despesas de captação institucional com destaque para as despesas de letras financeiras;

III O resultado de tesouraria foi influenciado principalmente pela queda na TMS, parcialmente compensado pelo crescimento no resultado de negociações.

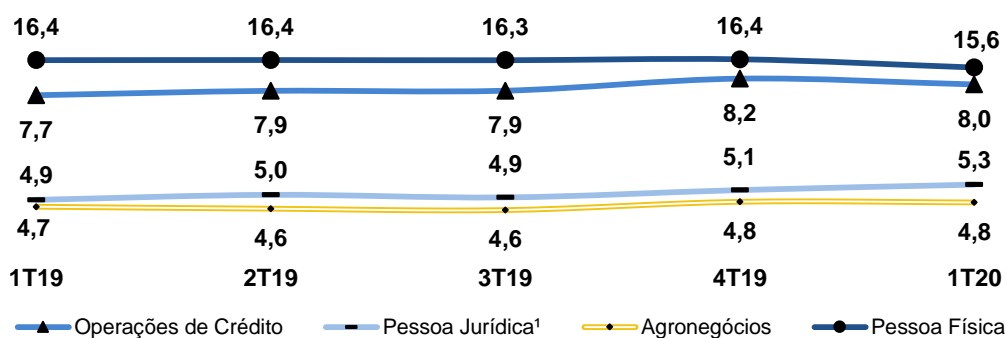
Tabela 2. Margem Financeira Bruta e Spread

R\$ milhões	1T19	4T19	1T20	Var. %	
				s/1T19	s/4T19
Margem Financeira Bruta	12.744	14.263	14.005	9,9	(1,8)
Receita Financeira com Operações de Crédito	18.383	18.175	17.492	(4,8)	(3,8)
Despesa Financeira de Captação	(6.379)	(5.308)	(4.454)	(30,2)	(16,1)
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(2.412)	(2.429)	(2.384)	(1,1)	(1,8)
Resultado de Tesouraria ²	3.151	3.824	3.351	6,3	(12,4)
Spread Global - %³	4,0	4,4	4,2		
Spread Ajustado pelo Risco - %	2,9	3,3	2,5		

(1) Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

(2) Inclui o resultado com juros, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado;

(3) Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Figura 1. Spread Gerencial por Segmento² - %

(1) Não inclui operações com o Governo;

(2) Série histórica revisada no 3T19.

Rendas de Prestação de Serviços

As rendas de prestação de serviços cresceram R\$ 271,9 milhões (4,0%) frente ao 1T19, resultado da especialização de sua rede e ampliação das soluções dos canais digitais. Comparado ao 4T19, retração de R\$ 440,7 milhões (5,9%), influenciada pela sazonalidade e menor quantidade de dias úteis no período.

As receitas de Conta-Corrente aumentaram R\$ 50,4 milhões (3,7%) no 1T20, reflexo da expansão da base de clientes no varejo e tarifas com prestação de serviços de integração a Compe/SPE.

O resultado de Administração de Fundos apresentou crescimento de R\$ 191,5 milhões no trimestre, explicadas principalmente pelo:

a) aumento de R\$ 83,78 milhões, devido à revisão no 1T20 de contrato intragrupo, em que serviços prestados pelo Banco de Investimento passaram a ser efetuados pela BB DTVM. Como consequência, parte das receitas registradas em Rendas de Mercados de Capitais passam a compor a linha de Administração de Fundos;

b) a BB Gestão de Recursos DTVM (BB DTVM) manteve R\$ 1,1 trilhão em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), atingindo 23,5% de participação de mercado. Destaque para a categoria Renda Fixa com captação líquida de R\$ 31,3 bilhões. Apesar da redução dos ativos sob gestão em algumas linhas, a BB DTVM observou elevação de investimentos em fundos de aplicação automática, com perfil de curto prazo, utilizados pelos clientes de todos segmentos para gestão da liquidez e do fluxo de caixa de seus recursos.

Em Seguros, Previdência e Capitalização, crescimento de R\$ 128,7 milhões, em relação ao 1T19, impulsionado pelo volume de vendas e pela remuneração por performance na BB Corretora (R\$ 52,7 milhões no ano). Em relação ao 4T19, queda de R\$ 93,2 milhões (8,8%).

Em Operações de Crédito e Garantias, redução de 13,7% (-R\$ 55,4 milhões) frente ao 1T19 e 20,7% (-R\$ 90,7 milhões) comparado ao 4T19, ambos influenciados pela redução das rendas com concessão de adiantamento a depositante.

As receitas com Consórcios cresceram 19,2%, devido ao aumento de 154,5 mil novas cotas no 1T20, com volume de negócios de R\$ 4,75 bilhões, resultado do foco estratégico e aproveitamento de oportunidade de vendas. As contratações nos canais digitais foram de R\$ 477 milhões em relação ao 4T19.

As rendas do Mercado de Capitais foram de R\$ 84,7 milhões no 1T20 justificado, além da migração de parte das receitas para Administração de Fundos, pelo menor volume de atividade no mercado primário de operações. A redução foi de 43,7% (-R\$ 65,9 milhões) em comparação ao 1T19 e de 69,9% (-R\$ 196,6 milhões) em relação ao 4T19.

Tabela 3. Rendas de Prestação de Serviços – R\$ milhões

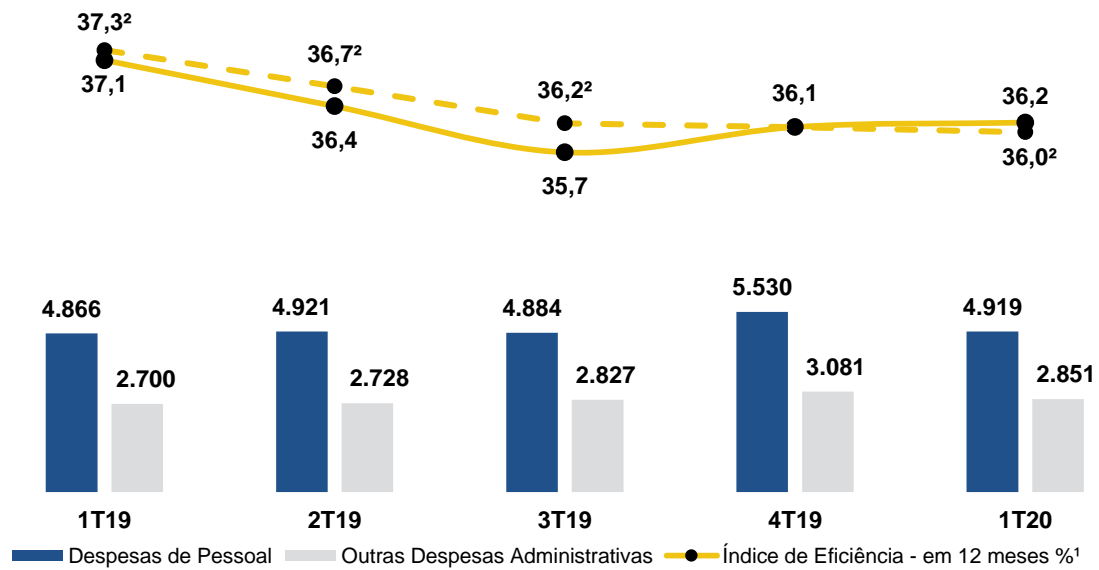
	1T19	4T19	1T20	Var. %	
				s/1T19	s/4T19
Rendas de Tarifas	6.795	7.508	7.067	4,0	(5,9)
Conta Corrente	1.849	2.037	1.917	3,7	(5,9)
Administração de Fundos	1.520	1.528	1.721	13,3	12,6
Seguros, Previdência e Capitalização	841	1.063	970	15,3	(8,8)
Cartão de Crédito/Débito	521	489	485	(6,8)	(0,7)
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	403	438	348	(13,7)	(20,7)
Cobrança	308	344	340	10,4	(1,2)
Consórcio	275	328	328	19,2	(0,0)
Arrecadações	276	274	262	(5,0)	(4,4)
Processamento de Convênios	133	184	167	25,2	(9,3)
De subsidiárias/controladas no Exterior	173	152	162	(6,4)	6,9
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	103	83	100	(3,2)	19,4
Rendas do Mercado de Capitais	151	281	85	(43,7)	(69,9)
Serviços de Comércio Exterior	89	93	85	(4,9)	(8,8)
Outros	154	213	98	(36,6)	(54,1)

Índice de Eficiência de 36,2%

As despesas administrativas aumentaram 2,7% em relação ao 1T19. O índice de eficiência em 12 meses atingiu 36,2% no 1T20, melhora de 90 bps em relação ao 1T19.

O Banco do Brasil busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo controle de suas despesas administrativas e de pessoal. Na comparação com o primeiro trimestre de 2019, destaque para o crescimento de 1,1% das despesas de pessoal que está abaixo do reajuste de 4,31% concedido aos bancários no ACT 2019 e em linha com a inflação acumulada em 12 meses (3,3%).

Figura 2. Despesas Administrativas – R\$ milhões



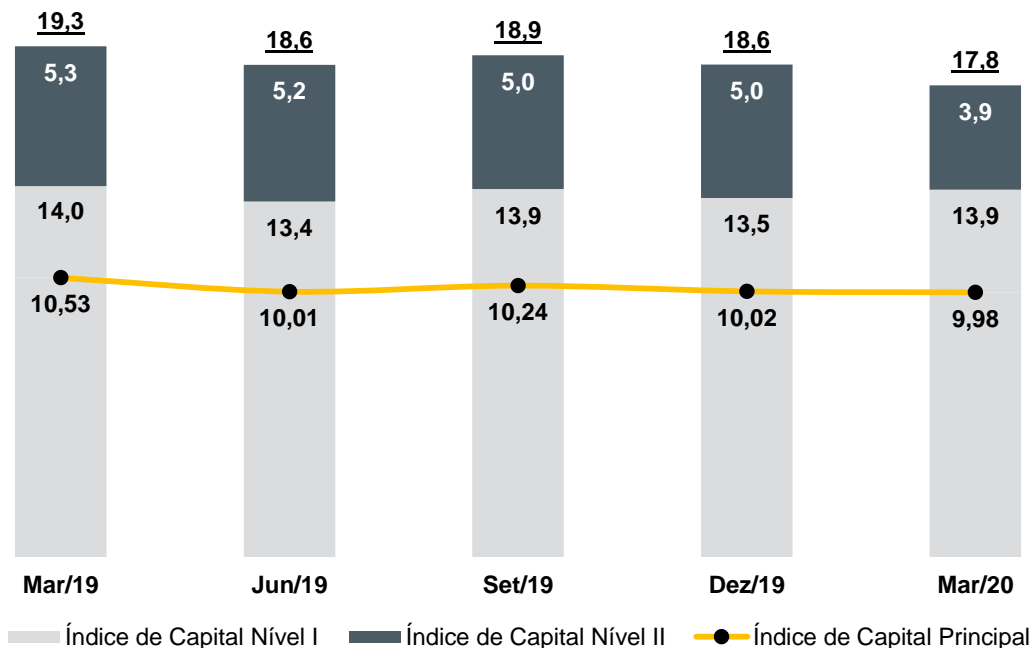
(1) Índice de Eficiência: Despesas Administrativas / Receitas Operacionais. Dados referentes à Demonstração do Resultado com Realocações.
 (2) Índice de Eficiência com a despesa relativa ao acordo com a Cassi apropriada ao longo do ano.

Índice de Basileia de 17,8%

O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos e considera (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

Em março de 2020, o índice de Basileia foi de 17,8% e o índice de capital nível I de 13,9%, sendo 9,98% de capital principal. Seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e o Plano de Capital, para janeiro de 2022, a meta é manter no mínimo 11% de Índice de Capital Principal.

Figura 3. Basileia - %



Crédito

A carteira de crédito totalizou R\$ 619,0 bilhões, alta de 4,2% na comparação com março/19 (+R\$ 24,9 bilhões). A carteira de crédito negócios varejo cresceu 10,5% no mesmo período (+R\$ 26,5 bilhões), fruto do desempenho positivo do segmento PF (+R\$ 19,4 bilhões), com destaque para crédito consignado (+R\$ 11,9 bilhões) e dos negócios com clientes MPME (+R\$ 7,1 bilhões), com destaque para capital de giro (+R\$ 6,3 bilhões).

A carteira rural apresentou desempenho positivo de 2,5% na comparação com mar/19 (+R\$ 4,3 bilhões), totalizando R\$ 173,3 bilhões. Destaque para o investimento agropecuário que cresceu 23,9% (+R\$ 3,6 bilhões).

Figura 4. Carteira Negócios Varejo – R\$ bilhões

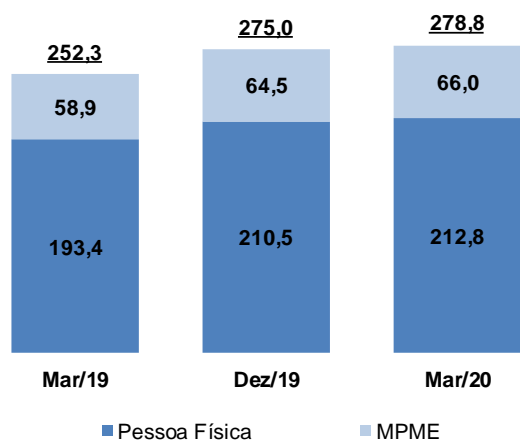
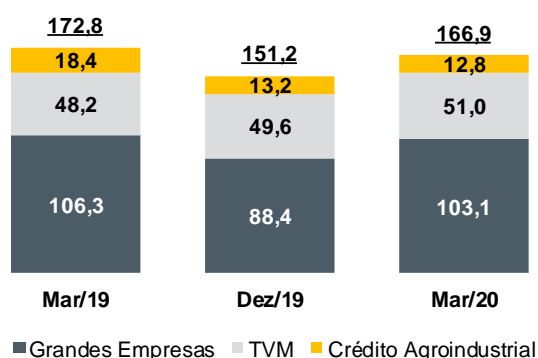


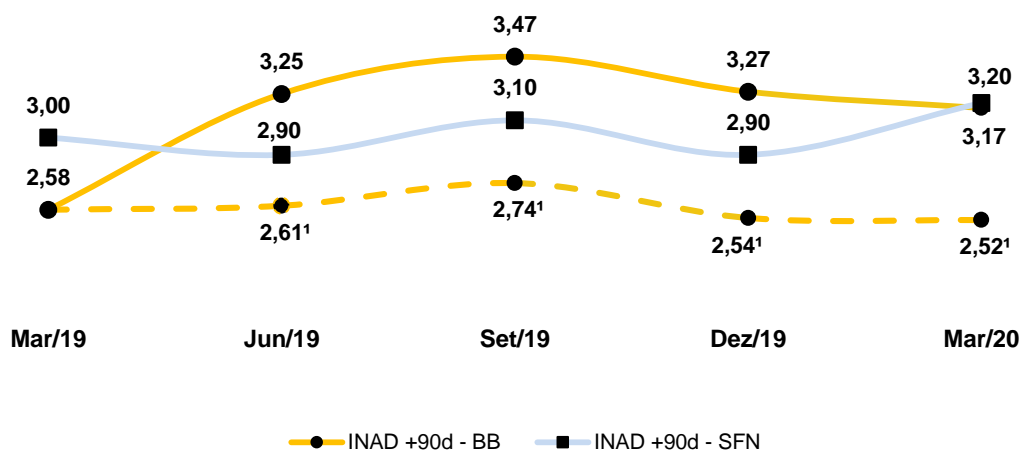
Figura 5. Atacado Pessoa Jurídica – R\$ bilhões



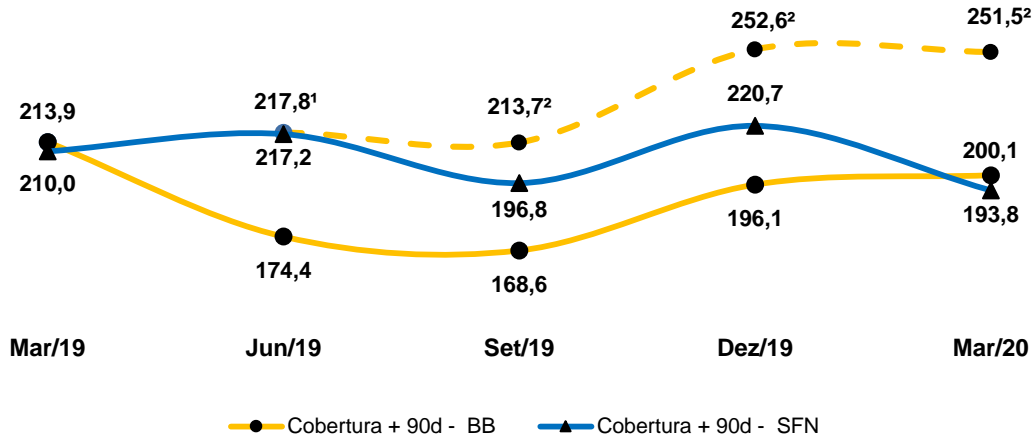
Qualidade do Crédito

O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) mostrou redução frente a dezembro e alcançou 3,17% em março/20. Ao desconsiderar o efeito de caso específico o índice seria de 2,52%.

Figura 6. Inad +90d – %



(1) Simulação excluindo caso específico.

Figura 7. Cobertura¹ – %

(1) Relação entre o saldo total de provisão e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.
 (2) Simulação excluindo caso específico.

O Banco mantém cobertura compatível com o perfil de risco de sua carteira. O índice de cobertura foi de 200,1% em março/20. Ao desconsiderar o efeito de caso específico o índice seria de 251,5%.

Tabela 4. Cobertura por Segmento – %

	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20
Pessoa Física	186,5	184,2	177,8	199,4	199,2
Pessoa Jurídica	247,0	202,3	202,3	261,7	283,8
PJ ex-caso específico	-	240,4	259,5	354,1	372,3
Agronegócio	192,1	113,6	109,5	117,2	114,8
Agro ex-caso específico	-	228,0	210,6	215,9	201,9

Atuação em tempos de pandemia

Os dados a seguir referem-se especificamente ao período compreendido entre 16/03/2020 e 30/04/2020.

O Banco do Brasil, desde o início da pandemia, tomou medidas para garantir o melhor atendimento a todos os clientes, ao mesmo tempo em que preza pela saúde e segurança de seus funcionários. A estratégia digital garantiu a ampliação do atendimento remoto com portfólio completo de serviços.

Crédito

Em linha com nota emitida pela Febraban, e com o objetivo de minimizar os impactos momentâneos do atual cenário de pandemia, foi oferecida aos clientes a possibilidade de repactuar por 60 dias, para empresas, e por até 180 dias, para pessoas físicas, o pagamento de dívidas que vencem nos próximos meses.

Para os clientes que estão em inadimplência, foram anunciadas e promovidas uma série de medidas de apoio e orientação. São pessoas físicas, micro e pequenas empresas, pessoas jurídicas em geral e produtores rurais que passam a contar, dependendo da modalidade, com flexibilização de carências e redução nos percentuais de entrada.

O BB manteve até R\$ 100 bilhões para linhas de crédito voltadas para pessoas físicas (R\$ 24 bilhões), empresas (R\$ 48 bilhões), agronegócio (R\$ 25 bilhões), além de suprimentos na área de saúde por prefeituras e governos (R\$ 3 bilhões). Os recursos visam reforçar as linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro.

Foram registrados mais de R\$ 98 bilhões em desembolso de crédito e prorrogações de operações de crédito. Foram mais de R\$ 46 bilhões em desembolsos de novos recursos (R\$ 4,73 bilhões para pessoas físicas, R\$ 28,9 bilhões para empresas e R\$ 12,5 bilhões ao agronegócio) e mais de R\$ 52,1 bilhões em renovações e prorrogações (R\$ 16,3 bilhões para pessoas físicas e R\$ 34,9 bilhões para empresas e R\$ 970 milhões para ao agronegócio).

Para as MPME, o desembolso de recursos totalizou R\$ 25,8 bilhões, principalmente para linhas de antecipação de recebíveis e de capital de giro, sendo R\$ 3,6 bilhões em crédito novo e R\$ 22,1 bilhões em renovações e prorrogações.

Para as grandes empresas, o desembolso totalizou R\$ 35,5 bilhões. O desembolso para esse segmento foi motivado por aumento na demanda por recursos para capital de giro, por empresas que atuam em setores mais atingidos pela retração da atividade econômica, ou para investimentos, por empresas que buscaram ampliar sua atividade para atender a aumento imediato da demanda.

Para mais informações sobre a atuação do BB em face a pandemia do Coronavírus, leia o Relatório da Administração disponível nas Demonstrações Financeiras do 1T20.

Sociedade e Meio Ambiente

Com o objetivo de gerar valor para os públicos de relacionamento e minimizar eventuais impactos negativos ao meio ambiente e à sociedade, foi inaugurada a primeira usina de energia solar na modalidade de geração distribuída no município de Porteirinha (MG). A usina tem capacidade instalada de 5 megawatts (MW) e irá garantir o fornecimento de energia renovável para 100 agências no estado mineiro, permitindo ao BB economizar R\$ 80 milhões em 12 anos. Com a construção da usina, 1.000 toneladas de dióxido de carbono deixarão de ser emitidas por ano, o que corresponde ao plantio de cerca de sete mil árvores.

Destacam-se ainda as ações adotadas pelo Conglomerado BB para contribuir com o combate aos efeitos da Covid-19: doações à Fundação Banco do Brasil realizadas pela BB Seguros, no valor de R\$ 40 milhões, e pelo banco BV, no valor de R\$ 15 milhões. A doação será destinada para compra de alimentos, produtos de higiene e limpeza e atenderá pessoas em situação de vulnerabilidade social em decorrência da pandemia. A ação também apoia micro e pequenos empreendedores, que serão os principais fornecedores dos insumos, promovendo, assim, um ciclo de solidariedade.

Além disso, o Programa Voluntariado do Banco do Brasil, que consolida os conceitos e pressupostos do voluntariado na cultura organizacional, apoiando e incentivando o envolvimento dos funcionários (da ativa ou aposentados), familiares e amigos para a prestação de serviço voluntário, tem sido fundamental nesse cenário. Já foram arrecadados mais de R\$ 644 mil reais para o combate à pandemia em 16 mil doações. Desde 2004, apoiamos projetos sociais desenvolvidos por voluntários por meio de aporte de recursos financeiros da Fundação Banco do Brasil. Os projetos devem apoiar ações de geração de trabalho, emprego e renda, e de proteção ao meio ambiente.

Fatos Relevantes e Comunicados ao Mercado

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Banco do Brasil comunicou por meio de Fato Relevante em 1 de abril de 2020 que o Conselho de Administração do BB, ao amparo do disposto no art. 1º, caput, da Medida Provisória nº 931/2020, decidiu pelo cancelamento da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária anteriormente agendada para 30 de abril de 2020 e por sua realização em 30 de julho de 2020.

Banco Votorantim

O Banco do Brasil comunicou por meio de Fato Relevante em 13 de março de 2020 que foi protocolada, perante a CVM, solicitação de cancelamento dos pedidos de registro de companhia aberta do Banco Votorantim S.A. ("Banco BV") e da oferta pública de distribuição primária e secundária de seus certificados de depósito de ações ("Units"), consideradas as atuais condições de mercado.

Limitação do dividendo ao mínimo obrigatório

O Banco do Brasil comunicou por meio de Fato Relevante em 07 de abril de 2020 que, em atendimento ao art. 2º da Resolução CMN nº 4.797, de 06 de abril de 2020 (Resolução CMN nº 4.797/20), o dividendo fica limitado ao mínimo obrigatório definido no estatuto social. Em consonância com o art. 48 do Estatuto Social do BB, o dividendo mínimo e obrigatório é equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

Programa Performa

O Banco do Brasil comunicou por meio de Comunicado ao Mercado em 03 de fevereiro de 2020 o lançamento do Programa Performa (Programa): Desempenho e Reconhecimento que visa a valorização do desempenho e o desenvolvimento profissional dos funcionários.

O Programa trouxe um novo modelo de remuneração, premiação e avaliação dos funcionários. A partir do 2º semestre de 2020, o Programa de Desempenho Gratificado terá seu público-alvo estendido para praticamente todos os funcionários do BB. Haverá aumento do percentual de contemplados, bem como dos valores das premiações. A metodologia de avaliação de desempenho foi ajustada, ratificando os indicadores alinhados com a estratégia de centralidade no cliente e reforçando a cultura de alta performance.

Estratégia Digital

A era digital mudou hábitos e comportamentos do consumidor, de modo que o seu grau de exigência aumentou. O cliente agora conta com inúmeras opções, ofertadas por empresas tradicionais e as *startups*, e por isso mesmo, demanda soluções imediatas e uma usabilidade impecável. Donos de um poder sem precedentes, os consumidores demandam diálogo, compromisso e transparência das empresas.

Os investimentos em tecnologia e o foco na transformação digital nos últimos anos se mostraram fundamentais nesse cenário. Estar presente e interligados em todos canais, físicos e digitais, auxilia o atendimento integral das demandas dos clientes. Por isso, o *omnichannel* é fundamental na centralidade do cliente, pois melhora a percepção da presença do BB.

O número de clientes nativos digitais, que começaram o relacionamento com o Banco, através de canais digitais, apresentou crescimento de 67,8% em doze meses e 18,5% no trimestre. Destes clientes, 82,1% tem até 40 anos.

Este crescimento reforça o compromisso do Banco com a ampliação do volume de negócios, com novos clientes (principalmente o público jovem).

Em março/20, as transações realizadas pelos canais de atendimento internet e mobile representaram 84,5% das transações realizadas pelos clientes do Banco do Brasil.

O mobile apresentou 14,8 milhões de usuários recorrentes, que utilizaram o *app* nos últimos 3 meses. Destes usuários, em média, 5,0 milhões acessam o aplicativo diariamente. A pesquisa de satisfação, na qual os clientes são perguntados sobre o seu nível de satisfação neste canal, atingiu 85,1 com avaliação de 4,6 no Google Play e 4,7 na Apple Store.

Os canais digitais (internet e mobile) representaram 49,1% do desembolso em crédito pessoal, 14,5% no crédito consignado, 38,7% das aplicações e resgates nos fundos de investimento e 45,2% na quantidade de operações em serviços (contas, pacotes de serviços, fundos de investimento, cartão, capitalização, seguros e consórcios).

Figura 8. Clientes Nativos Digitais – Milhões

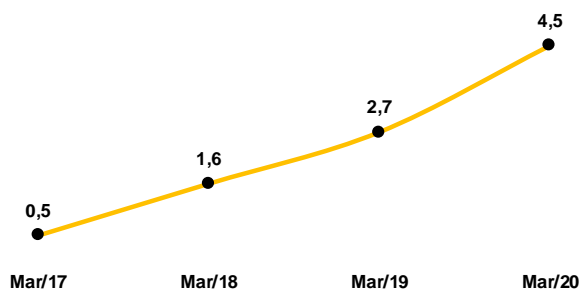


Figura 9. Part. Canais Internet + Mobile nas Transações – %

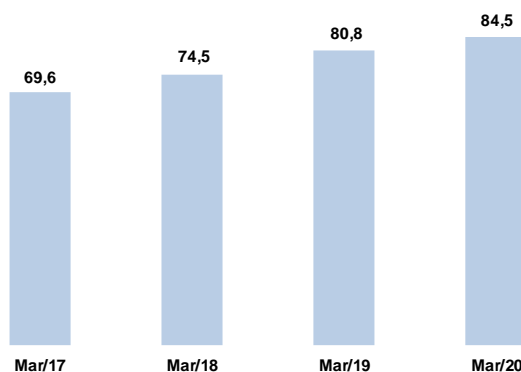


Figura 10. Participação dos Canais Digitais nas Operações Bancárias– %

Projeções Corporativas 2020 estão suspensas

As projeções corporativas para o ano de 2020 foram suspensas em razão do ambiente de alta volatilidade e de incerteza decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que tem exigido atualizações frequentes de cenários e de premissas, dificultando a construção de estimativas acuradas.

Os indicadores foram calculados da seguinte forma:

- I Lucro Líquido Ajustado e Despesa de PCLD Líquida: montantes acumulados nos três primeiros meses de 2020.
- II Margem Financeira Bruta, Rendas de Tarifas e Despesas Administrativas: variação percentual dos três primeiros meses de 2020 em relação aos três primeiros meses de 2019.
- III Carteira de Crédito: variação percentual em março de 2020 em relação a março de 2019.

Tabela 5. Projeções 2020 Suspensas

	Projeções 2020	Observado 1T20
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	18,5 a 20,5	3,4
Margem Financeira Bruta - %	2,0 a 5,0	9,9
Carteira de Crédito ^{1 2} - %	5,5 a 8,5	4,2
Negócios Varejo ³ - %	10,0 a 13,0	10,5
Atacado PJ ⁴ - %	2,0 a 5,0	(3,4)
Rural - %	1,0 a 4,0	2,5
PCLD Ampliada - R\$ bilhões	10,0 a 13,0	5,5
Rendas de prestação de serviços - %	1,0 a 4,0	4,0
Despesas Administrativas - %	2,5 a 4,5	2,7

1 - Carteira doméstica orgânica, adicionada de TVM Privados e Garantias.

2 - Não considera crédito a Governo.

3 - Considera carteira Pessoa Física e segmento MPME, com faturamento anual de até R\$ 200 milhões.

4 - Considera Grandes Empresas com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões e Crédito Agroindustrial.

1 – Demonstrações Contábeis Resumidas

1.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 6. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo

R\$ milhões	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Var. (%) s/	
				Mar/19	Dez/19
ATIVO	1.516.959	1.469.223	1.580.190	4,2	7,6
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.487.083	1.440.460	1.550.956	4,3	7,7
Disponibilidades	17.566	14.188	15.177	(13,6)	7,0
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	515.782	425.477	503.679	(2,3)	18,4
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	151.846	202.942	193.879	27,7	(4,5)
Títulos Disponíveis para Negociação	8.124	5.705	10.394	28,0	82,2
Títulos Disponíveis para Venda	122.104	173.292	153.271	25,5	(11,6)
Títulos Mantidos até o Vencimento	19.752	23.124	24.397	23,5	5,5
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.868	821	5.817	-	-
Relações Interfinanceiras	75.767	74.920	71.948	(5,0)	(4,0)
Depósitos Compulsórios no Banco Central	62.627	65.124	58.135	(7,2)	(10,7)
Não Remunerados	13.827	12.956	13.241	(4,2)	2,2
Remunerados	48.800	52.168	44.895	(8,0)	(13,9)
Demais	13.140	9.796	13.812	5,1	41,0
Relações Interdependências	72	287	27	(62,8)	(90,7)
Empréstimos e Financiamentos	539.010	528.882	560.845	4,1	6,0
(PCLD)	(33.251)	(37.751)	(39.916)	20,0	5,7
Operações de Arrendamento Mercantil	207	188	183	(11,2)	(2,2)
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	213	191	187	(12,1)	(2,1)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(7)	(4)	(4)	(41,3)	2,2
Outros Créditos	186.106	192.665	204.259	9,8	6,0
Créditos por Avais e Fianças Honrados	555	447	353	(36,3)	(21,0)
Carteira de Câmbio	25.064	16.246	26.817	7,0	65,1
Rendas a Receber	3.336	3.674	3.375	1,2	(8,2)
Negociação e Intermediação de Valores	1.022	1.009	2.047	100,3	102,8
Créditos Específicos	393	393	393	0,0	-
Crédito Tributário	39.010	59.463	62.119	59,2	4,5
Ativo Atuarial (Previ Plano 1)	3.776	(8.232)	(8.043)	-	(2,3)
Fundos de Destinação Superávit - Previ	9.643	9.572	9.598	(0,5)	0,3
Devedores por Depósitos em Garantia	56.141	52.630	52.781	(6,0)	0,3
Diversos	51.178	61.702	59.242	15,8	(4,0)
(Provisão para Outros Créditos)	(4.011)	(4.240)	(4.422)	10,3	4,3
(Com Característica de Concessão de Crédito)	(1.472)	(2.045)	(2.090)	42,0	2,2
(Sem Característica de Concessão de Crédito)	(2.538)	(2.195)	(2.331)	(8,2)	6,2
Outros Valores e Bens	726	912	959	32,1	5,2
Bens Não de Uso Próprio e Materiais em Estoque	582	760	785	35,0	3,3
(Provisão para Desvalorizações)	(162)	(157)	(157)	(3,1)	(0,0)
Despesas Antecipadas	306	309	331	8,0	7,1
Permanente	29.876	28.763	29.235	(2,1)	1,6
Investimentos	16.822	14.959	14.934	(11,2)	(0,2)
Imobilizado de Uso	7.578	7.883	7.720	1,9	(2,1)
Intangível	5.477	5.921	6.581	20,1	11,1

Tabela 7. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo

R\$ milhões	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Var. (%) s/	
				Mar/19	Dez/19
PASSIVO	1.516.959	1.469.223	1.580.190	4,2	7,6
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.411.510	1.360.565	1.467.783	4,0	7,9
Depósitos	500.510	514.131	531.136	6,1	3,3
Depósitos à Vista	66.426	71.067	72.142	8,6	1,5
Depósitos de Poupança	174.156	180.943	181.648	4,3	0,4
Depósitos Interfinanceiros	33.760	29.128	34.713	2,8	19,2
Depósitos a Prazo	226.168	232.993	242.634	7,3	4,1
Captações no Mercado Aberto	482.776	404.355	487.398	1,0	20,5
Operações Compromissadas com Títulos Privados	16.251	12.958	11.324	(30,3)	(12,6)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	129.886	129.651	125.339	(3,5)	(3,3)
Letras de Crédito do Agronegócio	81.960	75.882	72.835	(11,1)	(4,0)
Letras de Crédito Imobiliário	15.836	16.993	14.641	(7,5)	(13,8)
Demais Letras Bancárias	5.784	5.303	737	(87,3)	(86,1)
Obrigações por TVM no Exterior	26.306	31.474	37.125	41,1	18,0
Relações Interfinanceiras	2.525	1	2.257	(10,6)	-
Relações Interdependências	2.284	2.972	2.465	7,9	(17,1)
Obrigações por Empréstimos	19.247	17.967	19.080	(0,9)	6,2
Obrigações por Repasses	65.238	60.909	58.998	(9,6)	(3,1)
Tesouro Nacional	115	167	175	52,3	4,7
BNDES	20.507	17.839	17.136	(16,4)	(3,9)
Caixa Econômica Federal	29.780	30.937	30.499	2,4	(1,4)
Finame	14.535	11.932	11.178	(23,1)	(6,3)
Outras Instituições	301	34	10	(96,6)	(70,2)
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.573	962	4.809	-	-
Outras Obrigações	207.472	229.618	236.303	13,9	2,9
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.942	449	4.293	(13,1)	-
Carteira de Câmbio	21.924	19.925	21.331	(2,7)	7,1
Sociais e Estatutárias	1.738	4.790	1.409	(18,9)	(70,6)
Fiscais e Previdenciárias	10.467	12.571	11.612	10,9	(7,6)
Negociação e Intermediação de Valores	1.239	1.200	1.115	(10,0)	(7,1)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	15.433	17.013	21.656	40,3	27,3
Dívida Subordinada	75.527	76.680	84.753	12,2	10,5
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	4.687	4.527	5.978	27,5	32,0
Títulos Subordinados	49.895	50.487	50.832	1,9	0,7
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	20.945	21.665	27.943	33,4	29,0
Passivo Atuarial (Cassi)	9.234	13.073	10.594	14,7	(19,0)
Diversas	66.969	83.918	79.540	18,8	(5,2)
Resultados de Exercícios Futuros	379	92	92	(75,8)	(0,8)
Patrimônio Líquido	105.070	108.565	112.315	6,9	3,5
Capital	67.000	67.000	67.000	-	-
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100	8.100	8.100	-	-
Reservas de Capital	15	1.366	1.390	-	1,7
Reservas de Reavaliação	2	2	2	(3,2)	(0,8)
Reservas de Lucros	41.049	53.815	53.291	29,8	(1,0)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(15.996)	(23.282)	(22.672)	41,7	(2,6)
Planos de Benefícios	(14.086)	(22.163)	(20.350)	44,5	(8,2)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	3.921	-	3.189	(18,7)	-
(Ações em Tesouraria)	(1.790)	(340)	(305)	(82,9)	(10,1)
Participações Minoritárias nas Controladas	2.768	1.904	2.320	(16,2)	21,9

1.2. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 8. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Margem Financeira Bruta (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (10) (11) (12) (16) (17) (24)	12.744	14.263	14.005	9,9	(1,8)
PCLD Ampliada	(3.391)	(3.525)	(5.539)	63,3	57,1
PCLD - Risco de Crédito (18) (31)	(4.851)	(4.804)	(6.477)	33,5	34,8
PCLD - Recuperação de Crédito (8)	1.725	1.805	1.585	(8,1)	(12,2)
PCLD - Descontos Concedidos (9)	(260)	(287)	(269)	3,4	(6,2)
PCLD - Imparidade (10) (11) (12)	(5)	(239)	(378)	-	58,6
Margem Financeira Líquida	9.353	10.738	8.466	(9,5)	(21,2)
Rendas de Tarifas	6.795	7.508	7.067	4,0	(5,9)
Receitas de Prestação de Serviços	4.160	4.702	4.457	7,1	(5,2)
Rendas de Tarifas Bancárias	2.635	2.806	2.610	(0,9)	(7,0)
Despesas Tributárias s/ Faturamento (5) (21)	(1.172)	(1.255)	(1.088)	(7,1)	(13,3)
Margem de Contribuição	14.976	16.991	14.445	(3,5)	(15,0)
Despesas Administrativas	(7.566)	(8.611)	(7.770)	2,7	(9,8)
Despesas de Pessoal (23)	(4.866)	(5.530)	(4.919)	1,1	(11,0)
Outras Despesas Administrativas (19) (20)	(2.700)	(3.081)	(2.851)	5,6	(7,5)
Outras Despesas Tributárias (21)	(128)	(124)	(114)	(10,7)	(8,3)
Resultado Comercial	7.283	8.256	6.561	(9,9)	(20,5)
Risco Legal	(1.792)	(1.336)	(784)	(56,3)	(41,3)
Demandas Cíveis (22) (25) (27)	(1.411)	(584)	(441)	(68,8)	(24,6)
Demandas Trabalhistas (23) (28)	(381)	(752)	(343)	(9,9)	(54,4)
Outros Componentes do Resultado	465	(374)	(485)	-	29,9
Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto	1.020	982	669	(34,4)	(31,9)
Resultado de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(555)	(1.356)	(1.154)	108,1	(14,9)
Outras Receitas Operacionais (3) (13) (15)	1.868	1.588	1.461	(21,8)	(8,0)
Previ - Plano de Benefícios 1 (13) (14)	86	(61)	(140)	-	129,5
Previ - Atualização de Fundo Utilização (15)	276	292	163	(41,0)	(44,1)
Outras Despesas Operacionais (2) (9) (14) (16) (17) (18) (19) (20) (22) (26)	(2.786)	(3.175)	(2.639)	(5,3)	(16,9)
Resultado Operacional	5.956	6.546	5.292	(11,1)	(19,2)
Resultado Não Operacional	78	24	47	(39,5)	96,5
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	6.034	6.570	5.339	(11,5)	(18,7)
IR e CSLL (6) (29) (30) (32)	(852)	(868)	(1.157)	35,9	33,3
Benefício Fiscal de JCP	636	698	401	(37,0)	(42,5)
Participações Estatutárias no Lucro (33)	(544)	(614)	(436)	(19,9)	(29,0)
Participações Minoritárias	(390)	(462)	(350)	(10,3)	(24,2)
Lucro Líquido Ajustado	4.247	4.625	3.395	(20,1)	(26,6)
Itens Extraordinários	(242)	1.069	(191)		
Planos Econômicos (24) (25)	(464)	(1.270)	(350)		
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (26) (27) (28) (29)	20	(2.195)	1		
Crédito Tributário s/ CSLL (30)	-	4.973	-		
PCLD Prudencial Extraordinária (31)	-	(2.934)	-		
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários (32) (33)	201	2.495	158		
Lucro Líquido	4.005	5.694	3.205	(20,0)	(43,7)

Cada índice apresentado nas linhas da tabela acima corresponde ao item do evento na tabela "Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários".

1.2.1. Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na DRE Societária para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm por objetivo:

- a) segregare os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b) alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, na busca de informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal, foi necessário:
 - I. integrar na MFB as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em Outras Receitas Operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de Outros Créditos do Balanço Patrimonial;
 - II. identificar em item específico na MFB o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;
 - III. manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram originalmente contabilizados em Outras Receitas Operacionais e/ou Outras Despesas Operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
 - IV. integrar na MFB todas as despesas de captação relativas à emissão de Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD).
- d) destacar os efeitos relacionados ao custo do crédito em PCLD Ampliada. Para tal, foi necessário integrar (em itens específicos dentro da PCLD Ampliada):
 - I. as despesas contabilizadas em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
 - II. as receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo, originalmente contabilizadas em Operações de Crédito;
 - III. as perdas permanentes de ativos financeiros, os ganhos (perdas) na alienação e/ou transferência de ativos financeiros e os ganhos (perdas) na alienação de bens arrendados, originalmente contabilizadas, respectivamente, em Resultado de Operações com TVM, Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e Operações de arrendamento mercantil; e
 - IV. as despesas de descontos concedidos em renegociação, originalmente contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

A seguir apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período.

Tabela 9. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários

R\$ milhões			Fluxo Trimestral			
Item	De	Para	Evento	1T19	4T19	1T20
1	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.*	Operações de Crédito*	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	135,1	97,6	78,4
2	Outras Despesas Operacionais	Operações de Crédito*	Compensação de Receita de Agente Financeiro	0,7	-	-
3	Outras Receitas Operacionais	Resultado de Operações com TVM*	Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,8	0,9	0,8
4	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses *	Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior*	Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior	57,1	(330,7)	4.049,5
5	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Hedge Fiscal*	Hedge Fiscal	2,8	(16,1)	197,5
6	IR e CSLL	Hedge Fiscal*	Hedge Fiscal	39,9	(231,2)	3.227,3
7	Operações de Captação no Mercado*	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses *	Despesas de Atualização - Fundos e Programas	(111,8)	(93,4)	(81,2)
8	Operações de Crédito*	PCLD - Recuperação de Crédito	PCLD Ampliada	1.725,1	1.804,8	1.585,2
9	Outras Despesas Operacionais	PCLD - Descontos Concedidos	PCLD Ampliada	(260,2)	(286,9)	(268,9)
10	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.*	PCLD - Imparidade	PCLD Ampliada	-	(18,7)	-
11	Operações de Arrendamento Mercantil*	PCLD - Imparidade	PCLD Ampliada	(0,0)	(0,0)	(0,0)
12	Resultado de Operações com TVM*	PCLD - Imparidade	PCLD Ampliada	(4,5)	(219,9)	(378,5)
13	Outras Receitas Operacionais	Previ - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	86,2	-	-
14	Outras Despesas Operacionais	Previ - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	-	(61,0)	(140,1)
15	Outras Receitas Operacionais	Previ - Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	276,3	291,7	163,1
16	Resultado de Operações com TVM*	Outras Despesas Operacionais	Reversão de Provisões Operacionais	4,0	3,4	0,5
17	Resultado de Aplicações Compulsórias*	Outras Despesas Operacionais	Reavaliação de Cessão de Direitos Creditórios	-	349,8	-
18	PCLD - Risco de Crédito	Outras Despesas Operacionais	PCLD sem Característica de Intermediação Financeira	(114,1)	(41,4)	(123,7)
19	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização de Ágio	(54,3)	(50,5)	(7,0)
20	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Verba de Relacionamento Negocial	(333,2)	(281,7)	(355,2)
21	Outras Despesas Tributárias	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.169,3)	(1.271,6)	(890,9)
22	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Despesas de Demandas Cíveis	(1.377,8)	(2.062,6)	(456,3)
23	Despesas de Pessoal	Demandas Trabalhistas	Provisão para Demandas Trabalhistas	(378,6)	(805,7)	(342,9)
24	Operações de Captação no Mercado*	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(479,5)	(1.397,1)	(333,4)
25	Demandas Cíveis	Planos Econômicos	Planos Econômicos	15,7	127,0	(16,7)
26	Outras Despesas Operacionais	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	-	(553,1)	-
27	Demandas Cíveis	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	18,0	(1.605,6)	1,0
28	Demandas Trabalhistas	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	2,2	(53,7)	0,1
29	IR e CSLL	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	-	17,4	-
30	IR e CSLL	Crédito Tributário s/ CSLL	Créditos Tributários - Diferencial de Alíquota de CSLL	-	4.973,4	-
31	PCLD - Risco de Crédito	PCLD Prudencial Extraordinária	PCLD Prudencial Extraordinária	-	(2.934,4)	-
32	IR e CSLL	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	173,2	2.614,8	136,9
33	Participações Estatutárias no Lucro	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	28,0	(120,2)	21,5

* - Contas que compõem a Margem Financeira Bruta (MFB). Informações adicionais no Capítulo 2.

1.2.2. Glossário das Realocações

- (1) Receitas (despesas) geradas em operações de cessão de ativos financeiros com coobrigação.
- (2) Compensação parcial de receita de agente financeiro em operações de crédito cuja liquidação ocorra antes do prazo contratado.
- (3) Receitas de aplicações financeiras de empresas não financeiras.
- (4) Receitas (despesas) das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.
- (5) e (6) Efeitos de impostos incidentes sobre *hedge* para investimentos no exterior.
- (7) Despesas de captação em fundos e programas.
- (8), (9), (10), (11) e (12) Receitas (despesas) relacionadas ao custo do crédito contabilizadas em recuperação de créditos baixados como prejuízo, descontos concedidos em renegociação, perdas permanentes de ativos financeiros, alienação e/ou transferência de ativos financeiros e alienação de bens arrendados.
- (13) e (14) Receitas (despesas) financeiras da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.
- (15) Receitas financeiras de atualização do Fundo Utilização da Previ.
- (16) Reversão de provisão para perdas em participações societárias.
- (17) Reavaliação de cessão de direitos creditórios do BNC.
- (18) Reversão ou despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.
- (19) Despesas de amortização de ágio de investimentos e intangível.
- (20) Amortização de aquisição de folha de pagamento.
- (21) Despesas tributárias realocadas para compor a margem de contribuição.
- (22) Reversão ou despesas provenientes de demandas cíveis.
- (23) Provisão para despesas provenientes de demandas trabalhistas.
- (24) e (25) Despesas com provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos.
- (26), (27), (28) e (29) Provisão extraordinária com demandas contingentes.
- (30) Ativação de crédito tributário em decorrência da majoração da alíquota de CSLL, de 15% para 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103 de novembro de 2019.
- (31) Reforço prudencial extraordinário de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).
- (32) e (33) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre a apuração de participações nos lucros e resultados (PLR) e a unificação dos efeitos desses itens sobre o imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

1.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

A tabela a seguir demonstra isoladamente os efeitos fiscais e de participação nos lucros e resultados ocorridos em cada item extraordinário.

Tabela 10. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral		
	1T19	4T19	1T20
Planos Econômicos	210	556	159
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(9)	968	(0)
Crédito Tributário s/ CSLL	-	(314)	-
PCLD Prudencial Extraordinária	-	1.285	-
Total	201	2.495	158

2 – Resultado Financeiro

Neste capítulo serão discutidos os principais componentes do resultado financeiro do Banco do Brasil.

2.1. Margem Financeira Bruta

A seguir apresentamos os principais indicadores econômicos que influenciam a performance da Margem Financeira Bruta (MFB).

Tabela 11. Principais Indicadores

%	Taxa			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
CDI	1,51	1,24	1,01	(33,1)	(18,3)
TMS	1,51	1,24	1,01	(33,1)	(18,3)
TJLP	1,77	1,40	1,28	(27,7)	(8,7)
Câmbio (US\$)	3,90	4,03	5,20	33,4	29,0
Dias úteis	61	64	62		
Dias corridos	90	92	91		

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 12. Composição da Margem Financeira Bruta

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Margem Financeira Bruta	12.744	14.263	14.005	9,9	(1,8)
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	18.383	18.175	17.492	(4,8)	(3,8)
Despesa Financeira de Captação	(6.379)	(5.308)	(4.454)	(30,2)	(16,1)
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(2.412)	(2.429)	(2.384)	(1,1)	(1,8)
Resultado de Tesouraria ²	3.151	3.824	3.351	6,3	(12,4)

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

2 - Inclui o resultado com juros, *hedge* fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

Os principais destaques da MFB no trimestre foram:

- I Queda nas receitas de crédito influenciada pela redução da TMS com impacto nas receitas com crédito PF e agronegócio. As receitas de crédito PF também foram influenciadas pela redução nas taxas de juros de operações de cheque especial.
- II A redução da despesa financeira de captação foi favorecida pela redução na TMS, além de redução das despesas com depósitos judiciais decorrentes da renegociação de contratos. A taxa básica de juros também influenciou as despesas de captação institucional com destaque para as despesas de letras financeiras;
- III O resultado de tesouraria foi influenciado principalmente pela queda na TMS, parcialmente compensado pelo crescimento no resultado de negociações.

2.2. Receita Financeira com Operações de Crédito

Tabela 13. Receita Financeira de Operação de Crédito

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	18.383	18.175	17.492	(4,8)	(3,8)
Operações de Crédito - PF	9.377	9.803	9.560	1,9	(2,5)
Operações de Crédito - PJ	4.186	3.745	3.777	(9,8)	0,8
Operações de Crédito - Agronegócio	3.729	3.506	3.226	(13,5)	(8,0)
Receita de Equalização	834	628	512	(38,6)	(18,5)
Operações de Crédito - Rede Externa	764	798	659	(13,7)	(17,5)
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Financeiros	135	98	78	(41,9)	(19,6)
Demais Operações de Crédito	181	217	185	2,3	(14,5)
Operações de Arrendamento Mercantil	12	9	8	(37,5)	(9,1)

As receitas de operações de Crédito PF apresentaram queda no trimestre, afetadas principalmente pela redução nas receitas com cheque especial em função da entrada em vigor da Resolução nº 4.765/19, parcialmente compensadas pela evolução da carteira de crédito pessoal e consignado, cujos saldos subiram 8,9% e 4,1%, respectivamente. No comparativo anual, as receitas de operações de

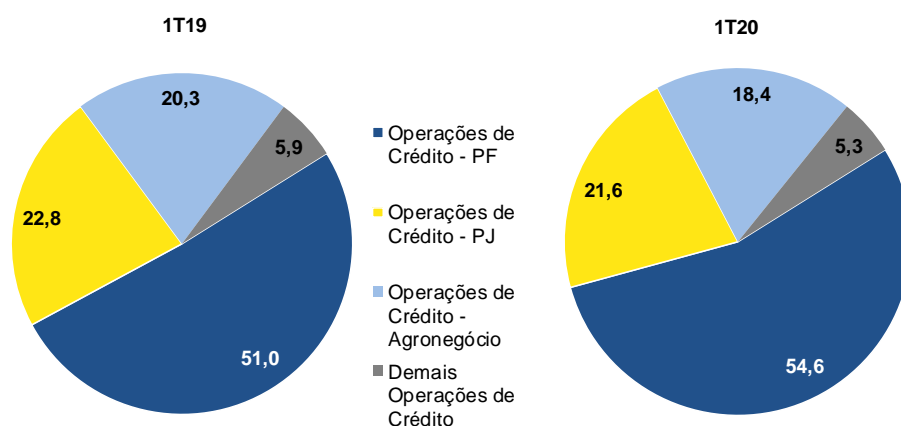
crédito PF cresceram impulsionadas, principalmente, pelo crescimento da carteira de empréstimo pessoal, que avançou 36,0% no período e contribuiu para o crescimento de 1,9% nas receitas, fruto da estratégia de expansão da carteira em linhas não consignadas.

O crescimento no saldo da carteira PJ no trimestre, principalmente nas linhas de capital de giro, contribuiu para o crescimento das receitas com pessoas jurídicas. A queda do CDI, a qual parte das operações está indexada, no entanto, amortece parte deste crescimento.

As receitas financeiras do agronegócio foram afetadas, principalmente, pela queda da TMS, que compõe a taxa de equalização e pela queda na taxa média da carteira. Na comparação anual, a queda da TMS contribuiu para a queda das receitas de equalização, principal fator de redução das receitas do agronegócio no período.

A seguir é apresentada a distribuição das receitas de crédito por segmento.

Figura 11. Distribuição das Receitas de Crédito (%)



Os ativos de liquidez cresceram no trimestre em função do aumento das aplicações interfinanceiras.

A seguir é apresentada a composição sintética dos ativos.

Tabela 14. Composição Sintética dos Ativos

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada	628.884	41,5	621.345	42,3	662.106	41,9	5,3	6,6
Ativos de Liquidez	683.327	45,0	641.786	43,7	706.918	44,7	3,5	10,1
Demais	204.748	13,5	206.092	14,0	211.167	13,4	3,1	2,5
Ativo Total	1.516.959		1.469.223		1.580.190		4,2	7,6

2.3. Despesa Financeira de Captação

As despesas financeiras de captação abrangem as operações realizadas com clientes, exceto as operações compromissadas com títulos privados realizadas com clientes PJ. Também fazem parte da composição das despesas com captação o resultado das aplicações compulsórias e a despesa com o FGC.

Tabela 15. Resultado de Captação

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Resultado de Captação	(6.379)	(5.308)	(4.454)	(30,2)	(16,1)
Despesas de Captação com Depósitos	(5.491)	(4.713)	(4.021)	(26,8)	(14,7)
Depósitos Judiciais	(2.482)	(2.020)	(1.613)	(35,0)	(20,1)
Depósitos de Poupança	(1.976)	(1.734)	(1.538)	(22,2)	(11,3)
Depósitos a Prazo	(1.034)	(960)	(870)	(15,8)	(9,4)
Emissão de Títulos	(1.294)	(1.057)	(818)	(36,8)	(22,7)
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	(1.093)	(887)	(680)	(37,8)	(23,3)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	(201)	(170)	(138)	(31,5)	(19,1)
Resultado das Aplicações Compulsórias	519	579	500	(3,7)	(13,6)
Fundo Garantidor Créditos - FGC	(112)	(116)	(115)	2,4	(0,5)

Na comparação com o trimestre anterior, as despesas com captação recuaram principalmente pela redução na TMS, com impacto em todas as linhas. O saldo médio de depósitos a prazo teve elevação de 7,7%, o que reduziu o efeito da redução da TMS sobre esta linha.

A tabela abaixo mostra o custo de captação no BB em comparação à taxa média Selic do período.

Tabela 16. Captações vs. Taxa Selic

R\$ milhões	1T19			4T19			1T20		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos de Poupança	173.709	(1.976)	75,2	178.208	(1.734)	78,5	179.542	(1.538)	84,6
Depósitos a Prazo - Depósitos Judiciais	147.167	(2.482)	111,5	155.961	(2.020)	104,5	151.152	(1.613)	105,5
Letras de Crédito do Agronegócio	81.066	(1.093)	89,1	78.099	(887)	91,6	73.477	(680)	91,4
Depósitos a Prazo	70.639	(1.034)	96,7	76.973	(960)	100,6	82.903	(870)	103,7
Depósitos à Vista	64.345	-	-	66.462	-	-	67.250	-	-
Depósitos Interfinanceiros	33.785	(284)	55,6	31.207	(231)	59,8	31.533	(202)	63,2
Letras de Crédito Imobiliário	16.131	(201)	82,5	16.891	(170)	81,4	15.324	(138)	88,9
Depósitos Totais	586.842	(7.070)	79,6	603.802	(6.002)	80,2	601.182	(5.041)	82,8

Apesar da queda na despesa absoluta com depósitos, o custo destas captações como percentual da Selic se elevou em função da queda da TMS, uma vez que não é a totalidade dos depósitos que está indexada a Selic.

2.4. Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura das despesas de captação institucional, que são títulos corporativos emitidos pelo BB no Brasil e no exterior, cujos subscritores são investidores institucionais.

Tabela 17. Despesa de Captação Institucional

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Despesa Financ. de Captação Institucional	(2.412)	(2.429)	(2.384)	(1,1)	(1,8)
Op. de Emprést., Cessões e Repasses	(1.203)	(1.066)	(1.098)	(8,7)	3,1
Despesas com IHCD	(489)	(534)	(579)	18,5	8,5
Letras Financeiras	(286)	(207)	(150)	(47,3)	(27,3)
TVM no Exterior	(273)	(447)	(366)	34,0	(18,1)
Desp. com Dívida Subord. no Exterior	(161)	(176)	(191)	18,3	8,4

As despesas financeiras de captação institucional caíram no trimestre impactadas principalmente pelas despesas com letras financeiras, com efeito da TMS e redução do volume. O aumento no volume de captações nas outras linhas, em função da variação cambial, reduziu parcialmente o efeito da queda.

2.5. Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria abrange o resultado com juros e variação cambial de atividades típicas de tesouraria, além de conter o resultado do *hedge* estrutural, da variação cambial incidente sobre receitas financeiras de operações de crédito e despesas de captação e captação institucional.

Tabela 18. Resultado de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Resultado de Tesouraria	3.151	3.824	3.351	6,3	(12,4)
Res. Títulos e Valores Mobiliários	2.768	3.467	3.386	22,4	(2,3)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.923	5.811	4.695	(32,2)	(19,2)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(7.168)	(5.656)	(4.737)	(33,9)	(16,3)
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	122	174	(337)	-	-
Outros Componentes de Tesouraria ¹	506	28	344	(32,0)	1.114,7

1 – Contém itens não discriminados na abertura do resultado de tesouraria, inclusive variação cambial.

Resultado com TVM

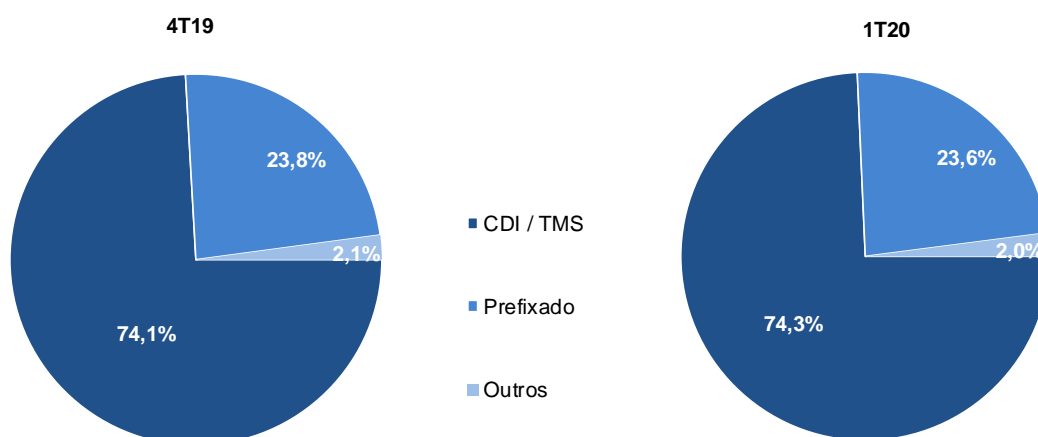
Na tabela a seguir evidenciam-se os resultados das operações com Títulos e Valores Mobiliários, conforme a classificação do Banco Central.

Tabela 19. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Res. Títulos e Valores Mobiliários	2.768	3.467	3.386	22,4	(2,3)
Res. Títulos de Renda Fixa	2.755	3.462	3.236	17,5	(6,5)
Reavaliação - Curva	2.654	3.011	2.673	0,7	(11,2)
Resultado das Negociações	108	470	605	458,5	28,7
Marcação a Mercado	(8)	(20)	(42)	436,2	116,3
Renda Variável	13	5	150	1.046,1	2.985,9

O resultado com títulos de renda fixa caiu na comparação trimestral, principalmente em função da redução da TMS, com efeitos sobre a carteira pós-fixada e diminuição do volume de títulos em tesouraria. O crescimento do resultado de negociações reflete o aumento do volume de títulos públicos federais negociados no período.

Figura 12. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo)



As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM.

Tabela 20. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Títulos e Valores Mobiliários	149.367	100,0	201.332	100,0	186.734	100,0	25,0	(7,3)
Títulos para Negociação	8.124	5,4	5.705	2,8	10.394	5,6	28,0	82,2
Títulos Disponíveis p/ Venda	122.104	81,7	173.292	86,1	153.271	82,1	25,5	(11,6)
Títulos Mantidos até o Vencimento	19.140	12,8	22.336	11,1	23.069	12,4	20,5	3,3
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.868	-	821	-	5.817	-	211,5	608,6

Tabela 21. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado

R\$ milhões	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	
Jun/18	15.559	10,2%	102.649	67,0%	22.604	14,8%	12.430	8,1%	153.243
Set/18	13.770	8,1%	114.952	67,4%	29.173	17,1%	12.751	7,5%	170.647
Dez/18	17.075	11,4%	91.761	61,1%	29.213	19,5%	12.073	8,0%	150.122
Mar/19	25.201	16,9%	81.891	54,8%	30.979	20,7%	11.296	7,6%	149.367
Jun/19	26.827	15,5%	83.019	48,1%	52.201	30,2%	10.568	6,1%	172.614
Set/19	38.145	20,5%	76.066	40,9%	59.865	32,2%	11.862	6,4%	185.938
Dez/19	35.098	17,4%	86.972	43,2%	65.055	32,3%	14.206	7,1%	201.332
Mar/20	39.020	20,9%	83.684	44,8%	50.815	27,2%	13.214	7,1%	186.734

Captação no Mercado Aberto

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 22. Saldo da Liquidez

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Ativos de Liquidez (A)	683.327	100,0	641.786	100,0	706.918	100,0	3,5	10,1
Aplicações Interfinanceiras	515.782	75,5	425.477	66,3	503.679	71,2	(2,3)	18,4
TVM (exceto vincul. ao Bacen)	149.979	21,9	202.121	31,5	188.062	26,6	25,4	(7,0)
Disponibilidades	17.566	2,6	14.188	2,2	15.177	2,1	(13,6)	7,0
Passivos de Liquidez (B)	516.536	100,0	433.484	100,0	522.111	100,0	1,1	20,4
Captações no Mercado Aberto	482.776	93,5	404.355	93,3	487.398	93,4	1,0	20,5
Depósitos Interfinanceiros	33.760	6,5	29.128	6,7	34.713	6,6	2,8	19,2
Saldo da Liquidez (A-B)	166.791		208.302		184.807		10,8	(11,3)

As despesas de captação no Mercado Aberto constituem principalmente despesas incorridas com operações compromissadas lastreadas com títulos em carteira própria e de terceiros. No trimestre, as despesas de captação no mercado aberto caíram em consequência da queda na TMS.

Tabela 23. Despesa de Captação no Mercado Aberto

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(7.168)	(5.656)	(4.737)	(33,9)	(16,3)
Carteira de Terceiros	(6.191)	(4.878)	(3.991)	(35,5)	(18,2)
Carteira Própria	(684)	(545)	(537)	(21,4)	(1,3)
Depósitos Interfinanceiros	(284)	(231)	(202)	(29,0)	(12,8)
Outras Operações de Captação no Mercado	(9)	(3)	(7)	(24,6)	158,6

Outros Componentes de Tesouraria

O grupamento outros componentes de tesouraria contém, além dos resultados de ganho/perda cambial sobre o PL no exterior e *hedge* fiscal, a variação cambial incidente nas linhas de operação de crédito, captação e captação institucional entre outras, registradas na linha “demais”.

Tabela 24. Outros Componentes de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Outros Componentes de Tesouraria	506	28	344	(32,0)	1.114,7
Ganho (Perda) Cambial s/ PL no Ext.	57	(331)	4.049	6.990,9	-
Hedge Fiscal	43	(247)	3.425	7.918,1	-
Resultado de Operações de Câmbio	150	90	95	(36,9)	4,8
Demais	256	516	(7.225)	-	-

2.6. Análise dos Ativos e Passivos

2.6.1. Análise dos Ativos

Tabela 25. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Anual)

R\$ milhões	1T19			1T20		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis	1.301.882	28.644	9,4	1.341.420	26.194	8,2
Operações de Crédito + Leasing ⁴	623.663	18.383	12,8	631.386	17.492	11,7
TVM	620.580	9.691	6,6	652.247	8.081	5,1
Depósito Compulsório Rentável	48.933	519	4,5	49.636	500	4,2
Demais	8.705	51	2,4	8.151	121	6,2

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;

3 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 26. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)

R\$ milhões	4T19			1T20		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis	1.326.550	28.072	8,6	1.341.420	26.194	8,2
Operações de Crédito + Leasing ⁴	616.453	18.175	12,1	631.386	17.492	11,7
TVM	648.999	9.278	5,7	652.247	8.081	5,1
Depósito Compulsório Rentável	51.466	579	4,5	49.636	500	4,2
Demais	9.632	41	1,7	8.151	121	6,2

- 1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
 2 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;
 3 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);
 4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

2.6.2. Análise dos Passivos

Tabela 27. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual)

R\$ milhões	1T19			1T20		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.189.704	(16.975)	6,0	1.198.874	(12.130)	4,2
Captações no Mercado Aberto	455.018	(6.884)	6,4	451.315	(4.535)	4,1
Depósitos a Prazo	217.806	(3.516)	6,8	234.055	(2.483)	4,4
Depósitos de Poupança	173.709	(1.976)	4,8	179.542	(1.538)	3,5
Obrig. por Emprést. e Repasses	84.340	(1.203)	6,0	77.054	(1.098)	5,9
Dívida Subordinada	82.236	(936)	4,8	79.694	(920)	4,8
Letras de Crédito do Agronegócio	81.066	(1.093)	5,7	73.477	(680)	3,8
Obrigações com T.V.M. no Exterior	24.702	(273)	4,6	34.926	(366)	4,3
Depósitos Interfinanceiros	33.785	(284)	3,5	31.533	(202)	2,6
Demais Letras Bancárias ³	21.789	(201)	3,9	16.392	(138)	3,5
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	15.253	(610)	17,6	20.886	(170)	3,4

- 1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
 2 - Taxa anualizada (dias úteis do período dividido por 252);
 3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;
 4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 28. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)

R\$ milhões	4T19			1T20		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.177.641	(14.677)	5,0	1.198.874	(12.130)	4,2
Captações no Mercado Aberto	428.143	(5.425)	5,1	451.315	(4.535)	4,1
Depósitos a Prazo	232.935	(2.980)	5,1	234.055	(2.483)	4,4
Depósitos de Poupança	178.208	(1.734)	3,9	179.542	(1.538)	3,5
Obrig. por Emprést. e Repasses	80.222	(1.066)	5,3	77.054	(1.098)	5,9
Dívida Subordinada	77.186	(1.601)	8,4	79.694	(920)	4,8
Letras de Crédito do Agronegócio	78.099	(887)	4,5	73.477	(680)	3,8
Obrigações com T.V.M. no Exterior	32.525	(447)	5,5	34.926	(366)	4,3
Depósitos Interfinanceiros	31.207	(231)	3,0	31.533	(202)	2,6
Demais Letras Bancárias ³	22.177	(170)	3,1	16.392	(138)	3,5
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	16.941	(137)	3,2	20.886	(170)	3,4

- 1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
 2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);
 3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;
 4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

2.6.3. Análise Volume e Taxa

Tabela 29. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral

R\$ milhões	4T19	1T20	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.326.550	1.341.420	14.870
Margem Financeira Bruta (b)	14.263	14.005	(258)
Spread - % (b/a)	1,075	1,044	(0,031)
Ganho/(Perda) com Volume ²			160
Ganho/(Perda) com Taxa ³			(413)
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa			(5)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior liq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual liq. da MFB anterior.

O saldo médio de ativos rentáveis cresceu R\$ 39,5 bilhões no 1T20 em comparação ao 4T19, influenciados pelo crescimento do crédito e principalmente da carteira de TVM. Além disso, o recuo nas receitas de crédito influenciou negativamente o *spread* global.

Figura 13. Distribuição dos Ativos Rentáveis - (%)

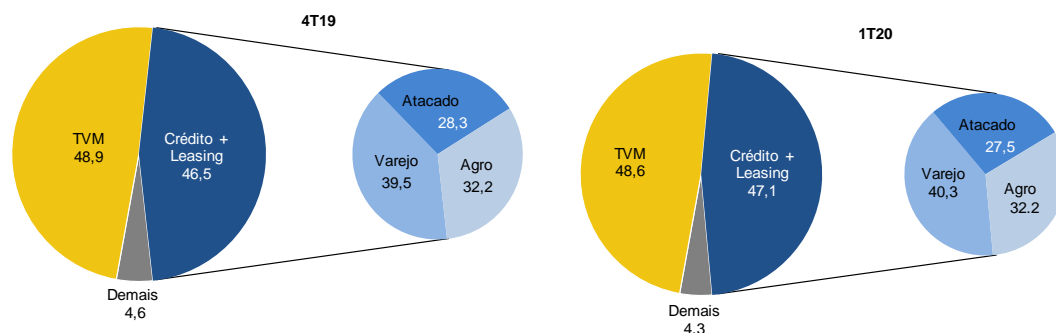


Tabela 30. Margem Global

%	2T18	3T18	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Spread Global ¹	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,4	4,2
Spread Ajustado pelo risco ²	2,9	2,9	3,0	2,9	2,8	2,9	3,3	2,5

1 - Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;

2 - Margem Financeira Líquida (MFB – PCLD Ampliada)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Tabela 31. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	1T19	4T19	1T20
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis (a)	1.301.882	1.326.550	1.341.420
Saldo Médio dos Passivos Onerosos (b)	1.189.704	1.177.641	1.198.874
Margem Financeira Bruta (c)	12.744	14.263	14.005
Receita Líquida de Juros (d)	11.669	13.395	14.064
Receitas de Juros (1.d)	28.644	28.072	26.194
Despesas de Juros (2.d)	(16.975)	(14.677)	(12.130)
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta ¹ (e)	1.075	868	(59)
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - % (b/a)	91,4	88,8	89,4
Rentabilidade Média dos Ativos ^{2 4} - % (1.d/a)	9,1	8,7	8,0
Custo Médio dos Passivos ^{2 4} - % (2.d/b)	5,8	5,1	4,1
Margem de Lucro Líquida ^{2 3} - %	3,3	3,7	3,9
Margem Líquida de Juros ² - % (d/a)	3,6	4,1	4,3
Spread Global ² - % (c/a)	4,0	4,4	4,2

1 - Contém resultado de derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de créd. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira;

2 - Taxas anualizadas;

3 - Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

Tabela 32. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)

R\$ milhões	1T20 / 4T19			1T20 / 1T19		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis ⁴	290	(2.168)	(1.878)	772	(3.222)	(2.450)
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	40	(1.237)	(1.197)	392	(2.002)	(1.610)
Operações de Crédito + Leasing	414	(1.096)	(683)	214	(1.105)	(891)
Depósito Compulsório Rentável	(18)	(60)	(79)	7	(27)	(19)
Demais	(22)	102	80	(8)	78	70
Passivos Onerosos ⁴	(215)	2.761	2.547	(93)	4.938	4.845
Depósitos de Poupança	(11)	207	196	(50)	488	438
Depósitos Interfinanceiros	(2)	32	30	14	68	82
Depósitos a Prazo	(12)	508	496	(172)	1.205	1.032
Captações no Mercado Aberto	(233)	1.123	890	37	2.311	2.349
Obrig. por Emprést. e Repasses	45	(78)	(33)	104	1	105
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(32)	(1)	(33)	(46)	486	440
Dívida Subordinada	(29)	710	681	29	(14)	15
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(25)	106	81	(107)	14	(93)
Letras de Crédito do Agronegócio	43	164	207	70	343	413
Demais Letras Bancárias ⁵	49	(16)	33	45	18	63

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;

5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

2.7. Margem Gerencial de Crédito

A apuração da margem financeira gerencial é realizada considerando:

- Receitas financeiras, classificadas por tipos de carteiras;
- Custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras.

No caso de operações prefixadas, o *spread* gerencial considera o custo de captação no momento da contratação, não sendo impactado pelas variações da taxa Selic.

Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS (Taxa Média Selic) e/ou ETTJ (Estrutura a Termo de Taxa de Juros). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Tabela 33. Margem Gerencial¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Operações de Crédito	10.507	11.015	10.897	3,7	(1,1)
Pessoa Física	6.046	6.530	6.383	5,6	(2,2)
Pessoa Jurídica	2.338	2.374	2.398	2,6	1,0
Agronegócios	2.123	2.110	2.116	(0,3)	0,3

1 - Série revisada no 3T19.

Taxa Gerencial

A tabela seguinte apresenta o *spread* gerencial segmentado por tipo de operações. A taxa é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

Tabela 34. Taxa por Carteira¹

%	2T18	3T18	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Operações de Crédito	7,4	7,6	7,6	7,7	7,9	7,9	8,2	8,0
Pessoa Física	16,1	15,9	16,3	16,4	16,4	16,3	16,4	15,6
Pessoa Jurídica ²	4,4	4,9	4,7	4,9	5,0	4,9	5,1	5,3
Agronegócios	4,7	4,7	4,6	4,7	4,6	4,6	4,8	4,8

1 - Série revisada no 3T19.

2 - Não inclui operações com o Governo.

2.8. Exposição Cambial e a Taxas de Juros

Balanço em Moedas Estrangeiras

O Banco do Brasil gerencia a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado. Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 31/03/2020, é passiva no valor de US\$ 3.045 milhões.

Tabela 35. Balanço em Moedas Estrangeiras

R\$ milhões	Contas Patrimoniais	
	Ativo	Passivo
Moeda		
Dólar dos EUA	187.172	223.901
Euro	17.816	10.424
Iene	2.483	1.854
Libra Esterlina	128	566
Franco Suíço	16	14
Ouro	23	-
Dólar Canadense	12	14
Demais	15.377	14.595
Total	223.027	251.368
Posição Líquida - Patrimoniais		28.341

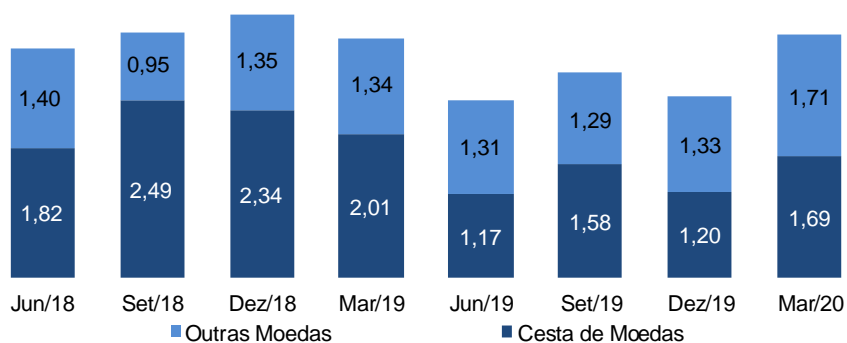
R\$ milhões	Derivativos	
	Comprado	Vendido
Moeda		
Dólar dos EUA	51.983	30.525
Euro	1.693	9.654
Iene	24	1.796
Libra Esterlina	399	1.101
Franco Suíço	-	-
Dólar Canadense	7	-
Demais	1.479	-
Total	55.585	43.076
Posição Líquida - Derivativos	12.509	

Totais Patrimoniais e Derivativos	278.612	294.444
Posição Líquida Total		(15.832)
Posição Líquida Total - Em US\$ milhões		(3.045)

O Banco do Brasil utiliza a estratégia de *hedge fiscal* que tem como objetivo reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

O gráfico a seguir evidencia o comportamento da exposição cambial do BB Consolidado, em relação ao Patrimônio de Referência (PR), trimestralmente, desde Jun/18.

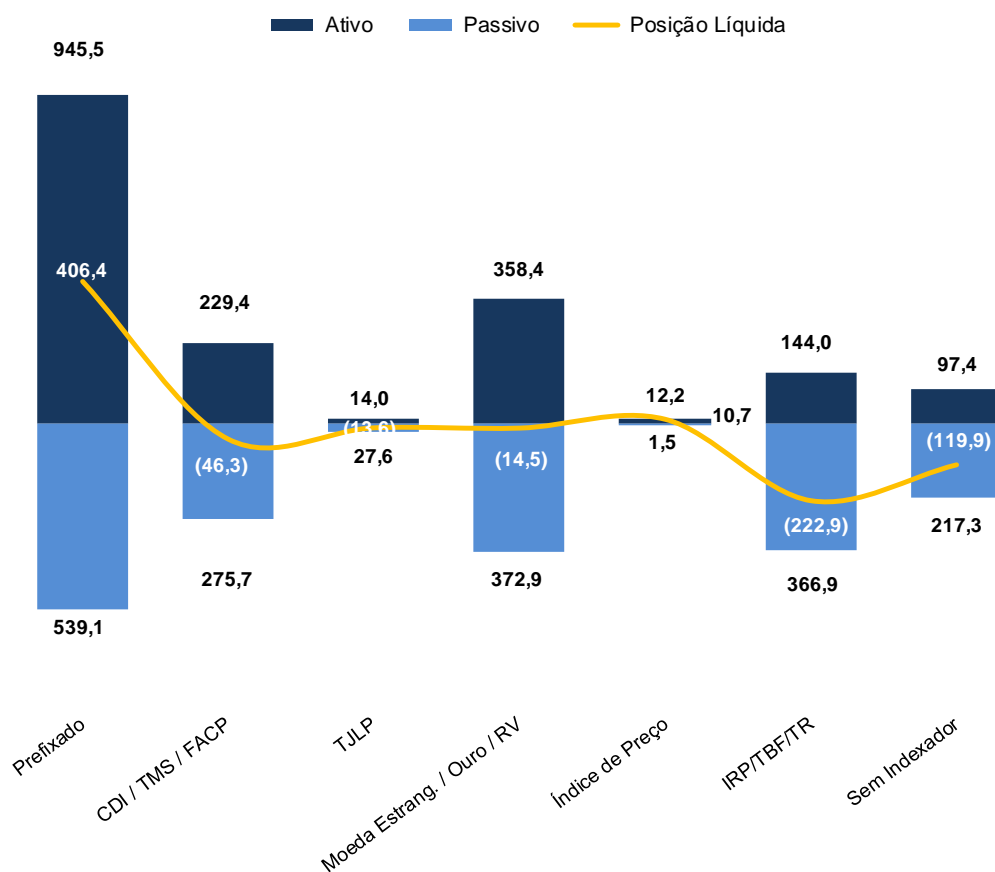
Figura 14. Evolução da Exposição Cambial em % do PR



Balanco por Indexador

O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 31/03/2020 e a posição líquida.

Figura 15. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (R\$ bilhões)



Perfil de Descasamento por Vencimento

Apresenta-se, a seguir, a tabela que contém o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por prazo de vencimento do BB Consolidado.

Tabela 36. Descasamento por Vencimento

R\$ milhões	< 1 Mês	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Ativos	284.101	465.814	98.059	127.875	253.461	474.275	1.703.586
Prefixado	154.071	430.663	60.746	56.367	112.456	131.163	945.466
CDI / TMS	39.722	(11.043)	17.592	23.556	69.760	89.850	229.437
TR/TBF/IRP	9.890	4.415	1.857	14.348	23.799	89.732	144.041
Índice de Preço	21	127	71	2.989	7.927	1.085	12.221
TJLP	216	436	487	761	2.349	9.737	13.986
US\$/ME	80.182	41.216	17.307	29.854	37.170	152.707	358.436
Passivos	552.436	137.987	62.454	117.245	262.598	450.995	1.583.716
Prefixado ¹	405.507	16.846	11.751	15.362	43.996	45.631	539.093
CDI / TMS	33.997	96.239	17.268	34.765	88.390	5.059	275.717
TR/TBF/IRP	44.523	4.992	5.489	10.885	81.805	219.202	366.897
Índice de Preço	96	72	247	0	999	56	1.471
TJLP	199	403	528	887	2.911	22.688	27.617
US\$/ME	68.114	19.434	27.172	55.345	44.498	158.358	372.921
Gap	(268.335)	327.827	35.605	10.630	(9.137)	23.280	119.870
Gap Acumulado	(268.335)	59.492	95.097	105.727	96.590	119.870	-
Gap Acum. como % Ativos	(94,5)	12,8	97,0	82,7	38,1	25,3	-

1 - Está considerada a totalidade dos depósitos em conta corrente (R\$ 52,6 bilhões) em passivos prefixados.

3 – Rendas de Prestação de Serviços

A tabela abaixo apresenta as rendas de prestação de serviços, que inclui as rendas com tarifas, e deve ser avaliada considerando os efeitos das sazonalidades (volume de produtos e serviços comercializados e quantidade de dias úteis). Mais informações sobre os principais serviços prestados pelo Banco do Brasil estão disponíveis no Capítulo 9 do relatório.

Tabela 37. Rendas de Prestação de Serviços

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Rendas de Tarifas	6.795	7.508	7.067	4,0	(5,9)
Conta-corrente	1.849	2.037	1.917	3,7	(5,9)
Administração de Fundos	1.520	1.528	1.721	13,3	12,6
Seguros, Previdência e Capitalização	841	1.063	970	15,3	(8,8)
Cartão de Crédito/Débito	521	489	485	(6,8)	(0,7)
País ¹	443	428	419	(5,4)	(2,1)
Operações de Crédito e Garantias	403	438	348	(13,7)	(20,7)
Cobrança	308	344	340	10,4	(1,2)
Consórcios	275	328	328	19,2	(0,0)
Arrecadações	276	274	262	(5,0)	(4,4)
Processamento de Convênios	133	184	167	25,2	(9,3)
Subsidiárias/controladas no Exterior	173	152	162	(6,4)	6,9
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	103	83	100	(3,2)	19,4
Rendas do Mercado de Capitais	151	281	85	(43,7)	(69,9)
Serviços de Comércio Exterior	89	93	85	(4,9)	(8,8)
Outros	154	213	98	(36,6)	(54,1)
Dias Úteis no Período	61	64	62		

1 - Tarifa auferida no Brasil.

As rendas de prestação de serviços cresceram R\$ 271,9 milhões (4,0%) frente ao 1T19, resultado da especialização de sua rede e ampliação das soluções dos canais digitais. Comparado ao 4T19, retração de R\$ 440,7 milhões (5,9%), influenciada pela sazonalidade e menor quantidade de dias úteis no período.

As receitas de Conta-Corrente aumentaram R\$ 50,4 milhões (3,7%) no 1T20, reflexo da expansão da base de clientes no varejo e tarifas com prestação de serviços de integração a Compe/SPE.

O resultado de Administração de Fundos apresentou crescimento de R\$ 191,5 milhões no trimestre, explicadas principalmente pelo:

a) aumento de R\$ 83,78 milhões, devido à revisão no 1T20 de contrato intragrupo, em que serviços prestados pelo Banco de Investimento passaram a ser efetuados pela BB DTVM. Como consequência, parte das receitas registradas em Rendas de Mercados de Capitais passam a compor a linha de Administração de Fundos;

b) a BB Gestão de Recursos DTVM (BB DTVM) manteve R\$ 1,1 trilhão em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), atingindo 23,5% de participação de mercado. Destaque para a categoria Renda Fixa com captação líquida de R\$ 31,3 bilhões. Apesar da redução dos ativos sob gestão em algumas linhas, a BB DTVM observou elevação de investimentos em fundos de aplicação automática, com perfil de curto prazo, utilizados pelos clientes de todos segmentos para gestão da liquidez e do fluxo de caixa de seus recursos.

Em Seguros, Previdência e Capitalização, crescimento de R\$ 128,7 milhões, em relação ao 1T19, impulsionado pelo volume de vendas e pela remuneração por *performance* na BB Corretora (R\$ 52,7 milhões no ano). Em relação ao 4T19, queda de R\$ 93,2 milhões (8,8%).

Em Operações de Crédito e Garantias, redução de 13,7% (-R\$ 55,4 milhões) frente ao 1T19 e 20,7% (-R\$ 90,7 milhões) comparado ao 4T19, ambos influenciados pela redução das rendas com concessão de adiantamento a depositante.

As receitas com Consórcios cresceram 19,2%, devido ao aumento de 154,5 mil novas cotas no 1T20, com volume de negócios de R\$ 4,75 bilhões, resultado do foco estratégico e aproveitamento de oportunidade de vendas. As contratações nos canais digitais foram de R\$ 477 milhões em relação ao 4T19.

As rendas de Mercado de Capitais foram de R\$ 84,7 milhões no 1T20 justificado, além da migração de parte das receitas para Administração de Fundos, pelo menor volume de atividade no mercado primário de operações. A redução foi de 43,7% (-R\$ 65,9 milhões) em comparação ao 1T19 e de 69,9% (-R\$ 196,6 milhões) em relação ao 4T19.

4 – Despesas Administrativas

O Banco do Brasil busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo controle de suas despesas administrativas e de pessoal.

Neste capítulo, além do desempenho das despesas administrativas do BB, são apresentados os indicadores utilizados para análise da produtividade e de eficiência.

4.1. Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal decresceram 11,0% na comparação trimestral em função da contribuição complementar de R\$ 514 milhões à Cassi que impactou o 4T19, decorrente da reforma estatutária. Desconsiderando este efeito, a queda trimestral seria de 1,9%.

Na comparação com o primeiro trimestre de 2019, destaque para o crescimento de 1,1% que está abaixo do reajuste de 4,31% concedido aos bancários no ACT 2019 e também da inflação acumulada em 12 meses (3,3%).

Tabela 38. Despesas de Pessoal

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Despesas de Pessoal	(4.866)	(5.530)	(4.919)	1,1	(11,0)
Proventos	(2.302)	(2.749)	(2.262)	(1,8)	(17,7)
Benefícios	(773)	(828)	(814)	5,2	(1,8)
Encargos Sociais	(748)	(868)	(750)	0,2	(13,7)
Provisões Administrativas de Pessoal	(827)	(771)	(855)	3,4	10,9
Previdência Complementar	(196)	(271)	(216)	10,2	(20,1)
Treinamento	(9)	(29)	(10)	20,6	(64,3)
Honorários de Diretores e Conselheiros ¹	(11)	(13)	(13)	17,9	(4,1)

1 - O aumento registrado na comparação 1T20/1T19 deve-se a dois fatores: (a) quantidade de cargos ocupados maior e (b) pagamento da remuneração variável (RVA) realizada em Mar/20. No ano anterior o pagamento foi realizado em Abr/19.

Tabela 39. Perfil dos Colaboradores

	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20
Gênero	96.567	96.168	93.872	93.190	92.757
Feminino	40.158	40.054	39.273	39.122	38.969
Masculino	56.409	56.114	54.599	54.068	53.788
Escolaridade					
Ensino Médio	14.360	13.928	13.165	12.779	12.400
Graduação	38.102	37.288	35.600	34.606	33.955
Especialização, Mestrado e Doutorado	43.909	44.760	44.934	45.639	46.240
Demais	196	192	173	166	162
Cargo					
Gerencial	32.592	32.565	31.913	32.046	32.073
Técnico ¹	4.220	4.219	4.145	4.113	1.259
Assessoria ¹	7.621	7.668	7.499	7.510	10.394
Operacional	52.134	51.716	50.315	49.521	49.031
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	0,4	0,5	2,4	1,0	0,6
Estagiários	2.165	2.231	2.195	2.041	2.008

1 - Os funcionários lotados como analistas de tecnologia, classificados como cargo técnico até o 4T19, foram reclassificados, a partir do 1T20, para cargos de assessoria, em função das novas dinâmicas de trabalho e da maior integração da tecnologia com as áreas de negócios.

4.2. Outras Despesas Administrativas

As outras despesas administrativas decresceram 7,5% na comparação o trimestre anterior, influenciadas principalmente pela redução sazonal nas despesas com transporte e com campanhas publicitárias no primeiro trimestre do exercício. Na comparação com o 1T19, o crescimento de 5,6% é explicado pelo aumento nas despesas com serviços técnicos especializados, aquisições de softwares e equipamentos, repactuação de contratos de processamento de dados e despesas com manutenção de equipamentos.

Tabela 40. Outras Despesas Administrativas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Outras Despesas Administrativas	(2.700)	(3.081)	(2.851)	5,6	(7,5)
Imóveis e Bens de Uso ¹	(664)	(655)	(669)	0,8	2,3
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(483)	(533)	(466)	(3,5)	(12,5)
Amortização e Depreciação	(390)	(423)	(409)	5,0	(3,2)
Serviços de Terceiros	(302)	(366)	(326)	8,1	(10,9)
Comunicação e Processamento de Dados	(304)	(310)	(319)	4,9	3,1
Publicidade e Relações Públicas	(116)	(233)	(126)	8,7	(45,9)
Demais Despesas Administrativas	(442)	(563)	(535)	21,1	(4,9)

1- Inclui despesas com seguro patrimonial.

4.3. Indicadores

Em relação ao 1T19, os índices de cobertura acumulados em 12 meses evoluíram em função do crescimento de 6,4% de rendas de prestação de serviços contra apenas 3,0% de aumento das despesas administrativas na mesma base comparativa.

Tabela 41. Índices de Cobertura – Ajustados¹

R\$ milhões	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Rendas de Prestação de Serviços (A)	6.795	7.439	7.466	7.508	7.067
Despesas Administrativas (B) = (C) + (D)	7.566	7.649	7.710	8.611	7.770
Despesas de Pessoal (C)	4.866	4.921	4.884	5.530	4.919
Outras Despesas Administrativas (D)	2.700	2.728	2.827	3.081	2.851
Cobertura das Despesas de Pessoal (A/C) - %	139,7	151,2	152,9	135,8	143,7
Cobertura das Despesas de Pessoal 12 meses - %	141,1	145,2	147,3	144,6	145,6
Cobertura das Desp. Pessoal 12 m (ajustado Cassi)² - %	136,1	147,3	149,0	146,0	143,7
Cobertura das Despesas Administrativas (A/B) - %	89,8	97,2	96,8	87,2	91,0
Cobertura das Despesas Administrativas 12 meses - %	89,9	92,2	93,8	92,6	92,9
Cobertura das Desp. Adm.12 m (ajustado Cassi)² - %	140,2	143,3	144,5	144,6	146,5

1 - Dados referentes à Demonstração do Resultado com Realocações

2 - Considera a despesa relativa à reforma estatutária da Cassi apropriada ao longo de 2019.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o índice de eficiência acumulado em 12 meses evoluiu 90 bps em função do crescimento de 8,7% da MFB na mesma base comparativa, além dos já mencionados desempenhos em rendas de prestação de serviços e despesas administrativas.

Tabela 42. Índice de Eficiência – Ajustado¹

R\$ milhões	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Despesas Administrativas (A)	7.566	7.649	7.710	8.611	7.770
Despesas de Pessoal	4.866	4.921	4.884	5.530	4.919
Outras Despesas Administrativas	2.700	2.728	2.827	3.081	2.851
Receitas Operacionais (B)	21.102	21.785	22.034	22.446	21.502
Margem Financeira Bruta	12.744	13.435	13.557	14.263	14.005
Recuperação de Crédito	1.725	1.494	1.721	1.805	1.585
Descontos Concedidos	(260)	(213)	(307)	(287)	(269)
Imparidade	(5)	(373)	(296)	(239)	(378)
Rendas de Prestação de Serviços	6.795	7.439	7.466	7.508	7.067
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	1.020	1.020	1.028	982	669
Outras Receitas Operacionais	1.868	1.429	1.670	1.588	1.461
Outras Despesas Operacionais	(2.786)	(2.445)	(2.803)	(3.175)	(2.639)
Índice de Eficiência (A/B) - %	35,9	35,1	35,0	38,4	36,1
Índice de Eficiência 12 meses - %	37,1	36,4	35,7	36,1	36,2
Índice de Eficiência 12 meses (ajustado Cassi)² - %	37,3	36,7	36,2	36,1	36,0

1 - Dados referentes à Demonstração do Resultado com Realocações.

2 - Considera a despesa relativa à reforma estatutária da Cassi apropriada ao longo de 2019.

A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade utilizados.

Tabela 43. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência

	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20
Contas Correntes/Rede Própria	2.657	2.714	2.774	2.836	2.885
Contas Correntes/Funcionários em Agências	598	608	633	647	662
Rendas de Tarifas/Rede Própria - R\$ mil	494	546	555	566	534
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R\$ milhões	49,8	50,4	51,0	51,3	54,8
Captação Comercial/Funcionários em Agências - R\$ milhões	10,1	10,2	10,5	10,7	10,9
Captação Fundos/Funcionários em Agências - R\$ milhões	16,1	17,3	17,8	18,2	18,3
Despesas de Pessoal por Funcionário (média trimestral) - R\$ mil	50,3	51,1	51,4	59,1	52,9
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	9,3	9,3	9,2	9,3	9,3

A tabela a seguir apresenta o resultado estrutural, composto pelo produto bancário e pelas despesas operacionais totais. Na comparação com o trimestre anterior, o crescimento do resultado estrutural deve-se, principalmente, ao efeito sazonal de queda das despesas operacionais totais no primeiro trimestre do exercício, além da queda nas despesas com risco legal. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a elevação do resultado estrutural é explicada pelo desempenhos positivos de 9,9% da MFB e de 4,0% das rendas de prestação de serviços, além do recuo de R\$ 1 bilhão nas despesas com risco legal.

Tabela 44. Resultado Estrutural

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Receitas Operacionais Totais (Produto Bancário)	22.790	24.572	23.225	1,9	(5,5)
Receitas Operacionais	22.427	24.341	23.203	3,5	(4,7)
Margem Financeira Bruta	12.744	14.263	14.005	9,9	(1,8)
Rendas de Prestação de Serviços	6.795	7.508	7.067	4,0	(5,9)
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	1.020	982	669	(34,4)	(31,9)
Outras Receitas Operacionais	1.868	1.588	1.461	(21,8)	(8,0)
Previ - Plano de Benefícios 1	86	(61)	(140)	-	129,5
Previ - Atualização de Fundo Utilização	276	292	163	(41,0)	(44,1)
Despesas Operacionais Totais	(13.443)	(14.501)	(12.395)	(7,8)	(14,5)
Despesas Administrativas	(7.566)	(8.611)	(7.770)	2,7	(9,8)
Despesas de Pessoal	(4.866)	(5.530)	(4.919)	1,1	(11,0)
Outras Despesas Administrativas	(2.700)	(3.081)	(2.851)	5,6	(7,5)
Risco Legal	(1.792)	(1.336)	(784)	(56,3)	(41,3)
Outras Despesas Tributárias	(128)	(124)	(114)	(10,7)	(8,3)
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.172)	(1.255)	(1.088)	(7,1)	(13,3)
Outras Despesas Operacionais	(2.786)	(3.175)	(2.639)	(5,3)	(16,9)
Resultado Não Operacional	78	24	47	(39,5)	96,5
Resultado Estrutural	9.425	10.094	10.878	15,4	7,8

5 – Outros Componentes do Resultado

5.1. Informações de Coligadas e Controladas

A tabela a seguir apresenta as participações societárias do Banco do Brasil S.A em suas empresas controladas e coligadas.

Tabela 45. Participações Societárias

Participações Societárias R\$ mil	Atividade		Part. (%)	Saldo de Investimento			Result. de Particip.
				Mar/20	Mar/19	Mar/20	1T20
Banco do Brasil - AG. Viena	Holding	(I)	100,00	874.573	1.145.105	(12.161)	
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	80,39	1.258.687	2.012.832	215.823	
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	4.894.038	5.001.661	110.934	
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	29.029	30.929	6.597	
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	366.502	433.813	153.231	
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	205.690	312.519	4.346	
BB Banco de Investimento S.A. ⁵	Banco de Invest.	(I)	100,00	3.410.319	518.402	85.597	
Ativos S.A. Securitizadora de Créd. Financ. ¹	Aquisição de Créd.	(I)	100,00	942.782	967.489	54.892	
Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	17,45	77.692	82.695	572	
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ²	Serviços	(II)	12,52	56.239	64.601	69	
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	448.664	530.634	399.089	
BB Elo Cartões Participações S.A. ⁶	Holding	(I)	100,00	5.322.902	9.185.632	203.289	
Elo Participações S.A.	Holding	(II)	49,99	1.223.500	1.282.380	77.753	
CBSS - Alelo	Serviços	(II)	49,99	417.014	310.176	28.914	
Elo Serviços	Serviços	(II)	33,33	107.664	222.036	24.834	
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ³⁴	Serviços	(II)	50,08	3.652.812	3.646.662	35.112	
Cielo S.A.	Serviços	(II)	28,69	2.983.988	3.219.635	48.481	
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	4.706.281	4.751.623	19.853	
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	296.001	418.993	3.735	
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	4.731.242	3.609.018	587.315	
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	Corretora	(I)	66,36	462.697	525.206	478.132	
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	5.016.437	5.134.795	392.383	
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,76	1.236.384	1.062.746	246.202	
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,24	267.865	301.281	25.247	
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Serviços	(II)	49,77	15.004	17.512	4.632	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,77	2.190.242	2.360.005	121.905	
BB Tecnologia e Serviços S.A.	Informática	(I)	99,99	273.855	306.729	8.476	
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	748	950	-	
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	6.743	6.319	(127)	
BB Cayman Islands Holding	Holding	(I)	100,00	1.678.464	2.288.326	(22.300)	
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	30.868	43.968	(537)	
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	260.352	308.149	(34.427)	

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

1 - Participação indireta na Ativos S.A. de 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo BB Cayman Islands Holding.

2 - Participação indireta na Tecban de 8,01% pelo BB-BI e direta de 4,51% pelo BB Banco Múltiplo, totalizando 12,52%.

3 - Participação direta na Cateno de 30,0% pelo BB Banco Múltiplo e indireta de 20,8% pelo BB-BI, totalizando 50,08%.

4 - Os valores apresentados (Saldo de Investimento e Resultado de Participação) da empresa Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. são equivalentes a 30% da participação direta pelo BB Banco Múltiplo.

5 - Alienação das participações nas empresas: Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE em 05/2019, Neoenergia S.A. em 06/2019 e Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec em 07/2019.

6 - Incorporação da empresa Cielo S.A. em 06/2019.

5.2. Outras Receitas e Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas/despesas operacionais. É válido ressaltar que a linha “Demais” representa o somatório das subcontas de valores pouco relevantes individualmente e pulverizados.

Tabela 46. Outras Receitas e Despesas Operacionais

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Outras Receitas Operacionais	1.868	1.588	1.461	(21,8)	(8,0)
Recuperação de Encargos e Despesas	509	527	493	(3,2)	(6,4)
Atualização de Depósitos em Garantia	557	358	326	(41,4)	(8,8)
Operações com Cartões	352	136	150	(57,5)	10,1
Receitas das Empresas Ligadas não Financeiras	45	25	22	(50,8)	(11,7)
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	33	13	13	(60,4)	0,8
Outras Despesas Operacionais	(2.786)	(3.175)	(2.639)	(5,3)	(16,9)
Operações com Cartões	(414)	(575)	(479)	15,5	(16,7)
Bônus de Relacionamento Negocial	(329)	(409)	(302)	(8,3)	(26,2)
Atualização das Obrigações Atuariais	(303)	(394)	(435)	43,6	10,6
Verba de Relacionamento Negocial	(333)	(282)	(355)	6,6	26,1
Atualização da provisão para depósito judicial	(230)	(208)	(79)	(65,7)	(62,0)
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(109)	(110)	(144)	32,5	31,2
Autoatendimento	(48)	(70)	(90)	89,2	28,3
Convênio INSS	(56)	(62)	(64)	15,5	3,6
Amortização de Ágio em Investimentos	(54)	(51)	(7)	(87,1)	(86,1)
Remuneração pelas Transações do Banco Postal	(35)	(30)	(15)	(57,5)	(50,2)
Prêmio de Seguro de Vida - CDC	(35)	(41)	(41)	15,1	(1,7)
Falhas/Fraudes e Outras Perdas	(37)	(45)	(37)	(1,0)	(18,4)
Bônus de Adimplência	(48)	(17)	(10)	(78,4)	(38,2)
Demais¹	(381)	(352)	(123)	(67,8)	(65,1)

1- Inclui despesas de recompra de IHCD efetuadas em abril/18

6 – Gestão de Capital

A gestão de riscos e de capital são fundamentais para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvagam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte à geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O gerenciamento de riscos no Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos, procedimentos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

Para conhecer mais detalhes sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar III no [website bb.com.br/ri](http://website.bb.com.br/ri), publicado trimestralmente.

6.1. Estrutura de Capital

Nesse tópico, serão apresentadas as principais informações referentes à estrutura de capital do Banco do Brasil. Tendo em vista a quantidade relevante de termos técnicos utilizados pela regulação de capital, apresentamos o glossário para auxiliar a interpretação das informações desse capítulo:

- a) Capital Principal: composto pelo Patrimônio Líquido (PL) e contas de Resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais. Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) no valor de R\$ 8,1 bilhões foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (EP);
- b) Ajustes Prudenciais: são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais cuja qualidade pode ser comprometida em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados;
- c) Capital Complementar: são os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Bacen;
- d) Nível I: somatório do Capital Principal e Capital Complementar;
- e) Nível II: são os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Nível II, desde que autorizados pelo Bacen;
- f) Patrimônio de Referência (PR): é o somatório do Capital Nível I e II;
- g) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR): é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN nº 4.193/13;
- h) *Risk Weighted Asset (RWA)*: Ativo Ponderado pelo Risco;
 - RWA_{OPAD}: ponderação relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada;
 - RWA_{MPAD}: ponderação relativa às exposições ao risco de mercado, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
 - RWA_{CPAD}: ponderação relativa às exposições ao risco de crédito, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

O Índice de Basileia é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do PR e PRMR em relação ao RWA, respectivamente.

Covid19

Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal dos bancos – Resolução CMN nº 4.783/2020

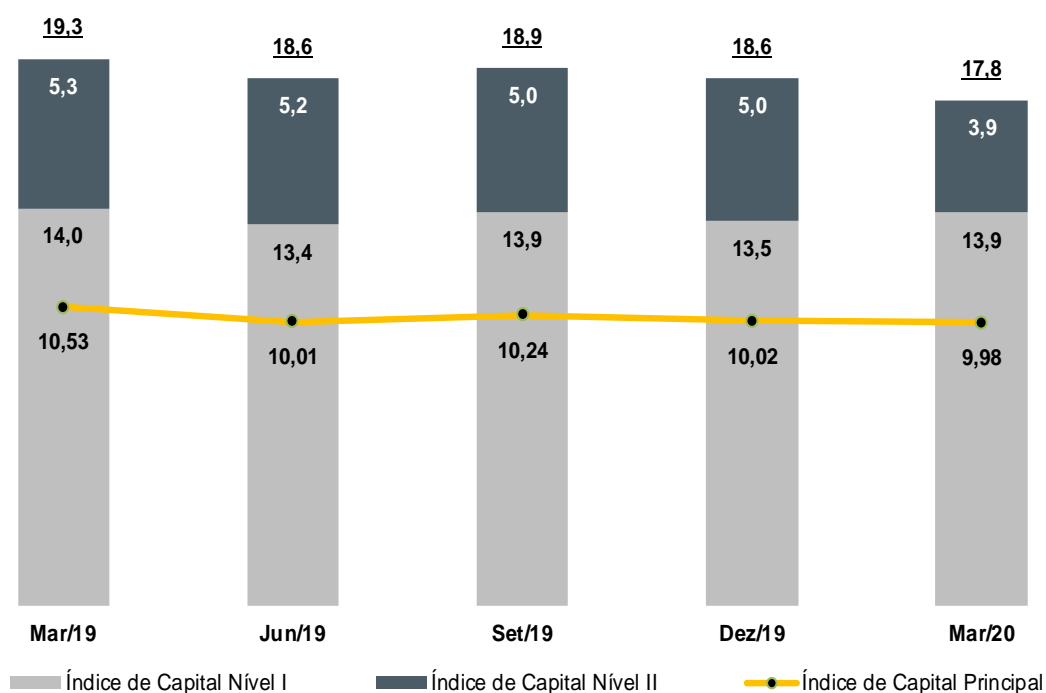
A alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) foi reduzida de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022. Essa medida melhora as condições para realização de eventuais renegociações, além de ajudar as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito. Mais informações podem ser obtidas na Nota 28.c.

Desempenho

O índice de Basileia atingiu 17,80% em março de 2020. O índice de capital nível I chegou a 13,85%, sendo 9,98% de capital principal, e o patrimônio de referência alcançou R\$ 139,1 bilhões.

As figuras a seguir apresentam a evolução do índice de Basileia e do capital principal do BB no 1T20.

Figura 16. Evolução do índice de Basileia - %



A redução observada no índice de Basileia no 1T20 resulta do disposto na Resolução CMN n.º 4.679/2018, que aplicou ao saldo do FCO limitador de 90% referente ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

Também em 31.03.2020, o Banco do Brasil aplicou o limitador de 20% sobre os instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I autorizados pelo Bacen a compor o PR, de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007, e de dívidas subordinadas conforme a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

A tabela a seguir demonstra a apuração do valor do PR e RWA e seus principais componentes.

Tabela 47. Índice de Basileia

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20
Patrimônio de Referência - PR	134,937	130,173	134,283	132,150	139,118
Nível I	98,039	94,032	98,498	96,380	108,276
Capital Principal	73,782	70,177	72,645	71,289	78,020
Patrimônio Líquido	94,580	91,659	94,464	98,921	102,386
Instrumentos elegíveis a capital	8,100	8,100	8,100	8,100	8,100
Ajustes prudenciais	(28,898)	(29,582)	(29,919)	(35,732)	(32,466)
Investimentos e Crédito Tributário (dif. temporárias) excedentes a 15% do Capital Principal	(12,166)	(12,817)	(13,603)	(12,297)	(10,463)
Ativos intangíveis	(5,473)	(5,531)	(4,297)	(5,914)	(6,574)
Créd. tributários (dif. temporárias) excedentes a 10% do Capital Principal	(3,800)	(7,962)	(7,587)	(15,473)	(13,308)
Investimentos excedentes a 10% do Capital Principal ¹	(959)	(432)	(2,370)	-	-
Ativos atuariais rel. a F. Pensão de Benef. Definido líquidos de passivo fiscal dif. a eles associados	(3,927)	(115)	(117)	(133)	(188)
Créd. tributários decorrentes de prej. fiscais e de base negativa de CSLL ²	(2,345)	(2,612)	(1,824)	(1,733)	(1,732)
Ágios pagos na aquisição de investimento com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(168)	(24)	(48)	(43)	(50)
Participação de não controladores ³	(3)	(36)	(25)	(90)	(103)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(56)	(51)	(45)	(41)	(39)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução 4.277/2013	(3)	(3)	(3)	(8)	(8)
Capital Complementar	24,257	23,855	25,853	25,091	30,256
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	20,945	20,598	22,384	21,665	27,943
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁴	3,312	3,257	3,469	3,426	2,313
Nível II	36,898	36,141	35,786	35,770	30,842
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	36,935	36,183	35,805	35,796	30,894
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	2,976	2,362	1,729	1,744	1,393
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	33,959	33,821	34,076	34,053	29,491
Recursos captados no FCO ⁵	29,337	29,337	29,337	29,337	26,403
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁶	4,622	4,484	4,739	4,716	3,088
Dedução do Nível II	(36)	(42)	(19)	(26)	(42)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(36)	(42)	(19)	(26)	(42)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	700,465	701,124	709,536	711,402	781,507
Risco de Crédito (RWACPAD)	606,099	610,315	613,364	612,630	670,533
Risco de Mercado (RWAMPAD)	24,260	20,704	18,793	21,393	27,060
Risco Operacional (RWAOPAD)	70,105	70,105	77,380	77,380	83,914
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁷	56,037	56,090	56,763	56,912	62,521
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR - PRMR)⁸	78,900	74,083	77,521	75,238	76,598
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - (%)⁸	14,00	13,41	13,88	13,55	13,85
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - (%)⁸	10,53	10,01	10,24	10,02	9,98
Índice de Basileia (PR / RWA) - (%)⁸	19,26	18,57	18,93	18,58	17,80

1 – Refere-se a investimentos superiores em assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 – Aplica-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.680/2018, alterada pela Resolução CMN n.º 4.784/2020, que autorizou a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2020, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior.

3 – A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

4 – Em 31.03.2020, o Banco do Brasil aplicou o limitador de 20%, conforme estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013, sobre os instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007.

5 – Em cumprimento à Resolução CMN n.º 4.679/2018, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 90% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

6 – Em 31.03.2020, considerou-se o saldo corrente dos instrumentos de Dívida Subordinada aplicando-se os redutores, conforme determina o art. 29 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

7 – Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

8 – Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, em vigor desde 1º de janeiro de 2015.

Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcios, instituições de pagamento, sociedades que realizem aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito, sobre as quais tenha controle direto e indireto e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

A Resolução CMN n.º 4.193/2013 estabeleceu o fator "F", que representa o índice de Basileia a ser observado durante o processo de implementação dos requisitos de Basileia III.

Tabela 48. Fator "F" aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Vigência	Fator "F" (%)
01/10/2013 a 31/12/2015	11,0
01/01/2016 a 31/12/2016	9,875
01/01/2017 a 31/12/2017	9,25
01/01/2018 a 31/12/2018	8,625
A partir de 01/01/2019	8,0

O Patrimônio de Referência, que considera os requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia III, atingiu o montante de R\$ 139,1 bilhões, enquanto o PRMR totalizou R\$ 62,5 bilhões, em 31/03/2020.

Aplicação integral das regras de Basileia III

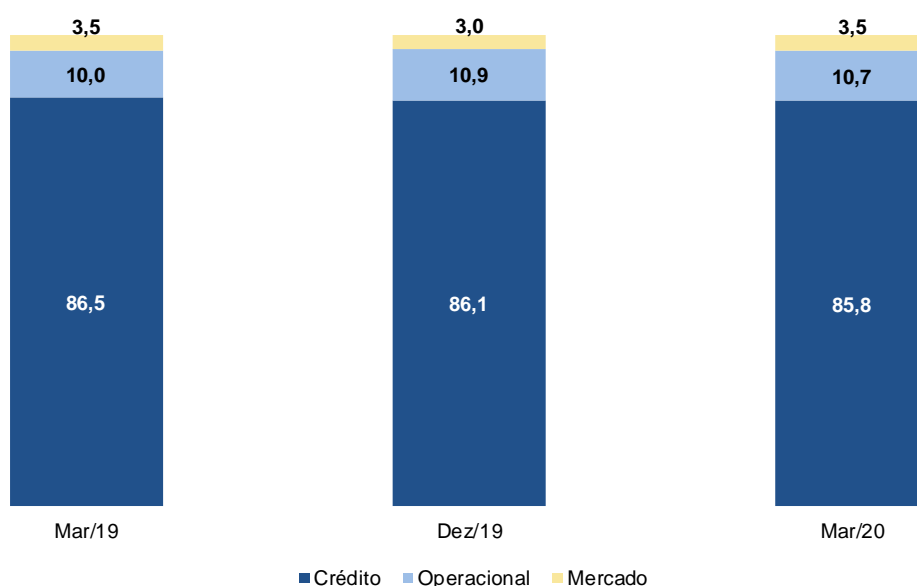
A implementação das regras de Basileia III no Brasil foi concluída em Jan/2019. Com efeito no BB, o cronograma de transição de Basileia III previu o aumento do multiplicador das parcelas de risco de mercado e operacional, que passou de 11,6 para 12,5 em 2019.

O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos e considera (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O foco está na geração orgânica de capital, pelo crescimento do crédito em linhas com menor consumo de capital e mais atrativas sob o critério retorno versus risco. Além disso, seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e o Plano de Capital, para janeiro de 2022, a meta é manter no mínimo 11% de Índice de Capital Principal.

A figura a seguir apresenta a composição do RWA por tipo de risco.

Figura 17. Composição do RWA por tipo de risco (%)



A seguir, apresentamos o PRMR referente às parcelas de RWA sujeitas aos riscos operacional, de mercado e de crédito, mediante abordagem padronizada. O fator “F” vigente a partir do exercício de 2019 é de 8,0%.

Tabela 49. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}

R\$ milhões	Mar/19			Dez/19			Mar/20		
	RWA _{OPAD}	PRMR	%	RWA _{OPAD}	PRMR	%	RWA _{OPAD}	PRMR	%
Comercial	30.595	2.448	43,6%	30.681	2.454	39,6%	31.220	2.498	37,2%
Varejo	16.197	1.296	23,1%	16.019	1.282	20,7%	16.005	1.280	19,1%
Negociação e Vendas	4.018	321	5,7%	13.354	1.068	17,3%	12.532	1.003	14,9%
Pagamentos e Liquidações	12.272	982	17,5%	9.776	782	12,6%	8.185	655	9,8%
Administração de Ativos	3.327	266	4,7%	3.542	283	4,6%	10.499	840	12,5%
Serviços de Agente Financeiro	2.164	173	3,1%	2.196	176	2,8%	2.663	213	3,2%
Finanças Corporativas	1.480	118	2,1%	1.759	141	2,3%	2.756	220	3,3%
Corretagem de Varejo	51	4	0,1%	53	4	0,1%	54	4	0,1%
TOTAL	70.105	5.608		77.380	6.190		83.914	6.713	

Tabela 50. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD}

R\$ milhões	Mar/19			Dez/19			Mar/20		
	RWA _{MPAD}	PRMR	%	RWA _{MPAD}	PRMR	%	RWA _{MPAD}	PRMR	%
Câmbio	19.243	1.539	79,3%	17.019	1.362	79,6%	22.475	1.798	83,1%
Taxa de Juros	5.016	401	20,7%	3.551	284	16,6%	4.194	336	15,5%
Ações	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Commodities	1	-	0,0%	823	66	3,8%	391	31	1,4%
TOTAL	24.260	1.941		21.393	1.711		27.060	2.165	

Tabela 51. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}

R\$ milhões	Mar/19			Dez/19			Mar/20		
	RWA _{CPAD}	PRMR	%	RWA _{CPAD}	PRMR	%	RWA _{CPAD}	PRMR	%
Operações de Crédito	387.262	30.981	63,9	376.488	30.119	61,5	396.559	31.725	59,1
Outros Direitos	47.786	3.823	7,9	51.441	4.115	8,4	48.361	3.869	7,2
Créditos Tributários	33.063	2.645	5,5	44.003	3.520	7,2	56.406	4.512	8,4
Permanente	30.143	2.411	5,0	28.004	2.240	4,6	30.447	2.436	4,5
TVM e Derivativos	34.004	2.720	5,6	39.586	3.167	6,5	52.359	4.189	7,8
Limites de Crédito e Créditos a Liberar	18.959	1.517	3,1	19.898	1.592	3,2	19.587	1.567	2,9
Garantias Prestadas	5.647	452	0,9	5.927	474	1,0	7.657	613	1,1
Participações em Fundos de Garantia de Clearings	54	4	0,0	67	5	0,0	97	8	0,0
Demais	49.181	3.934	8,1	47.216	3.777	7,7	59.060	4.725	8,8
TOTAL	606.099	48.488		612.630	49.010		670.533	53.643	

A tabela a seguir apresenta a composição do RWA_{CPAD} , considerando as principais exposições:

Tabela 52. RWA_{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR

R\$ milhões	Mar/20		
	FPR (%)	RWA_{CPAD} ¹	PRMR ²
Disponibilidades	20	371	30
	100	3.274	262
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20	1.938	155
	50	4.192	335
	85	6.632	531
	100	16.859	1.349
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	3	0
	50	1.235	99
	85	10.934	875
	100	39.502	3.160
Participação em Fundos de Garantia de Clearings	1.250	686	55
	2	39	3
Relações Interfinanceiras	100	58	5
	20	491	39
	50	242	19
	85	1.611	129
Operações de Crédito	100	46	4
	20	371	30
	35	15.238	1.219
	50	730	58
	70	8.687	695
	75	163.465	13.077
	85	61.471	4.918
100	146.596	11.728	
Operações de Arrendamento Mercantil	150	1	0
	75	31	2
	85	1	0
Outros Direitos	100	141	11
	50	6.892	551
	75	19.857	1.589
	85	840	67
Outros Valores e Bens	100	20.770	1.662
	100	1.086	87
Permanente	100	14.626	1.170
	250	15.822	1.266
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	50	500	40
	75	9.291	743
	85	3.704	296
Créditos a Liberar	100	1.892	151
	50	186	15
	75	587	47
Adiantamentos concedidos pela Instituição	85	1.281	102
	100	2.146	172
	75	256	20
Garantias prestadas - avais, fianças e coobrigações	85	4.952	396
	100	11.529	922
	50	2	0
Créditos Tributários	75	168	13
	85	3.849	308
	100	3.639	291
Operações a liquidar de compra de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	100	29.293	2.343
	250	13.436	1.075
	300	13.677	1.094
Operações a liquidar de venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	50	1	0
	100	9	1
	20	1	0
Ajuste para Derivativos Decorrente de Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte (CVA)	50	1	0
	100	2	-
Total		5.395	432
		670.533	53.643

1 - Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão.

2 - Exposição ponderada por Fator de Risco multiplicada por 8,0%.

7 – Crédito

O Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil

A concessão de crédito no Banco do Brasil é precedida por avançadas metodologias de cálculo de risco de crédito. Essas metodologias foram desenvolvidas pelo BB e seguem as melhores práticas de gestão de riscos.

O risco do cliente reflete a probabilidade do tomador se tornar inadimplente no período de até doze meses após a análise do risco. Essa avaliação determina o volume de recursos que o Banco está disposto a se expor ao tomador. O risco é calculado utilizando informações internas e externas, além do histórico de relacionamento com o cliente, conforme descrição a seguir.

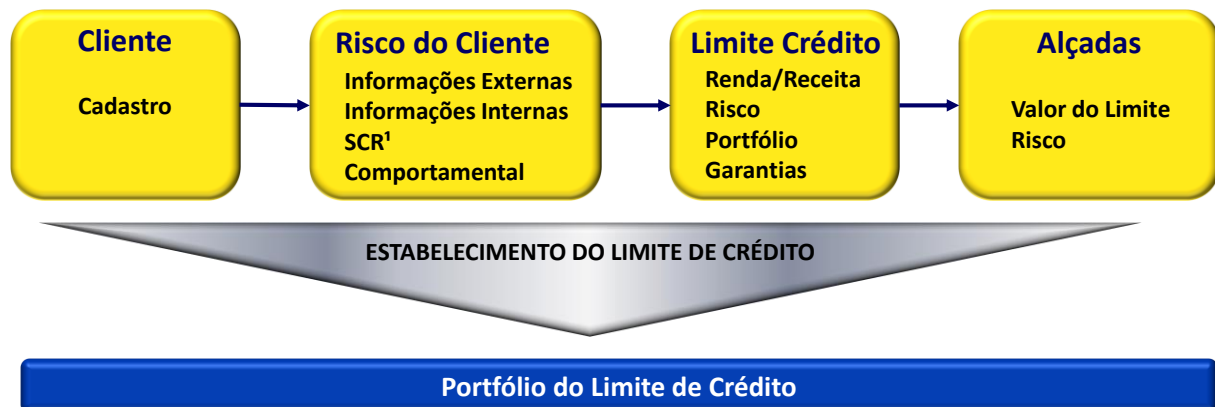
- I. Informações Cadastrais - análise de informações cadastrais obtidas em fontes internas e externas, inclusive informações restritivas;
- II. Informações Comportamentais no BB - avaliação do endividamento, utilização de produtos de crédito, pontualidade no pagamento e dados de relacionamento com o Banco;
- III. Informações Comportamentais no Sistema Financeiro Nacional (SFN) - análise do endividamento em outras instituições financeiras, da utilização de produtos na concorrência e da pontualidade de pagamento no SFN;
- IV. Metodologias Personalizadas - avaliação de demonstrativos financeiros, das perspectivas do segmento do cliente e demais informações de mercado.

O risco é calculado de forma massificada para clientes pessoas físicas, microempresas e produtores rurais, e de forma personalizada para clientes pessoas jurídicas, entes do setor público, entre outros. Na análise massificada, o risco de crédito do cliente é calculado automaticamente pelo sistema do Banco, com resultados imediatos para a contratação da operação.

As análises personalizadas são realizadas pelos técnicos do Banco do Brasil e por cálculos de sistemas corporativos. Cabe aos comitês responsáveis a aprovação do risco desses clientes.

O risco do cliente é insumo importante para o estabelecimento do limite de crédito, para a adequada classificação do risco das operações e para o direcionamento de linhas de negócios com o cliente.

Figura 18. Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil



1 - SCR: Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil.

7.1. Carteira de Crédito

Para melhor entendimento das operações de crédito do BB, a seguir são apresentados os conceitos referentes à carteira de crédito. As informações apresentadas nesse capítulo são segmentadas em pessoa física, pessoa jurídica e agronegócios.

a) Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito. A carteira interna é originada no Brasil e a carteira externa originada no exterior.

b) Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada somada às operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e garantias, onde:

b.1) TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

b.2) Garantias: são operações às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos.

Tabela 53. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada (a)	628.884	100,0	621.345	100,0	662.106	100,0	5,3	6,6
Interna	594.248	94,5	591.015	95,1	621.011	93,8	4,5	5,1
Pessoa Física	199.921	31,8	214.070	34,5	217.201	32,8	8,6	1,5
Crédito Consignado	72.706	11,6	81.199	13,1	84.520	12,8	16,2	4,1
Financiamento Imobiliário	48.763	7,8	49.234	7,9	48.745	7,4	(0,0)	(1,0)
Cartão de Crédito	27.257	4,3	32.302	5,2	29.180	4,4	7,1	(9,7)
CDC Salário	19.421	3,1	18.812	3,0	19.503	2,9	0,4	3,7
Crédito Renegociado	9.527	1,5	10.898	1,8	11.418	1,7	19,9	4,8
Pessoa Física	5.630	0,9	6.714	1,1	7.154	1,1	27,1	6,6
Produtor Rural	3.897	0,6	4.184	0,7	4.264	0,6	9,4	1,9
Empréstimo Pessoal	8.519	1,4	10.640	1,7	11.588	1,8	36,0	8,9
Financiamento de Veículos	11.023	1,8	8.681	1,4	9.862	1,5	(10,5)	13,6
Cheque Especial	1.851	0,3	1.573	0,3	1.713	0,3	(7,5)	8,9
Demais	854	0,1	731	0,1	672	0,1	(21,3)	(8,0)
Pessoa Jurídica	209.587	33,3	197.523	31,8	221.922	33,5	5,9	12,4
Grandes	106.264	16,9	88.360	14,2	103.064	15,6	(3,0)	16,6
MPME	58.910	9,4	64.543	10,4	65.964	10,0	12,0	2,2
Governos	44.413	7,1	44.620	7,2	52.894	8,0	19,1	18,5
Agronegócio	184.739	29,4	179.423	28,9	181.888	27,5	(1,5)	1,4
Pessoa Física	148.673	23,6	155.467	25,0	157.970	23,9	6,3	1,6
Pessoa Jurídica	36.066	5,7	23.956	3,9	23.918	3,6	(33,7)	(0,2)
Exterior	34.637	5,5	30.329	4,9	41.095	6,2	18,6	35,5
TVM Privados e Garantias (b)	56.415		59.382		63.026		11,7	6,1
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	685.299	100,0	680.727	100,0	725.132	100,0	5,8	6,5
Interna	645.459	94,2	645.659	94,8	677.548	93,4	5,0	4,9
Pessoa Física	200.286	29,2	214.976	31,6	218.402	30,1	9,0	1,6
Pessoa Jurídica	257.749	37,6	247.146	36,3	272.958	37,6	5,9	10,4
Agronegócio	187.424	27,3	183.536	27,0	186.189	25,7	(0,7)	1,4
Externa	39.840	5,8	35.068	5,2	47.584	6,6	19,4	35,7

Apresentamos abaixo a Carteira de Crédito Negócios Varejo e Carteira de Crédito Atacado PJ. Estas aberturas têm como objetivo alinhar os novos indicadores à Estratégia Corporativa, bem como destacar o foco do Banco nos negócios de crédito varejo.

Tabela 54. Carteira de Crédito – Negócios Varejo

R\$ milhões	Saldos			Var. % s/	
	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Negócios Varejo	252.300	274.996	278.758	10,5	1,4
Pessoa Física	193.389	210.453	212.794	10,0	1,1
MPME	58.910	64.543	65.964	12,0	2,2

Corresponde à carteira de crédito pessoa física ampliada orgânica adicionada da carteira de crédito classificada Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). O segmento MPME é composto por empresas com faturamento anual de até R\$ 200 milhões.

Tabela 55. Carteira de Crédito – Atacado Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos			Var. % s/	
	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Mar/19	Dez/19
Atacado Pessoa Jurídica	172.814	151.205	166.943	(3,4)	10,4
Grandes Empresas	106.264	88.360	103.064	(3,0)	16,6
Crédito Agroindustrial	18.388	13.222	12.843	(30,2)	(2,9)
TVM	48.162	49.624	51.036	6,0	2,8

Composto pelas grandes empresas, com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões, adicionadas ao crédito agroindustrial e TVM.

A tabela a seguir demonstra a participação do BB na carteira de crédito classificada do SFN.

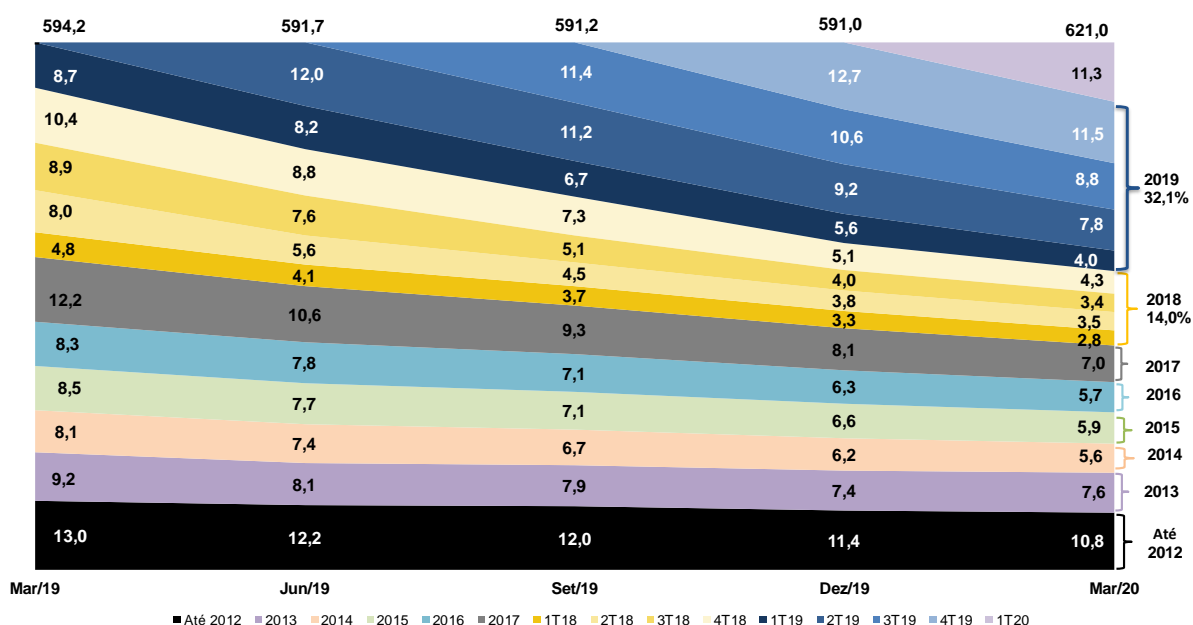
Tabela 56. Crédito SFN

R\$ bilhões	Saldos					Var. %s/	
	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20	Mar/19	Dez/19
SFN	3.269	3.297	3.368	3.478	3.587	9,8	3,1
Pessoa Física	1.829	1.874	1.941	2.018	2.051	12,2	1,7
Pessoa Jurídica	1.440	1.423	1.427	1.460	1.536	6,7	5,2
Participação de Mercado BB - %	18,2	17,9	17,6	17,0	17,3		

A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna considerando o período de contratação. Em alguns casos existe a possibilidade do desembolso do crédito contratado ocorrer de forma parcelada. Nesses casos todas as parcelas são consideradas no período em que foram contratadas.

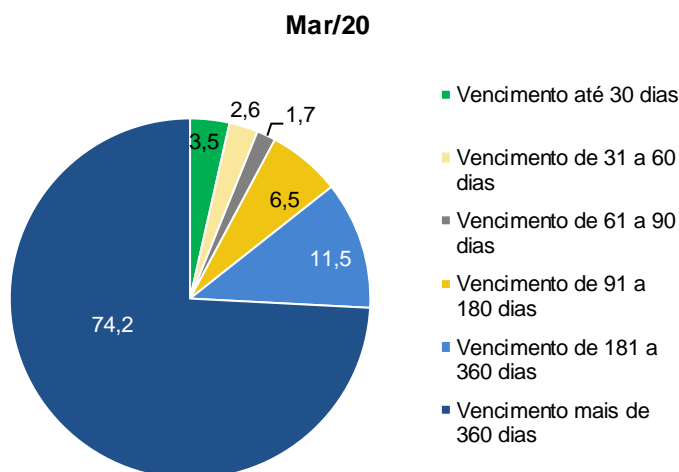
Considerando a carteira de março de 2020, 64,4% dos ativos foram contratados a partir de 2017. Os ativos gerados nos anos anteriores a 2014 representam 18,4%.

Figura 19. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R\$ bilhões



A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna por prazo de vencimento das operações. Destaca-se que 74,2% do portfólio possui vencimento com mais de 360 dias, em linha com a relevância das linhas de investimento, imobiliário e consignado do Banco, enquanto 7,8% da carteira possui vencimento inferior a 90 dias, notadamente operações de capital de giro com empresas.

Figura 20. Carteira de Crédito Interna BB (por Prazo de Vencimento) - %



7.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

As tabelas a seguir apresentam as principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas.

Tabela 57. Carteira de Crédito Pessoa Física

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira Classificada Orgânica	193.024	96,4	209.547	97,5	211.593	96,9	9,6	1,0
CDC	100.529	50,2	110.625	51,5	115.592	52,9	15,0	4,5
Crédito Consignado	72.588	36,2	81.172	37,8	84.500	38,7	16,4	4,1
CDC Salário	19.421	9,7	18.812	8,8	19.503	8,9	0,4	3,7
Empréstimo Pessoal	8.519	4,3	10.640	4,9	11.588	5,3	36,0	8,9
Financiamento Imobiliário	48.763	24,3	49.234	22,9	48.745	22,3	(0,0)	(1,0)
Cartão de Crédito	27.257	13,6	32.302	15,0	29.180	13,4	7,1	(9,7)
Crédito Renegociado	9.527	4,8	10.898	5,1	11.418	5,2	19,9	4,8
Pessoa Física	5.630	2,8	6.714	3,1	7.154	3,3	27,1	6,6
Produtor Rural	3.897	1,9	4.184	1,9	4.264	2,0	9,4	1,9
Financiamento de Veículos	4.244	2,1	4.185	1,9	4.274	2,0	0,7	2,1
Cheque Especial	1.851	0,9	1.573	0,7	1.713	0,8	(7,5)	8,9
Microcrédito	317	0,2	305	0,1	302	0,1	(4,6)	(0,8)
Demais	537	0,3	426	0,2	370	0,2	(31,1)	(13,2)
Carteiras Adquiridas	6.897	3,4	4.523	2,1	5.608	2,6	(18,7)	24,0
Financiamento de Veículos	6.779	3,4	4.496	2,1	5.588	2,6	(17,6)	24,3
Crédito Consignado	118	0,1	27	0,0	20	0,0	(83,1)	(25,2)
Carteira de Crédito Classificada (a)	199.921	99,8	214.070	99,6	217.201	99,5	8,6	1,5
TVM Privados e Garantias (b)	365	0,2	906	0,4	1.201	0,5	229,0	32,5
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	200.286	100,0	214.976	100,0	218.402	100,0	9,0	1,6

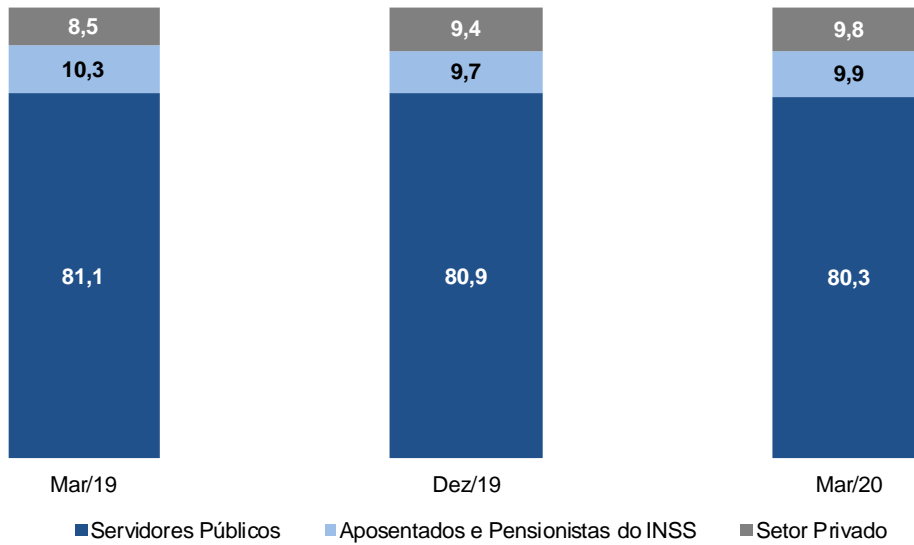
Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o histórico que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. Daqueles com operações de crédito no BB, 94,2% possuem conta há pelo menos cinco anos.

Tabela 58. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito

%	Mar/19	Dez/19	Mar/20
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	0,6	0,6	0,6
Entre 1 e 2 anos	1,1	1,0	1,0
Entre 2 e 5 anos	5,5	4,3	4,1
Entre 5 e 10 anos	17,2	12,6	12,3
Mais de 10 anos	75,6	81,5	81,9

Considerando a carteira orgânica, as operações de CDC (Consignado, Salário e Empréstimo Pessoal), alcançaram R\$ 115,6 bilhões em março de 2020.

Figura 21. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC - %



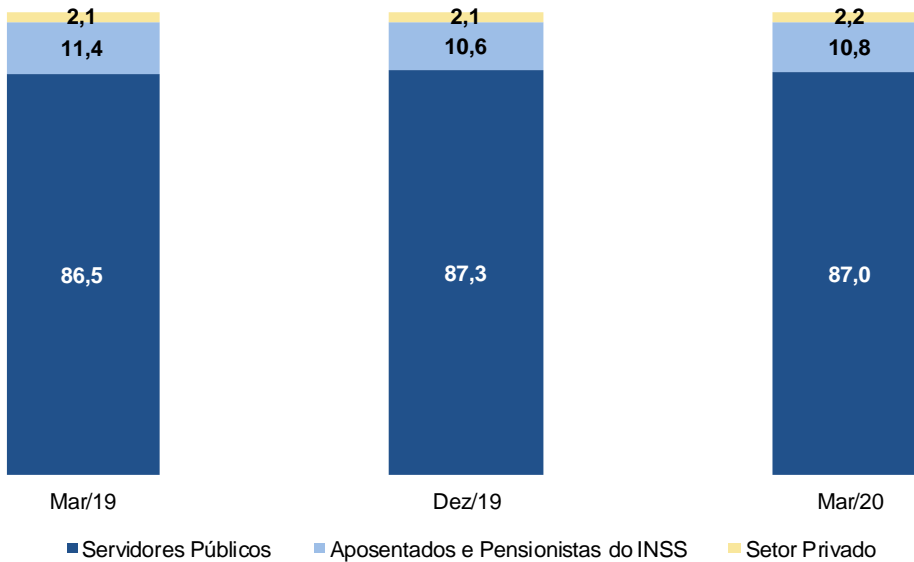
A seguir, as principais carteiras para pessoas físicas são apresentadas:

Crédito Consignado

A carteira de crédito consignado orgânica BB, de R\$ 84,5 bilhões em março de 2020 (crescimento de 16,4% em 12 meses), é composta em quase sua totalidade, por operações com clientes servidores públicos e aposentados/pensionistas.

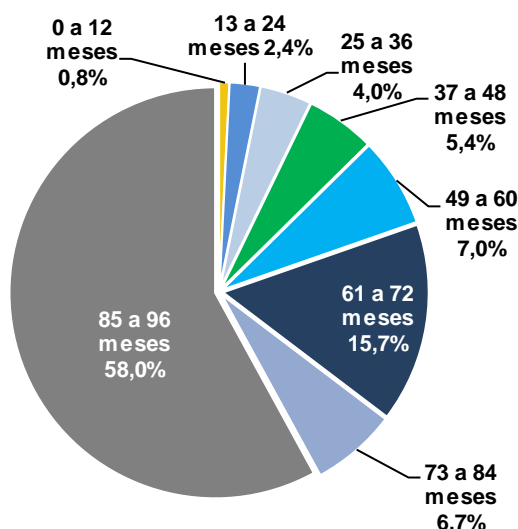
A figura a seguir demonstra a composição da carteira.

Figura 22. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %



A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 1T20 tem prazo superior a 60 meses. O perfil dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse período.

Figura 23. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Crédito Consignado



Parte dos convênios de crédito consignado permitem a cotação, liberação e contratação do produto via aplicativo do BB. Esses possuem a conveniência do “Duplo Sim”, quando a operação é formalizada pelo gerente de contas do cliente, porém é liberado via senha ou biometria pelo cliente diretamente no aplicativo, sem necessidade de comparecer à agência.

Além disso, o BB detém em crédito consignado a participação de mercado de 21,3%.

Tabela 59. Informações da Carteira de Crédito Consignado

	Jun/18	Set/18	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20
Crédito Consignado								
Taxa Média - % a.m. ¹	1,86	1,83	1,80	1,77	1,74	1,69	1,61	1,57
Prazo Médio - meses ²	62	63	63	64	65	66	68	68
Participação de Mercado - %	21,4	21,2	21,3	20,9	20,9	21,0	21,2	21,3

1 - Considera o portfólio.

2 – São calculados ponderando o prazo restante pelo saldo devedor.

Financiamento Imobiliário

O BB tem implementado medidas para elevar a eficiência no processo de concessão de crédito, tais como a possibilidade do cliente contratar a operação de crédito pelo aplicativo, sendo necessário comparecer a agência somente na assinatura do contrato

A participação de mercado do BB foi de 7,5% em março de 2020.

Tabela 60. Informações da Carteira de Financiamento Imobiliário

	Jun/18	Set/18	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20
Financiamento Imobiliário								
Ticket Médio - R\$ mil	158,8	151,4	147,3	149,0	143,1	153,7	141,3	154,3
Taxa Média - % a.a. ¹	7,26	7,28	7,29	7,29	7,29	7,28	7,25	7,21
Prazo Médio - meses ²	333	336	337	334	336	332	334	330
Percentual Financiado	58,0	61,2	61,3	61,3	61,4	61,5	61,5	61,7
Participação de Mercado - %	8,0	8,1	8,1	8,1	8,0	7,9	7,7	7,5

1 - Considera o portfólio.

2 - São calculados ponderando o prazo restante pelo saldo devedor.

Crédito Pessoal

A carteira de Crédito Pessoal do BB é composta por empréstimos não consignados e que não dependem necessariamente do recebimento de salários no Banco. No 1T20 o percentual médio desembolsado por meio digital foi de 49,7%.

O Banco do Brasil iniciou em 2018 a estratégia de oferta de crédito pessoal para clientes profissionais liberais com potencial para tomar crédito pessoal que não tivessem o perfil de tomadores de empréstimos consignados e de CDC Salário. Neste processo, inicialmente foram mapeados mais de 3 milhões de clientes e iniciadas abordagens. Além de ampliar a oferta de soluções financeiras, a

estratégia visa contribuir com a mudança no mix da carteira, com o incremento da participação de crédito não consignado.

Na comparação anual, a carteira de crédito pessoal cresceu 36,0% e alcançou R\$ 11,6 bilhões, incremento de R\$ 3,1 bilhões no período.

Tabela 61. Informações da Carteira de Crédito Pessoal

	Jun/18	Set/18	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20
Crédito Pessoal								
Taxa Média - % a.m. ¹	4,06	4,03	4,02	3,96	3,94	3,93	3,87	3,83
Prazo Médio - meses ²	44	45	47	47	47	47	50	49

1 - Considera o portfólio.

2 – São calculados ponderando o prazo restante pelo saldo devedor.

Financiamento de Veículos

A carteira de veículos orgânica do BB é composta por operações realizadas com correntistas do Banco. Em processo de concessão digital do crédito, o cliente tem a possibilidade de contratação do empréstimo por meio do aplicativo, inclusive nos fins de semana e sem a necessidade de ir à agência. Aproximadamente 53,0% das operações por esse meio são realizadas fora do expediente bancário, sendo 45,0% desembolsados via aplicativo.

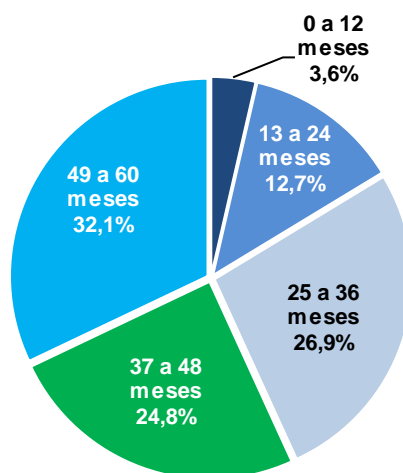
Na tabela a seguir são demonstradas as principais características dos clientes da carteira de financiamento de veículos orgânica do Banco do Brasil. Pode-se constatar que a maioria dos clientes são correntistas há mais de 10 anos e recebem proventos pelo Banco.

Tabela 62. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica

%	Mar/19	Dez/19	Mar/20
Tempo de Relacionamento			
Até 5 anos	4,8	4,2	3,9
Entre 5 a 10 anos	16,8	13,6	12,9
Mais de 10 anos	78,4	82,2	83,2
Proventos			
Recebem Proventos pelo Banco do Brasil	66,5	64,7	67,7
Recebem Proventos por outros bancos	33,5	35,3	32,3

A próxima figura demonstra o prazo das operações de financiamento de veículos contratadas no Banco do Brasil no 1T20. Cerca de 67,9% das contratações no trimestre têm prazo de até 48 meses.

Figura 24. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Financiamento de Veículos



A próxima tabela apresenta outras informações sobre a carteira de financiamentos veículos, com destaque para o percentual financiado com 67,2% em Mar/20.

Tabela 63. Informações da Carteira de Financiamentos de Veículos

	Jun/18	Set/18	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20
Financiamento de Veículos								
Taxa Média - % a.m. ¹	1,80	1,77	1,73	1,70	1,68	1,65	1,56	1,49
Prazo Médio - meses ²	30	31	32	32	32	33	34	34
Percentual Financiado	66,7	66,4	66,8	66,9	67,5	67,1	67,5	67,2
Participação de Mercado - % ³	7,5	6,3	5,6	5,7	4,9	4,6	3,9	4,5

1 - A taxa média considera o portfólio.

2 - São calculados ponderando o prazo restante pelo saldo devedor.

3 - Considera apenas recursos livres.

7.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

Em Mar/2020 a Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada alcançou o volume de R\$ 273,0 bilhões, com destaque para as linhas Capital de Giro e Recebíveis que cresceram respectivamente, 9,2% e 17,1%, se comparado com março do ano anterior.

Tabela 64. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada (a)	209.587	81,3	197.523	79,9	221.922	81,3	5,9	12,4
Capital de Giro Amplo	117.853	45,7	114.322	46,3	130.916	48,0	11,1	14,5
Capital de Giro	102.589	39,8	99.007	40,1	111.984	41,0	9,2	13,1
Recebíveis	12.923	5,0	13.077	5,3	15.134	5,5	17,1	15,7
Conta Garantida	2.004	0,8	1.879	0,8	3.367	1,2	68,0	79,2
Cheque Especial	337	0,1	359	0,1	432	0,2	28,0	20,2
Investimento	50.515	19,6	49.885	20,2	50.500	18,5	(0,0)	1,2
Crédito Renegociado	13.161	5,1	12.735	5,2	12.813	4,7	(2,6)	0,6
ACC/ACE	17.133	6,6	12.180	4,9	18.576	6,8	8,4	52,5
Crédito Imobiliário	5.839	2,3	3.490	1,4	2.781	1,0	(52,4)	(20,3)
Cartão de Crédito	2.974	1,2	2.809	1,1	4.413	1,6	48,4	57,1
Demais	2.112	0,8	2.101	0,9	1.924	0,7	(8,9)	(8,4)
TVM Privados e Garantias (b)	48.162	18,7	49.624	20,1	51.036	18,7	6,0	2,8
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	257.749	100,0	247.146	100,0	272.958	100,0	5,9	10,4

A segmentação da carteira pessoa jurídica do Banco do Brasil é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 65. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada (a)	209.587	81,3	197.523	79,9	221.922	81,3	5,9	12,4
Grandes Empresas	106.264	41,2	88.360	35,8	103.064	37,8	(3,0)	16,6
MPME	58.910	22,9	64.543	26,1	65.964	24,2	12,0	2,2
Governo	44.413	17,2	44.620	18,1	52.894	19,4	19,1	18,5
TVM Privados e Garantias (b)	48.162	18,7	49.624	20,1	51.036	18,7	6,0	2,8
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	257.749	100,0	247.146	100,0	272.958	100,0	5,9	10,4

Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas

Enquadram-se no segmento micro, pequenas e médias empresas aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões.

Do saldo dessa carteira, 96,5% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Tabela 66. Tempo de Relacionamento dos Clientes MPME

%	Mar/19	Dez/19	Mar/20
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	0,8	1,2	1,2
De 1 a 2 anos	1,5	2,2	2,3
De 2 a 5 anos	6,1	6,3	6,5
Entre 5 a 10 anos	23,1	19,9	18,9
Mais de 10 anos	68,5	70,4	71,0

A próxima tabela apresenta os principais detalhamentos dos saldos aplicados junto ao segmento MPME. Destaque para o crescimento de R\$ 6,3 bilhões, na comparação anual, na linha capital de giro.

Tabela 67. Carteira de Crédito MPME

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada MPME	58.910	100,0	64.543	100,0	65.964	100,0	12,0	2,2
Capital de Giro Amplo	29.716	50,4	35.047	54,3	36.066	54,7	21,4	2,9
Capital de Giro	23.375	39,7	28.496	44,2	29.648	44,9	26,8	4,0
Recebíveis	4.448	7,5	4.597	7,1	4.374	6,6	(1,7)	(4,9)
Conta Garantida	1.558	2,6	1.597	2,5	1.614	2,4	3,6	1,1
Cheque Especial	335	0,6	358	0,6	430	0,7	28,2	20,1
Investimento	12.830	21,8	13.399	20,8	13.597	20,6	6,0	1,5
Crédito Renegociado	7.932	13,5	7.674	11,9	8.249	12,5	4,0	7,5
ACC/ACE	3.310	5,6	3.749	5,8	3.902	5,9	17,9	4,1
Cartão de Crédito	2.180	3,7	2.066	3,2	1.999	3,0	(8,3)	(3,2)
Crédito Imobiliário	2.107	3,6	1.957	3,0	1.527	2,3	(27,5)	(22,0)
Demais	834	1,4	651	1,0	624	0,9	(25,2)	(4,1)

No 1T20, foram realizadas 1,01 bilhão de transações através de nossos canais, via mobile e internet, crescimento de 8,2% se comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. Além das soluções digitais, contamos com atendimento especializado para o público MPE, expandindo a rede de atendimento, com 1.688 pontos de atendimentos especializados dedicados ao atendimento às Micro e Pequenas Empresas.

Crédito para Comércio Exterior

O Banco do Brasil é um dos principais parceiros do comércio exterior brasileiro, encerrando o 1T20 com participação de mercado de 17,4% e 11,6% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. O BB encerrou o 1T20 com 24,4% de participação em ACC/ACE.

Tabela 68. Câmbio de Exportação e Importação

	Saldos				Var. % s/		
	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Câmbio Exportação							
Volume Contratado (US\$ mil)	8.187	9.241	8.993	8.001	9.399	14,8	17,5
Participação de Mercado - %	18,8	18,7	16,8	15,5	17,4		
Câmbio Importação							
Volume Contratado (US\$ mil)	5.501	7.257	6.119	6.130	4.433	(19,4)	(27,7)
Participação de Mercado - %	14,4	17,4	12,6	13,7	11,6		

Tabela 69. ACC/ACE

	Saldos					Var. % s/	
	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Volume Contratado (US\$ milhões)	1.903	2.312	1.988	1.132	2.405	26,4	112,4
Quantidade de Contratos	2.790	2.973	3.208	2.723	2.764	(0,9)	1,5
Volume Médio por Contrato (US\$ mil)	682	778	620	416	870	27,6	109,3

Crédito para Governo

O Banco do Brasil apoia os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, no financiamento de programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a população e contribuindo para o desenvolvimento do país. No 1T20, foram desembolsados R\$ 228 milhões para os estados e municípios para viabilizar despesas de capital e execução de programas de investimentos constantes do plano plurianual dos entes públicos.

Segundo a Circular Bacen nº 3.644/2013, artigo 37, deve ser aplicado o Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

7.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira e tem fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País.

O Brasil é um dos maiores exportadores do agronegócio mundial, com destaque para a posição que ocupa na produção, exportação e comércio das principais cadeias produtivas agropecuárias.

Tabela 70. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial

Item	Produção	Exportação	% Exportações Mundiais
Suco de Laranja	1º	1º	72,4%
Complexo de Soja	1º	1º	50,7%
Açúcar	1º	1º	33,8%
Carne de Frango	3º	1º	30,8%
Café	1º	1º	26,2%
Carne Bovina	2º	1º	22,2%
Milho	3º	2º	22,5%
Algodão	4º	2º	20,2%

Fonte: USDA – PSD online.

O protagonismo do agronegócio brasileiro está associado à competência dos produtores rurais, recursos naturais disponíveis, tecnologia de ponta e oferta de crédito. Esse conjunto de atributos faz com que o País tenha uma posição privilegiada no cenário mundial.

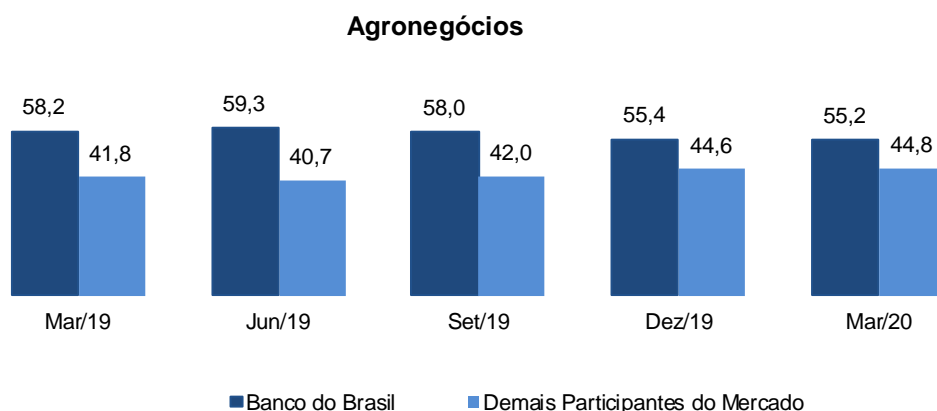
Agronegócio no BB

O Banco do Brasil é um dos principais agentes indutores do desenvolvimento do agronegócio no País, alinhado aos critérios estabelecidos para a manutenção da sustentabilidade socioambiental.

Atuando desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais, o Banco do Brasil financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como a construção e ampliação de armazéns, a aquisição e modernização de máquinas e implementos, além do beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários e a adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o BB apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

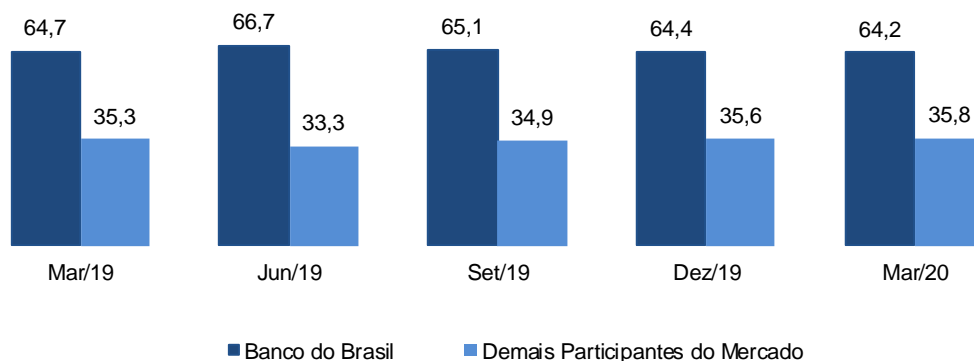
O Banco mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, o BB detém 55,2% de participação nos financiamentos destinados ao setor, com posição em março de 2020.

Figura 25. Participação do BB – %



Se forem consideradas somente as operações de crédito rural, a participação do BB é de 64,2%.

Crédito Rural



A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 71. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região

Região	Crédito Rural - %	Agroindustrial - %	Total - %
Sudeste	24,5	76,6	28,2
Sul	26,6	14,0	25,7
Centro-Oeste	32,2	6,7	30,4
Nordeste	8,8	2,2	8,3
Norte	8,0	0,5	7,5

A tabela a seguir apresenta a composição da carteira de crédito de agronegócios por programa/linha de crédito.

Tabela 72. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada	184.739	98,6	179.423	97,8	181.888	97,7	(1,5)	1,4
Crédito Rural	166.351	88,8	166.201	90,6	169.045	90,8	1,6	1,7
Pronaf	44.075	23,5	44.383	24,2	44.320	23,8	0,6	(0,1)
Custeio Agropecuário	37.686	20,1	37.416	20,4	39.508	21,2	4,8	5,6
Pronamp	22.621	12,1	23.265	12,7	22.749	12,2	0,6	(2,2)
FCO Rural	18.365	9,8	19.594	10,7	20.366	10,9	10,9	3,9
Investimento Agropecuário	15.005	8,0	17.409	9,5	18.584	10,0	23,9	6,7
Programa ABC	8.596	4,6	8.449	4,6	8.241	4,4	(4,1)	(2,5)
BNDES/Finame Rural	6.605	3,5	6.571	3,6	6.463	3,5	(2,1)	(1,7)
Comercialização Agropecuária	10.230	5,5	5.627	3,1	5.411	2,9	(47,1)	(3,8)
Demais	3.170	1,7	3.487	1,9	3.403	1,8	7,4	(2,4)
Crédito Agroindustrial	18.388	9,8	13.222	7,2	12.843	6,9	(30,2)	(2,9)
Cédula de Produto Rural e Garantias	2.685	1,4	4.113	2,2	4.301	2,3	60,2	4,6
Carteira Rural Ampliada	169.036	90,2	170.315	92,8	173.345	93,1	2,5	1,8
Carteira de Crédito Ampliada	187.424	100,0	183.536	100,0	186.189	100,0	(0,7)	1,4

A tabela a seguir apresenta a destinação da carteira de agronegócio do BB segmentada em linhas de custeio, investimento, comercialização, agroindustrial, industrialização e demais.

Tabela 73. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada	184.739	98,6	179.423	97,8	181.888	97,7	(1,5)	1,4
Investimento	94.139	50,2	97.387	53,1	98.998	53,2	5,2	1,7
Custeio	57.105	30,5	58.014	31,6	59.317	31,9	3,9	2,2
Agroindustrial	18.388	9,8	13.222	7,2	12.843	6,9	(30,2)	(2,9)
Comercialização	10.550	5,6	5.631	3,1	5.474	2,9	(48,1)	(2,8)
Industrialização	1.811	1,0	1.701	0,9	2.018	1,1	11,4	18,7
Demais	2.746	1,5	3.468	1,9	3.238	1,7	17,9	(6,6)
Cédula de Produto Rural e Garantias	2.685	1,4	4.113	2,2	4.301	2,3	60,2	4,6
Carteira de Crédito Ampliada	187.424	100,0	183.536	100,0	186.189	100,0	(0,7)	1,4

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por tipo de item financiado.

Tabela 74. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada	184.739	98,6	179.423	97,8	181.888	97,7	(1,5)	1,4
Bovinocultura	42.245	22,5	42.426	23,1	44.097	23,7	4,4	3,9
Carne	28.048	15,0	29.463	16,1	30.272	16,3	7,9	2,7
Leite	14.196	7,6	12.963	7,1	13.825	7,4	(2,6)	6,7
Máquinas e Implementos	26.150	14,0	27.787	15,1	28.404	15,3	8,6	2,2
Soja	20.794	11,1	19.905	10,8	20.258	10,9	(2,6)	1,8
Milho	8.990	4,8	7.754	4,2	8.208	4,4	(8,7)	5,9
Armazenagem	6.912	3,7	7.320	4,0	7.430	4,0	7,5	1,5
Melhoramento do Solo	5.622	3,0	6.135	3,3	6.407	3,4	14,0	4,4
Café	4.664	2,5	5.021	2,7	5.056	2,7	8,4	0,7
Pastagem	4.152	2,2	4.429	2,4	4.659	2,5	12,2	5,2
Cana-de-açúcar	3.861	2,1	3.088	1,7	3.088	1,7	(20,0)	(0,0)
Avicultura	3.201	1,7	3.002	1,6	3.091	1,7	(3,4)	3,0
Caminhões/Veículos	3.135	1,7	2.880	1,6	2.863	1,5	(8,7)	(0,6)
Arroz	2.212	1,2	1.861	1,0	1.927	1,0	(12,9)	3,5
Suinocultura	1.849	1,0	1.850	1,0	1.947	1,0	5,3	5,2
Eucalipto/Pinus/Florestas	1.932	1,0	1.759	1,0	1.743	0,9	(9,8)	(0,9)
Algodão	968	0,5	1.210	0,7	1.156	0,6	19,5	(4,4)
Trigo	811	0,4	864	0,5	901	0,5	11,1	4,3
Demais	28.854	15,4	28.912	15,8	27.810	14,9	(3,6)	(3,8)
Crédito Agroindustrial	18.388	9,8	13.222	7,2	12.843	6,9	(30,2)	(2,9)
Cédula de Produto Rural e Garantias	2.685	1,4	4.113	2,2	4.301	2,3	60,2	4,6
Carteira de Crédito Ampliada	187.424	100,0	183.536	100,0	186.189	100,0	(0,7)	1,4

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme o porte do cliente.

Tabela 75. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada	184.739	98,6	179.423	97,8	181.888	97,7	(1,5)	1,4
Médio e Grande Produtor	100.931	53,9	103.208	56,2	109.033	58,6	8,0	5,6
Pequeno Produtor	47.742	25,5	49.001	26,7	48.937	26,3	2,5	(0,1)
Empresas	29.070	15,5	21.350	11,6	17.671	9,5	(39,2)	(17,2)
Cooperativas Agropecuárias	6.997	3,7	5.864	3,2	6.247	3,4	(10,7)	6,5
Cédula de Produto Rural e Garantias	2.685	1,4	4.113	2,2	4.301	2,3	60,2	4,6
Carteira de Crédito Ampliada	187.424	100,0	183.536	100,0	186.189	100,0	(0,7)	1,4

Na tabela seguinte é apresentada a distribuição do saldo da carteira de crédito de agronegócios por tipo de personalidade jurídica.

Tabela 76. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Carteira de Crédito Classificada	184.739	98,6	179.423	97,8	181.888	97,7	(1,5)	1,4
Pessoa Física	148.673	79,3	155.467	84,7	157.970	84,8	6,3	1,6
Pessoa Jurídica	36.066	19,2	23.956	13,1	23.918	12,8	(33,7)	(0,2)
Cédula de Produto Rural e Garantias	2.685	1,4	4.113	2,2	4.301	2,3	60,2	4,6
Carteira de Crédito Ampliada	187.424	100,0	183.536	100,0	186.189	100,0	(0,7)	1,4

Nos financiamentos rurais e agroindustriais, o BB utiliza 74,8% de recursos direcionados e livres (principalmente poupança rural, letras de crédito do agronegócio – LCA e depósitos à vista). Além desses, o Banco também repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de fundos constitucionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

A seguir, é apresentada a carteira de crédito ampliada de agronegócios por fonte de recursos.

Tabela 77. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos

R\$ milhões	Saldos					
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %
Poupança Rural	83.231	44,4	87.595	47,7	81.851	44,0
LCA	40.122	21,4	33.172	18,1	30.026	16,1
Depósitos à Vista	20.948	11,2	17.980	9,8	27.375	14,7
FCO	23.328	12,4	24.161	13,2	24.822	13,3
BNDES/FINAME	8.930	4,8	8.524	4,6	8.056	4,3
Demais ¹	10.865	5,8	12.103	6,6	14.059	7,6
Carteira de Crédito Ampliada	187.424	100,0	183.536	100,0	186.189	100,0

1 - Tesouro Nacional, Funcafé, Cédula de Produto Rural e Garantias.

Para tornar os financiamentos com taxas de juros diferenciadas viáveis, cobrindo os custos da captação, o risco de crédito, os custos administrativos e tributários e a rentabilidade do Banco, o Tesouro Nacional e o Banco Central podem autorizar:

a) a Equalização de Taxas: valor pago pelo Tesouro Nacional que representa uma receita dos bancos para a cobertura dos custos administrativos e tributários, além de garantir a taxa de rentabilidade sobre os recursos aplicados;

b) o Fator de Ponderação: multiplicador adotado pelo Governo Federal para aplicação dos recursos originários de depósitos à vista e poupança rural. Por meio desse mecanismo, os bancos são autorizados a cumprir uma menor taxa de exigibilidade de aplicação de recursos em crédito rural, o que possibilita que o montante liberado seja investido em operações a taxas de mercado, com o objetivo de compensar o diferencial de rentabilidade decorrente da taxa de juros paga pelo tomador final nas operações do crédito rural incentivadas pelo governo.

O mecanismo do fator de ponderação reduz a quantidade de recursos que o governo tem de equalizar e permite aos bancos a compensação proporcional na rentabilidade. No Banco do Brasil, os recursos liberados para o caixa são aplicados à remuneração TMS.

As receitas financeiras do agronegócio foram afetadas, principalmente, pela queda da TMS, que compõe a taxa de equalização. Considerando-se as receitas financeiras de crédito ao agronegócio, excluídas as receitas de equalização, tem-se um crescimento influenciado pelo crescimento da carteira rural.

A tabela a seguir mostra o histórico do recebimento de receitas a título de equalização de taxas e fator de ponderação.

Tabela 78. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Receitas de Equalização	834	764	722	628	512
Fator de Ponderação ¹	24	30	38	24	13
Total	858	794	760	653	525

1 – Série revisada no 4T19.

A tabela a seguir evidencia a distribuição dos recursos equalizáveis da carteira de agronegócios do BB.

Tabela 79. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios

R\$ milhões	Saldos		
	Mar/19	Dez/19	Mar/20
Carteira de Crédito Classificada	184.739	179.423	181.888
Recursos Equalizáveis	84.256	88.897	78.717
Investimento	52.413	55.943	55.370
Custeio	30.295	30.601	23.299
Comercialização	80	776	48
Demais	1.469	1.577	0
Recursos Não-Equalizáveis	100.483	90.526	103.171
Cédula de Produto Rural e Garantias	2.685	4.113	4.301
Carteira de Crédito Ampliada	187.424	183.536	186.189

Na safra 2019/2020, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 65,2 bilhões em operações de crédito rural até março de 2020.

A tabela seguinte mostra o comparativo do desembolso na safra 2018/2019 com o mesmo período da Safra 2019/2020, detalhando o segmento do cliente e a finalidade do crédito.

Tabela 80. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural

R\$ milhões	Safra 18/19	Safra 19/20	Var. (%)
Agricultura Familiar - Pronaf	10.080	10.526	4,4
Custeio	5.580	5.456	(2,2)
Investimento	4.500	5.007	11,3
Industrialização	-	63	-
Médios Produtores - Pronamp	7.567	10.674	41,1
Custeio	6.929	9.527	37,5
Investimento	638	1.147	79,8
Agricultura Empresarial	42.091	41.708	(0,9)
Custeio/Comercialização	31.292	28.826	(7,9)
Investimento	8.492	9.390	10,6
Industrialização	745	1.779	138,9
Demais	1.562	1.713	9,7
Agroindustrial	1.630	2.335	43,2
Total	61.369	65.243	6,3

Mitigadores de Risco

O Banco do Brasil estimula a contratação de proteção contra intempéries (seguro agrícola ou Proagro) nas operações de custeio agrícola. A estratégia é aperfeiçoada a cada nova safra, inclusive com a oferta massificada de opções e outros mecanismos, como por exemplo o seguro faturamento.

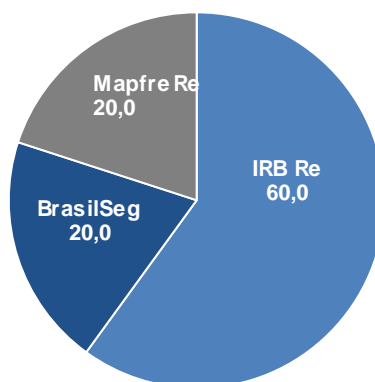
A estratégia de mitigação considera diversas informações das operações demandadas pelos clientes, como o risco da atividade, a cultura a ser financiada e o local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção (seguro agrícola/Proagro ou opções) mais adequado ao perfil de risco de cada operação.

A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola, para as respectivas safras.

Tabela 81. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola

R\$ milhões	Contratação					
	Safra 17/18	Part. %	Safra 18/19	Part. %	Safra 19/20	Part. %
Custeio Agrícola	22.588	100,0	22.278	100,0	26.619	100,0
Total com Mitigador	14.323	63,4	14.251	64,0	13.777	51,8
Proagro	4.362	19,3	4.167	18,7	4.166	15,7
Seguro Agrícola	9.620	42,6	9.825	44,1	9.573	36,0
Proteção de Preço	340	1,5	260	1,2	37	0,1
Sem Mitigador	8.266	36,6	8.027	36,0	12.843	48,2

Os riscos assumidos em decorrência da contratação de seguro agrícola nos primeiros nove meses da safra 2019/2020 foram distribuídos conforme a figura a seguir.

Figura 26. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %

7.1.4. Concentração

As tabelas a seguir apresentam o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona. A primeira tabela apresenta a concentração em relação à carteira de crédito classificada e a segunda em relação ao patrimônio de referência.

Tabela 82. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito Classificada

Período	1º Cliente (%)	2º ao 20º (%)		21º ao 100º (%)		100 maiores (%)		
		Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	
Jun/18	3,7	23.894	11,9	75.643	9,7	61.723	25,3	161.260
Set/18	3,8	23.917	11,7	74.629	9,4	59.613	24,9	158.159
Dez/18	3,4	21.860	11,4	73.442	9,1	58.179	23,9	153.481
Mar/19	2,4	14.828	11,4	71.546	8,9	56.205	22,7	142.579
Jun/19	2,0	12.228	10,9	68.265	8,3	51.965	21,1	132.458
Set/19	1,9	12.178	11,0	68.750	7,8	49.063	20,8	129.990
Dez/19	1,9	12.112	10,3	63.911	7,0	43.374	19,2	119.397
Mar/20	2,0	13.346	11,5	76.177	8,4	55.370	21,9	144.894

Tabela 83. 100 Maiores Clientes em Relação ao Patrimônio de Referência

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Jun/18	18,4	23.894	58,2	75.643	47,5	61.723	124,0	161.260
Set/18	18,1	23.917	56,6	74.629	45,2	59.613	119,9	158.159
Dez/18	16,3	21.860	54,7	73.442	43,4	58.179	114,4	153.481
Mar/19	11,0	14.828	53,0	71.546	41,7	56.205	105,7	142.579
Jun/19	9,4	12.228	52,4	68.265	39,9	51.965	101,8	132.458
Set/19	9,1	12.178	51,2	68.750	36,5	49.063	96,8	129.990
Dez/19	9,2	12.112	48,4	63.911	32,8	43.374	90,3	119.397
Mar/20	9,6	13.346	54,8	76.177	39,8	55.370	104,2	144.894

A próxima tabela apresenta a concentração da carteira de crédito PJ e agronegócios PJ, considerando a carteira do Banco Múltiplo, operações com TVM e garantia e carteira externa.

Cada macrossetor é composto por diversos segmentos econômicos correlacionados. A carteira é constituída de acordo com o código de atividade principal no cadastro de cada cliente.

Tabela 84. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/		
	Macrossetor	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
	Administração Pública	45.192	13,9	45.355	15,3	53.886	16,2	19,2	18,8
	Agronegócio de Origem Vegetal	32.561	10,0	29.893	10,1	34.274	10,3	5,3	14,7
	Petroleiro	27.404	8,5	27.312	9,2	29.375	8,8	7,2	7,6
	Energia Elétrica	23.841	7,4	21.136	7,1	19.833	5,9	(16,8)	(6,2)
	Transportes	22.886	7,1	20.857	7,0	22.519	6,8	(1,6)	8,0
	Serviços	21.587	6,7	20.828	7,0	22.870	6,9	5,9	9,8
	Mineração e Metalurgia	22.968	7,1	16.553	5,6	19.138	5,7	(16,7)	15,6
	Automotivo	15.899	4,9	12.668	4,3	16.981	5,1	6,8	34,0
	Comércio Varejista	10.646	3,3	11.489	3,9	13.545	4,1	27,2	17,9
	Agronegócio de Origem Animal	15.341	4,7	10.307	3,5	12.187	3,7	(20,6)	18,2
	Imobiliário	11.740	3,6	9.047	3,0	8.186	2,5	(30,3)	(9,5)
	Instituições e Serviços Financeiros	9.514	2,9	9.019	3,0	14.255	4,3	49,8	58,1
	Insumos Agrícolas	8.809	2,7	8.073	2,7	8.497	2,5	(3,6)	5,2
	Fornecedores da Construção Civil	8.512	2,6	7.963	2,7	8.472	2,5	(0,5)	6,4
	Eletroeletrônico	6.347	2,0	6.988	2,4	7.922	2,4	24,8	13,4
	Comércio Atacadista e Ind. Diversas	5.891	1,8	6.317	2,1	6.339	1,9	7,6	0,4
	Químico	6.338	2,0	6.289	2,1	6.946	2,1	9,6	10,5
	Têxtil e Confecções	6.259	1,9	6.125	2,1	6.474	1,9	3,4	5,7
	Telecomunicações	6.183	1,9	5.844	2,0	6.093	1,8	(1,4)	4,3
	Papel e Celulose	4.566	1,4	4.205	1,4	4.399	1,3	(3,7)	4,6
	Madeireiro e Moveleiro	3.914	1,2	4.194	1,4	4.343	1,3	11,0	3,5
	Construção Pesada	4.202	1,3	3.793	1,3	3.707	1,1	(11,8)	(2,3)
	Couro e Calçados	1.710	0,5	1.494	0,5	1.599	0,5	(6,5)	7,0
	Bebidas	1.479	0,5	1.314	0,4	1.587	0,5	7,3	20,8
	Demais Atividades	287	0,1	175	0,1	131	0,0	(54,4)	(25,3)
	Total	324.073	100,0	297.238	100,0	333.559	100,0	2,9	12,2
	Carteira de Crédito Interna	245.686		221.513		245.829			
	Carteira de Crédito Externa	25.054		21.449		30.235			
	Garantias	15.010		14.864		17.840			
	TVM	38.324		39.413		39.654			
	Total	324.073		297.238		333.559			

7.2. Qualidade do Crédito

Todas as segmentações do risco da carteira de crédito nesta seção referem-se à Carteira Classificada (Resolução CMN nº 2.682/99), exceto se indicado de outra forma.

No primeiro trimestre, considerando o contexto adverso associado aos potenciais impactos negativos na economia decorrentes da pandemia da Covid-19, em uma ação preventiva, o BB realizou, prudencialmente, reforço das provisões em R\$ 2,0 bilhões, referente a operações da Carteira Interna. Tal provisionamento foi constituído da seguinte forma: R\$ 1,2 bilhão no segmento Pessoa Física, R\$ 824 milhões no segmento Pessoa Jurídica e R\$ 46 milhões no Agronegócio.

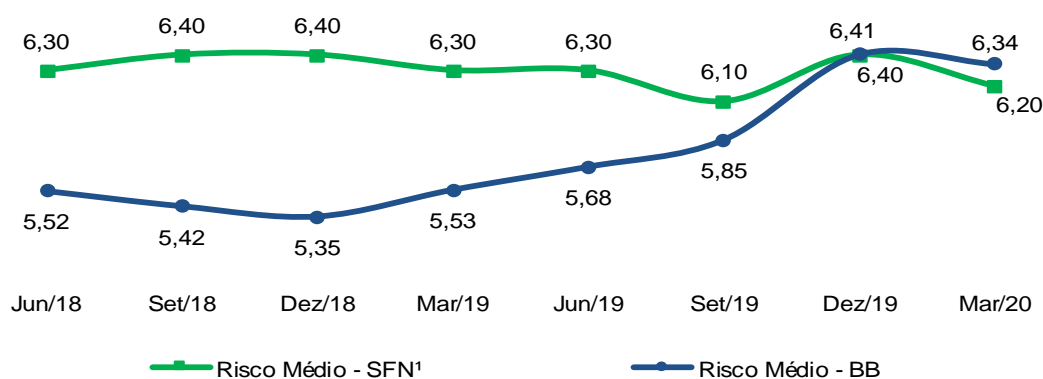
No 2T19, conforme reportado, houve entrada em recuperação judicial de um grupo do segmento *Large Corporate*. Dessa forma, os índices de cobertura da Carteira de Crédito foram afetados, explicando a oscilação em relação aos períodos anteriores. Com isso, para efeito de comparação, foi excluído o efeito do caso específico na série histórica, tanto nas tabelas quanto nos gráficos dispostos ao longo da seção.

Para demonstrar como os índices estão se comportando estruturalmente, os gráficos foram ajustados, pela simulação de exclusão desse efeito, sendo representados pela linha tracejada.

O reforço prudencial da provisão nesse trimestre influenciou o risco médio, que foi de 5,53% em Mar/19 para 6,34% em Mar/20.

O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica do risco médio da Carteira de Crédito do Banco do Brasil e sua comparação direta com o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

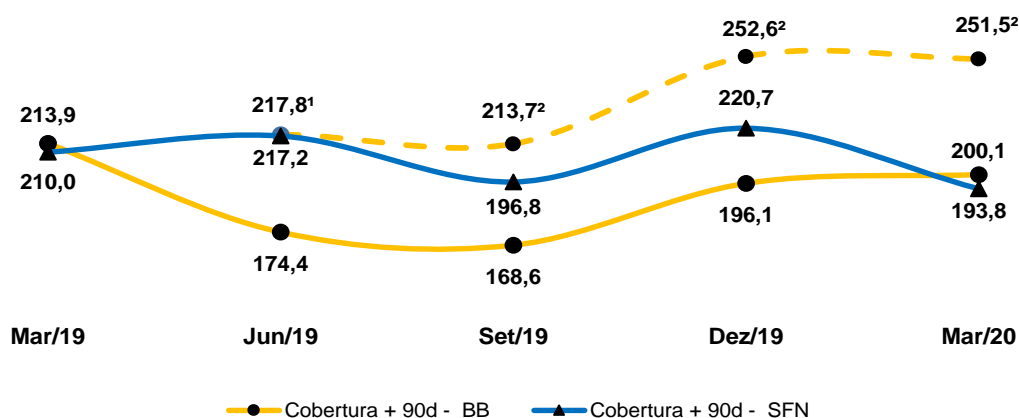
Figura 27. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



1 – Fonte: SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil.

A seguir é apresentado o índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias, que exprime a relação entre o saldo total de provisão e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

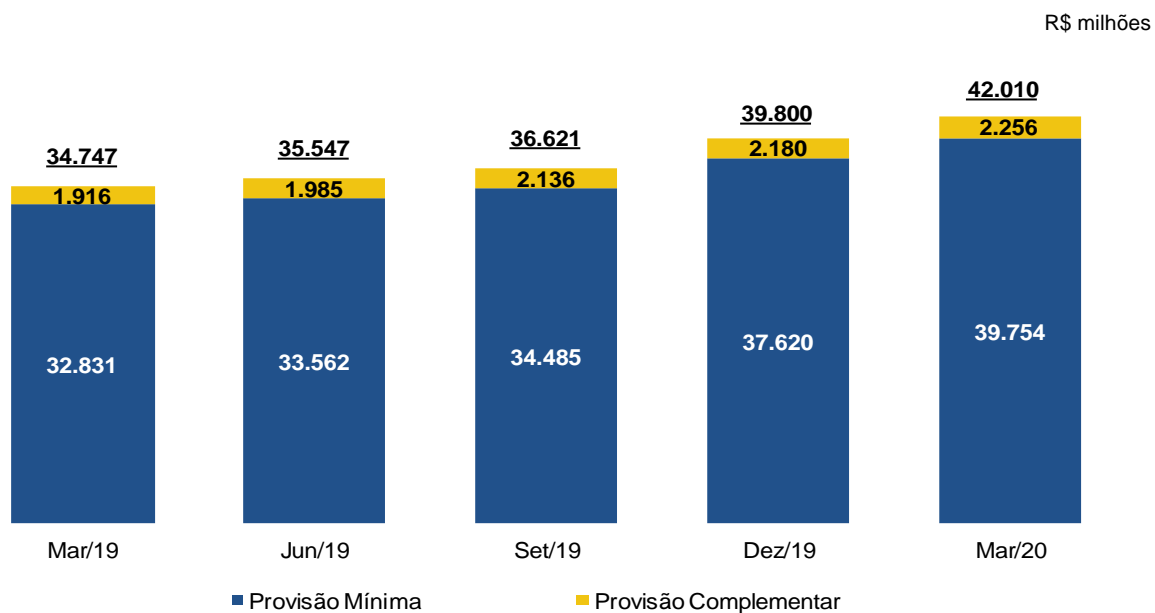
Figura 28. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada



1 - Simulação excluindo o efeito de caso específico.

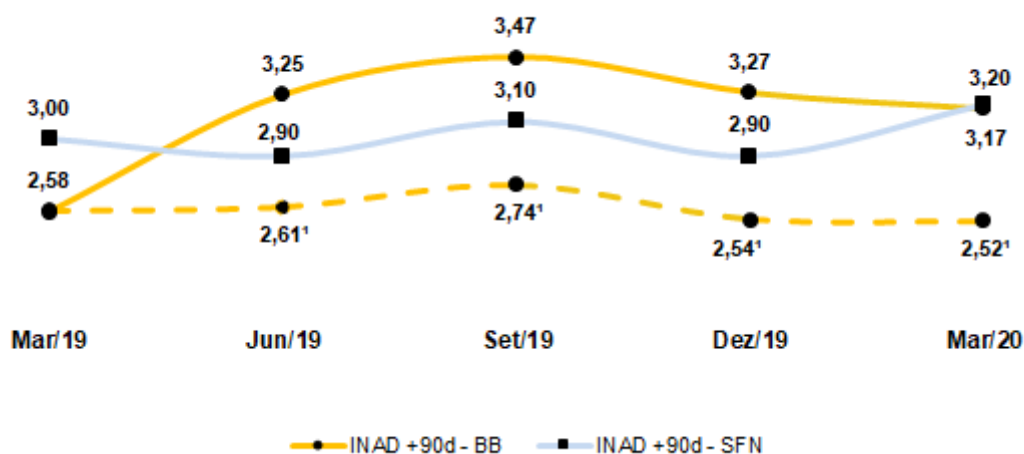
A próxima figura apresenta o saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), detalhando-se a provisão mínima, que é a provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99, a provisão complementar, que corresponde à provisão dos 30 níveis intermediários estabelecidos pela Administração do BB, e a provisão requerida, que corresponde à soma das anteriores.

Figura 29. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada¹



1 – Série revisada em Jun/19.

O índice de inadimplência (INAD +90d) compreende a relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada.

Figura 30. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada

1 - Simulação excluindo o efeito de caso específico.

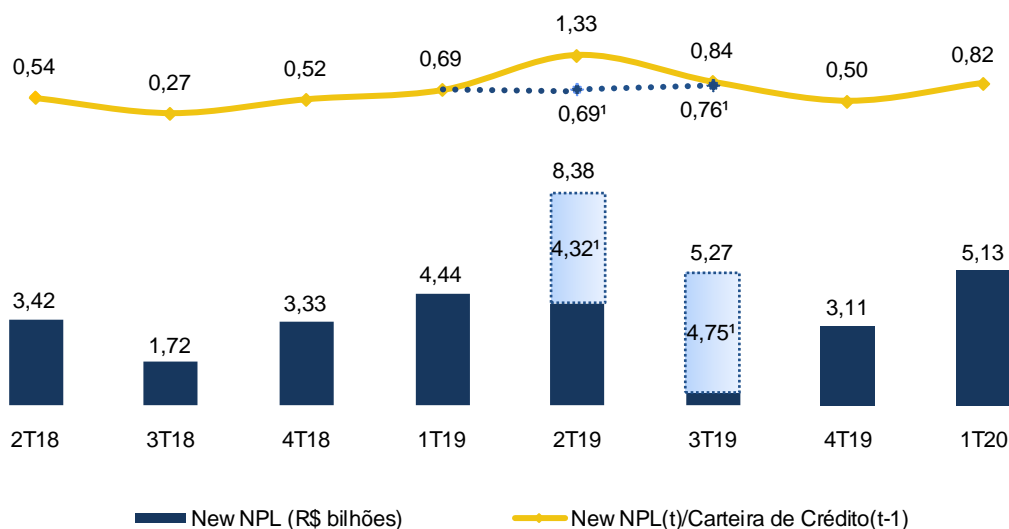
A seguir são apresentadas as inadimplências por segmento de atuação do BB.

Tabela 85. INAD +90 por segmento – em % da Carteira de Crédito Classificada Interna

Gráficos Inad por Segmento - %	Jun/18	Set/18	Dez/18	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20
Pessoa Física	3,33	3,27	3,08	3,25	3,31	3,52	3,41	3,71
Pessoa Jurídica	5,10	3,68	3,15	3,02	3,84	3,97	3,37	2,83
Pessoa Jurídica - Sem caso específico	-	-	-	-	3,23	3,09	2,49	2,16
Agronegócios	1,61	1,62	1,53	1,68	3,08	3,27	3,42	3,57
Agronegócios - Sem caso específico	-	-	-	-	1,54	1,70	1,85	2,03

No gráfico a seguir é possível observar o indicador *New NPL*/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre anterior.

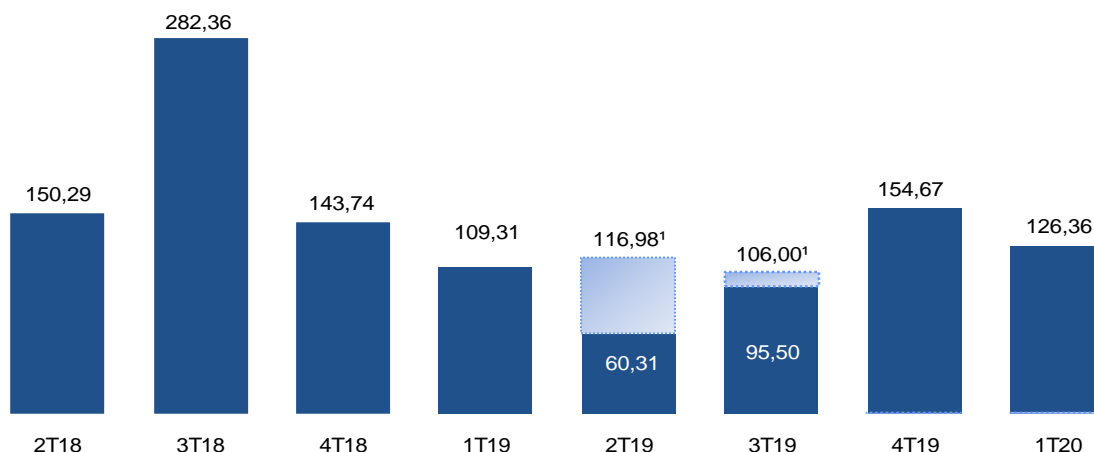
É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN nº 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

Figura 31. *New NPL* – % da Carteira de Crédito Classificada

1 - Simulação excluindo caso específico

No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 32. Despesa Trimestral de PCLD sobre New NPL (Cobertura) - %



1 – Simulação excluindo caso específico.

Tabela 86. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	
Mar/19						Mar/20					
AA	313.618	-	-	-	49,9	328.420	-	-	-	49,6	
A	70.282	351	48	399	11,2	71.608	358	49	407	10,8	
B	138.768	1.388	480	1.868	22,1	148.299	1.483	543	2.026	22,4	
C	55.093	1.653	1.169	2.821	8,8	57.523	1.726	1.429	3.155	8,7	
D	10.252	1.025	163	1.188	1,6	12.555	1.255	206	1.461	1,9	
E	12.947	3.884	7	3.891	2,1	7.445	2.233	23	2.256	1,1	
F	4.608	2.304	46	2.349	0,7	2.427	1.214	6	1.219	0,4	
G	3.637	2.546	5	2.551	0,6	7.815	5.471	1	5.472	1,2	
H	19.680	19.680	-	19.680	3,1	26.014	26.014	-	26.014	3,9	
Total	628.884	32.831	1.916	34.747	100,0	662.106	39.754	2.256	42.010	100,0	
AA-C	577.761	3.392	1.696	5.088	91,9	605.850	3.567	2.021	5.588	91,5	
D-H	51.123	29.439	220	29.659	8,1	56.256	36.187	235	36.422	8,5	
Dez/19						Mar/20					
AA	294.239	-	-	-	47,4	328.420	-	-	-	49,6	
A	66.828	334	42	376	10,8	71.608	358	49	407	10,8	
B	150.152	1.502	543	2.045	24,2	148.299	1.483	543	2.026	22,4	
C	58.086	1.743	1.383	3.125	9,3	57.523	1.726	1.429	3.155	8,7	
D	9.997	1.000	196	1.196	1,6	12.555	1.255	206	1.461	1,9	
E	6.820	2.046	9	2.055	1,1	7.445	2.233	23	2.256	1,1	
F	3.781	1.890	6	1.896	0,6	2.427	1.214	6	1.219	0,4	
G	7.785	5.449	1	5.451	1,3	7.815	5.471	1	5.472	1,2	
H	23.656	23.656	0	23.656	3,8	26.014	26.014	-	26.014	3,9	
Total	621.345	37.620	2.180	39.800	100,0	662.106	39.754	2.256	42.010	100,0	
AA-C	569.306	3.578	1.968	5.546	91,6	605.850	3.567	2.021	5.588	91,5	
D-H	52.039	34.042	212	34.254	8,4	56.256	36.187	235	36.422	8,5	

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Na próxima tabela é apresentada a PCLD na visão trimestral sem a recuperação de crédito, bem como a carteira classificada média, além dos indicadores de despesa sobre a carteira.

Tabela 87. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões, exceto quando indicado	Saldo					Var. %	
	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Despesas de PCLD							
(A) 12 meses	(19.631)	(19.552)	(19.732)	(19.748)	(21.373)	8,9	8,2
(B) 3 meses	(4.851)	(5.055)	(5.037)	(4.804)	(6.477)	33,5	34,8
Média da Carteira Classificada							
(C) 12 meses	633.028	631.918	629.397	626.609	627.294	(0,9)	0,1
(D) 3 meses	632.757	627.186	624.174	622.687	633.098	0,1	1,7
Recuperação de Operações em Perdas							
(E) 12 meses	6.528	6.471	6.560	6.745	6.606	1,2	(2,1)
(F) 3 meses	1.725	1.494	1.721	1.805	1.585	(8,1)	(12,2)
Índices de PCLD - %							
(A/C) 12 meses	3,10	3,09	3,14	3,15	3,41		
(B/D) 3 meses	0,77	0,81	0,81	0,77	1,02		

A seguir, apresentamos o resumo dos principais indicadores de gestão do risco de crédito, alguns dos quais já mencionados anteriormente.

Tabela 88. Índices de Atraso da Carteira Classificada

R\$ milhões, exceto quando indicado	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Carteira de Crédito Classificada	628.884	626.322	626.090	621.345	662.106
Operações Vencidas + 15 dias	29.002	33.387	34.213	33.272	35.620
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	4,61	5,33	5,46	5,35	5,38
Op. Venc. + 15 dias/Carteira de Crédito - % sem caso específico	-	-	4,73	4,62	4,68
Operações Vencidas + 60 dias	19.907	25.045	24.609	23.289	24.272
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	3,17	4,00	3,93	3,75	3,67
Op. Venc. + 60 dias/Cart. de Crédito - % sem caso específico	-	-	3,20	3,02	3,02
Op. Vencidas + 15-59 dias/Carteira de Crédito - %	1,45	1,33	1,53	1,61	1,71
Op. Venc. + 15-59 dias/Cart. de Crédito - % sem caso específico	-	-	1,53	1,61	1,66
Operações Vencidas + 90 dias	16.241	20.378	21.718	20.293	20.999
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	2,58	3,25	3,47	3,27	3,17
Op. Venc. + 90 dias/Cart. de Créd. - sem caso específico %	-	-	2,74	2,54	2,52
Op. Vencidas + 15-89 dias/Carteira de Crédito - %	2,03	2,08	2,00	2,09	2,21
Op. Venc. + 15-89 dias/Cart. de Crédito - % sem caso específico	-	-	2,00	2,09	2,16
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - SFN - %	3,00	2,90	3,10	2,90	3,20
Saldo da Perda	2.705	2.751	2.213	2.727	2.834
Baixa para Prejuízo	4.430	4.245	3.935	4.532	4.420
Recuperação de Operações em Perdas	(1.725)	(1.494)	(1.721)	(1.805)	(1.585)
Recuperação/Baixa para Prejuízo - %	38,94	35,20	43,74	39,83	35,87
Saldo da Perda/Carteira de Crédito - anualizado - %	1,73	1,77	1,42	1,77	1,72
Provisão (Mínima + Complementar + Adicional)	34.747	35.547	36.621	39.800	42.010
Provisão/Carteira de Crédito - %	5,53	5,68	5,85	6,41	6,34
Provisão/Carteira de Crédito - sem caso específico %	-	-	5,39	5,78	5,77
Provisão/Operações Vencidas + 15 dias - %	119,81	106,47	107,04	119,62	117,94
Provisão/Operações Vencidas + 15 dias - % sem caso específico	-	-	123,59	138,52	135,62
Provisão/Operações Vencidas + 60 dias - %	174,55	141,93	148,81	170,90	173,08
Provisão/Operações Vencidas + 60 dias - % sem caso específico	-	-	182,87	212,27	210,32
Provisão/Operações Vencidas + 90 dias - %	213,94	174,43	168,62	196,13	200,06
Provisão/Operações Vencidas + 90 dias - % sem caso específico	-	-	213,72	252,64	251,53

7.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa física, a respectiva movimentação da PCLD e a inadimplência há mais de 90 dias são apresentadas.

Tabela 89. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	
	Mar/19						Mar/20				
AA	42.501	-	-	-	21,3	43.227	-	-	-	19,9	
A	30.067	150	19	170	15,0	32.093	160	23	183	14,8	
B	76.433	764	336	1.101	38,2	87.160	872	386	1.258	40,1	
C	33.185	996	689	1.684	16,6	33.407	1.002	720	1.722	15,4	
D	6.762	676	130	806	3,4	7.694	769	178	948	3,5	
E	2.405	722	-	722	1,2	1.610	483	-	483	0,7	
F	1.236	618	-	618	0,6	763	382	-	382	0,4	
G	1.097	768	-	768	0,5	600	420	-	420	0,3	
H	6.236	6.236	-	6.236	3,1	10.647	10.647	-	10.647	4,9	
Total	199.921	10.930	1.174	12.104	100,0	217.201	14.735	1.307	16.043	100,0	
AA-C	182.185	1.910	1.044	2.955	91,1	195.887	2.034	1.129	3.163	90,2	
D-H	17.736	9.020	130	9.149	8,9	21.314	12.701	178	12.879	9,8	
	Dez/19						Mar/20				
AA	41.340	-	-	-	19,3	43.227	-	-	-	19,9	
A	31.576	158	22	180	14,8	32.093	160	23	183	14,8	
B	87.388	874	391	1.265	40,8	87.160	872	386	1.258	40,1	
C	33.575	1.007	715	1.722	15,7	33.407	1.002	720	1.722	15,4	
D	7.128	713	166	879	3,3	7.694	769	178	948	3,5	
E	2.388	716	-	716	1,1	1.610	483	-	483	0,7	
F	1.112	556	-	556	0,5	763	382	-	382	0,4	
G	1.050	735	-	735	0,5	600	420	-	420	0,3	
H	8.512	8.512	-	8.512	4,0	10.647	10.647	-	10.647	4,9	
Total	214.070	13.271	1.294	14.565	100,0	217.201	14.735	1.307	16.043	100,0	
AA-C	193.879	2.039	1.127	3.166	90,6	195.887	2.034	1.129	3.163	90,2	
D-H	20.190	11.232	166	11.399	9,4	21.314	12.701	178	12.879	9,8	

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

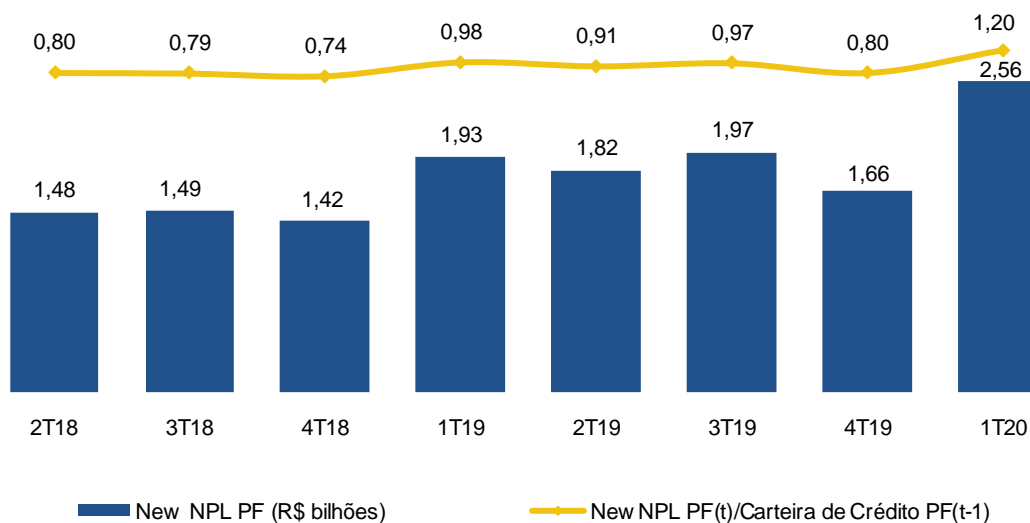
Tabela 90. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Carteira de Crédito Classificada PF	199.921	204.046	208.942	214.070	217.201
Provisão Inicial	11.785	12.104	12.436	13.065	14.565
1 - Migração de Risco	1.246	1.233	1.375	2.563	2.616
a) Piora de Risco	1.904	2.223	2.281	3.491	3.586
b) Melhora de Risco	(658)	(991)	(907)	(927)	(971)
2 - Contratações	649	684	679	724	743
3 - Perdas	(1.506)	(1.562)	(1.374)	(1.708)	(1.812)
Total (1 + 2 + 3)	389	355	679	1.579	1.547
Outros Impactos ¹	(71)	(23)	(50)	(79)	(69)
Provisão Requerida	12.104	12.436	13.065	14.565	16.043
Despesas de Provisão - R\$ milhões	1.824	1.894	2.003	3.208	3.290
Provisão/Carteira - %	6,05	6,09	6,25	6,80	7,39
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,91	0,93	0,96	1,50	1,51
Operações Vencidas +15 dias/Carteira - %	6,76	6,66	7,29	7,01	7,84
Operações Vencidas +60 dias/Carteira - %	4,00	4,07	4,26	4,16	4,65
Operações Vencidas +90 dias/Carteira - %	3,25	3,31	3,52	3,41	3,71

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

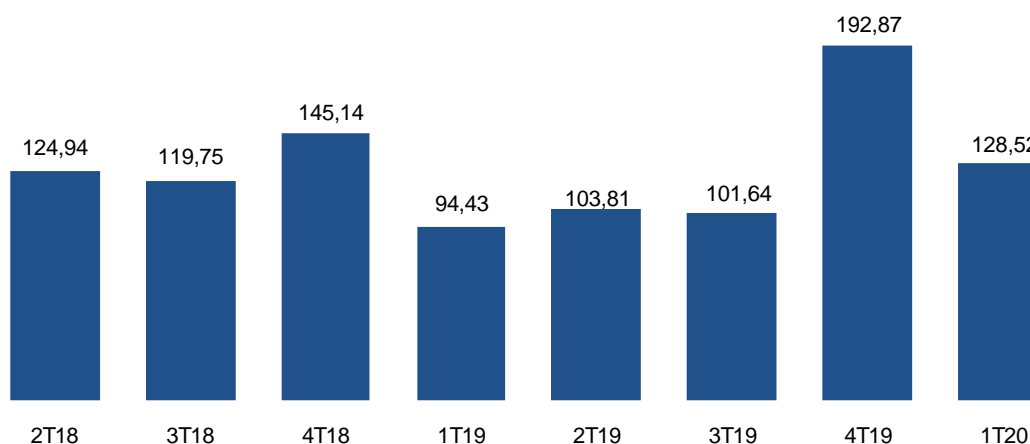
O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa física nos últimos oito trimestres.

Figura 33. *New NPL* – Carteira de Crédito Pessoa Física



No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 34. Despesa Trimestral de PCLD sobre *New NPL* (Cobertura) - %



1 – Inclui a provisão prudencial extraordinária do 4T19.

A próxima tabela apresenta a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à sua relevância no portfólio.

Tabela 91. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito

	Mar/19		Dez/19		Mar/20	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Física	3,25	100,0	3,41	100,0	3,71	100,0
Crédito Consignado	1,80	36,4	1,51	37,9	1,39	38,9
Financiamento Imobiliário	3,09	24,4	2,79	23,0	3,50	22,4
Cartão de Crédito	2,75	13,6	3,08	15,1	3,60	13,4
CDC Salário	3,98	9,7	4,48	8,8	4,37	9,0
Financiamento de Veículos	0,94	5,5	1,39	4,1	1,30	4,5

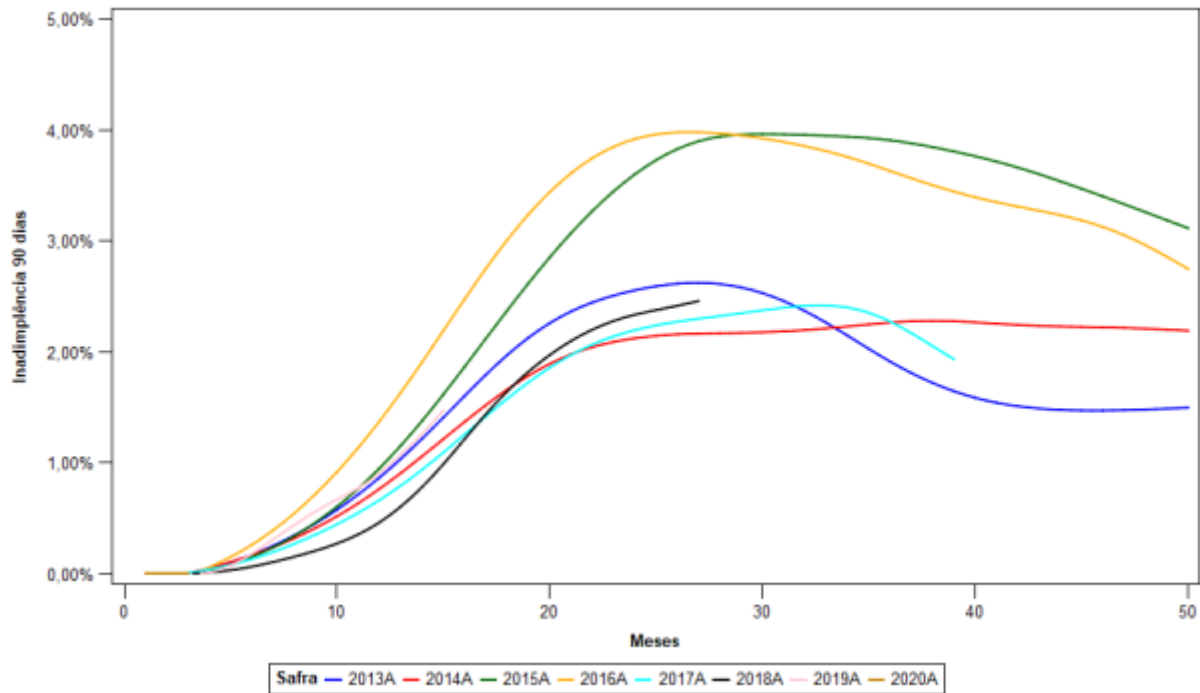
Acompanhamento por Safras

No gráfico seguinte é apresentado o acompanhamento da inadimplência da Carteira de Crédito de Pessoas Físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, o que permite avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

Para o cálculo da inadimplência são consideradas as operações vencidas há mais de 90 dias. Em relação ao saldo da carteira de crédito pessoa física, ressalta-se que as operações de cheque especial e cartão de crédito são desconsideradas.

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 35. Safra Anual – Crédito Pessoa Física



7.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa jurídica e a respectiva movimentação da PCLD são apresentadas.

Tabela 92. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %		Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
	Mar/19						Mar/20				
AA	135.106	-	-	-	64,5		147.236	-	-	-	66,3
A	11.277	56	4	61	5,4		9.095	45	4	49	4,1
B	26.719	267	79	346	12,7		25.431	254	89	343	11,5
C	14.015	420	381	801	6,7		17.031	511	624	1.135	7,7
D	1.915	192	23	214	0,9		2.492	249	21	270	1,1
E	6.472	1.942	7	1.948	3,1		4.384	1.315	22	1.338	2,0
F	2.657	1.329	46	1.374	1,3		888	444	6	450	0,4
G	1.851	1.295	2	1.298	0,9		3.700	2.590	1	2.591	1,7
H	9.574	9.574	-	9.574	4,6		11.665	11.665	0	11.665	5,3
Total	209.587	15.075	540	15.616	100,0		221.922	17.074	766	17.840	100,0
AA-C	187.118	744	463	1.207	89,3		198.793	811	716	1.527	89,6
D-H	22.469	14.331	77	14.408	10,7		23.129	16.263	50	16.313	10,4
	Dez/19						Mar/20				
AA	124.851	-	-	-	63,2		147.236	-	-	-	66,3
A	9.207	46	4	50	4,7		9.095	45	4	49	4,1
B	24.997	250	87	337	12,7		25.431	254	89	343	11,5
C	17.094	513	581	1.094	8,7		17.031	511	624	1.135	7,7
D	1.480	148	23	171	0,7		2.492	249	21	270	1,1
E	3.151	945	9	954	1,6		4.384	1.315	22	1.338	2,0
F	1.927	964	6	969	1,0		888	444	6	450	0,4
G	3.260	2.282	1	2.283	1,7		3.700	2.590	1	2.591	1,7
H	11.554	11.554	0	11.554	5,8		11.665	11.665	0	11.665	5,3
Total	197.523	16.702	711	17.413	100,0		221.922	17.074	766	17.840	100,0
AA-C	176.150	809	672	1.481	89,2		198.793	811	716	1.527	89,6
D-H	21.373	15.893	38	15.932	10,8		23.129	16.263	50	16.313	10,4

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 93. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ

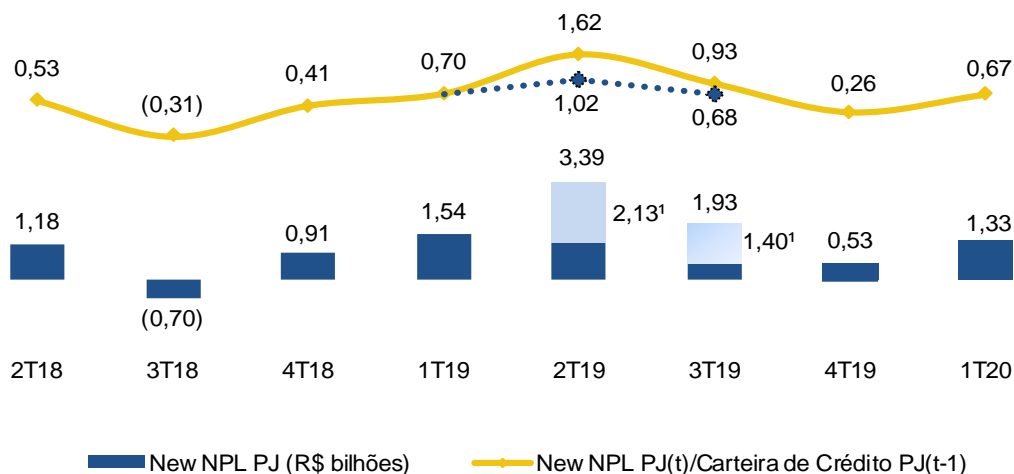
R\$ milhões, exceto quando indicado	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Carteira de Crédito Classificada PJ	209.587	206.498	203.572	197.523	221.922
Provisão Inicial	15.981	15.616	16.028	16.337	17.413
1 - Migração de Risco	1.231	1.615	1.601	2.479	1.262
a) Piora de Risco	1.669	2.065	2.085	2.968	1.854
b) Melhora de Risco	(439)	(450)	(483)	(490)	(592)
2 - Contratações	282	326	248	472	395
3 - Perdas	(2.204)	(1.786)	(1.776)	(1.953)	(1.701)
Total (1 + 2 + 3)	(692)	156	74	998	(44)
Outros Impactos ¹	326	256	235	78	471
Provisão Requerida	15.616	16.028	16.337	17.413	17.840
Despesas de Provisão - R\$ milhões ²	1.839	2.198	2.084	3.029	2.128
Provisão/Carteira - %	7,45	7,76	8,03	8,82	8,04
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,88	1,06	1,02	1,53	0,96
Operações Vencidas +15 dias/Carteira - %	4,98	5,90	5,23	4,60	4,61
Operações Vencidas +15 dias/Carteira - % - s/caso específico	-	-	4,35	3,72	3,78
Operações Vencidas +60 dias/Carteira - %	3,79	5,12	4,32	3,72	3,19
Operações Vencidas +60 dias/Carteira - % - s/ caso específico	-	-	-	2,84	2,52
Operações Vencidas +90 dias/Carteira - %	3,02	3,84	3,97	3,37	2,83
Operações Vencidas +90 dias/Carteira - % - s/caso específico	-	-	3,09	2,49	2,16

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

2 - Série reprocessada.

A próxima figura detalha a formação da inadimplência da Carteira de Crédito Pessoa Jurídica nos últimos oito trimestres. O *New NPL* do 3T18 foi extraordinário por conta da regularização de um caso específico no segmento *Large Corporate*. Descontado este caso, o *New NPL* seria de 0,87%.

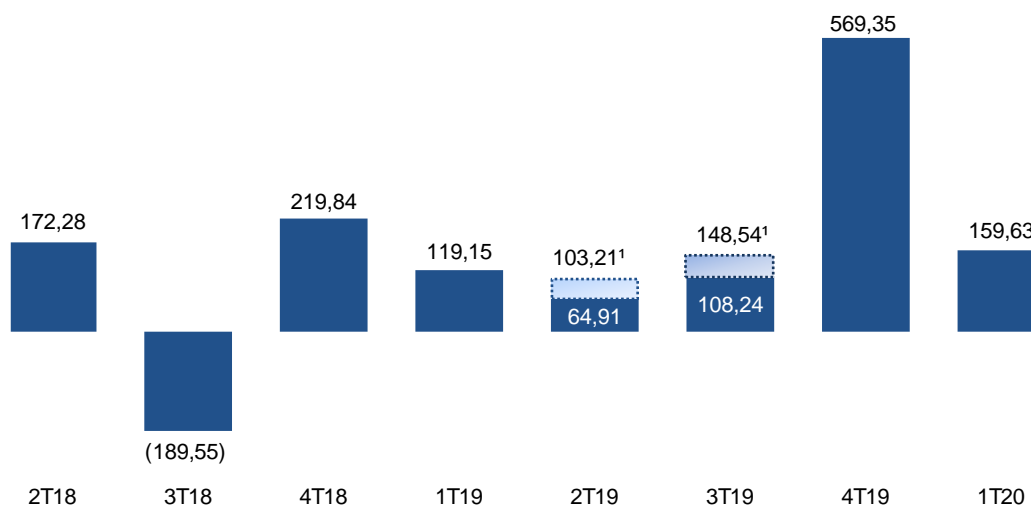
Figura 36. *New NPL* – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica



1 – Simulação excluindo caso específico

No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 37. Despesa Trimestral de PCLD sobre *New NPL* (Cobertura) - %



1 – Simulação excluindo caso específico.

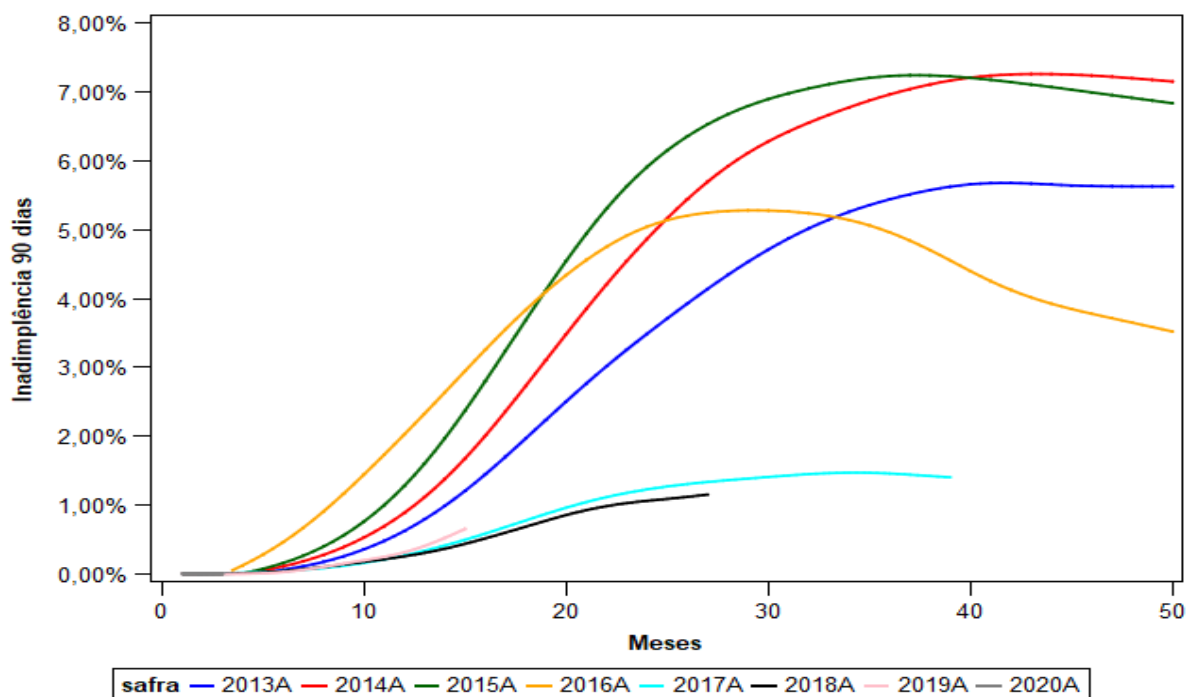
Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes pessoas jurídicas do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio.

Tabela 94. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito

	Mar/19		Dez/19		Mar/20	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Jurídica	3,02	100,0	3,37	100,0	2,83	100,0
Capital de Giro	1,16	48,9	1,72	50,1	1,35	50,5
Investimento	0,77	24,1	2,39	25,3	2,11	22,8
ACC/ACE	0,93	8,2	0,40	6,2	0,09	8,4
Recebíveis	0,98	6,2	0,67	6,6	0,67	6,8

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPME na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 38. Safra Anual – Carteira MPME



7.2.3. Carteira de Agronegócios

Na tabela a seguir é apresentada a Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por nível de risco.

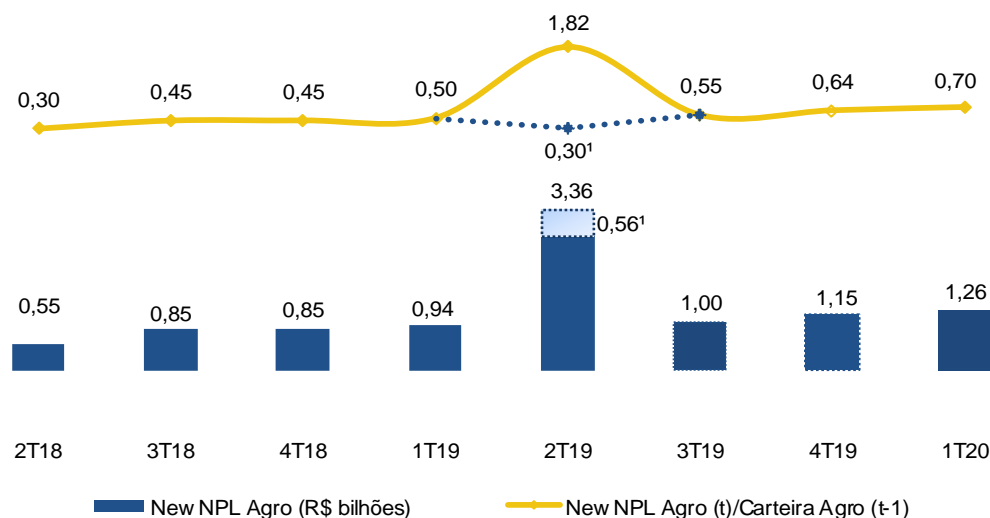
Tabela 95. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão			Part. %	Saldo	Provisão			Part. %
		Mínima ¹	Complementar	Requerida			Mínima ¹	Complementar	Requerida	
Mar/19										
AA	113.537	-	-	-	61,5	110.297	-	-	-	60,6
A	24.337	122	24	146	13,2	25.322	127	22	149	13,9
B	29.468	295	65	360	16,0	29.424	294	67	361	16,2
C	7.597	228	99	327	4,1	6.864	206	86	291	3,8
D	1.538	154	10	164	0,8	1.241	124	7	131	0,7
E	3.954	1.186	0	1.187	2,1	1.124	337	0	337	0,6
F	700	350	-	350	0,4	765	383	-	383	0,4
G	657	460	3	463	0,4	3.476	2.434	-	2.434	1,9
H	2.951	2.951	-	2.951	1,6	3.375	3.375	-	3.375	1,9
Total	184.739	5.746	202	5.947	100,0	181.888	7.279	182	7.460	100,0
AA-C	174.938	644	188	833	94,7	171.908	627	175	802	94,5
D-H	9.801	5.101	13	5.115	5,3	9.981	6.652	7	6.659	5,5
Dez/19										
AA	107.954	-	-	-	60,2	110.297	-	-	-	60,6
A	21.886	109	16	126	12,2	25.322	127	22	149	13,9
B	32.515	325	66	391	18,1	29.424	294	67	361	16,2
C	7.284	219	86	305	4,1	6.864	206	86	291	3,8
D	1.353	135	7	142	0,8	1.241	124	7	131	0,7
E	1.159	348	0	348	0,6	1.124	337	0	337	0,6
F	733	366	-	366	0,4	765	383	-	383	0,4
G	3.451	2.416	-	2.416	1,9	3.476	2.434	-	2.434	1,9
H	3.089	3.089	-	3.089	1,7	3.375	3.375	-	3.375	1,9
Total	179.423	7.007	176	7.182	100,0	181.888	7.279	182	7.460	100,0
AA-C	169.638	653	168	821	94,5	171.908	627	175	802	94,5
D-H	9.785	6.354	7	6.361	5,5	9.981	6.652	7	6.659	5,5

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da Carteira de Crédito do Agronegócio nos últimos oito trimestres.

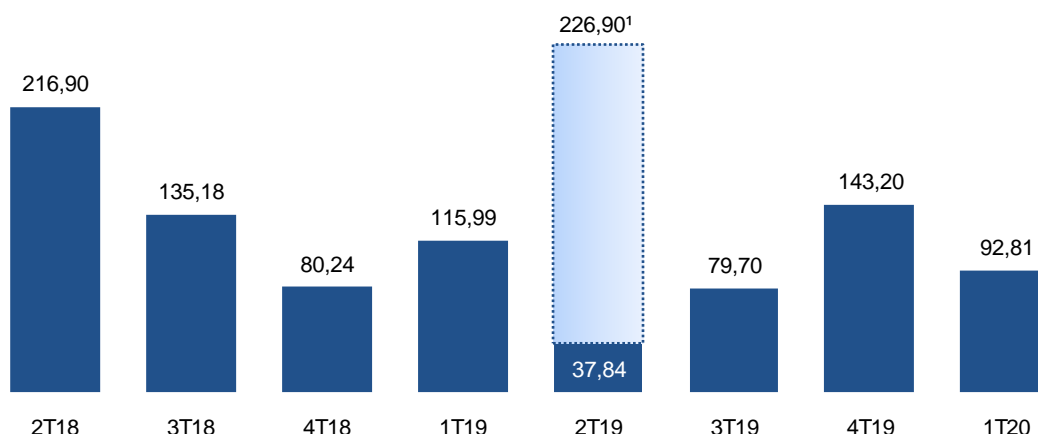
Figura 39. New NPL – Carteira de Crédito do Agronegócio



1 – Simulação excluindo caso específico.

No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 40. Despesa Trimestral de PCLD sobre New NPL (Cobertura) - %



1 – Simulação excluindo casos específicos.

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes do agronegócio e a participação de cada uma delas em relação ao total da carteira, sendo possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à sua relevância no portfólio.

Tabela 96. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito

	Mar/19		Dez/19		Mar/20	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Agronegócios	1,68	100,0	3,42	100,0	3,57	100,0
Pronaf	3,33	23,9	3,59	24,7	3,87	24,4
Custeio Agropecuário	1,07	20,4	1,22	20,9	1,26	21,7
Pronamp	2,64	12,2	2,68	13,0	3,31	12,5
BNDES/Finame Rural	1,70	3,6	1,78	3,7	1,72	3,6

As próximas tabelas apresentam a Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios Pessoa Física por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 97. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Provisão					Part. %	Provisão				
	Saldo	Mínima ¹	Complementar	Requerida	Part. %		Saldo	Mínima ¹	Complementar	Requerida	Part. %
Mar/19						Mar/20					
AA	84.040	-	-	-	56,5	92.088	-	-	-	58,3	
A	22.702	114	24	137	15,3	24.800	124	22	146	15,7	
B	27.721	277	59	336	18,6	27.473	275	59	334	17,4	
C	7.389	222	98	320	5,0	6.587	198	82	280	4,2	
D	1.502	150	10	160	1,0	1.232	123	7	130	0,8	
E	1.136	341	-	341	0,8	1.094	328	-	328	0,7	
F	663	331	-	331	0,4	758	379	-	379	0,5	
G	632	442	-	442	0,4	664	465	-	465	0,4	
H	2.888	2.888	-	2.888	1,9	3.276	3.276	-	3.276	2,1	
Total	148.673	4.765	191	4.956	100,0	157.970	5.167	171	5.338	100,0	
AA-C	141.852	612	181	793	95,4	150.947	596	164	760	95,6	
D-H	6.820	4.153	10	4.163	4,6	7.023	4.571	7	4.578	4,4	
Dez/19						Mar/20					
AA	89.743	-	-	-	57,7	92.088	-	-	-	58,3	
A	21.340	107	16	123	13,7	24.800	124	22	146	15,7	
B	30.566	306	57	363	19,7	27.473	275	59	334	17,4	
C	6.996	210	83	293	4,5	6.587	198	82	280	4,2	
D	1.342	134	7	141	0,9	1.232	123	7	130	0,8	
E	1.143	343	-	343	0,7	1.094	328	-	328	0,7	
F	685	342	-	342	0,4	758	379	-	379	0,5	
G	642	449	-	449	0,4	664	465	-	465	0,4	
H	3.010	3.010	-	3.010	1,9	3.276	3.276	-	3.276	2,1	
Total	155.467	4.901	164	5.065	100,0	157.970	5.167	171	5.338	100,0	
AA-C	148.645	622	157	779	95,6	150.947	596	164	760	95,6	
D-H	6.822	4.279	7	4.286	4,4	7.023	4.571	7	4.578	4,4	

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 98. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PF	148.673	151.675	151.119	155.467	157.970
Provisão Inicial	4.784	4.956	4.798	4.856	5.065
1 - Migração de Risco	920	742	855	1.116	1.231
a) Piora de Risco	1.257	1.319	1.363	1.490	1.626
b) Melhora de Risco	(336)	(577)	(509)	(375)	(395)
2 - Contratações	48	96	103	85	58
3 - Perdas	(697)	(833)	(733)	(838)	(871)
Total (1 + 2 + 3)	271	5	225	363	418
Outros Impactos ¹	(99)	(163)	(167)	(154)	(145)
Provisão Requerida	4.956	4.798	4.856	5.065	5.338
Despesas de Provisão - R\$ milhões	869	675	791	1.047	1.116
Provisão/Carteira - %	3,33	3,16	3,21	3,26	3,38
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,58	0,44	0,52	0,67	0,72

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

As tabelas a seguir apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa jurídica por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 99. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	
Mar/19						Mar/20					
AA	29.497	-	-	-	81,8	18.209	-	-	-	76,1	
A	1.635	8	0	9	4,5	523	3	0	3	2,2	
B	1.746	17	6	23	4,8	1.952	20	8	27	8,2	
C	208	6	1	8	0,6	277	8	3	12	1,2	
D	36	4	0	4	0,1	9	1	0	1	0,0	
E	2.819	846	0	846	7,8	29	9	0	9	0,1	
F	37	19	(0)	19	0,1	7	4	-	4	0,0	
G	25	18	3	20	0,1	2.813	1.969	-	1.969	11,8	
H	63	63	-	63	0,2	99	99	-	99	0,4	
Total	36.066	980	11	991	100,0	23.918	2.111	11	2.122	100,0	
AA-C	33.086	32	8	40	91,7	20.960	30	11	41	87,6	
D-H	2.980	948	3	951	8,3	2.957	2.081	0	2.081	12,4	
Dez/19						Mar/20					
AA	18.211	-	-	-	76,0	18.209	-	-	-	76,1	
A	546	3	0	3	2,3	523	3	0	3	2,2	
B	1.949	19	8	28	8,1	1.952	20	8	27	8,2	
C	288	9	3	12	1,2	277	8	3	12	1,2	
D	11	1	0	1	0,0	9	1	0	1	0,0	
E	15	5	0	5	0,1	29	9	0	9	0,1	
F	48	24	-	24	0,2	7	4	-	4	0,0	
G	2.809	1.966	-	1.966	11,7	2.813	1.969	-	1.969	11,8	
H	79	79	-	79	0,3	99	99	-	99	0,4	
Total	23.956	2.106	12	2.118	100,0	23.918	2.111	11	2.122	100,0	
AA-C	20.993	31	12	42	87,6	20.960	30	11	41	87,6	
D-H	2.963	2.075	0	2.075	12,4	2.957	2.081	0	2.081	12,4	

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 100. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ

R\$ milhões, exceto quando indicado	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PJ	36.066	29.530	27.575	23.956	23.918
Provisão Inicial	777	991	1.549	1.544	2.118
1 - Migração de Risco	214	585	20	593	26
a) Piora de Risco	221	590	24	601	32
b) Melhora de Risco	(7)	(4)	(5)	(8)	(6)
2 - Contratações	3	14	8	9	4
3 - Perdas	(4)	(41)	(13)	(21)	(21)
Total (1 + 2 + 3)	213	559	15	581	10
Outros Impactos ¹	1	(1)	(20)	(7)	(5)
Provisão Requerida	991	1.549	1.544	2.118	2.122
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	218	598	7	595	25
Provisão/Carteira - %	2,75	5,25	5,60	8,84	8,87
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,60	2,03	0,03	2,48	0,11

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas. A Resolução CMN nº 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função dessa regra, as operações renegociadas majoram o risco médio da Carteira de Crédito.

Tabela 101. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio

R\$ milhões	Operações Não Prorrogadas ¹			Operações Prorrogadas ¹		
	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90
AA	107.374	0	-	2.112	0	-
A	24.190	142	-	1.123	7	-
B	27.713	334	-	1.947	27	-
C	5.670	236	85	1.383	56	34
D	723	69	223	583	62	83
E	718	148	276	639	189	144
F	396	196	258	373	186	143
G	679	474	558	2.800	1.960	2.635
H	1.870	1.780	1.237	1.596	1.595	823
Total	169.333	3.379	2.637	12.555	4.082	3.862
AA-C	164.947	712	85	6.565	90	34
D-H	4.386	2.667	2.552	5.990	3.992	3.828

1 - As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.

Na próxima tabela são apresentados os saldos, índice de inadimplência 90 dias e risco médio da carteira classificada de agronegócio segmentada em carteira total, prorrogada e não prorrogada.

No 1T20, a série histórica da carteira prorrogada foi revisada por determinação do regulador. A partir de agora as operações que possuem subcontratos prorrogados aparecem integralmente compondo o saldo de prorrogação.

Tabela 102. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios

R\$ milhões	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20
Carteira de Crédito Classificada	184.739	181.206	178.694	179.423	181.888
Provisão	5.947	6.347	6.400	7.182	7.460
Operações Vencidas + 15 dias	4.360	7.134	7.821	8.626	8.034
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	2,36	3,94	4,38	4,81	4,42
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - s/ caso específico %	-	-	2,81	3,24	2,88
Operações Vencidas + 60 dias	3.508	6.045	6.447	6.804	6.909
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	1,90	3,34	3,61	3,79	3,80
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - s/caso específico %	-	-	2,04	2,23	2,26
Operações Vencidas + 90 dias	3.096	5.587	5.843	6.130	6.499
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	1,68	3,08	3,27	3,42	3,57
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - s/caso específico %	-	-	1,70	1,85	2,03
Provisão/Carteira de Crédito - %	3,22	3,50	3,58	4,00	4,10
Baixa para Prejuízo	704	880	750	865	898
Op. não Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	169.962	167.309	165.543	166.925	169.333
Provisão	3.076	3.009	3.047	3.225	3.379
Operações Vencidas + 90 dias	2.352	2.379	2.429	2.543	2.637
Op. Vencidas + 90 dias/Operações não Prorrogadas - %	1,38	1,42	1,47	1,52	1,56
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	1,81	1,80	1,84	1,93	2,00
Baixa para Prejuízo	535	675	582	649	634
Op. Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	14.777	13.896	13.151	12.498	12.555
Provisão	2.871	3.338	3.352	3.957	4.082
Operações Vencidas + 90 dias	744	3.208	3.414	3.588	3.862
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	5,03	23,08	25,96	28,71	30,76
Provisão/Operações Prorrogadas - %	19,43	24,02	25,49	31,66	32,51
Baixa para Prejuízo	168	206	168	216	263

7.2.4. Carteira de Crédito no Exterior

A tabela a seguir demonstra a carteira de crédito no exterior por nível de risco.

Tabela 103. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	
Mar/19						Mar/20					
AA	22.475	-	-	-	64,9	27.660	-	-	-	67,3	
A	4.601	23	-	23	13,3	5.098	25	-	25	12,4	
B	6.147	61	0	62	17,7	6.284	63	1	64	15,3	
C	296	9	0	9	0,9	221	7	0	7	0,5	
D	37	4	0	4	0,1	1.128	113	0	113	2,7	
E	115	34	-	34	0,3	327	98	-	98	0,8	
F	15	8	-	8	0,0	10	5	-	5	0,0	
G	32	23	-	23	0,1	39	27	-	27	0,1	
H	919	919	-	919	2,7	328	328	-	328	0,8	
Total	34.637	1.080	0	1.081	100,0	41.095	666	1	667	100,0	
AA-C	33.520	93	0	94	96,8	39.263	95	1	96	95,5	
D-H	1.117	987	0	987	3,2	1.832	571	0	571	4,5	
Dez/19						Mar/20					
AA	20.094	-	-	-	66,3	27.660	-	-	-	67,3	
A	4.159	21	-	21	13,7	5.098	25	-	25	12,4	
B	5.252	53	0	53	17,3	6.284	63	1	64	15,3	
C	133	4	0	4	0,4	221	7	0	7	0,5	
D	36	4	0	4	0,1	1.128	113	0	113	2,7	
E	122	37	-	37	0,4	327	98	-	98	0,8	
F	8	4	-	4	0,0	10	5	-	5	0,0	
G	23	16	-	16	0,1	39	27	-	27	0,1	
H	502	502	-	502	1,7	328	328	-	328	0,8	
Total	30.329	640	0	640	100,0	41.095	666	1	667	100,0	
AA-C	29.638	77	0	78	97,7	39.263	95	1	96	95,5	
D-H	691	562	0	562	2,3	1.832	571	0	571	4,5	

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

7.3. Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos

7.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O tratamento das operações em curso anormal é realizado em três fases: condução, cobrança e regularização/recuperação.

- I. A condução busca evitar a inadimplência de forma preventiva;
- II. A cobrança tem como objetivo regularizar, no menor tempo possível, a operação inadimplente, o que reduz os custos de cobrança e provisão, além de manter o bom relacionamento com o cliente;
- III. A regularização e recuperação têm como finalidade minimizar as perdas e regularizar e recuperar o maior montante possível.

7.3.2. O Processo de Cobrança e Regularização de Créditos

O Banco do Brasil utiliza modelos quantitativos próprios, que em conjunto com plataformas automatizadas de cobrança e regularização, monitoram e gerenciam o comportamento dos clientes que ficam ou que venham a ficar inadimplentes.

Os perfis desses clientes são estatisticamente identificados a partir do seu comportamento histórico em relação às ações de cobrança, o que resulta na determinação da probabilidade alta, intermediária ou baixa de regularização dos créditos em atraso, conforme descrito abaixo:

- I. Alta probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos;
- II. Probabilidade intermediária de regularizar seus créditos inadimplidos;
- III. Baixa probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos.

A partir da análise de informações e variáveis são determinadas as ações, canais, política de renegociação e desconto e eventuais cessões de crédito, que sustentam o modelo de cobrança e regularização de crédito do BB.

O modelo conceitual que sustenta o processo baseia-se nas seguintes premissas:

- I. Perfil do cliente: as ações são definidas em função do perfil do cliente, considerando aspectos como pilar de atendimento, nível de relacionamento, produtos consumidos, endividamento no BB, entre outros;
- II. Canais de Atendimento: o processo de regularização e recuperação ocorre em diversos canais de forma sequencial. Evita-se a abordagem simultânea ao cliente;
- III. Ações Sequenciais: as ações de cobrança são pré-determinadas para cada perfil de cliente e aumentam de intensidade com o tempo decorrido;
- IV. Relações de Valor: abordagem diferenciada que respeita o nível de relacionamento de cada cliente com o BB;
- V. Sistemas de Informação: são utilizadas avançadas plataformas analíticas e operacionais que automatizam o processo de cobrança e melhoram a eficiência do negócio.

O desempenho histórico das ações de cobrança determina a probabilidade da regularização dos créditos em atraso. A principal consequência do acompanhamento estatístico é a possibilidade de aperfeiçoar continuamente o processo, utilizando a retroalimentação das informações das estratégias mais acertadas no período.

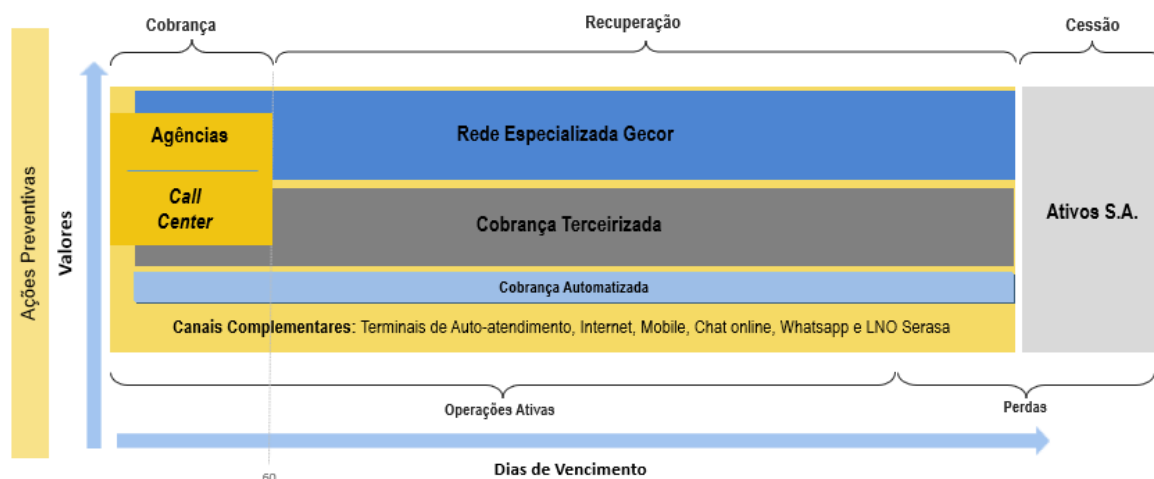
A possibilidade de segmentar os clientes inadimplentes é um importante aspecto da estratégia de cobrança e regularização, da política de descontos e da cessão de créditos.

O Banco do Brasil utiliza a cessão de crédito como parte da estratégia de recuperação, com o objetivo de reduzir as perdas e os custos de gestão do portfólio inadimplido, por meio de transações com empresas de personalidade jurídica autônoma.

7.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos

A utilização dos canais de cobrança, regularização e recuperação, de forma sequencial, guarda relação estreita com o sucesso na estratégia do BB.

Figura 41. Canais de Cobrança, Regularização e Recuperação

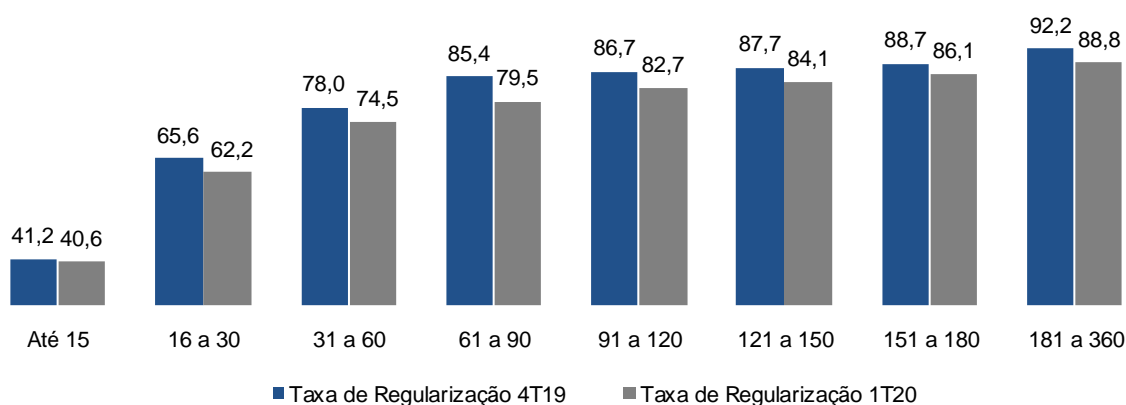


Rede Especializada Gecor: refere-se ao conjunto de unidades de negócio especializadas na condução e tratamento de créditos inadimplidos de clientes com endividamento mais relevante.

7.3.4. Eficiência do Processo

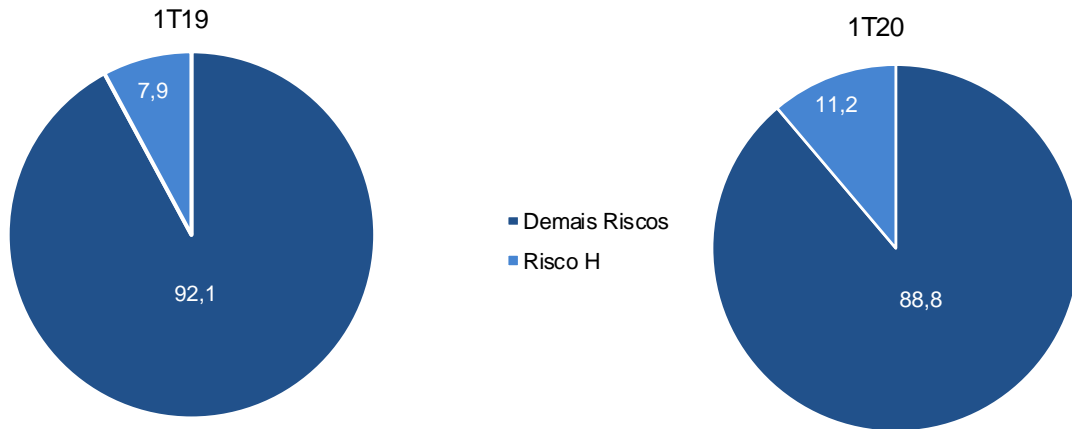
Nas próximas figuras são apresentados os resultados obtidos no fluxo de cobrança e regularização de créditos. Do volume de crédito que ingressou em cobrança nos 12 meses anteriores a Mar/20, 88,8% foram regularizados em até 360 dias.

Figura 42. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %



O Banco prioriza o recebimento de créditos em atraso no menor tempo possível, atuando inclusive preventivamente, de modo a evitar o agravamento de risco e o envio para perda. Nos últimos doze meses, os créditos em atraso cobrados e recebidos, classificados em risco H, representaram 11,2% do total recebido. Os outros 88,8% foram cobrados e regularizados enquanto estavam em melhores níveis de risco.

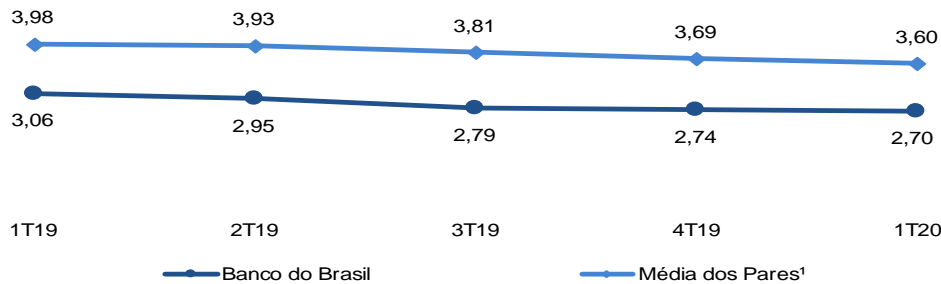
Figura 43. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas¹ - %



1 - Acumulado em 12 meses

A estratégia de atuação preventiva do Banco reduz as perdas em relação à carteira de crédito. O gráfico a seguir demonstra o comportamento das baixas para prejuízo acumuladas em 12 meses em relação ao saldo médio da carteira de crédito classificada no mesmo período. Pode-se observar que o BB apresenta, historicamente, índice melhor que a média dos principais pares de mercado.

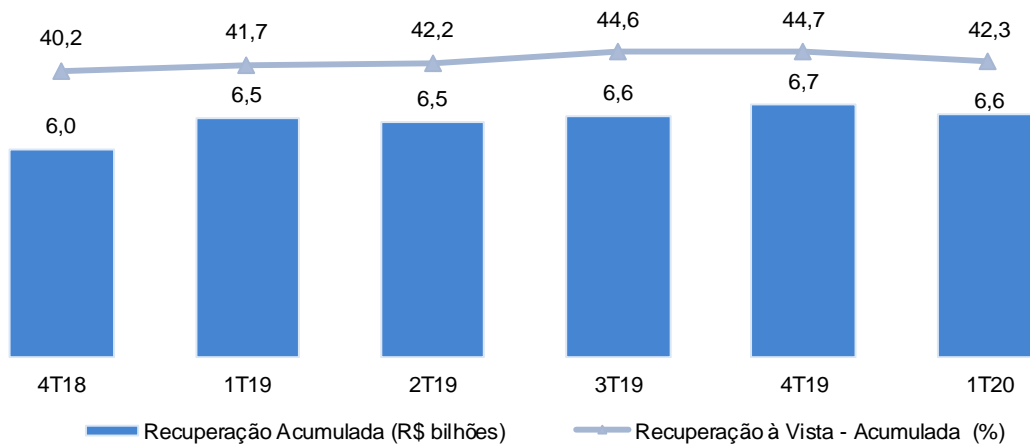
Figura 44. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

Nos últimos doze meses foram recuperados R\$ 6,6 bilhões. Desse total, o montante de R\$ 2,8 bilhões foi recebido em caixa, mantendo um percentual de recebimento à vista constante ao longo do tempo.

Figura 45. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %



7.3.5. Carteira de Crédito Renegociada

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada. Ela não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio, abordadas na seção 7.2.3 deste Relatório. A seguir estão descritas as definições das principais linhas constantes na tabela:

a) Créditos Renegociados: saldo de operações de crédito repactuadas no período, vincendas ou em atraso;

a.1) Renegociados por Atraso: composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento;

a.2) Renovados – Operações Vincendas: operações contratadas, para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

No 1T20 foram renovados mais de R\$ 17,8 bilhões, aumento de R\$ 3,3 bilhões frente ao 1T19. Esse movimento reflete as menores taxas de juros disponíveis nas operações, especialmente no crédito consignado. Cabe destacar que parte dessas operações foram realizadas com novos desembolsos, impulsionando essa carteira.

Tabela 104. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo¹

	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Créditos Renegociados	16.821	20.283	21.226	26.505	21.686
Renovados - Operações Vincendas	14.485	17.547	18.470	23.263	17.820
Renegociados por Atraso	2.336	2.736	2.756	3.242	3.866
Créditos Renegociados por Atraso - Movimentação					
Saldo Inicial	22.874	22.727	22.669	23.141	23.657
Contratações	2.336	2.736	2.756	3.242	3.866
Recebimentos menos Juros Líquidos ²	(843)	(1.439)	(1.213)	(1.531)	(2.350)
Baixas para Prejuízo	(1.641)	(1.355)	(1.071)	(1.194)	(911)
Saldo Final (A)	22.727	22.669	23.141	23.657	24.262
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão (B)	12.229	12.165	12.249	12.804	13.348
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias (C)	3.650	3.584	3.554	3.156	3.588
Indicadores da Carteira Renegociada por Atraso - %					
Provisão/Carteira (B/A)	53,8	53,7	52,9	54,1	55,0
Inadimplência + 90 dias/Carteira (C/A)	16,1	15,8	15,4	13,3	14,8
Índice de Cobertura (B/C)	335,0	339,5	344,7	405,6	372,1
Participação da Carteira Renegociada por Atraso na Classificada	3,6	3,6	3,7	3,8	3,7

1 - Conforme Nota Explicativa 10.k

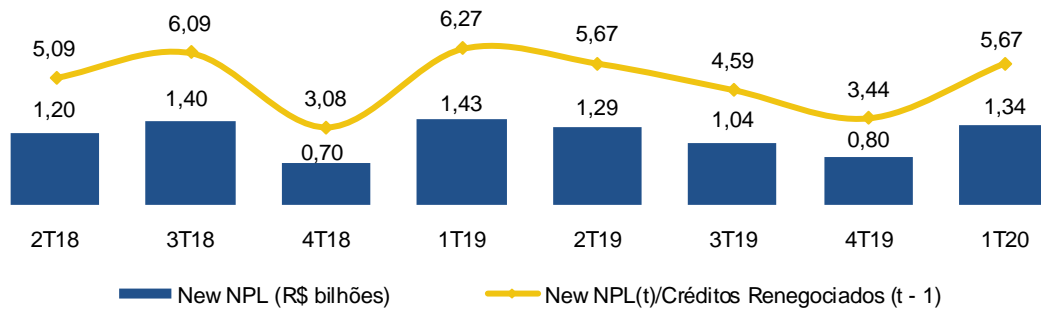
2 - Recebimentos de principal e juros menos juros capitalizados, incluindo operações alongadas no período.

O Banco tem atuado de forma preventiva no sentido de readequar o portfólio dos clientes à sua capacidade de pagamento. Do total de operações contratadas no 1T20 na carteira renegociada por atraso, 22,7% estavam em atraso há mais de 90 dias e 19,5% estavam em perdas.

Tabela 105. Carteira de Crédito Renegociada – Contratação por Faixa de Atraso

R\$ milhões	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Sem atraso (0 a 14 dias)	906	716	670	808	1.089
15 a 90 dias	406	806	705	968	1.146
Acima de 90 dias	571	813	857	930	876
Em prejuízo	453	401	524	536	755
Total	2.336	2.736	2.756	3.242	3.866

Figura 46. New NPL – % da Carteira Renegociada



Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada por nível de risco.

Tabela 106. Carteira de Crédito Renegociada por Nível de Risco

R\$ milhões	Mar/19			Dez/19			Mar/20		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	224	-	1,0	268	-	1,1	286	-	1,2
A	287	1	1,3	170	1	0,7	153	1	0,6
B	2.413	24	10,6	3.093	31	13,1	3.274	33	13,5
C	2.687	81	11,8	2.615	78	11,1	2.780	83	11,5
D	1.477	148	6,5	1.390	139	5,9	1.531	153	6,3
E	3.366	1.010	14,8	3.552	1.066	15,0	3.581	1.074	14,8
F	1.846	923	8,1	1.545	772	6,5	941	470	3,9
G	1.281	897	5,6	1.027	719	4,3	825	578	3,4
H	9.146	9.146	40,2	9.998	9.998	42,3	10.891	10.891	44,9
Total	22.727	12.229	100,0	23.657	12.804	100,0	24.262	13.283	100,0
AA-C	5.611	106	24,7	6.146	110	26,0	6.493	117	26,8
D-H	17.116	12.123	75,3	17.511	12.694	74,0	17.769	13.166	73,2

8 – Captações

8.1. Captações Comerciais e Institucionais

O montante de captações comerciais cresceu 1,6% em relação a Dez/19, influenciado principalmente pelo crescimento do saldo de depósitos a prazo e interfinanceiros. Na comparação anual, os depósitos de poupança, a prazo e à vista influenciaram o crescimento de 2,5%, parcialmente compensados pela queda em LCA e operações compromissadas com títulos privados.

Tabela 107. Captações Comerciais

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Captações Comerciais	614.557	100,0	619.963	100,0	629.936	100,0	2,5	1,6
Depósitos de Poupança	174.156	28,3	180.943	29,2	181.648	28,8	4,3	0,4
Depósitos Judiciais	154.192	25,1	154.065	24,9	151.721	24,1	(1,6)	(1,5)
Depósitos a Prazo ¹	71.976	11,7	78.928	12,7	90.912	14,4	26,3	15,2
Letras de Crédito do Agronegócio	81.960	13,3	75.882	12,2	72.835	11,6	(11,1)	(4,0)
Depósitos à Vista	66.426	10,8	71.067	11,5	72.142	11,5	8,6	1,5
Depósitos Interfinanceiros	33.760	5,5	29.128	4,7	34.713	5,5	2,8	19,2
Letras de Crédito Imobiliário ³	15.836	2,6	16.993	2,7	14.641	2,3	(7,5)	(13,8)
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ²	16.251	2,6	12.958	2,1	11.324	1,8	(30,3)	(12,6)

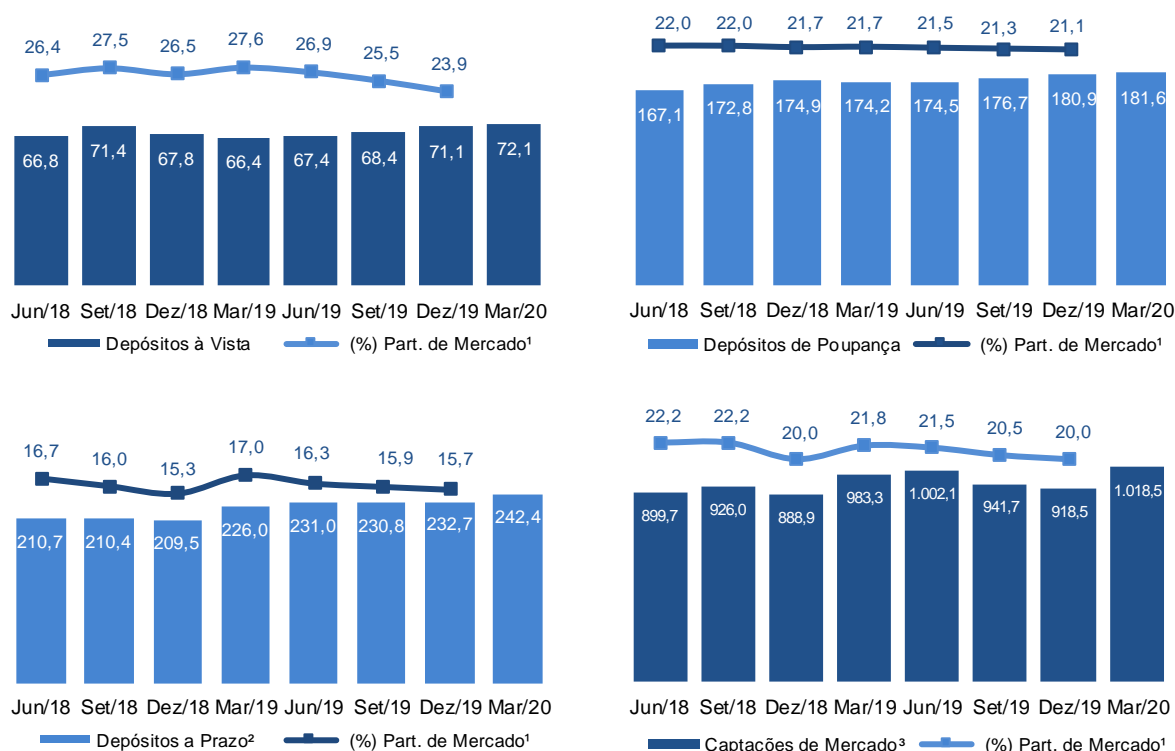
1 - Inclui o saldo de Outros Depósitos constante das Notas Explicativas.

2 - Inclui parte dos saldos de Títulos Privados constante das Notas Explicativas.

3 - Inclui o saldo de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

A seguir são apresentadas as participações do Banco do Brasil nas captações de mercado do SFN.

Figura 47. Participação de Mercado das Captações do BB (R\$ bilhões)



1 - As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes de relatórios do Bacen "Dados Selecionados de Entidades Supervisionadas", disponível em < <https://www3.bcb.gov.br/ffdata/#> >. Posição: Dezembro de 2019.

2 - Inclui os depósitos judiciais.

3 - Considera depósitos totais e captações no mercado aberto. Série histórica atualizada pelo Bacen.

A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB, que consistem, em sua maioria, nas emissões de títulos adquiridos por investidores institucionais. Neste trimestre, houve um crescimento do saldo das captações feitas no exterior em função da variação cambial.

Tabela 108. Captações Institucionais

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Captações Institucionais	196.429	100,0	199.518	100,0	211.424	100,0	7,6	6,0
Op. de Emp., Cessões e Repasses	110.008	56,0	107.259	53,8	107.057	50,6	(2,7)	(0,2)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	33.732	17,2	34.292	17,2	42.021	19,9	24,6	22,5
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	26.306	13,4	31.474	15,8	37.125	17,6	41,1	18,0
Letras Financeiras	14.955	7,6	14.494	7,3	10.057	4,8	(32,8)	(30,6)
Dívida Subordinada no Exterior	11.427	5,8	11.999	6,0	15.164	7,2	32,7	26,4

As tabelas a seguir apresentam os saldos das captações no exterior (por modalidade e produto) do BB, incluindo o Banco Patagonia e BB Americas.

Tabela 109. Captações Comerciais no Exterior - Modalidade

US\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Captações no Exterior	36.399	100,0	32.464	100,0	31.924	100,0	(12,3)	(1,7)
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	15.110	41,5	15.728	48,4	15.006	47,0	(0,7)	(4,6)
Depósitos e Empréstimos Interbancários	12.094	33,2	9.859	30,4	9.024	28,3	(25,4)	(8,5)
Pessoa Jurídica	4.404	12,1	3.407	10,5	3.730	11,7	(15,3)	9,5
Pessoa Física	3.531	9,7	3.145	9,7	3.040	9,5	(13,9)	(3,3)
Compromissadas	1.152	3,2	241	0,7	1.065	3,3	(7,6)	-
Special Account	108	0,3	85	0,3	59	0,2	(44,8)	(29,8)

As captações no exterior de depósitos à vista, a prazo e de poupança, compõem o saldo das captações comerciais do BB.

Tabela 110. Captações Comerciais no Exterior - Produto

US\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Captações no Exterior	36.399	100,0	32.464	100,0	31.924	100,0	(12,3)	(1,7)
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	15.110	41,5	15.728	48,4	15.006	47,0	(0,7)	(4,6)
Depósitos a Prazo	10.179	28,0	8.646	26,6	8.527	26,7	(16,2)	(1,4)
Empréstimos	4.775	13,1	4.195	12,9	3.584	11,2	(24,9)	(14,6)
Depósitos à Vista	2.087	5,7	2.053	6,3	2.116	6,6	1,4	3,1
Depósitos de Poupança	1.324	3,6	1.095	3,4	1.074	3,4	(18,9)	(2,0)
Call Account	854	2,3	185	0,6	186	0,6	(78,2)	0,8
Compromissadas	1.152	3,2	241	0,7	1.065	3,3	(7,6)	-
Pledge	351	1,0	23	0,1	20	0,1	(94,2)	(9,4)
Over	459	1,3	214	0,7	286	0,9	(37,7)	33,7
Special Account	108	0,3	85	0,3	59	0,2	(44,8)	(29,8)

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil. O BB busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco.

A carteira de crédito continua sendo o principal destino dos recursos captados com participação de 82,2% do total de usos.

A tabela também apresenta o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse.

Tabela 111. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Fontes	767.576	100,0	772.283	100,0	802.249	100,0	4,5	3,9
Captações Comerciais	614.557	80,1	619.963	80,3	629.936	78,5	2,5	1,6
Depósitos Totais	500.510	65,2	514.131	66,6	531.136	66,2	6,1	3,3
LCA + LCI	97.796	12,7	92.875	12,0	87.476	10,9	(10,6)	(5,8)
Op. Compromissadas com Títulos Privados ¹	16.251	2,1	12.958	1,7	11.324	1,4	(30,3)	(12,6)
Obrigações por Repasses no País	65.238	8,5	60.909	7,9	58.998	7,4	(9,6)	(3,1)
Dívida Subordinada	49.906	6,5	50.487	6,5	50.832	6,3	1,9	0,7
Obrigações no Exterior ²	45.553	5,9	49.440	6,4	56.205	7,0	23,4	13,7
IHCD	33.732	4,4	34.292	4,4	42.021	5,2	24,6	22,5
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	15.433	2,0	17.013	2,2	21.656	2,7	40,3	27,3
Demais Letras Bancárias ³	5.784	0,8	5.303	0,7	737	0,1	(87,3)	(86,1)
Depósitos Compulsórios	(62.627)	(8,2)	(65.124)	(8,4)	(58.135)	(7,2)	(7,2)	(10,7)
Usos	767.576	100,0	772.283	100,0	802.249	100,0	4,5	3,9
Carteira de Crédito Líquida (a)	632.295	82,4	620.838	80,4	659.518	82,2	4,3	6,2
Carteira de Crédito Classificada	628.884	81,9	621.345	80,5	662.106	82,5	5,3	6,6
TVM Privados	38.158	5,0	39.293	5,1	39.422	4,9	3,3	0,3
Provisão para Risco de Crédito	(34.747)	(4,5)	(39.800)	(5,2)	(42.010)	(5,2)	20,9	5,6
Recursos Disponíveis	135.281	17,6	151.445	19,6	142.732	17,8	5,5	(5,8)
Linhas de Repasse no País (b)	110.068	14,3	107.493	13,9	107.078	13,3	(2,7)	(0,4)
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (b)	522.227	68,0	513.345	66,5	552.440	68,9	5,8	7,6
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	126,3		120,8		124,2			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	102,9		100,1		104,7			
Cart. de Crédito Líq. Ajustada / Captações Comerciais	85,0		82,8		87,7			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	82,4		80,4		82,2			

1 - Inclui parte dos saldos de títulos privados constante das Notas Explicativas.
 2 - Inclui obrigações por TVM no exterior, empréstimos no exterior e obrigações por repasses no exterior.
 3 - Inclui letras financeiras e debêntures.

Mais informações sobre a liquidez do Banco podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos do BB (RGR), disponível em bb.com.br/ri.

A próxima tabela apresenta os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais até Mar/20.

Tabela 112. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Data Vencimento	Call Date	Volume (US\$ mil)	Cupom (%) Freq. ¹	Preço de Emissão	Retorno Invest. (%)	Spread s/ Treasury	Moeda Emissão	Saldo em Mar/20 (US\$ mil)	Rating S&P/Moody's/ Fitch	Programa
20/10/2009	PERPÉTUO	20/10/2020	1.500.000	8,50 S	100,00	8,50	518,8	USD	861.912	SR / B2 / SR	Perpétuo
05/10/2010	15/01/2021		660.000	5,375 S	99,32	5,46	300	USD	660.000	SR / Ba3 / SR	Subordinada
26/05/2011	26/01/2022		1.500.000	5,875 S	98,70	6,04	287,5	USD	1.490.000	SR / Ba3 / SR	Subordinada
20/01/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	1.000.000	9,250 S	100,00	9,25	732,7	USD	548.727	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
05/03/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	750.000	9,250 S	108,50	8,49	-	USD	750.000	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
19/06/2012	19/01/2023		750.000	5,875 S	99,02	6,00	434,1	USD	741.115	B- / Ba3 / SR	Subordinada
10/10/2012	10/10/2022		1.925.000	3,875 S	98,98	4,00	237,5	USD	1.809.700	BB- / Ba2 / BB-	3(a)2
31/01/2013	PERPÉTUO	15/04/2024	2.000.000	6,250 S	100,00	6,25	439,8	USD	1.984.500	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
18/06/2014	PERPÉTUO	18/06/2024	2.500.000	9,000 S	100,00	9,00	636,2	USD	2.150.000	CCC+ / B2 / SR	Perpétuo
23/10/2017	15/01/2025		1.000.000	4,625 S	99,55	4,70	250,9	USD	1.000.000	BB- / Ba2 / BB-	EMTN
19/04/2018	19/04/2023		750.000	4,875 S	100,00	4,88	219,9	USD	750.000	BB- / Ba2 / BB-	EMTN
20/03/2019	20/03/2024		750.000	4,750 S	100,00	4,75	232,0	USD	750.000	BB- / Ba2 / SR	EMTN
02/07/2019	15/06/2026		200.000	3,70 T	100,00	3,70	N/A	USD	200.000	BBB	MT 100
02/07/2019	15/06/2024		100.000	1,20 + 3mL T	100,00	1,20 + 3mL	N/A	USD	100.000	BBB	MT 100
02/07/2019	15/06/2024		100.000	1,20 + 3mL T	100,00	1,20 + 3mL	N/A	USD	100.000	BBB	MT 100

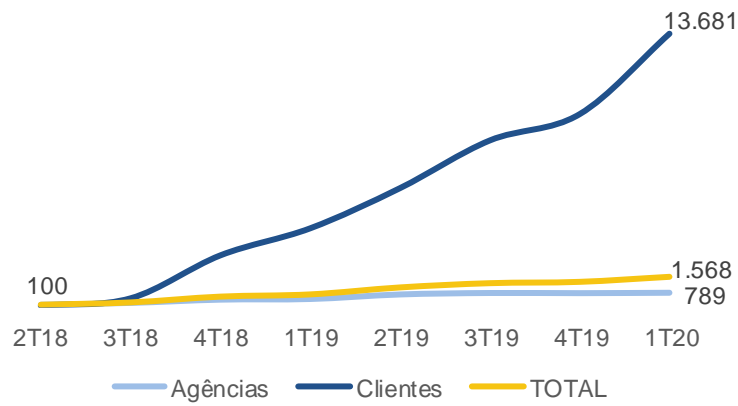
1 - A: anual; S: semestral; T: trimestral.

8.2. Assessoria em Investimentos

Em março de 2018, o Banco do Brasil criou a Gerência Assessoria em Investimentos (GEINV), com o objetivo de prestar apoio às agências e assessoria aos clientes investidores. As assessorias são prestadas por especialistas em investimentos certificados, e sua atuação tem trazido resultados importantes na captação de recursos, fundos de investimento, previdência e incremento das receitas de prestação de serviços.

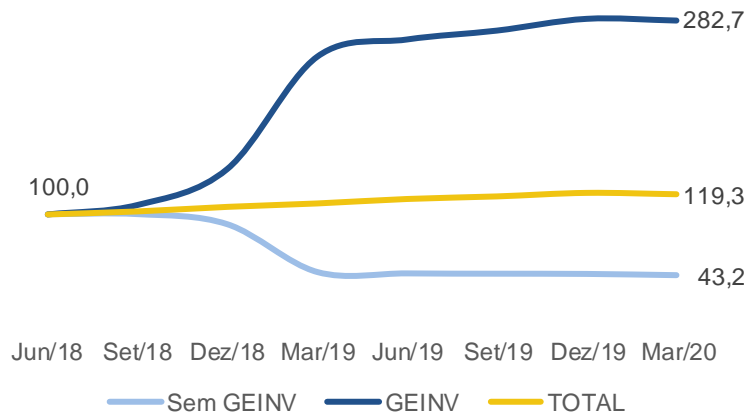
A figura a seguir mostra a evolução no número de atendimentos dos gerentes de investimentos no apoio às agências e diretamente aos clientes.

Figura 48. Quantidade de Atendimentos - Base 100



A atuação dos gerentes especialistas em investimentos tem se traduzido em maior captação e retenção de investimentos, quando comparado ao público não atendido pelos especialistas.

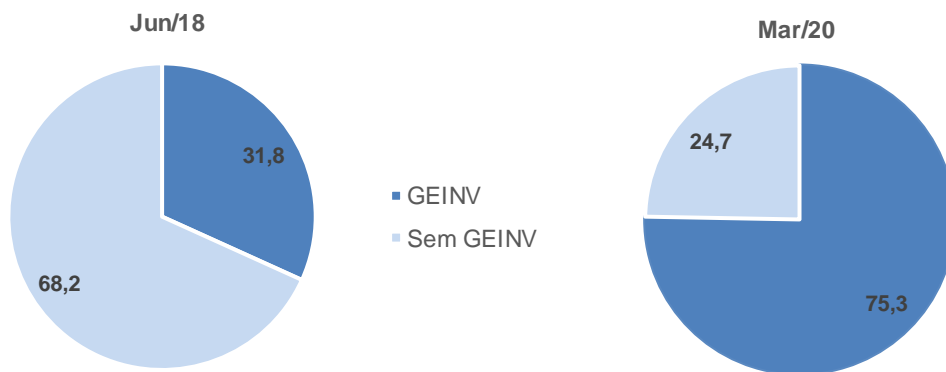
Figura 49. Ativos sob Gestão¹ no Segmento Estilo - Base 100



1 - Não inclui poupança.

A participação da GEINV na assessoria aos clientes do segmento Estilo também tem crescido, abrangendo 75,3% dos ativos sob gestão em Mar/20, se comparado a 31,8% em Jun/18.

Figura 50. Participação GEINV nos Ativos sob Gestão¹ no Segmento Estilo - %



1 - Não inclui poupança.

9 – Serviços Financeiros

9.1. Meios de Pagamento

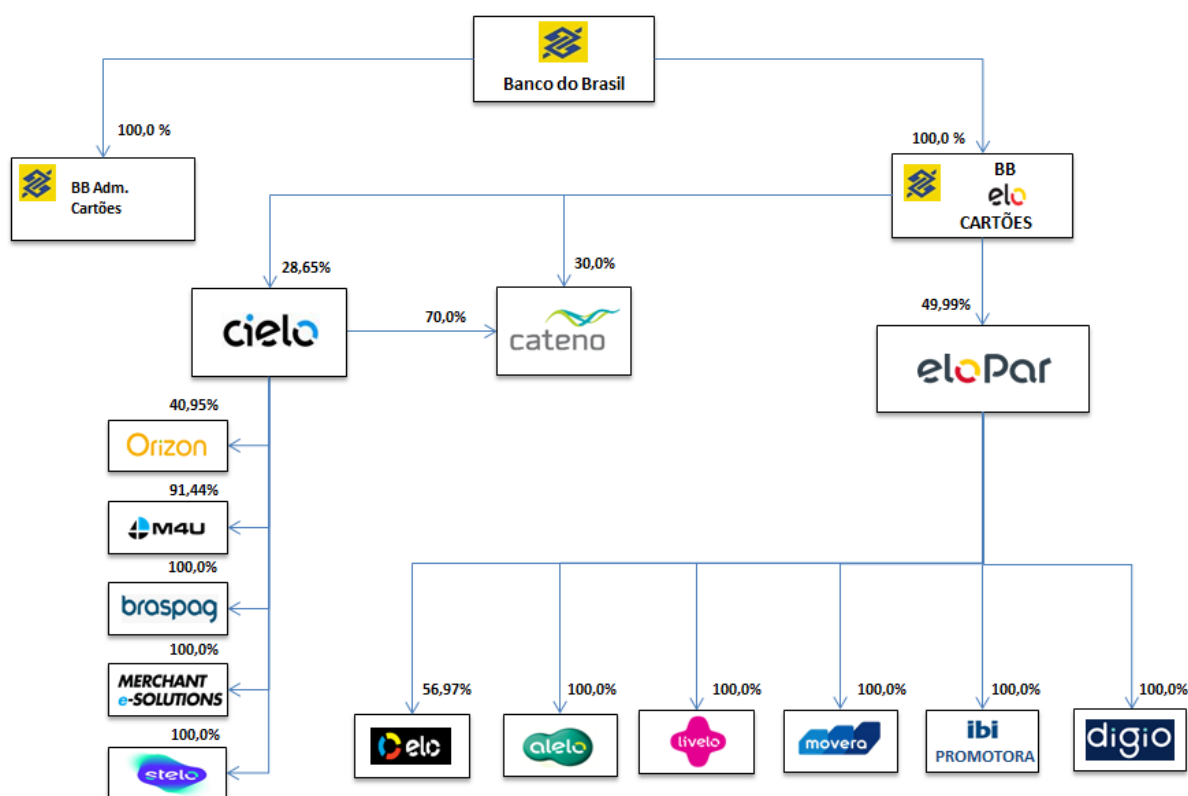
O Banco do Brasil é um dos líderes no mercado de meios eletrônicos de pagamento.

Com investimento permanente em tecnologia, o BB entrega aos seus clientes as últimas soluções tecnológicas disponíveis no segmento, objetivando a produtividade, agilidade e, principalmente, a satisfação dos clientes. Destaque para o amplo portfólio de soluções de pagamento para pessoa física, pessoa jurídica, agronegócio e governo.

Com foco em retenção e fidelização, o BB tem investido para tornar a experiência do cliente cada vez mais fluida, segura e digital, por meio da oferta de soluções como o autoatendimento na internet, o App Banco do Brasil, o App Ourocard, atendimento por meio do Whatsapp e o emprego da tecnologia de pagamento por aproximação (NFC – Near Field Communication). Além de otimizar a experiência do cliente, tais canais também proporcionam importante redução no custo de servir.

A figura abaixo apresenta o organograma dos negócios de meios eletrônicos de pagamento nos quais o Banco do Brasil possui participação societária direta ou indireta.

Figura 51. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas¹



1 – Considera a posição de 31/03/2020

9.1.1. Base de Cartões e Faturamento

A base de cartões com uso recorrente do Banco do Brasil é composta em sua maioria por plásticos com múltiplas funções (débito e crédito).

Em março/20 a base de cartões com uso recorrente na função crédito cresceu 8,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Na função débito, o desempenho foi de 10,8%. O crescimento da base de cartões no período é resultado das ações de comercialização e indução ao uso, com destaque para expansão de 400% da comercialização em ambiente digital, quando comparada ao 1T19, e na evolução do resultado obtido por meio de parcerias, aumento de 181% em 12 meses.

As vendas do Ourocard Fácil, cartão sem anuidade do BB para gastos mensais acima de R\$100 e que compete diretamente com o portfólio de fintechs, cresceram 92,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

De acordo com pesquisa do mercado de cartões realizada pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, do total de portadores de cartões BB, 54,2% tem o Ourocard como único cartão. Esse é o maior índice de exclusividade entre os emissores pesquisados.

Na tabela a seguir apresentamos a evolução da base de cartões com uso recorrente nas funções crédito e débito.

Tabela 113. Base de Cartões – Uso Recorrente¹

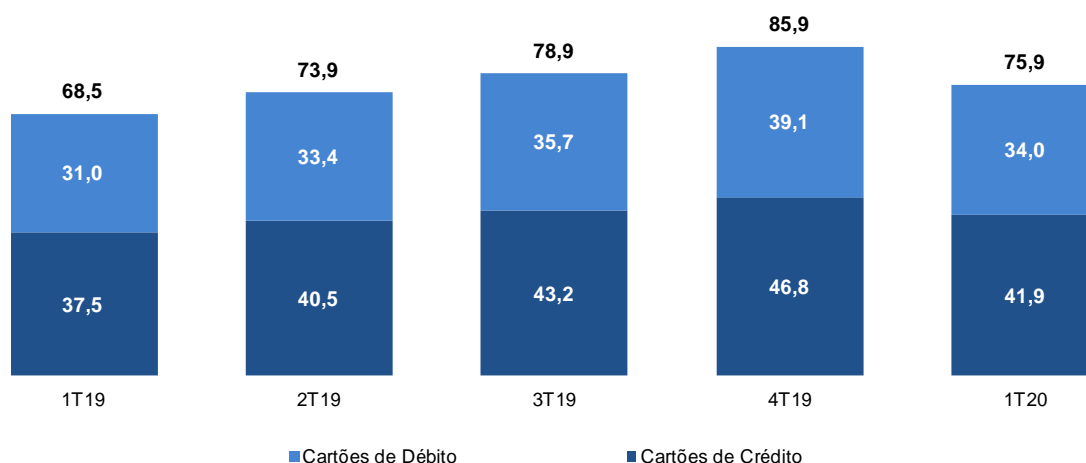
milhões	Mar/19	Jun/19	Set/19	Dez/19	Mar/20	Var. (%)	
						Mar/19	Dez/19
Crédito	8,73	8,90	9,20	9,46	9,47	8,5	0,1
Débito	13,24	13,50	14,10	14,69	14,67	10,8	(0,2)

1 – Pelo menos uma utilização no trimestre.

O volume total faturado por meio dos cartões do Banco do Brasil no 1T20 alcançou R\$ 75,9 bilhões, resultado 10,8% maior que o mesmo período do ano anterior. Destaque para o volume de transações a crédito, que apresentou crescimento de 11,8%. No débito, o volume faturado apresentou crescimento de 9,6% quando comparado ao 1T19.

A estratégia de comercialização juntamente com as campanhas de incentivo ao uso são os principais responsáveis pelo crescimento observado.

Figura 52. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões



9.1.2. Resultado com Negócios de Cartões

O resultado líquido no primeiro trimestre de 2020 reduziu 33,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pelas despesas com Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Este incremento de PCLD está atrelado ao aumento da base de clientes resultante do desempenho da estratégia de comercialização do BB. Também é importante destacar que o resultado observado no 1T19 foi influenciado positivamente pela obtenção de receitas extraordinárias resultantes de negociações com parceiros.

Para os demais negócios, a redução observada de 32,6% na comparação com o 1T19, resultou do menor desempenho do mercado de credenciamento, afetado principalmente pela forte concorrência.

Tabela 114. Resultado com Negócios de Cartões

R\$ milhões	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	Var. (%)	
						1T19	4T19
Resultado Líquido	767	690	512	456	511	(33,4)	12,1
Resultado Líquido com Emissão no BB	451	264	233	194	298	(33,9)	53,6
Resultado dos Demais Negócios de Cartão	316	426	279	262	213	(32,6)	(18,7)

9.1.3. Soluções Digitais

No 1T20, destaque para o incremento de 24,4% nas transações relacionadas a cartões que foram realizadas via WhatsApp em relação ao trimestre anterior. O App Ourocard, aplicativo exclusivo para operações relacionadas aos cartões BB, apresentou crescimento de 54,8% da base de clientes ativos em comparação ao mesmo período de 2019.

Em março de 2020 foram emitidos 2,1 milhões de cartões com tecnologia NFC, totalizando 6 milhões de plásticos. As operações realizadas com NFC aumentaram 18,8% no 1T20. Já o total de pagamentos efetuados por meio de tecnologias de aproximação (plásticos NFC e carteiras digitais) evoluiu 237% em 12 meses.

Covid19

Os meios de pagamento têm um papel fundamental no cenário de Covid19, tanto para reduzir a circulação de papel moeda, quanto para viabilizar o consumo, em especial transações por meio da internet e de aplicativos.

Nesse panorama, o BB investiu na promoção de soluções de autoatendimento digital, como pagamento e consulta de faturas, liberação de cartão, contestação de compras, avaliação emergencial de crédito, entre outros, bem como, no cartão virtual Ourocard-e.

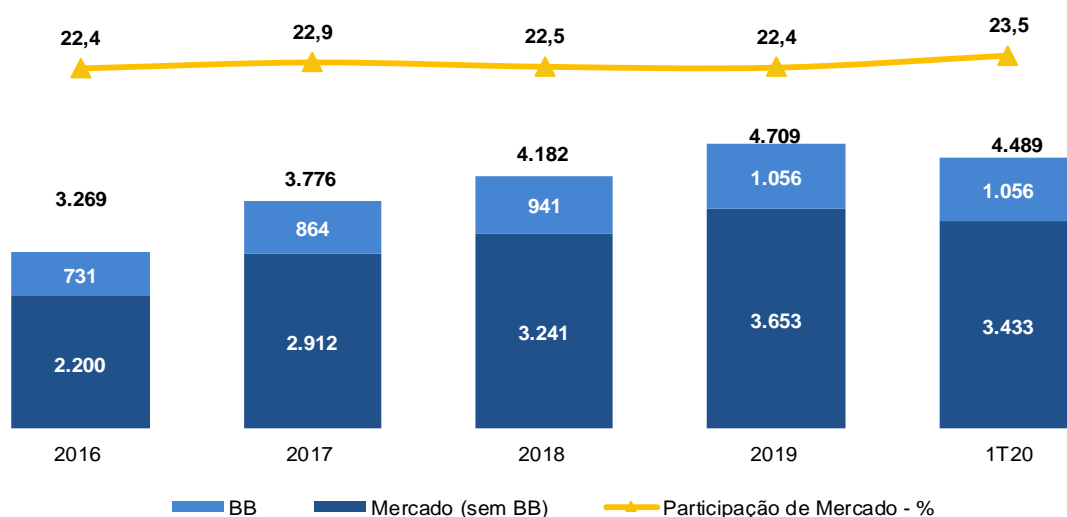
Além disso, por meio do uso de *analytics*, o BB identificou clientes cujo comportamento sinalizou uma possível dificuldade na capacidade de honrar compromissos, oferecendo, de maneira proativa, a melhor opção de financiamento de para o perfil de consumo, considerando não apenas linhas relacionadas às operações de cartão de crédito, mas todo portfólio de produtos BB. Em março de 2020, mais de 1 milhão de clientes foram abordados com orientações para uso de linhas de CDC e de parcelamento da fatura do cartão.

9.2. Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A., tem como principais atividades a administração, a gestão e a distribuição de fundos e carteiras administradas.

O gráfico a seguir apresenta o saldo em recursos de terceiros administrados e a participação da BB DTVM no *Ranking* Global de Administração de Recursos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

Figura 53. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima

A indústria de fundos de investimento registrou captação líquida de R\$ 14,1 bilhões no 1º trimestre de 2020, sendo as classes Ações (R\$ 45,1 bilhões) e Multimercados (R\$ 19,3 bilhões) as que mais contribuíram para o crescimento observado. Por outro lado, Renda Fixa apresentou saídas líquidas de R\$ 62,8 bilhões no período. Mesmo com saldo positivo de captação líquida, a indústria de fundos sofreu uma redução de R\$ 219,4 bilhões (4,66%) em seu patrimônio líquido quando comparado a dezembro/2019, encerrando o mês de março/2020 com R\$ 4,5 trilhões em recursos administrados.

No 1T20, a BB DTVM registrou captação líquida de R\$ 31,5 bilhões, sendo a categoria Renda Fixa (R\$ 31,3 bilhões) o segmento que mais influenciou esse movimento. Embora tenha registrado queda nominal de R\$ 125,9 milhões em relação ao trimestre anterior, a BB DTVM foi a que menos perdeu recursos dentre as 10 maiores instituições do Ranking Global Anbima, tanto que sua participação de mercado cresceu 1,09 ponto percentual no período.

A BB DTVM, encerrou o primeiro trimestre de 2020 com patrimônio líquido de R\$ 1,06 trilhão, o que representa 23,52% de participação de mercado e manteve a liderança nos segmentos Investidores Institucionais, Poder Público e Varejo.

A partir do 1T20, a BBDTVM adotou um novo processo para gestão e captura de informações sobre o perfil dos cotistas de fundos de investimento, possibilitando maior alinhamento com a segmentação de clientes na visão Ranking ANBIMA. Essa alteração explica parte do crescimento dos fundos para o Setor Público, dado que poderiam estar listados como Pessoa Jurídica no passado.

Apesar da redução dos ativos sob gestão em algumas linhas, a BBDTVM observou elevação de investimentos em fundos de aplicação automática, com perfil de curto prazo, utilizados pelos clientes de todos segmentos para garantir a liquidez e gestão de fluxo de caixa de seus recursos.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos administrados por segmento e classe Anbima referentes a março de 2020.

Tabela 115. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Investidor Institucional	434.579	44,3	460.974	43,7	427.239	40,5	(1,7)	(7,3)
Poder Público	152.911	15,6	152.580	14,5	208.023	19,7	36,0	36,3
Varejo	126.527	12,9	119.332	11,3	103.718	9,8	(18,0)	(13,1)
Alta Renda	70.370	7,2	81.341	7,7	97.579	9,2	38,7	20,0
Corporate	66.121	6,7	95.128	9,0	91.633	8,7	38,6	(3,7)
RPPS	56.776	5,8	62.141	5,9	58.868	5,6	3,7	(5,3)
Private	45.852	4,7	54.401	5,2	39.196	3,7	(14,5)	(27,9)
Middle Market	24.735	2,5	22.784	2,2	21.894	2,1	(11,5)	(3,9)
Investidor Estrangeiro	3.909	0,4	7.213	0,7	6.977	0,7	78,5	(3,3)
Fundos de Investimento	-	-	-	-	642	0,1	-	-
Total	981.780	100,0	1.055.895	100,0	1.055.769	100,0	7,5	(0,0)

Fonte: Anbima

Tabela 116. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Classe Anbima

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Fundos de Investimentos	969.274	98,7	1.047.816	100,0	1.056.995	100,0	9,1	0,9
Renda Fixa	601.545	62,1	611.728	58,4	645.573	61,1	7,3	5,5
Renda Variável	51.702	5,3	54.309	5,2	33.559	3,2	(35,1)	(38,2)
Multimercado	18.539	1,9	18.893	1,8	22.856	2,2	23,3	21,0
Outros ¹	297.489	30,7	362.886	34,6	355.008	33,6	19,3	(2,2)
Carteiras Administradas	18.728	1,9	18.783	1,8	19.921	1,9	6,4	6,1
Renda Fixa	18.426	1,9	18.383	1,7	19.638	1,9	6,6	6,8
Renda Variável	302	0,0	400	0,0	283	0,0	(6,1)	(29,1)
Fundos de Terceiros	(6.222)	(0,6)	(10.704)	(1,0)	(21.147)	(1,9)	239,8	97,6
Total	981.780	100,0	1.055.895	100,0	1.055.769	100,0	7,5	(0,0)

Fonte: Anbima

1 - Inclui Previdência, Cambial, FIDC, FIP, ETF, Fundo Imobiliário e Off Shore.

Os dados acerca da distribuição por classe Anbima são divulgados sem a dedução das cotas de fundos próprios e de terceiros que, em março de 2020, somaram R\$ 21,1 bilhões.

Sustentabilidade

Atualmente a BB DTVM administra oito fundos de investimento com características socioambientais. A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados.

Tabela 117. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais

R\$ milhões	Saldos			Var. (%)	
	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Mar/19	Dez/19
BB Previdenciário Ações Governança	472,6	745,5	598,7	26,7	(19,7)
BB Referenciado DI Social 50	567,7	404,6	376,9	(33,6)	(6,8)
BB Ações Equidade Private FIC	150,8	232,5	140,2	(7,1)	(39,7)
BB Multi Global Acqua LP Private FI	201,0	135,6	113,9	(43,3)	(16,0)
BB MM LP Global Vita Private FI	126,2	118,7	104,8	(17,0)	(11,7)
BB Ações Equidade FIC	20,3	61,6	32,0	-	(48,0)
BB Ações ISE JOVEM	9,7	16,6	13,7	41,0	(17,5)
BB Ações Carbono Sustent. FIA	4,1	4,6	2,8	(30,0)	(37,5)
Total	1.552,5	1.719,6	1.383,1	(10,9)	(19,6)

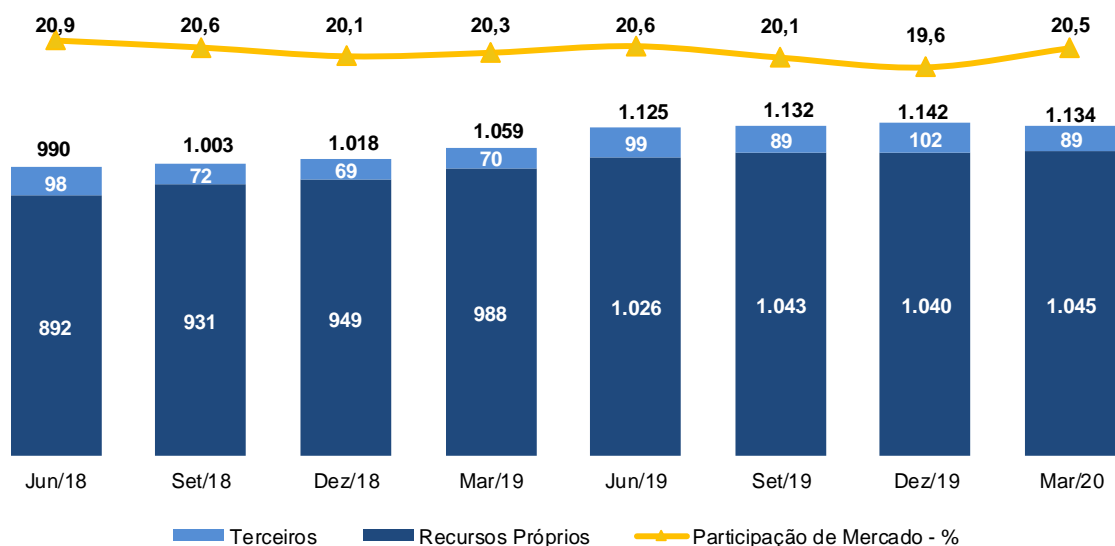
Fonte: Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Custódia

O Banco do Brasil se destaca como um dos principais líderes da indústria de custódia e controladoria de ativos. Em Mar/20, o BB alcançou R\$ 1,1 trilhão sob custódia, evolução de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O avanço da indústria de fundos e a diversificação de portfólio têm garantido ao BB a constante expansão do volume de recursos sob custódia.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil.

Figura 54. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

9.3. Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente com destaque no mercado de capitais brasileiro por meio de sua subsidiária integral, o BB - Banco de Investimento S.A (BB-BI).

No portfólio do BB-BI estão serviços de excelência que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia de ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas. Os principais produtos e serviços são destacados a seguir:

- I. **Fusões e aquisições:** O BB-BI presta assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações) e colocações privadas para empresas.
- II. **Ouro:** O Banco oferece serviços de compra, venda e custódia de ouro escritural, em lotes de 25 gramas.

- III. *Private Equity*:** O BB-BI é cotista de 13 fundos e atua como assessor em sete deles, com participação societária em 40 empresas localizadas em várias regiões do país, nos mais diversos segmentos (energia, infraestrutura, logística, consumo, educação, TI, serviços, agroindústria etc.) e em diferentes estágios de desenvolvimento (empresas consolidadas, emergentes e empresas com tecnologia inovadora).
- IV. *Renda Fixa*:** (i) Mercado doméstico: através do BB-BI são ofertados os serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas promissórias comerciais e letras financeiras. (ii) Mercado internacional: atuação na coordenação, estruturação e distribuição de novos papéis e processos de gestão de dívida de empresas, bancos e governos por meio das corretoras localizadas em Londres, Nova Iorque e Cingapura, conferindo uma atuação global do BB no mercado de capitais.
- V. *Renda Variável*:** O BB-BI oferece os serviços de assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações. Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento *private* abrange também o serviço de aluguel de ações.
- VI. *Securitização*:** O BB-BI atua na coordenação, estruturação e distribuição de operações de securitização, processo pelo qual um grupo relativamente homogêneo de ativos é convertido em títulos negociáveis, por intermédio dos seguintes produtos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

No mercado de capitais internacional, o conglomerado BB atua nas principais praças mundiais, com profissionais qualificados, por meio de suas subsidiárias integrais: BB Securites Ltd. (Londres), Banco do Brasil Securities LLC. (Nova Iorque) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura).

Em novembro de 2019 o BB publicou Fato Relevante informando a celebração de um acordo de associação de caráter vinculante com o UBS para formação de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no Brasil e em outros países da América do Sul. A parceria estratégica criará uma plataforma de banco de investimentos que combinará a capacidade de relacionamento e a força financeira do BB no País com a experiência e a distribuição global do UBS.

Segundo os termos do acordo, a associação será constituída por meio da criação de uma holding de participações, que contará com a contribuição de ativos do BB e do UBS. Após as contribuições dos dois acionistas, a sociedade terá seu capital social total dividido à proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o BB.

Desempenho em Mercado de Capitais

Renda Fixa – Mercado Doméstico

No 1T20 o BB-BI participou de 11 operações, totalizando R\$ 895,7 milhões em volume de negócios, sendo 7 operações no curto prazo, com volume de R\$ 319,7 milhões, 3 operações no longo prazo, com volume de R\$ 415 milhões, e uma operação de securitização, com volume de R\$ 161 milhões. No *Ranking* Anbima de Originação, o BB-BI está na primeira colocação na categoria Renda Fixa Curto Prazo, terceira colocação na categoria Renda Fixa Consolidado e na sexta colocação nas categorias Renda Fixa Longo Prazo e Securitização.

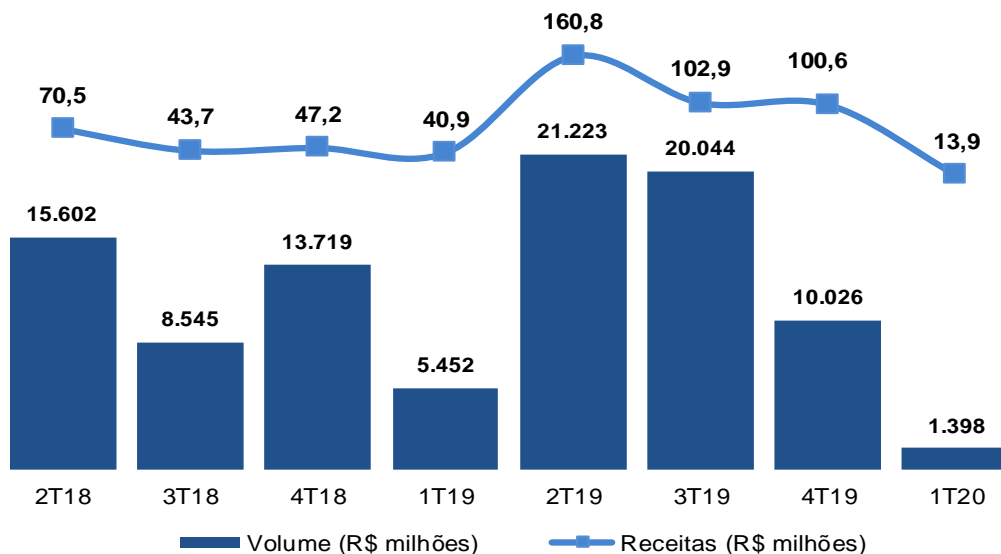
Renda Fixa – Mercado Externo

No 1T20 o mercado internacional de capitais (*bonds*) foi acessado por sete emissores brasileiros, emitindo um total de US\$ 8,0 bilhões. O BB foi mandatado para atuar como *Lead-Manager* em uma transação. Segundo o *Ranking* Anbima de Emissões Externas, o BB aparece em décimo colocado.

O BB também participou como *Co-Manager* em duas transações de emissores estrangeiros, com volume total de US\$ 2,2 bilhões.

O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB na originação de títulos de renda fixa no Brasil e no exterior.

Figura 55. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional



Renda Fixa Varejo – Mercado Secundário

Em 2019 o BB migrou a custódia dos ativos de renda fixa da BM&FBovespa para a Cetip. No 1T20, o volume movimentado na Cetip foi de R\$ 696 milhões, representando um incremento de 596% sobre o mesmo período do ano anterior. Em receitas, o crescimento observado no período foi de 655%, passando de R\$ 938 mil no 1T19 para R\$ 6,2 milhões no 1T20.

Para os investidores de varejo, o BB-BI oferece a negociação dos ativos de renda fixa por meio da rede de agências e escritórios do BB, internet (<https://investimentos.bb.com.br>) e *mobile* (App Investimentos BB).

Renda Variável Atacado

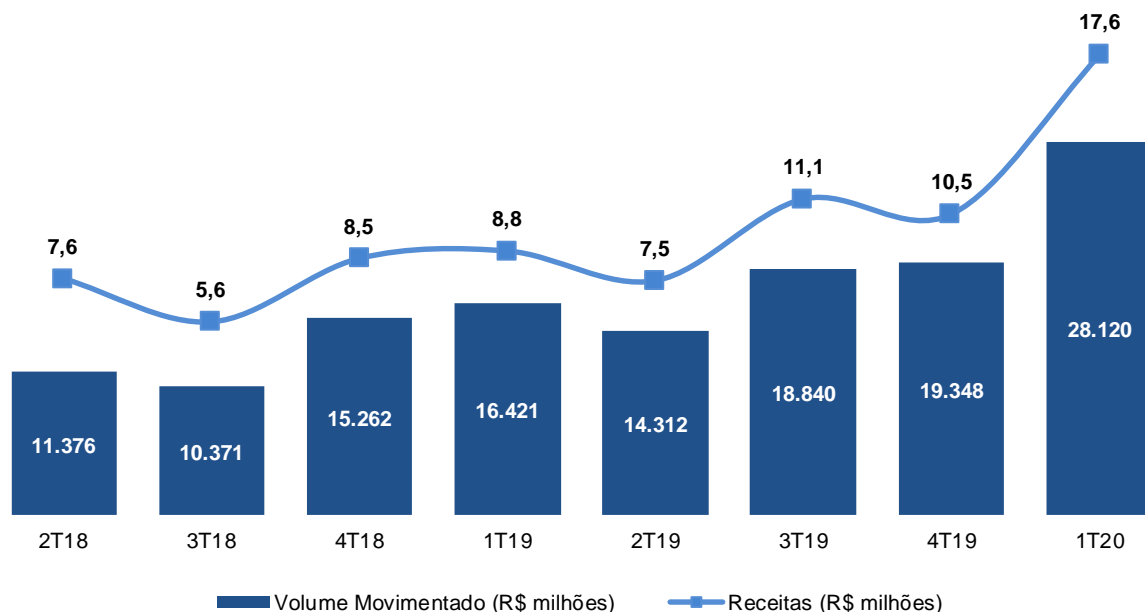
No 1T20 o BB-BI participou de três operações com volume de R\$ 1,1 bilhão, sendo uma operação de *IPO* com volume de R\$ 125 milhões e outras duas operações de *follow-on*, com volume de R\$ 1,0 bilhão. O BB-BI aparece na terceira posição do *Ranking* Anbima de Renda Variável por número de operações nas categorias Ofertas Iniciais e Renda Variável com Partes Relacionadas.

Renda Variável Varejo – Mercado Secundário

No 1T20 o volume movimentado no BB foi de R\$ 28,1 bilhões, o que corresponde a um *market share* de 5,0% para o período.

Para os investidores de varejo, o BB-BI oferece o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do BB, internet (<https://investimentos.bb.com.br>) e *mobile* (App Investimentos BB).

Figura 56. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário



Private Equity

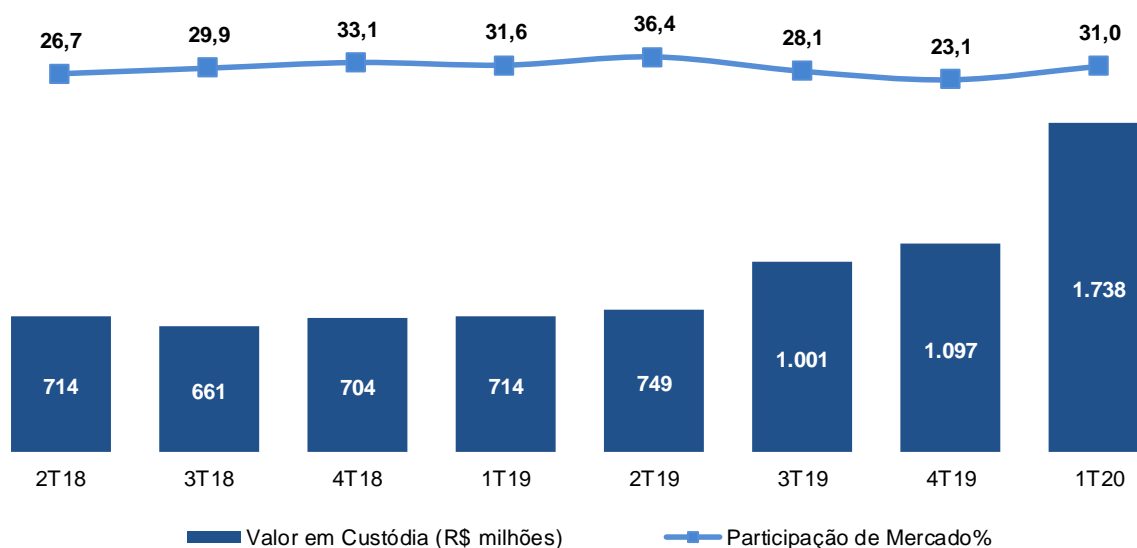
Na indústria de *private equity*, o BB-BI é cotista de 13 fundos e atua como assessor em sete deles, com 40 participações societárias em empresas localizadas em várias regiões do país. O total de capital comprometido pelo BB-BI na indústria de *private equity* é de R\$ 1,1 bilhão e o capital integralizado até o final do 1T20 foi de R\$ 753,8 milhões.

Tabela 118. *Private Equity* – Participação Indireta

	Mar/19		Dez/19		Mar/20	
	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)
R\$ milhões						
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	169,3	18,8	169,3	18,8	169,3	18,8
FIP Brasil Agronegócio	160,0	19,0	160,0	19,0	160,0	19,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II	150,0	21,5	150,0	21,5	150,0	21,5
FIP Brasil Óleo e Gás	125,0	25,0	125,0	25,0	125,0	25,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	88,0	24,4	88,0	24,4	88,0	24,4
FIP Fundo Brasil de Governança Corporativa	82,5	13,8	82,5	13,8	82,5	13,8
FIP Angra Infraestrutura	60,0	8,1	60,0	8,1	60,0	8,1
FIP Logística Brasil	60,0	13,0	60,0	13,0	60,0	13,0
FIP Brasil Energia	60,0	5,8	60,0	5,8	60,0	5,8
FIP Infra Brasil	60,0	7,3	60,0	7,3	60,0	7,3
FIP Brasil Sustentabilidade	40,0	9,5	40,0	9,5	40,0	9,5
FMIEE Rio Bravo Nordeste II	20,0	15,1	20,0	15,1	20,0	15,1
FMIEE Jardim Botânico VC I	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
Total	1.094,8		1.094,8		1.094,8	

A figura a seguir apresenta o saldo e a participação de mercado de custódia no BB-BI no mercado de ouro.

Figura 57. Ouro – Custódia



9.4. Seguros, Previdência e Capitalização

A BB Seguros é o grupo segurador do Banco do Brasil. Constituído em 2012, a empresa representa o resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008. Dentre as suas atividades estão a oferta de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem.

Outras informações sobre a BB Seguros e negócios do segmento de seguros podem ser consultadas no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponível no site <http://www.bbseguridaderi.com.br/>.

9.5. Consórcios

De acordo com os últimos dados divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios - ABAC, o mercado de consórcios fechou os dois primeiros meses de 2020 com R\$ 23,9 bilhões em volume de negócios, registrando expansão de 41,4% em relação ao mesmo período de 2019. O número de participantes atingiu sete milhões.

Entre janeiro e fevereiro de 2020, foram comercializadas 530,1 mil novas cotas de consórcios, apresentando um crescimento de 28,4% em relação ao mesmo período de 2019. Até fevereiro de 2020, foram disponibilizados R\$ 8,7 bilhões em créditos.

O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua subsidiária, a BB Administradora de Consórcios S.A., que em fevereiro de 2020, apresentou 13,3% de participação de mercado, conforme dados disponibilizados pelo Banco Central (fevereiro/2020).

No 1T20, a BB Consórcios registrou a venda de mais de 154,5 mil novas cotas de consórcio, alcançando um montante de R\$ 4,8 bilhões em volume de negócios.

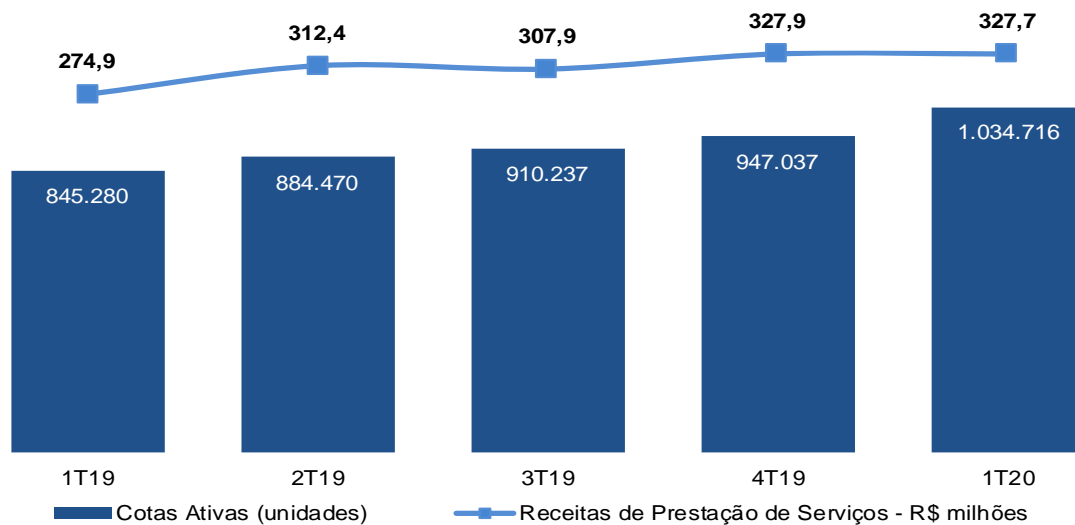
Esse resultado é reflexo do foco estratégico e do aproveitamento de oportunidade de vendas, identificados a partir da observação do comportamento de clientes na busca das vantagens do planejamento financeiro que o produto consórcio oferece.

No 1T20, as vendas em canais alternativos alcançaram mais de R\$ 477 milhões em contratações nos canais digitais (Mobile, Internet e TAA) e R\$ 400 milhões no canal parceiros.

Tabela 119. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo

unidades	Saldos						Var. (%)	
	Mar/19	Part. %	Dez/19	Part. %	Mar/20	Part. %	Mar/19	Dez/19
Automóveis	583.594	69,0	590.673	62,4	603.845	58,4	3,5	2,2
Moto	156.579	18,5	192.529	20,3	211.745	20,5	35,2	10,0
Imóveis	39.344	4,7	45.613	4,8	50.599	4,9	28,6	10,9
Serviços	32.754	3,9	53.155	5,6	86.634	8,4	164,5	63,0
Eletrodomésticos	23.872	2,8	47.411	5,0	60.383	5,8	152,9	27,4
Trator/Caminhão	9.137	1,1	17.656	1,9	21.510	2,1	135,4	21,8
Total	845.280	100,0	947.037	100,0	1.034.716	100,0	22,4	9,3

Figura 58. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas



As tabelas a seguir apresentam o comparativo entre saldo médio, prazo médio e taxa de administração média das cotas comercializadas no período.

Tabela 120. Consórcios - Ticket Médio

R\$	Saldos				
	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Trator/Caminhão	147.879	144.643	130.536	118.854	126.536
Imóveis	140.654	112.736	118.695	121.286	99.423
Automóveis	44.462	45.805	47.894	45.500	46.314
Moto	17.990	17.708	17.315	16.486	16.472
Serviços	9.574	9.960	10.572	8.820	6.824
Eletrodomésticos	6.255	7.183	5.488	4.805	6.729

Tabela 121. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	1T19		4T19		1T20	
	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)
Serviços	29	20,8	38	19,8	45	11,1
Moto	65	20,8	62	19,2	64	13,9
Eletrodomésticos	31	20,9	40	19,8	44	12,5
Imóveis	162	20,0	178	17,2	129	10,1
Automóveis	72	16,3	74	14,7	80	10,0
Trator/Caminhão	102	15,0	100	12,6	98	8,5

10 – Outras Informações

10.1. Ativo e Passivo Atuarial

10.1.1. Previ – Plano 1

Breve Histórico

O BB contabiliza em seu balanço os ativos e passivos atuariais decorrentes dos planos de benefícios concedidos aos seus empregados.

O ativo atuarial mais relevante é o Plano 1 da Previ, enquanto que o passivo atuarial mais representativo é o plano de assistência administrado pela Cassi. Os valores são apurados semestralmente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

O Plano de Benefícios 1 (Plano) foi criado em 1967 e estruturado na modalidade de benefício definido. Até dezembro de 2000, o Plano, na razão de 2/3, foi custeado pelo patrocinador (Banco do Brasil), e 1/3, pelos participantes (aposentados e pensionistas). A adesão de novos participantes foi encerrada em 23/12/1997.

A partir de janeiro de 2001, visando a adequação às disposições da Emenda Constitucional nº 20, o patrocinador e os participantes implementaram a contribuição paritária (50%). Em vista disso, a participação do Banco no *superavit* é de 50% do valor presente dos ativos e obrigações atuariais do Plano.

No período de janeiro de 2007 a dezembro de 2013, em função do *superavit* do plano, a cobrança de contribuições foi suspensa. Nessa ocasião, o Banco firmou Memorando de Entendimentos com a Previ, visando a destinação e utilização parcial do *superavit*, após atendidos os requisitos estabelecidos nas legislações (Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CGPC nº 26/2008). Em face da aprovação das medidas previstas no memorando houve a destinação parcial do *superavit* acordado em 2010, reconhecido como Fundo de Destinação e posteriormente segregado em fundos de Contribuição e Utilização. Entre dezembro de 2010 e dezembro de 2013, as contribuições foram cobertas pelo Fundo de Contribuição.

Em janeiro de 2014, com a diminuição do *superavit* acumulado, a Previ comunicou a retomada da cobrança das contribuições. As contribuições do BB para o Plano, a partir de então, passaram a ser feitas pelo Fundo de Utilização.

No período de julho de 2014 a setembro de 2015, houve aumento das obrigações atuariais devido à redução da taxa de inflação e conseqüentemente, da taxa de juros de desconto aplicável para mensurar o valor presente destas obrigações, contribuindo para que o ativo atuarial convertesse para passivo atuarial, em dezembro de 2015.

Em dezembro de 2015 a valorização dos ativos de renda variável do Plano foi maior que o crescimento das obrigações atuariais.

Em dezembro de 2017, na mensuração semestral, houve *superavit* em função da valorização dos ativos em 11,9%, frente ao aumento das obrigações atuariais de 2,3%.

A mensuração do saldo atuarial do Plano é realizada semestralmente pelo Banco (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do *superavit/deficit* para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

O BB efetua o reconhecimento antecipado mensal com base na estimativa de resultado financeiro do Plano para o final do semestre subsequente. O reconhecimento é feito na razão de 1/6 (um sexto) dos ganhos ou perdas projetadas, no decorrer do semestre ao qual se refere.

Conforme demonstrações financeiras do 1T20, nas notas 26 e 30 respectivamente, o BB informa que em 31.03.2020, foi realizada avaliação intermediária nos valores dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, decorrentes dos impactos da Covid-19.

Participantes

Os funcionários que possuíam a condição de associado da Previ em 24/12/1997 e aqueles que foram demitidos ou desligados anteriormente, mas optaram por permanecer no plano, são participantes do Plano. Os participantes estão divididos em três grupos:

- I. Contrato 97: apenas os funcionários ativos admitidos até 14/04/1967. Foram abrangidos por contrato assinado em 24/12/1997 entre o Banco do Brasil e a Previ, no qual foi firmado o compromisso do pagamento, pelo patrocinador, das aposentadorias relativas ao período em que não houve a formação de reserva matemática. A partir de abril/1967, as reservas matemáticas garantidoras dos benefícios desse grupo passaram a ser integralizadas ao Plano 1;
- II. Admitidos entre 15/04/1967 e 23/12/1997; e
- III. Grupo Especial: participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais.

Análise

Os ativos do Plano são mensurados a valor justo com referência ao valor de mercado ou fluxo de caixa descontado, conforme composição apresentada na tabela a seguir.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

Maiores detalhes sobre a Análise de Sensibilidade podem ser consultados na Nota Explicativa 26d e no Relatório de Gerenciamento de Riscos, publicado trimestralmente no *website* ri.bb.com.br.

Risco de EFPPS

O Risco de EFPPS é definido pela possibilidade de impacto negativo decorrente do descasamento entre passivos atuariais e ativos das entidades fechadas de previdência complementar e de operadoras de planos privados de saúde a funcionários.

O gerenciamento do risco é realizado com base em três dimensões: patrocinador, planos de previdência e planos de saúde. Para garantir a identificação e monitoramento dos aspectos que mais contribuem para o agravamento do risco, ativo e passivo são avaliados de forma segregada e recebem choques, de cenários de normalidade e estresse. No processo de gestão, são utilizados indicadores, para os quais são estabelecidas “faixas críticas”, cujo acompanhamento é reportado periodicamente à Alta Administração.

Ressalte-se que a estrutura de gerenciamento do risco de EFPPS segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos do BB, estabelecendo a responsabilidade das áreas envolvidas, contando com o envolvimento dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

Tabela 122. Composição dos Ativos

%	Mar/19	Dez/19	Mar/20
Renda Variável	49,6	47,5	47,5
Renda Fixa	41,3	43,5	43,5
Investimentos Imobiliários	5,5	5,5	5,5
Empréstimos e Financiamentos	3,0	2,9	2,9
Outros	0,6	0,7	0,7
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano			
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	5,7	4,8	4,8
Em Propriedades ou Outros Ativos Utilizados pela Entidade	0,1	0,0	0,0

Tabela 123. Principais Premissas Atuariais¹

%	2018	1S19	2019
Taxa Real de Desconto (a.a.)	4,8	4,0	3,5
Taxa Nominal de Retorno dos Investimentos (a.a.)	9,5	8,6	7,1

(1) Em 31/mar de 2020, as taxas reais de desconto (a.a.) utilizadas na atualização intermediária dos planos foram de: Plano 1 – Previ 5,00%, Plano Informal – Previ 4,24%, Plano de Associados – Cassi 5,03% e Outros Planos 5,05%.

O ativo (passivo) atuarial do Plano 1 equivale a 50% (paridade) da diferença positiva ou negativa entre os ativos a valor justo e os passivos a valor presente.

Em virtude da mensuração semestral do resultado do Plano 1, o Banco do Brasil reconhece antecipadamente a variação projetada para o semestre seguinte, reduzindo a volatilidade do ativo/passivo atuarial.

As contribuições do item “f” (contribuição de fundos) da tabela a seguir são provenientes dos Fundos de Destinação do *Superavit*, cuja movimentação está detalhada na seção 10.1.2.

Tabela 124. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano ¹	179.197	188.992	188.992	194.700	194.700
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais ¹	(172.029)	(195.325)	(195.325)	(211.165)	(211.165)
(c) Superavit/(Deficit) BB¹ = [(a) + (b)] x 50%	3.584	(3.167)	(3.167)	(8.232)	(8.232)
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	3.584	3.776	(3.167)	(3.137)	(8.232)
(e) Resultado Financeiro Antecipado	47	47	(105)	(105)	(180)
(f) Contribuição de Fundos	145	186	134	368	137
(g) Remensuração Atuarial ²	-	(7.175)	-	(5.358)	232
(h) Saldo do Ativo/(Passivo) Atuarial³ = (d) + (e) + (f) + (g)	3.776	(3.167)	(3.137)	(8.232)	(8.043)

(1) Os valores de 31/mar de 2020 referem-se aos constantes da avaliação patrimonial de 31/dez de 2019, antes da remensuração intermediária.

(2) Em 31/mar de 2020, houve atualização intermediária do valor justo dos ativos garantidores dos planos decorrente de alterações nos valores de mercado, bem como do valor presente das obrigações atuariais decorrentes de alteração nas taxas de desconto utilizadas nos cálculos atuariais.

(3) Refere-se à parcela do patrocinador no superavit/deficit.

10.1.2. Fundos de Destinação do *Superavit* Previ (Plano 1)

O Banco do Brasil reconheceu em seu ativo, valores relativos:

I. à Paridade contributiva entre patrocinador e participantes, contabilizada em maio de 2006, com base no saldo de reservas remanescentes, com montante inicial de R\$ 2,2 bilhões;

II. ao Fundo de Destinação: constituído após acordo de destinação de *superavit* Previ em 2010, e visava suprir os Fundos de Contribuição e Utilização. O saldo do fundo foi esgotado e o processo de transferência foi finalizado em 2013.

III. ao Fundo de Contribuição: constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de 2010 a 2013 e foi integralmente utilizado; e

IV. ao Fundo de Utilização: constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação e utilizado pelo Banco após 1T14, para fazer frente aos aportes periódicos.

Fundo Paridade

O fundo foi corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e foi integralmente utilizado em Dez/18.

Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído no 2T11 pela transferência de recursos do Fundo de Destinação. Esse fundo representa o montante passível de resgate pelo Banco do Brasil e reflete a contabilização na Previ da distribuição do *superavit*. Essa reserva é corrigida anualmente pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e sua utilização está condicionada à comprovação da cobertura integral das obrigações do plano (art. 25, Deliberação CGPC nº 26/2008).

A partir do 1T14, com a retomada dos aportes periódicos, as contribuições do patrocinador passaram a ser realizadas por meio desse fundo.

Tabela 125. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização

R\$ milhões	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
Saldo Inicial	9.511	9.643	9.648	9.648	9.709
Contribuições ao Plano 1	(145)	(186)	(134)	(698)	(137)
Atualização	276	191	134	759	163
Transferência p/ Fundo de Paridade	-	-	-	-	-
Saldo Final	9.643	9.648	9.648	9.709	9.735

10.1.3. Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, cujo principal objetivo é conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde dos associados e seus beneficiários inscritos.

Os participantes do Plano de Associados são subdivididos em:

- I. Associados: funcionários ativos, ex-funcionários (autopatrocinados), aposentados e pensionistas do BB;
- II. Dependentes: cônjuge, companheiro, filhos e enteados que não tenham completado 24 anos de idade; e
- III. Dependentes Indiretos: dependentes com vinculação direta ao associado, em qualquer grau de parentesco, admitidos até a reforma estatutária de 1996.

Em 1995, devido aos sucessivos descasamentos entre receitas e despesas, ocorreu rateio entre o patrocinador e os associados para cobrir o *deficit* operacional. Em 1996, a Cassi e o Banco reformularam o Estatuto Social para garantir o equilíbrio financeiro do plano. Entre as principais alterações, destacam-se a restrição ao acesso de novos dependentes indiretos e o aumento nas contribuições dos participantes e do patrocinador.

Em 2007, o Banco firmou um novo acordo com a Cassi para alteração do seu estatuto, vigente até os dias atuais. As principais modificações foram:

- I. contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos;
- II. contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão;
- III. realização de aporte de R\$ 315 milhões pelo BB na Cassi para investimentos no aprimoramento do modelo de atuação relativo aos serviços próprios; e
- IV. assunção, pelo Banco, do *deficit* dos Dependentes Indiretos até a extinção desse grupo.

As medidas de 2007 foram complementadas em 2016, quando o Banco do Brasil e as entidades representativas assinaram Memorando de Entendimentos. Este resultou em proposta que foi aprovada pelos associados e garantiu R\$ 40 milhões mensais a mais para o Plano, da seguinte forma:

- I. ressarcimento extraordinário de despesas, pelo Banco, de até R\$ 23 milhões mensais em favor da Cassi, até dezembro de 2019;
- II. contribuição mensal extraordinária adicional de 1% dos participantes, até dezembro de 2019, sobre a mesma base de cálculo da contribuição pessoal, no valor estimado de R\$ 17 milhões mensais; e
- III. contratação de empresa especializada para analisar, revisar e desenvolver processos, projetos e ações com foco no modelo de governança, gestão e operação da Cassi.

Em 2018 houve uma transação de adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a parcela do 13º salário no período de 2018 a 2021, no valor total de R\$ 323 milhões. Essa medida foi adotada

a fim de recompor as reservas líquidas da Cassi, sendo que o valor adiantado será descontado das obrigações futuras do BB com o Plano de Associados da Cassi.

Em 22 de julho de 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional nº 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclareceu que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

Em 31 de outubro, o Banco do Brasil S.A. (BB) comunicou que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi). A proposta de reforma estatutária da Cassi tinha o propósito de promover modificações no modelo de custeio do Plano de Associados e de realizar melhorias na governança da Cassi.

Em 28 de novembro, a proposta de reforma, submetida aos seus associados, foi aprovada em processo de votação, realizada entre 18/11/2019 e 28/11/2019, com impacto adicional de R\$ 514 milhões em 2019. A proposta também previu a liquidação antecipada, pelo BB, de obrigação contratual de R\$ 450,9 milhões, referentes ao ressarcimento do déficit do Grupo dos Dependentes Indiretos, valor que não impactou o resultado. O aumento das despesas não impactou o passivo atuarial calculado de acordo com a Deliberação CVM 695.

A próxima tabela demonstra a evolução do passivo atuarial relacionado à Cassi, de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

Tabela 126. Efeitos da Contabilização da Cassi – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano ¹	242	242	242	162	162
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais ¹	(9.395)	(12.368)	(12.368)	(13.234)	(13.234)
(c) Deficit BB¹ = [(a) + (b)]	(9.152)	(12.126)	(12.126)	(13.073)	(13.073)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(9.395)	(9.476)	(12.369)	(12.468)	(13.234)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(248)	(248)	(275)	(275)	(248)
(f) Contribuição BB	167	169	176	235	623
(g) Remensuração Atuarial ²	-	(2.813)	-	(726)	2.103
(h) Saldo do Passivo Atuarial³ = [(d) + (e) + (f) + (g)]	(9.476)	(12.369)	(12.468)	(13.234)	(10.755)

(1) Os valores de 31/mar de 2020 referem-se aos constantes da avaliação patrimonial de 31/dez de 2019, antes da remensuração intermediária.

(2) Em 31/mar de 2020, houve atualização intermediária do valor justo dos ativos garantidores dos planos decorrente de alterações nos valores de mercado, bem como do valor presente das obrigações atuariais decorrentes de alteração nas taxas de desconto utilizadas nos cálculos atuariais.

(3) Refere-se à parcela do patrocinador no superavit/déficit.

10.1.4. Planos de Benefícios - Efeitos no Patrimônio Líquido

A tabela a seguir detalha os efeitos da contabilização dos ativos e passivos atuariais do Banco reconhecidos no Patrimônio Líquido (PL) do BB conforme Deliberação CVM nº 695/2012.

Os efeitos no PL ocorrem com a realização dos estudos atuariais.

Tabela 127. Efeito no Patrimônio Líquido – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	Dez/16	Jun/17	Dez/17	Jun/18	Dez/18	Jun/19	Dez/19	Mar/20
Remensuração Atuarial (a)	2.233	(813)	5.903	2.802	(5.540)	(10.505)	(6.316)	3.301
Plano 1 - Previ	2.797	(433)	6.876	2.020	(4.154)	(7.176)	(5.358)	232
Cassi	(236)	(175)	(325)	488	(823)	(2.813)	(726)	2.103
Outros Planos	(329)	(205)	(648)	294	(563)	(516)	(233)	966
Efeitos Fiscais (b)	(892)	325	(2.367)	(1.122)	2.217	4.204	4.540	(1.488)
Plano 1 - Previ	(1.119)	173	(2.750)	(808)	1.662	2.870	3.733	(104)
Cassi	94	70	130	(195)	329	1.125	582	(946)
Outros Planos	133	82	253	(119)	226	208	225	(438)
Efeito no Patrimônio Líquido (a + b)	1.341	(488)	3.536	1.680	(3.323)	(6.301)	(1.776)	1.813
Plano 1 - Previ	1.678	(260)	4.126	1.212	(2.492)	(4.305)	(1.625)	127
Cassi	(141)	(105)	(195)	293	(494)	(1.688)	(144)	1.157
Outros Planos	(196)	(123)	(395)	175	(337)	(308)	(8)	528
Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido	(15.492)	(15.979)	(12.443)	(10.763)	(14.086)	(20.386)	(22.163)	(20.350)

10.2. Atendimento a Clientes

10.2.1. Rede de Atendimento

O Banco do Brasil encerrou o 1T20 com 62,5 mil pontos de atendimento entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 98,9% dos municípios brasileiros.

O BB possui parcerias para o compartilhamento de terminais de autoatendimento e utilização da rede de lotéricas, nos quais é possível realizar saques, depósitos, pagamentos, entre outros serviços. Essas parcerias consolidam a presença nacional da rede do Banco do Brasil.

Tabela 128. Rede de Atendimento

	Posição			Var. (%)	
	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Mar/19	Dez/19
Rede Própria	13.765	13.274	13.233	(3,9)	(0,3)
Agências	4.716	4.356	4.368	(7,4)	0,3
Postos de Atendimento	1.870	1.874	1.843	(1,4)	(1,7)
Postos de Atendimento Eletrônico	7.179	7.044	7.022	(2,2)	(0,3)
Rede MaisBB	12.490	13.609	11.048	(11,5)	(18,8)
Correspondentes no País	7.744	9.377	9.131	17,9	(2,6)
Banco Postal	4.746	4.232	1.917	(59,6)	(54,7)
Rede Compartilhada	37.801	38.923	38.209	1,1	(1,8)
Lotéricas	13.000	12.968	12.956	(0,3)	(0,1)
Banco 24h	22.281	23.553	22.903	2,8	(2,8)
TAA: Bancos Parceiros	2.520	2.402	2.350	(6,7)	(2,2)
Total	64.056	65.806	62.490	(2,4)	(5,0)

Em 16 de dezembro de 2019 o BB divulgou Fato Relevante, comunicando que em 13 de dezembro de 2019 assinou contrato temporário (por três meses) de prestação de serviço de correspondente no país com os Correios – Banco Postal.

A tabela a seguir apresenta a rede de agências e escritórios do BB distribuídos por segmento de clientes, que oferecem soluções aos clientes de acordo com os produtos e serviços específicos. Destaque para o aumento de 11 novos escritórios Private Banking, fruto do fortalecimento de atuação no segmento.

Tabela 129. Unidades de Atendimento

	Posição			Var. (%)	
	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Mar/19	Dez/19
Agências Tradicionais	4.096	3.692	3.695	(9,8)	0,1
Agências Digitais e Especializadas	620	664	673	8,5	1,4
Agências Estilo	247	246	248	0,4	0,8
Agências Empresa	171	215	215	25,7	-
Agências Governo	30	30	30	-	-
Private Banking	11	11	22	100,0	100,0
Escritórios Exclusivo	139	140	138	(0,7)	(1,4)
Escritórios Estilo	20	20	20	-	-
Escritórios MPE	2	2	-	-	-
Total	4.716	4.356	4.368	(7,4)	0,3

Tabela 130. Rede de Agências por Região

	BB	SFN	Part. %
Sudeste	1.821	10.591	17,2
Nordeste	923	3.323	27,8
Sul	902	3.852	23,4
Centro-Oeste	431	1.695	25,4
Norte	291	1.119	26,0
Total	4.368	20.580	21,2

10.2.2. Canais Automatizados

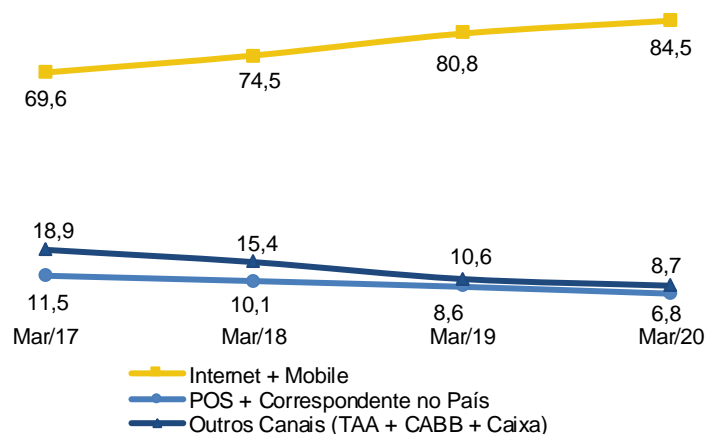
Os canais de atendimento automatizados do Banco do Brasil disponibilizam uma ampla gama de serviços e produtos aos clientes, além de contribuir no controle de custos de atendimento.

Mobile e Internet Banking

O BB *mobile* e *internet banking* buscam tornar a experiência bancária dos clientes cada vez mais simples, rápida, segura e conveniente, com a disponibilização de um amplo portfólio de produtos e serviços, de forma a atendê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar em que eles estiverem.

A próxima figura apresenta a evolução do percentual das transações realizadas por canal de atendimento. Destaque para os canais *internet* e *mobile* que representam 84,5% das transações realizadas pelos clientes do Banco do Brasil.

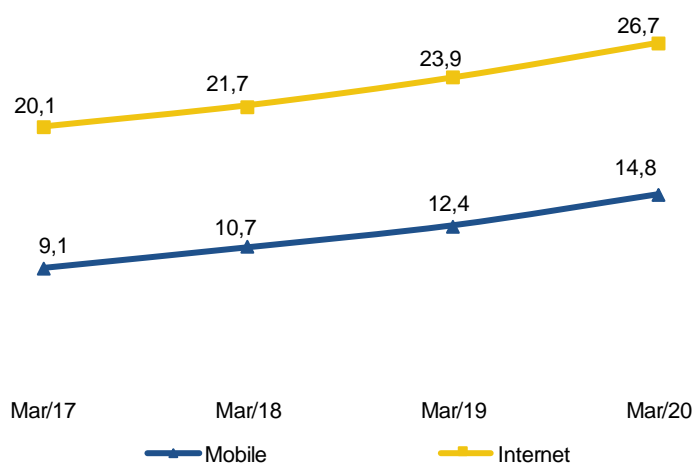
Figura 59. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – (%)



Os próximos dois gráficos apresentam a evolução da quantidade de usuários cadastrados e das transações realizadas pelos canais *mobile banking* e *internet banking*, respectivamente.

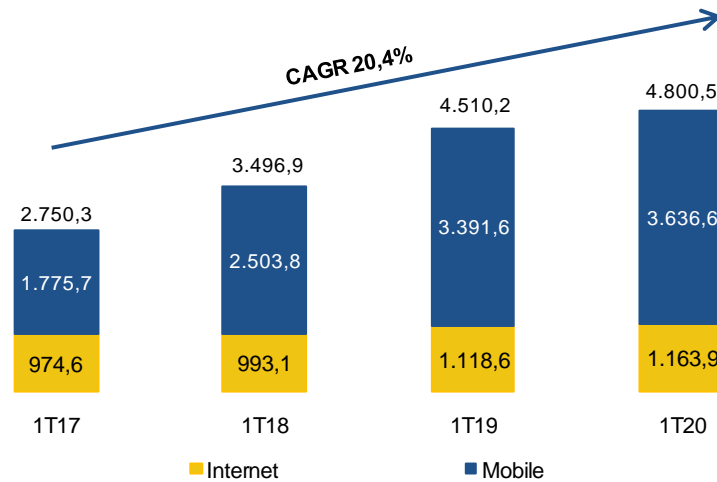
Observa-se crescimento de 2,4 milhões de clientes utilizando *mobile banking* na comparação Mar/20 contra Mar/19, resultado do aprofundamento da estratégia digital do BB.

Figura 60. Quantidade de Usuários (milhões) – Internet e Mobile¹



¹Série revisada no 1T20.

Figura 61. Quantidade de Transações (milhões) – Internet¹ e Mobile

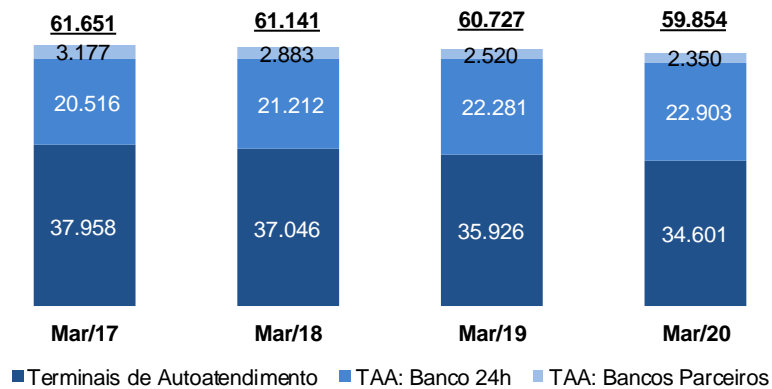


1-Série revisada no 4T19.

Terminais de Autoatendimento

O Banco do Brasil disponibiliza aos seus clientes uma ampla rede de terminais de autoatendimento (TAA) no País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais da rede própria, das parcerias com outros bancos e da rede Banco 24h.

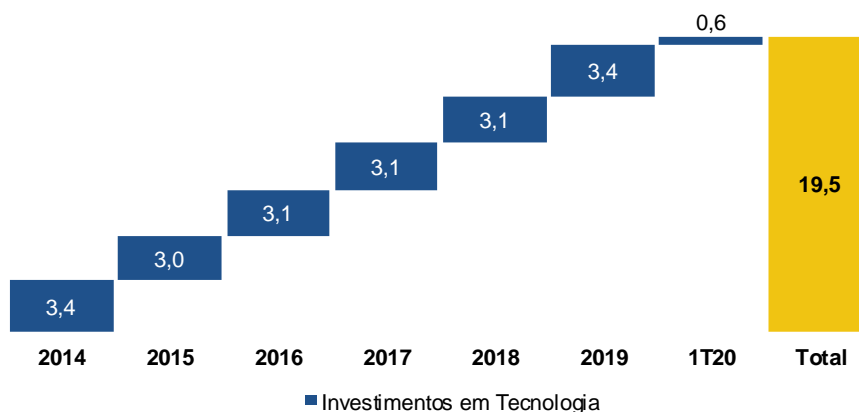
Figura 62. Terminais de Autoatendimento



10.2.3. Investimentos em Tecnologia

O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Durante o período de 2014 ao 1T20 foi investido o montante de R\$ 19,5 bilhões. Na próxima figura pode-se observar a série anual do total investido.

Figura 63. Investimentos em Tecnologia (R\$ bilhões)



No 1T20, o Banco do Brasil apresentou índice de disponibilidade de 98,8% para o canal de Terminais de Autoatendimento (TAA), e de 99,9% para o canal Autoatendimento Pessoa Física Web.

10.3. Negócios Internacionais

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros nos mercados internacionais.

A rede externa do Banco é composta por 23 dependências localizadas em 15 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. No 1T20, haviam 661 bancos atuando como correspondentes do BB em 91 países.

Tabela 131. Rede de Atendimento no Exterior

Agências	Subagências	Unidades de Serviços Compartilhados
Assunção - Paraguai	Hamamatsu - Japão	BB USA Servicing Center / Orlando - Estados Unidos
Frankfurt - Alemanha	Nagoia - Japão	BB Europa Servicing Center / Lisboa - Portugal
Grand Cayman - Ilhas Cayman		
Londres - Inglaterra	Subsidiárias e Sucursais	Securities
Miami - Estados Unidos	BB Americas / Miami - Estados Unidos ¹	Banco do Brasil Securities LLC - Estados Unidos
Nova Iorque - Estados Unidos	Banco Patagonia / Buenos Aires - Argentina ²	BB Securities Ltd - Inglaterra
Santiago - Chile	BB AG (Aktiengesellschaft) / Viena - Áustria ³	BB Securities Asia Pte Ltd - Cingapura
Tóquio - Japão		
Xangai - China		

1 - O Banco do Brasil Americas possui agências em Miami, Boca Raton, Lighthouse Point, Orlando e Aventura.

2 - O Banco Patagonia possui rede de distribuição física em todas as províncias da Argentina.

3 - A BB AG Viena também possui sucursais localizadas nas cidades de Madri, Paris, Milão e Lisboa.

Tabela 132. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Var. (%) s/	
				Mar/19	Dez/19
ATIVO	185.200	175.748	223.321	20,6	27,1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	37.764	33.007	32.934	(12,8)	(0,2)
Títulos e Valores Mobiliários	17.885	19.959	24.731	38,3	23,9
Títulos Disponíveis para Negociação	4.803	3.588	6.164	28,3	71,8
Títulos Disponíveis para Venda	10.497	13.695	15.094	43,8	10,2
Títulos Mantidos até o Vencimento	2.585	2.676	3.473	34,4	29,8
Operações de Crédito	34.637	30.329	41.095	18,6	35,5
Setor Público	296	244	318	7,4	30,3
Setor Privado	34.341	30.085	40.777	18,7	35,5
Outros Ativos	4.441	5.427	6.186	39,3	14,0
Grupo BB	90.472	87.026	118.375	30,8	36,0
PASSIVO	185.200	175.748	223.321	20,6	27,1
Depósitos	58.953	49.772	64.083	8,7	28,8
Depósitos à Vista	8.248	8.377	11.127	34,9	32,8
Depósitos a Prazo	28.451	18.684	24.900	(12,5)	33,3
Depósitos Interfinanceiros	22.254	22.711	28.056	26,1	23,5
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	26.306	26.536	37.125	41,1	39,9
Obrigações por Empréstimos	18.651	16.684	18.416	(1,3)	10,4
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	36.959	37.917	49.008	32,6	29,3
Demais Passivos	5.300	3.432	2.685	(49,3)	(21,8)
Grupo BB	24.697	24.436	30.416	23,2	24,5
Patrimônio Líquido	14.335	16.971	21.587	50,6	27,2
Controlador	13.957	16.611	21.096	51,1	27,0
Participações Minoritárias ¹	378	360	491	29,9	36,4

1 - Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

Tabela 133. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado

R\$ milhões	1T19	4T19	1T20	Var. (%) s/	
				1T19	4T19
Lucro Após Impostos e Participações Estatutárias	594	956	908	52,9	(5,0)
Participações Minoritárias ¹	55	70	53	(3,6)	(24,3)
Lucro Líquido	648	1.026	961	48,3	(6,3)

1 - Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

10.3.1. Banco Patagonia

Todos os números apresentados neste capítulo refletem 100% dos saldos, contas patrimoniais e de resultado. Informações mais detalhadas estão disponíveis no site oficial do Banco Patagonia (<https://www.bancopatagonia.com.ar>).

Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais destaques patrimoniais, de resultado e dados estruturais.

Tabela 134. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais

R\$ milhões	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Var. (%) s/	
				Mar/19	Dez/19
Ativos	15.696	12.745	18.512	17,9	45,2
Operações de Crédito	7.281	6.087	7.297	0,2	19,9
Depósitos	10.965	8.241	12.991	18,5	57,6
Patrimônio Líquido	1.637	1.837	2.504	53,0	36,3

Tabela 135. Banco Patagonia – Captações

R\$ milhões	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Var. (%) s/	
				Mar/19	Dez/19
Pessoa Física	1.317	988	968	(26,5)	(2,0)
Pessoa Jurídica	1.400	996	1.466	4,6	47,1
Interbancário	262	275	204	(22,3)	(25,8)
Emissões	36	14	7	(81,2)	(51,1)
Compromissadas	91	-	39	(57,0)	-
Total	3.107	2.272	2.683	(13,6)	18,1

Tabela 136. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	1T19	4T19	1T20	1T19	4T19
Resultado da Intermediação Financeira	531	731	470	(11,6)	(35,8)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(119)	(8)	6	-	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	412	724	476	15,4	(34,2)
Rendas de Tarifas	221	178	199	(9,9)	11,8
Despesas Administrativas	(243)	(267)	(247)	1,8	(7,4)
Outros	40	(84)	(74)	-	(11,5)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro	431	551	354	(17,9)	(35,8)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(153)	(194)	(85)	(44,2)	(56,0)
Lucro Líquido	278	357	268	(3,5)	(24,8)

Figura 64. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões

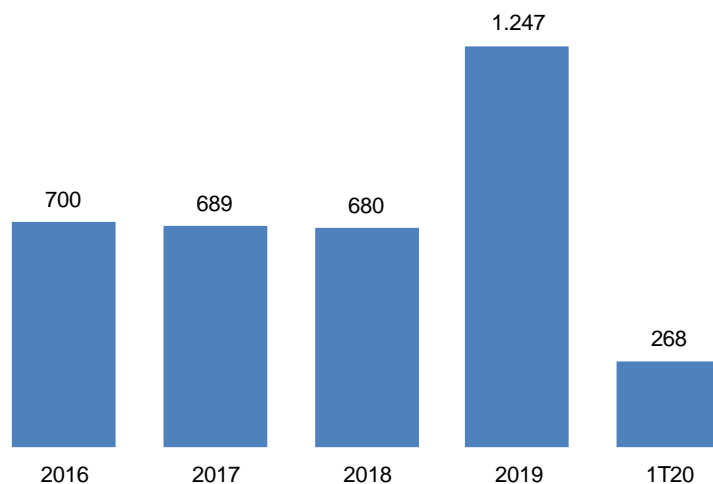


Tabela 137. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito

%	1T19	4T19	1T20
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	44,4	75,4	21,7
Índice de Basileia	15,2	17,6	20,5
Índice de Cobertura (+90 dias)	177,6	211,5	245,4
Inad+90	3,1	2,5	1,9

Tabela 138. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais

	Mar/19	Dez/19	Mar/20	Var. (%) s/	
				Mar/19	Dez/19
Clientes (mil)	1.243	1.204	1.169	(5,9)	(2,9)
Agências	187	186	186	(0,5)	-
Agências em Buenos Aires	94	93	93	(1,1)	-
Pontos de Atendimento	210	209	208	(0,5)	(0,5)
Funcionários	3.402	3.302	3.335	(2,9)	1,0

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada Interna: carteira de crédito ampliada, considerando-se apenas as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna: carteira de crédito ampliada interna, desconsiderando-se as operações de crédito adquirido.

Carteira de Crédito Atacado Pessoa Jurídica: composta pelas grandes empresas, com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões, adicionadas ao crédito agroindustrial e TVM.

Carteira de Crédito Negócios Varejo: corresponde à carteira de crédito pessoa física ampliada orgânica adicionada da carteira de crédito classificada Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo as carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondentes no País: são empresas contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo do crédito: razão entre a despesa de PCLD líquida e a carteira de crédito classificada média do período.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Despesa de PCLD – Risco de Crédito: despesa com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme a Res. 2.682/99.

Despesa de PCLD líquida: despesa com PCLD, conforme a Res. 2.682/99, líquida de receita com recuperação de crédito.

Garantias: são operações em normalidade às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Imparidade: grupamento de contas que registra as perdas permanentes em títulos e valores mobiliários, as despesas com provisão por imparidade em títulos e valores mobiliários e o resultado negativo apurado em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados pela instituição vendedora ou cedente.

Inad +15: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 15 dias e o saldo da carteira.

Inad +60: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 60 dias e o saldo da carteira.

Inad +90: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 90 dias e o saldo da carteira.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: Indica a grandeza da cobertura das rendas de tarifas sobre as despesas.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice, mais “eficiente” é a empresa.

Itens extraordinários: Receitas ou despesas relevantes identificadas no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do Banco e/ou se referem a valores contabilizados em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem Financeira Bruta (MFB): é calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: é calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade. É definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME): clientes pessoas jurídicas com faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões.

MSD: Média de Saldos Diários.

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos os passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

PCLD Ampliada: corresponde à PCLD Líquida (despesas com PCLD, conforme a Res. 2.682/99, líquida da recuperação de crédito), adicionada aos descontos concedidos e a imparidade.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Receita Líquida de Juros: composta pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização simples.

Risco Médio: relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada.

RSPL Acionista: mede o retorno para o acionista do BB. É calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzidas as participações minoritárias e o instrumento elegível ao capital principal, que não é considerado no cálculo do indicador, pois o pagamento da sua remuneração é realizado com recursos provenientes de lucros acumulados e reservas de lucros. Os valores são anualizados por capitalização simples.

RSPL Ajustado: é calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzidas as participações minoritárias nas controladas e os planos de benefícios. Os valores são anualizados por capitalização simples.

RSPL Mercado: reflete a métrica que os principais analistas de mercado utilizam nas previsões de resultado. É calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzido das participações minoritárias. Os valores são anualizados por capitalização simples.

Spread Gerencial: é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e

outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Spread Global: aplicação do conceito de *spread* específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Gerente Geral de Relações com Investidores e Sustentabilidade

Daniel Alves Maria

Gerentes Executivos

Ana Maria Rodrigues Borro Macedo

Janaína Marques Storti

Gerentes

Debora Stefani

Fabíola Lopes Ribeiro

Felipe de Mello Pimentel

Gabriel Maceron Santamaria

Henrique Leite de Vasconcellos

Hilzenar Souza Alves da Cunha

Marcio Luiz da Silva Gama

Coordenador

Marcelo Oliveira Alexandre

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Alícia Tabata

Ana Paula Zago Udenal

Arthur Henrique Martins Ferreira

Bruno Santos Garcia

Cleber Antonio Lima Rentroia

Daniela Priscila da Silva

Diogo Simas Machado

Elizabeth Calixto Abrao

Eva Maria Gitirana de Oliveira

Fabrcio da Costa Santin

Fernanda Vasconcelos de Meneses

Gabriel Mirabile Pinheiro

Gustavo Correia de Brito

Humberto Fernandes de Oliveira

Ítala Tonon

Jefferson Guarnieri Aquino

Jorge Andre Gildi dos Santos

Laura Daianna Fernandes Cunha

Luiz Fernando de Almeida

Marcelo Ottoni Nepomuceno

Marco Antonio Datolo Fernandes

Maria Angélica de Paiva Rezende

Miriam Martins de Souza Caruso

Regina Knysak

Rodrigo Gomes da Costa

Rosana Gehlen Loblein

Saulo Suassuna Santos

Tatiana Dias Coelho

Thiago Paro Presotto

Thiago Quiaratti

Vilmar Francisco Thewes

Vitor Lopes Rodrigues

Viviane de Sousa

William Barbosa Pontes Junior

William Oliveira Camelo

Banco do Brasil S.A.

Relatório de Asseguração Limitada dos
Auditores Independentes sobre o Processo
de Compilação e Apresentação das Informações
Contábeis Suplementares Incluídas no Relatório
de Análise do Desempenho Referente ao Período
de Três Meses Findo em 31 de Março de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O PROCESSO DE COMPILAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS SUPLEMENTARES INCLUÍDAS NO RELATÓRIO DE ANÁLISE DO DESEMPENHO REFERENTE AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre o processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas, incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco ("informações contábeis suplementares") para o período de três meses findo em 31 de março de 2020, preparadas pela e sob a responsabilidade da Administração do Banco.

As informações contábeis suplementares foram compiladas e apresentadas partindo das informações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, revisadas por nós de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente), sobre as quais emitimos relatório de revisão em 6 de maio de 2020. As informações contábeis suplementares compiladas incluem realocações de acordo com as interpretações e os julgamentos da Administração do Banco, conforme critérios para elaboração descritos nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho.

Responsabilidades da Administração do Banco pelo processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como pelo processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco, contendo certas realocações efetuadas pela Administração do Banco para uma análise adicional, as quais estão descritas nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho, cujos valores são obtidos das demonstrações contábeis consolidadas do Banco, ou do Formulário de Informações Trimestrais - ITR, revisadas por nós, ou dos registros contábeis do Banco.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o processo de compilação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco para o período de três meses findo em 31 de março de 2020, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), aplicável às informações não históricas. Essa norma requer o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco, para o período de três meses findo em 31 de março de 2020, não tenham sido compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios para elaboração descritos nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco.

Os referidos procedimentos de asseguarção foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguarção limitada e não contemplam todos aqueles procedimentos que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguarção mais elevado e, conseqüentemente, não expressamos opinião.

Conclusão

Com base nos procedimentos de asseguarção limitada anteriormente descritos, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que o processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco, para o período de três meses findo em 31 de março de 2020, anteriormente referidas, não tenha sido seguido pela Administração do Banco, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios para elaboração descritos nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco.

Brasília, 6 de maio de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

Relatório da Administração

1T20



BANCO DO BRASIL

Carta da Administração

Prezados acionistas, clientes e colaboradores,

Somos protagonistas na vida dos brasileiros. “Cuidar do que é valioso para as pessoas” é mais que o nosso propósito, é um norte para as ações de nossos funcionários e para a tomada de decisões. Este papel do BB ganha ainda mais sentido no atual cenário de pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Para isso, temos acompanhado cuidadosamente a evolução da pandemia no Brasil e adotamos diversas medidas preventivas, reafirmando o compromisso com a saúde e com a segurança dos clientes, funcionários, acionistas e outros públicos de interesse. Ao mesmo tempo, temos trabalhado para garantir a prestação de serviços financeiros de qualidade aos clientes e à sociedade.

Nesse momento que atravessamos, com um cenário turbulento e incerto, algumas constatações nos enchem de orgulho. A principal delas é a força e a dedicação dos nossos colaboradores. O compromisso de cada um em manter as agências e os serviços funcionando e os clientes sendo atendidos, presencialmente ou digitalmente. Além disso, o engajamento de empresas do nosso conglomerado nas doações de R\$ 45 milhões por meio da Fundação Banco do Brasil, com objetivo de auxiliar no combate à pandemia, reforça nosso compromisso com a sociedade. Incentivamos nossos clientes e parceiros a realizarem o mesmo, utilizando de canais digitais e apresentações online de artistas para gerar mais engajamento. Doamos ainda, por meio da Elop, R\$ 20 milhões à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para a produção de um milhão de kits de diagnósticos rápidos para o Covid-19, destinados ao Ministério da Saúde.

Seguimos avaliando e monitorando os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando as peculiaridades dos diversos segmentos, setores e linhas de crédito e temos adotado medidas proativas para a gestão do risco e do capital. Trabalhamos para preservar a continuidade das nossas operações e a sustentabilidade de longo prazo de nossa empresa e do relacionamento com nossos clientes e com nossos acionistas. A adaptabilidade de nossa cultura organizacional e a nossa sólida governança corporativa têm sido a pedra angular para que a tomada de decisão compreenda uma abordagem integrada em todas as dimensões do nosso negócio.

Nosso Conselho Diretor tem se reunido diariamente e continuará assim enquanto durar a pandemia, avaliando a situação com profundidade e tomando decisões coordenadas. Além disso criamos o Grupo Estratégico de Gestão de Crise, com a participação de vice-presidentes e diretores, que tem como objetivo tratar de forma adequada e veloz nossa atuação durante a pandemia, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para o público interno e externo.

Dentre as demais ações adotadas para superação do momento de adversidade, destacamos:

Colaboradores e Cultura Organizacional

- › Comunicação com os funcionários, nos mais diversos meios, com objetivo de constante orientação para o trabalho e atendimento por meio dos informes em portal interno específico, detalhando cada passo dado pelo BB nesta jornada. Esse portal teve mais de 120 mil acessos até o dia 30 de abril.
- › Desde o início de março, promovemos a prática de afastar por 14 dias os funcionários que apresentarem sintomas e que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (isolamento social).
- › No mesmo período, iniciamos o afastamento por sete dias dos funcionários oriundos de qualquer país a contar da data de saída do exterior (isolamento social).
- › Priorização do trabalho remoto (*home office*) de acordo com a criticidade do processo e natureza do trabalho e para funcionários considerados como grupo de risco. O trabalho remoto também foi priorizado para funcionários que coabitam com pessoas do grupo de risco. Antes da pandemia, tínhamos 900 colaboradores com possibilidade de acesso remoto. Com investimentos em tecnologia, expandimos rapidamente para 35 mil funcionários trabalhando remotamente, com possibilidade instalada de até 70 mil acessarem simultaneamente. Estão trabalhando em *home office* 71% dos funcionários da administração geral e 23% dos lotados na rede de agências
- › Juntamente com esse movimento, desenvolvemos cursos e trilhas completas de capacitação em nossa Universidade Corporativa para apoiar e facilitar o desenvolvimento do trabalho remoto.
- › Flexibilização dos horários de trabalho, escalonamento da jornada e afastamento dos funcionários que são parte dos grupos de risco mesmo sem acesso ao trabalho remoto.

- › Antecipação de primeira parcela do 13º salário para nossos funcionários, totalizando mais de R\$ 324 milhões desembolsados.
- › Suspensão de viagens internacionais e nacionais a trabalho.
- › Substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências.
- › Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- › Distribuição de 25 mil máscaras de proteção individual, do tipo *face shield*, para agências de todo o Brasil. Os equipamentos são direcionados para os funcionários que estão em atendimento ao público nas agências.
- › Disponibilizamos ainda a opção de compra pelos gestores de cada agência de protetores de acrílico para os guichês de caixa em funcionamento neste período de contingência.
- › Antecipação da campanha de vacinação contra a gripe.

Cientes e Atendimento

- › Mantemos a centralidade no cliente neste período visando atender da melhor maneira suas demandas e necessidades, preservando nossa histórica parceria e apoio às pessoas físicas, jurídicas, ao setor público e ao produtor rural, ao mesmo tempo em que temos enfatizado o uso dos canais digitais como principal forma de atendimento.
- › Um dos destaques é o aumento de 1,5 milhão de usuários em nosso App desde o dia 16 de março, totalizando agora 15,6 milhões de clientes no canal. A média de novos usuários no App por dia em abril é 358% superior à média observada nos seis meses anteriores. Registramos ainda aumento no número de acessos diários ao App, com crescimento de 25% do número de acessos por dia em abril.
- › Os nossos canais de comunicação estão sendo utilizados de forma prioritária para a divulgação de conteúdos que tragam segurança e comodidade para os clientes durante este período. Até o momento já fizemos campanhas relacionais ativando mais de 25 milhões de clientes. Entre os temas tratados estão alteração de limites do cartão, orientações para beneficiários do INSS e seus familiares e estímulo ao uso dos canais de autoatendimento, principalmente o App.
- › Veiculação de campanhas publicitárias e tutoriais para ensinar o público em geral e, principalmente, o público de risco, a utilizar os Canais Digitais, sem precisar sair de casa.
- › A fim de garantir a manutenção dos serviços bancários essenciais à população, priorizamos a abertura das salas de autoatendimento, abastecimento e funcionamento dos caixas eletrônicos. Reduzimos os horários de funcionamento presencial nas agências (10:00 às 14:00) para o público geral e estabelecemos horário especial (9:00 às 10:00) exclusivo para atendimento de aposentados do INSS e público de maior risco.
- › Expandimos o horário para utilização do Gerenciador Financeiro (7h-22h) de segunda a sexta-feira e criamos a funcionalidade para que nossos clientes PJ possam alterar e desbloquear a senha de oito dígitos por esse canal.
- › Aos clientes PF são oferecidas diversas opções para desbloqueio e cadastramento de senhas pelo App, caixa eletrônico, pelas centrais telefônicas do BB, além do atendimento digital pelos gerentes.
- › Ajustamos os limites de saques no TAA e Banco24h, assim como os limites para transações de pagamentos e transferências no App de acordo com o perfil do cliente.
- › Nosso Bot de inteligência artificial (pelo WhatsApp e pelos canais de mensagem do Twitter e Facebook) responde aos usuários, clientes e funcionários sobre as principais dúvidas e realiza um primeiro atendimento aos usuários e clientes cadastrados. Desde o início da pandemia, a quantidade de atendimentos realizados pelo WhatsApp se multiplicou em mais de quatro vezes. Por se tratar de uma tecnologia dinâmica, as respostas a cada dia evoluem em orientações gerais e procedimentos internos.
- › Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet e celular, com ampliação do acesso para diversos perfis de clientes com atendimento por mensagem, além de realização de operações

bancárias, inclusive pagamento de tributos via WhatsApp, diretamente por aplicativo de mensagens para todos os clientes. No total, foram realizados mais de 15 milhões de atendimentos remotos, entre aqueles realizados pelo Bot e pelos colaboradores.

- › Nossa conta de pagamentos, a BB Conta Fácil, também registrou aumento da procura nos canais digitais. A BB Conta Digital oferece isenção de tarifas e contratação totalmente digital pelo App do BB.
- › Ampliamos o atendimento humano qualificado no App BB (“Fale.Com”), atingindo mais de dez milhões de clientes com acesso ao atendimento via chat. Somos pioneiros neste contexto de soluções para nossos clientes. Por conta da pandemia, a expansão do atendimento via chat, em caráter de contingência, para mais de 3,7 milhões de clientes que frequentam agências e/ou utilizam terminais de autoatendimento, além de produtores rurais e investidores, contribuiu para a redução da movimentação de clientes em ambientes com aglomerações, bem como, entregando uma experiência prática e conveniente para os clientes. Estes clientes podem tirar dúvidas, solicitar assessoria financeira, adquirir produtos e serviços, solicitar crédito e negociar dívidas diretamente com um funcionário de forma digital e remota.
- › Elevamos em mais de 80% a quantidade de funcionários alocados para o atendimento digital, responsáveis pelas interações humanas com os clientes. A operação foi estruturada em menos de dez dias, com a mobilização de infraestrutura tecnológica e capacitação dos nossos colaboradores para o novo contexto de atendimento. O principal objetivo é garantir a saúde e segurança dos nossos clientes e funcionários ao evitar aglomerações em pontos físicos. Além disso, permitir o acesso integral aos nossos serviços e soluções nos meios digitais.
- › O atendimento realizado pela Central de Atendimento BB pelo telefone também foi mantido e mais de 58% dos funcionários estão atendendo em situação de trabalho remoto.
- › Como resultado dessas medidas, nossos clientes passaram a realizar mais transações pelos canais digitais. No período, 82,8% das transações foram realizadas por esses canais, com destaque para o aplicativo, responsável por 62,7% do total de transações.
- › Apoiamos o Governo Federal, por meio do Ministério da Cidadania, no pagamento do auxílio emergencial previsto na Lei 13.982, de 02 de abril de 2020. Os créditos se iniciaram em 09 de abril, para nossos clientes correntistas e poupadores. Realizamos mais de 1,2 milhão de pagamentos aos cidadãos que totalizaram somas superiores a R\$ 862 milhões.
- › Apoiamos o Governo do Estado do Piauí no pagamento de auxílio merenda em casa destinado a alunos da rede escolar estadual que sejam beneficiários do programa bolsa família. Os créditos foram disponibilizados por meio da carteira Digital BB a partir de 16 de abril a mais de 51 mil representantes dos alunos, cadastrado pela Secretaria da Educação do Estado do Piauí e o valor total foi de R\$ 3,5 milhões. Até o momento, foram resgatados mais de 21.000 benefícios e R\$ 1,5 milhão em créditos.
- › Negociamos outros 47 convênios para pagamentos de benefícios oferecidos por diversos por órgãos de administração pública municipal, estadual ou federal, de diversas regiões do país. O total de pessoas beneficiadas nesses convênios supera quatro milhões, com desembolso próximo a R\$ 1 bilhão nos próximos meses. Para esses convênios, o BB oferece como solução de pagamento o uso da nova ferramenta de carteira digital ou os cartões de débito da empresa coligada Alelo.
- › Os meios de pagamento têm um papel importante nesse cenário para viabilizar o consumo, em especial compras online e por aplicativo, reduzindo a circulação de papel moeda. Por isso, investimos em campanhas para incentivar o uso do cartão, bem como apresentar as facilidades e funcionalidades que o produto oferece, tais como o cartão virtual Ourocard-e, a gestão da fatura por meio de aplicativos e o compra por aproximação (NFC), que evoluiu mais de 18%.
- › Antecipamos a emissão de cartões a vencer nos próximos meses, para garantir que os clientes tenham o meio de pagamento disponível para uso. Por meio do uso de ferramentas de *analytics*, entramos em contato com mais de um milhão de clientes com sugestões de soluções financeiras que buscam otimizar a capacidade de pagamento e reestabelecer o poder de compra dos clientes.

Crédito

- › Mantivemos a disponibilidade de até R\$ 100 bilhões para linhas de crédito voltadas para pessoas físicas (R\$ 24 bilhões), empresas (R\$ 48 bilhões), agronegócio (R\$ 25 bilhões), além de suprimentos na área de saúde por prefeituras e governos (R\$ 3 bilhões). Os recursos visam reforçar a linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro.
- › Em linha com nota emitida pela Febraban, e com o objetivo de minimizar os impactos momentâneos dessa situação, oferecemos aos clientes pessoas física e jurídica a possibilidade de repactuar por 60 dias, para empresas, e por até 180 dias, para pessoas físicas, o pagamento de dívidas que vencem nos próximos meses.
- › Está disponível opção para que os clientes MPE possam prorrogar o pagamento de até duas parcelas de suas operações de crédito e, assim, equilibrar o fluxo de caixa, mantendo a liquidez do negócio e liberando recursos para garantir o pagamento de funcionários e fornecedores. A medida migra essas duas parcelas para o final da operação. As principais linhas contempladas são: BB Giro Digital, BB Giro Empresa, BB Giro Rápido, BB Giro Cartões, BB Giro Corporate, BB Financiamento. De acordo com as regras dos alocadores de recursos, também podem ser prorrogadas linhas do BNDES e do FCO.
- › Em linha com nota emitida pela Febraban e com o objetivo de minimizar os impactos momentâneos dessa situação, disponibilizamos, em 20/04/2020, linha de crédito especial voltada ao financiamento de até duas folhas de pagamento para empresas com faturamento bruto anual acima de R\$ 360 mil até R\$ 10 milhões, limitadas a R\$ 2.090 por mês, por empregado, de acordo com as regras previstas na Medida Provisória nº 944, de 03/04/2020.
- › Anunciamos condições especiais de apoio e prorrogação das operações rurais de produtores de hortaliças, frutas e flores/plantas ornamentais que tiveram a comercialização de sua produção prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19.
- › Essas medidas preveem a adoção de procedimentos simplificados para acolhimento dos pedidos, tratamento, processamento e reprogramação das operações rurais, buscando assegurar, com tempestividade e agilidade, o atendimento aos clientes e oferecer tranquilidade para que os produtores possam continuar desenvolvendo suas atividades.
- › Dos R\$ 25 bilhões que disponibilizamos para reforçar as linhas de crédito voltadas ao agronegócio, R\$ 5 bilhões são para comercialização, R\$ 15 bilhões para o financiamento da produção agropecuária, R\$ 2 bilhões para operações de investimento e R\$ 3 bilhões para capital de giro. Os recursos atendem tanto aos produtores rurais pessoas físicas como as empresas que atuam no agronegócio.
- › Para os clientes que estão em inadimplência, anunciamos e provemos uma série de medidas de apoio e orientação. São pessoas físicas, micro e pequenas empresas, pessoas jurídicas em geral e produtores rurais que passam a contar, dependendo da modalidade, com flexibilização de carências, redução nos percentuais de entrada e dispensa da análise de capacidade de pagamento. As unidades que atuam na recuperação de dívidas estão divulgando essas novas condições e enfatizando o uso de canais remotos para acessar estas soluções e dar mais fôlego àqueles que mais precisam.
- › Para viabilizar a implementação das soluções citadas para todos os públicos, foram adotados procedimentos digitais simplificados buscando assegurar, com tempestividade e agilidade, o atendimento aos clientes e oferecer apoio para que juntos possamos superar este momento de turbulências.

Comércio Exterior

- › As medidas adotadas visam dar aos clientes importadores e exportadores alternativas para enfrentamento de situações não previstas no momento das contratações das operações internacionais pelas nossas empresas clientes. Até o dia 23/04, mais de R\$ 1.3 bilhão em linhas de ACC/ACE e financiamento à importação foram prorrogadas ou refinanciadas desde o início das medidas, o que reforça o nosso compromisso de ser o principal parceiro dos clientes que atuam no Comércio Exterior.
- › Disponibilizamos a renovação, por até 60 dias, das operações de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) em que o prazo exceda ao regulamentar (até 360 dias) e houve atraso no embarque da mercadoria. Já para o Refinanciamento de Importação foi excluída a exigência de amortização de 20% no valor da parcela do capital principal da operação.

- › Ao longo do período onde as interações presenciais ficaram prejudicadas em função do isolamento social, nossos gerentes de relacionamento intensificaram os contatos de forma digital com nossos parceiros, visando dar suporte e oferecer as melhores soluções em negócios internacionais. Além disso, para nossos clientes que operam no comércio exterior, temos investido na produção e disseminação de conteúdo diário e relevante para seus negócios.

Assessoria Financeira

- › Neste momento que atravessamos, o mercado de investimentos tem apresentado alta volatilidade. Com isso, torna-se ainda mais importante compartilhar conhecimento e trazer informações relevantes e de credibilidade. Dentre as ações, lançamos no YouTube uma playlist de podcasts diários sobre investimentos e principais fatos do mercado, a “Investimento em Foco”, que vem complementar a já conhecida playlist “Investalk”.
- › Disponibilizamos diariamente novas análises e relatórios dos especialistas do BB para auxiliar nossos times de atendimento e clientes.
- › Como medidas que possibilitam aos clientes acessar produtos que tendem a estar mais adequados ao atual momento de mercado, reduzimos o valor de aporte inicial em alguns fundos, dando maior acessibilidade a eles.
- › No mercado de renda variável, reduzimos a taxa de corretagem nos canais digitais. Esta ação tem como objetivo reforçar nosso posicionamento com os clientes que investem em ações, que já tinham como diferenciais a qualidade da assessoria de nossos especialistas e o App Investimentos BB, referência em praticidade e segurança.

Private Bank

- › O segmento Private durante a pandemia trabalha para disponibilizar o máximo de soluções que colaborem com a manutenção da oferta de assessoria financeira especializada e qualidade do atendimento.
- › Para esse público, temos encaminhado informações diárias em diversos canais que abordam as principais notícias da macroeconomia e apresentam avaliações de impacto em vários setores do mercado. Além disso, realizamos eventos com análise dos especialistas e analistas de investimentos, juntamente com o comitê do BB Private para entender a atual conjuntura do mercado.
- › Com essas informações que auxiliam na tomada de decisão, ajudamos cada cliente na alocação das classes dos ativos, em virtude do aumento de volatilidade. Aprofundamos também o sensoriamento de mercado, permitindo a disponibilização de soluções diferenciadas em ativos no Brasil e no exterior que buscam capturar janelas de oportunidades para os investidores durante essa crise.
- › Para os clientes Private do segmento produtor rural, foram intensificadas ações para identificar, de forma proativa, os grupos que necessitam de maior apoio e soluções em crédito nesse momento. Para isso, criamos um comitê multidisciplinar que monitora, identifica e implementa soluções para a continuidade dos negócios que impactam especialmente clientes desse nicho.

Corporate Bank

- › Disponibilizamos diversas medidas para que esse público tenha apoio e mantenha a cadeia produtiva em funcionamento, tanto para a sustentabilidade da empresa como de seus fornecedores, e para isso, aprimoramos processos relacionados a cadastro, crédito e relacionamento permitindo maior proximidade diária aos clientes desse segmento.
- › Além do apoio na prorrogação e repactuação das linhas de crédito que temos ordinariamente com esses clientes, disponibilizamos soluções tecnológicas em curto período que permitiram a prorrogação nas linhas de repasse, como no FCO, BNDES Finame, BNDES Automático e BNDES Giro. Essas medidas beneficiaram mais de 220 clientes do segmento, com mais de R\$ 658 milhões em apoio de crédito desde o seu início.
- › Criamos ainda um comitê específico para apoio e negociações de novas soluções aos clientes desse segmento. Nesse comitê, as demandas dos clientes e dos seus gerentes são avaliadas e as soluções propostas negociadas em conjunto com diversas unidades, com objetivo de dar celeridade nas inovações.

- › Ajustamos ainda a estratégia de relacionamento e proximidade com o cliente Corporate, os contatos diários pelos gerentes de contas, o que tem permitido a manutenção da proximidade entre as empresas e o nosso time durante a pandemia, mesmo que de forma remota. Já realizamos mais de 3.500 contatos nesse novo formato desde o início das medidas.

Seguros e Previdência

- › A BB Seguros intensificou as ações de relacionamento com clientes, com foco na orientação para utilização de canais digitais, além de envio de e-mails com esclarecimentos de como agir neste momento de crise e volatilidade.
- › A empresa disponibilizou ainda maior quantidade de consultores para auxiliar na oferta e contratação de soluções de crédito e seguros rurais para atendimento inclusive de forma remota e monitoramento diário.
- › Garantia de pagamento integral, em caráter excepcional, das indenizações de Seguros de Vida (individual e em grupo) e de Seguros Prestamista para os casos de morte confirmados por Covid-19, embora as condições gerais de determinadas apólices possam excluir o risco de pandemia.
- › A BB Seguros também passou a permitir o uso de imagens de satélite e fotos para acionamento e análise de processos de Seguro Rural.
- › Em iniciativa de oferecer serviços e benefícios úteis aos clientes na situação de isolamento social, a BB Seguros disponibilizou acesso a uma Plataforma de Leitura Digital para realização de terapias voltadas à saúde emocional, por meio de vídeo sessões com psicólogos e outros profissionais da área em Plataforma online.

Setor Público

- › Estendemos o acesso ao canal digital (chat "Fale com o BB") a todos os clientes, proporcionando atendimento ágil e resolutivo às necessidades apresentadas, sem a necessidade do cliente se deslocar até a sua agência.
- › Intensificamos a comunicação com os clientes para estimular o uso dos canais digitais na resolução de suas demandas, visando à continuidade da prestação de serviços públicos.
- › Como parte integrante da estratégia do posicionamento do Banco do Brasil como interlocutor essencial do tema inovação junto ao Governo Federal, mantemos a parceria estabelecida em 2019 com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A referida parceria tem como foco aprimorar e desenvolver soluções que visem à melhoria da experiência do cidadão, estimulando a inovação na gestão pública. Destaca-se, neste momento, o apoio do BB aos desafios públicos, lançados pela ENAP na plataforma de inovação aberta, que buscam soluções para o enfrentamento do Covid-19.
- › Ampliamos o volume de recursos disponíveis para estados e municípios em R\$ 3 bilhões. Desse total, mais de R\$ 270 milhões já foram desembolsados.
- › Como apoio aos nossos clientes desse segmento, estamos isentando a cobrança do ressarcimento pelo uso da plataforma Licitações-e para pregões eletrônicos até dezembro de 2020.
- › Foi intensificada a expansão da interligação dos sistemas do Banco com os Tribunais, o que vai acelerar os pagamentos de alvarás por meio eletrônico e a continuidade ao atendimento a sociedade.
- › Além disso, a depender dos acordos com cada ente público, as flexibilizações de tarifas dos serviços de recebimentos e pagamentos podem ser prorrogadas nas mesmas condições vigentes atualmente pelo período de sessenta dias.

Fornecedores

- › Estamos em contato constante com nossos fornecedores, que passam de 2.700 por todo país, para entender suas condições financeiras, de seus colaboradores, avaliando seus planos de contingências e capacidade de resposta às demandas do Banco, especialmente com aqueles que nos prestam serviços considerados estratégicos e essenciais.

- › Orientamos e compartilhamos com nossos fornecedores medidas de boas práticas, higiene e reforço na prevenção durante a pandemia, em linha com o que realizamos em nossas dependências, solicitando ampla divulgação junto aos seus colaboradores.
- › Estamos renegociando os contratos, avaliando os serviços não prestados ou prestados parcialmente e orientando nossos parceiros a seguirem as legislações pertinentes, com intenção de redução do impacto no emprego. Acreditamos que temos que enfrentar esse cenário considerando a continuidade dos serviços contratados e suprimentos.

Sociedade e Meio Ambiente

- › Neste momento tão delicado, reafirmamos nosso compromisso em zelar pela saúde, oferecer soluções adequadas e gerar valor para nossos acionistas, clientes, funcionários e sociedade. Tudo isso sem nos esquecermos do meio ambiente.
- › O Conglomerado Banco do Brasil adotou ações relevantes para contribuir com o combate aos efeitos do Covid-19. Destaque para as doações à Fundação Banco do Brasil realizadas pela BB Seguros, no valor de R\$ 40 milhões, e pelo banco BV, no valor de R\$ 15 milhões. A doação será destinada para compra de alimentos, produtos de higiene e limpeza. A Fundação também lançou site (coronavirus.fbb.org.br) para receber doações institucionais e de voluntários que queiram contribuir com as ações.
- › As iniciativas atenderão pessoas em situação de vulnerabilidade social em decorrência da pandemia. A ação também apoia micro e pequenos empreendedores que serão os principais fornecedores dos insumos, promovendo, assim, um ciclo de solidariedade. Os recursos serão disponibilizados à sociedade por meio de entidades assistenciais, sem fins lucrativos, em todas regiões do país.
- › Estamos gerando engajamento para essas doações também via eventos ao vivo de artistas, como da dupla Zé Neto e Cristiano, que gerou mais de 25 milhões de visualizações.
- › Anunciamos ainda a doação de R\$20 milhões à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para a produção de um milhão de kits de diagnósticos rápidos para o Covid-19, destinados ao Ministério da Saúde. Todos os kits já contam com tecnologia brasileira desenvolvida pela fundação, reconhecida internacionalmente e com amplo histórico nos campos da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico na área da saúde. A doação ocorre através da holding EloPar, acionista majoritária das empresas Alelo, Livel, Veloe e Digo, além da Bandeira Elo.
- › O Programa Voluntariado do Banco do Brasil, que consolida os conceitos e pressupostos do voluntariado na cultura organizacional, apoiando e incentivando o envolvimento dos funcionários (da ativa ou aposentados), familiares e amigos para a prestação de serviço voluntário, tem sido fundamental nesse cenário. Já foram arrecadados mais de R\$ 644 mil reais para o combate à pandemia, em 16 mil doações. Desde 2004, apoiamos projetos sociais desenvolvidos por voluntários por meio de aporte de recursos financeiros da Fundação Banco do Brasil. Os projetos devem apoiar ações de geração de trabalho, emprego e renda, e de proteção ao meio ambiente.

Acionistas e Detentores de instrumentos de dívida

Em momentos de maior volatilidade de mercado é ainda mais fundamental estar muito próximo dos nossos acionistas e dos detentores de instrumentos de dívidas, trazendo esclarecimentos sobre os potenciais impactos nos nossos resultados e atualizações sobre as ações tomadas para a gestão do negócio. Em 24 de março, publicamos comunicado ao mercado listando as principais medidas tomadas para o suporte de nossos públicos de interesse e em 7 de abril informamos ao mercado sobre a limitação de pagamento de dividendos ao mínimo estabelecido em nosso estatuto, em cumprimento à Instrução CMN 4.797/2020 e esclarecendo detentores de títulos de dívida perpétua subordinada emitidos pelo BB que esta medida não implicava em impactos no pagamento de cupons dos instrumentos.

Desde o início da pandemia, participamos de 124 atendimentos, atingindo um total de 533 investidores, analistas de mercados e agências de *rating*, com o objetivo de aprofundar nossas expectativas e demonstrar a resiliência da nossa governança. Temos elevado compromisso com a prestação de contas e com as informações compartilhadas com nossos mais de 500 mil acionistas, sendo 97,48% de pessoas físicas, o que representa 8,74% do nosso capital. Em 24 de março de 2020, publicamos comunicado ao mercado listando as principais medidas tomadas para o suporte de nossos públicos de interesse.

Com os nossos detentores de instrumentos de dívida mantivemos contatos constantes, especialmente com aqueles que possuem dívidas subordinadas, para esclarecer as cláusulas de seus títulos e compartilhar informações sobre nossa estratégia.

No total, realizamos neste ano até o final de abril, 306 atendimentos, incluindo contatos telefônicos, videoconferências e participação em reuniões, conferências e eventos, atingindo um total de 965 investidores.

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representaram 3,66% do Ibovespa para o último quadrimestre. Mantivemos também um programa de ADR nível 1 (BDORY) negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de março, era assim distribuída:

Tabela 1. Composição Acionária

	Mar/20
Total	100,00%
(a) Tesouro Nacional	50,00%
(b) Ações em circulação (Free Float)	49,53%
Previ	4,76%
PF	8,71%
PJ	12,45%
Capital Estrangeiro	23,61%
Demais¹	0,47%
Free Float Ex-Demais (%) - b/(a+b)	49,76%

(1) Demais é composto por Ações em Tesouraria, ações detidas por Membros do CA, CD e Diretoria Executiva e ações referentes a incorporação do BNC e BESC.

Reconhecimentos em sustentabilidade

Alcançar impactos positivos sociais e ambientais, associados à rentabilidade na gestão de atividades e negócios, faz parte da nossa atuação, e os reconhecimentos recebidos demonstram que estamos no caminho certo.

Em 2020, fomos reconhecidos, pelo segundo ano consecutivo, como uma das empresas financeiras mais sustentáveis do mundo pelo ranking Global 100, da Corporate Knights, em anúncio realizado no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. E, pela primeira vez, recebemos a classificação "AA" do Morgan Stanley Capital International (MSCI) ESG Rating, com destaque para os temas relacionados à gestão de talentos, segurança cibernética e gerenciamento de riscos. Fazemos parte também de índices de sustentabilidade internacionais e nacionais, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova Iorque, o FTSE4 Good Index Series da Bolsa de Valores de Londres, e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Em 2019, voltamos a integrar a carteira "World" do DJSI, alcançando a segunda posição no setor "Bancos". Ressaltamos ainda a manutenção de nosso compromisso com as ações estabelecidas em nosso Plano de Sustentabilidade e com os 10 Princípios do Pacto Global.

O momento é de conscientização e superação

Somos 92.757 colaboradores trabalhando com muita dedicação para trazer as melhores soluções para nossos diversos públicos de interesse, especialmente nossos clientes. Entendemos que a particularidade do momento exige respostas rápidas e eficientes e estamos prontos para atuar como ponte no enfrentamento do atual cenário. Temos certeza de que juntos superaremos a crise e sairemos dela fortalecidos.

1. Sumário do Resultado

Lucro Líquido de R\$ 3,2 bilhões

Alcançamos lucro líquido de R\$ 3,2 bilhões no 1T20, decréscimo de 20,0% em relação ao 1T19. Em virtude do atual cenário desafiador para todo o sistema, o resultado do trimestre foi impactado pela antecipação prudencial que resultou no reforço de provisões em R\$ 2,04 bilhões, sendo: R\$ 1,17 bilhão no segmento pessoa física, R\$ 824 milhões no segmento pessoa jurídica e R\$ 46 milhões no agronegócio. Destaque positivo para o comportamento das receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias, que tiveram um crescimento superior ao das despesas de pessoal e das outras despesas administrativas.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no trimestre.

Tabela 2. Destaques Financeiros

	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	1T20	1T19	1T20	1T19
Resultado (R\$ milhões)				
Lucro Líquido	3.189	3.918	3.205	4.005
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	(98)	8.061	4.853	8.979
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	4.800	4.724	7.067	6.795
Despesas Administrativas ¹	(8.126)	(7.959)	(8.475)	(8.332)

(1) Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

	Mar/20	Mar/19	Mar/20	Mar/19
Patrimoniais (R\$ milhões)				
Ativos	1.663.538	1.579.306	1.580.190	1.516.959
Carteira de Crédito	648.916	616.737	662.106	628.884
Depósitos Totais	514.799	486.263	531.136	500.510
Patrimônio Líquido	102.220	94.522	112.315	105.070

Tabela 3. Indicadores de Mercado

	Mar/20	Mar/19
Valor Patrimonial - BBAS3 (R\$)	35,84	33,92
Cotação de Fechamento - BBAS3 (R\$)	27,89	48,72
Lucro por Ação (R\$)	1,12	1,41
Retorno sobre Ativos (%)	0,80	1,02
Retorno sobre Ativos (%) - Consolidado	0,84	1,09
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	12,69	16,80
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Consolidado	11,83	15,86
JCP (R\$ milhões)	517	1.591
Cotação ADR (US\$)	5,36	12,47
Índice de Basileia (%) - Prudencial	17,80	19,26

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

O resultado bruto da intermediação financeira corresponde à soma das receitas da intermediação financeira e das despesas da intermediação financeira. No 1T20, totalizou R\$ 4,85 bilhões, redução de 46,0% na comparação com o 1T19.

Dentre os componentes das receitas da intermediação financeira, destaque para as operações de crédito e de arrendamento mercantil (variação anual de 44,3%) e para o resultado de operações com títulos e valores mobiliários (variação anual de 30,4%), mesmo com uma redução da taxa média Selic (TMS) no período (1,51% no 1T19 para 1,01% no 1T20).

Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias crescem 4,0%

As receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias cresceram 4,0% em relação ao 1T19, totalizando R\$ 7,07 bilhões, resultado da estratégia centrada no relacionamento, no atendimento segmentado e na melhoria constante da experiência do cliente.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A PCLD aumentou 32,9% em relação ao 1T19, alcançando R\$ 6,60 bilhões no 1T20. Em virtude do atual cenário desafiador para todo o sistema, o resultado do trimestre foi impactado pela antecipação prudencial que resultou no reforço de provisões em R\$ 2,04 bilhões, sendo: R\$ 1,17 bilhão no segmento pessoa física, R\$ 824 milhões no segmento pessoa jurídica e R\$ 46 milhões no agronegócio.

Índice de Eficiência Ajustado de 36,2%

O Banco do Brasil busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo controle de suas despesas administrativas e de pessoal, ao mesmo tempo em que traz aumentos sustentáveis e diversificados em sua base de receitas.

No primeiro trimestre de 2020, as despesas administrativas, formadas pelas despesas de pessoal (+0,3%) e outras despesas administrativas (+4,1%), cresceram 1,7% na comparação com o primeiro trimestre de 2019, abaixo da inflação do período (IPCA de 3,30%), totalizando R\$ 8,48 bilhões.

2. Estratégia Corporativa

No Banco do Brasil, a elaboração de uma estratégia corporativa clara e engajadora, por meio de um processo estruturado, participativo e baseado em metodologias consolidadas, fortalece as decisões sobre a atuação da empresa para os próximos anos. Entendemos que o cliente deve estar no centro da nossa atuação e temos como objetivo propiciar-lhe a melhor experiência. Para tanto, nosso foco é aprimorar continuamente a experiência dos clientes, retê-los e rentabilizá-los, oferecendo-lhes as melhores soluções e atendendo-os onde e como desejarem. A transformação digital, a consolidação de modelos analíticos e a cultura de inovação, com simplificação de rotinas e melhoria da eficiência, permitirão a oferta de soluções mais adequadas à necessidade de cada um.

Um dos principais componentes dessa Estratégia é o Propósito do Banco do Brasil: “Cuidar do que é valioso para as pessoas”. Isso significa que nosso foco recai sobre as pessoas e o que importa para elas (retorno sobre investimentos, segurança, preservação do patrimônio, realizações etc.), e não simplesmente sobre nossos produtos e serviços. Pessoas, por sua vez, abrangem nossos stakeholders, ou seja, clientes, acionistas, funcionários e a sociedade como um todo.

Os valores constituem princípios que guiam a organização, enfatizando o foco no cliente, a eficiência, a inovação, o senso de dono, a ética, a confiabilidade e o espírito público.

Para o futuro, nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável”.

Para nos guiar nessa direção, o Banco do Brasil definiu seus principais objetivos para os próximos cinco anos, os quais estão distribuídos em cinco perspectivas de desempenho, conforme segue:

- I. Clientes:** colocamos o cliente no centro da estratégia e assumimos o compromisso e o desafio de proporcionar-lhe experiências de valor em todos os canais de relacionamento, bem como priorizamos ações que ampliem negócios e favoreçam o aumento da satisfação, da retenção e da atração de novos clientes.
- II. Financeira:** priorizamos o crescimento da rentabilidade de forma sustentável e buscamos otimizar a alocação do capital.
- III. Processos:** continuamos evoluindo em nossa estratégia digital e investindo na transformação digital e no desenvolvimento de inteligência analítica, bem como mantendo o foco na eficiência operacional e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, tornando-os mais simples, ágeis, inovadores e integrados à experiência do cliente.
- IV. Pessoas:** buscamos fortalecer a cultura organizacional com foco no cliente, em inovação, agilidade e resultado, e aprimorar as práticas de atração, retenção e sucessão de talentos.
- V. Sustentabilidade:** buscamos assegurar a adoção das melhores práticas em governança e sustentabilidade empresarial e promover uma visão integrada das práticas de sustentabilidade das ELBBs, com foco na criação de valor.

Sustentabilidade Empresarial

A sustentabilidade empresarial está presente na dinâmica do Planejamento Estratégico do Banco do Brasil, sendo aspecto transversal à gestão dos negócios e dos processos. Acreditamos na viabilidade de conciliar os interesses dos acionistas com a oferta de produtos e serviços socioambientalmente sustentáveis mediante o estabelecimento de relações éticas e responsáveis com os diversos públicos de interesse.

Com o objetivo de gerar valor para a sociedade e minimizar eventuais impactos negativos, temos lideranças cada vez mais comprometidas com a incorporação de fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) no planejamento e na execução de ações.

Esse compromisso está expresso em nossa Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), em nosso Plano de Sustentabilidade e nas instruções normativas internas. E como forma de concretizar esses direcionadores, os aspectos da sustentabilidade são avaliados por meio de indicadores definidos com base na Estratégia Corporativa, que vão do nível estratégico até o nível operacional, abrangendo todas as unidades.

Inauguramos nossa primeira usina de energia solar na modalidade de geração distribuída. O empreendimento está localizado no município de Porteirinha, norte de Minas Gerais, e tem capacidade instalada de 5 megawatts (MW). Ela vai garantir o fornecimento de energia renovável para 100 agências no estado mineiro, permitindo à instituição economizar R\$ 80 milhões ao longo de 12 anos.

O empreendimento vai possibilitar uma redução de 58% na conta de energia de nossas agências em Minas Gerais. Com a construção da usina, 1.000 toneladas de dióxido de carbono deixarão de ser emitidas por ano, o que corresponde ao plantio de cerca de sete mil árvores.

Realizamos ainda nosso primeiro leilão para venda de bens exclusivamente virtual. O certame, realizado na última semana de março, contou com a participação de quase 100 interessados e foi responsável pelo faturamento de R\$ 10,5 milhões. Nas edições anteriores, os leilões de imóveis eram realizados tanto presencialmente, como de forma online. Dessa vez o optamos por fazer o certame exclusivamente online. Foram vendidas 19 propriedades em dois estados, dentre imóveis próprios liberados do uso, ou seja, que o Banco não estava mais ocupando, e os vindos de dívidas inadimplidas.

3. Economia

Mundo

A perspectiva para a economia mundial no início de 2020 era relativamente positiva, com as projeções indicando aceleração da atividade em relação ao ano passado. Entre outros motivos, a assinatura da 1ª fase do acordo comercial entre os Estados Unidos e a China nos primeiros dias de janeiro reduziu muito a tensão sobre os mercados financeiros globais. Contudo, o surto do novo coronavírus no país asiático e a posterior evolução para uma pandemia alterou completamente a perspectiva para este ano. Com a adoção de medidas de confinamento e restrição de movimentação de pessoas na maior parte dos países, a expectativa é de uma significativa retração da atividade.

Os governos e as autoridades monetárias adotaram medidas anticíclicas visando reduzir a intensidade do choque, mas ainda assim o impacto sobre a atividade será significativo. Apesar da ampliação da liquidez global, a aversão ao risco aumentou de forma relevante, prejudicando principalmente o fluxo financeiro para países emergentes. Nesse ambiente, o dólar vem apresentando valorização ante às principais moedas, com o real sendo uma das que mais perdeu valor desde o início da crise.

Brasil

O início de 2020 no Brasil foi também marcado pelo otimismo em relação à evolução da atividade. Porém, antes mesmo do surto de coronavírus ter se alastrado por vários países, indicadores de atividade já sugeriam um crescimento abaixo das expectativas iniciais. As primeiras restrições de movimentação de pessoas em meados de março intensificaram fortemente essa tendência, com impactos mais intensos no setor serviços, em especial no comércio.

Dada a elevada contribuição dos serviços para a formação do PIB, a perspectiva é que os efeitos da pandemia sejam sentidos nos resultados da atividade econômica já no primeiro trimestre, intensificando seus impactos entre abril e junho. Em linha com o que ocorreu no resto do mundo, o Governo Federal passou a adotar amplas medidas fiscais para amenizar os impactos negativos sobre a atividade doméstica.

Na mesma linha, o Copom reduziu a taxa Selic para 3,75% a.a. na reunião de março, com a perspectiva de flexibilização adicional da política monetária no segundo trimestre. Para além da redução nos juros, o Banco Central adotou medidas visando manter a estabilidade do sistema financeiro e promoção de suporte financeiro a empresas, especialmente as pequenas e médias. O momento exige ações rápidas e extraordinárias.

4. Capital

Solidez e confiabilidade são essenciais para um Banco. Por isso, possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, considerando (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

Atingimos 9,98% no Índice de Capital Principal (ICP) em março de 2020, enquanto o Índice de Basileia (IB) chegou a 17,80%. No mesmo período, o Índice de Capital Nível I (ICNI) chegou a 13,85%.

Mantemos o foco na geração orgânica de capital. Além disso, seguindo a Declaração de Appetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, temos como meta manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

5. Negócios do Conglomerado

Buscamos oferecer a solução financeira mais completa para os clientes. Além do crédito, o negócio mais relevante, nossas soluções contemplam operações de captação, investimentos, tesouraria, pagamentos e serviços de forma geral. Em sinergia com esses negócios, atuamos também por meio de empresas em diversos segmentos.

A seguir, trazemos os principais mercados em que atuamos:

Seguridade

A BB Seguridade é a empresa do Banco do Brasil que concentra os negócios de seguros, previdência aberta, capitalização, resseguros, planos odontológicos e corretagem.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no seu relatório Análise do Desempenho, disponível no sítio de Relações com Investidores da BB Seguridade (bbseguridaderi.com.br).

Meios de Pagamento

No segmento, a holding BB Elo Cartões Participações S.A. concentra a participação no capital da Cielo S.A, além dos negócios da Alelo, Cateno e Livel. Informações adicionais sobre a Cielo, e a análise do seu resultado, podem ser consultadas no *Release de Resultados*, disponível no sítio Relações com Investidores (ri.cielo.com.br) da companhia".

Nossa ampla base de clientes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados nos tornam um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard, com plásticos de múltiplas funções. Somos pioneiros no uso de tecnologias emergentes que otimizam o desempenho dos meios de pagamentos, aumentam a base de cartões ativos e melhoram a experiência dos nossos clientes, além de reduzirem o custo de servir.

As soluções de comercialização digital e as campanhas realizadas foram responsáveis por um crescimento total nas vendas dos cartões Ourocard de 50% no 1T20 em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando mais de 2 milhões de cartões vendidos. Somente no App BB e Internet, o crescimento foi de 400% no comparativo para o mesmo período.

No atendimento ao cliente, destaque para o incremento de 24,4% nas transações relacionadas a cartão realizadas no WhatsApp do BB no 1T20 em relação ao trimestre anterior. O App Ourocard, por sua vez, apresentou crescimento de 8,8% em sua base de clientes ativos no trimestre e já conta com cerca de 1,2 milhão de usuários.

Gestão de Recursos

A BB Gestão de Recursos DTVM (BB DTVM) manteve a liderança na indústria de fundos de investimentos, com participação de mercado de 23,5% e um total de R\$ 1,1 trilhão em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), crescimento de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Iniciamos, no final de março, a distribuição dos fundos BB Asset Ações Equidade e BB Asset Multimercado Multiestratégia em mais uma plataforma de investimentos: a Easynvest. A iniciativa reforça a estratégia de distribuição dos nossos fundos para clientes de plataformas digitais e corretoras, iniciada com o BTG Pactual Digital, em setembro de 2019.

Mercado de Capitais

Estamos presentes no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), e no exterior por meio das corretoras *BB Securities Ltd* (Londres), Banco do Brasil *Securities LLC* (Estados Unidos) e *BB Securities Asia Pte. Ltd.* (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. Nossa cobertura é global e atuamos em operações de renda fixa e variável, fusões e aquisições, assessoria em transações de *project finance*, oferecendo aos clientes diferentes alternativas de financiamento e acesso a investidores no Brasil e no exterior.

A parceria estratégica com o UBS, anunciada em nov/19, em estágio de aprovação do Banco Central, cria uma plataforma de banco de investimentos completa, ao combinar a rede de relacionamentos do BB no País com a expertise e plataforma de distribuição global do UBS.

Consórcios

Comercializamos mais de 154 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 4,75 bilhões em volume de negócios, aumento de 41,98% em relação ao 1T19. Desse total, 10,20% foram realizados via canais digitais. O volume de receita com prestação de serviços foi de R\$ 328,12 milhões, 19,24% maior que o mesmo período do exercício anterior.

Demais negócios bancários

Banco BV

Com sede em São Paulo, o Banco BV é uma instituição criada por meio de parceria estratégica entre o Banco do Brasil e o Votorantim S.A., sendo o quinto maior banco privado do País em total de ativos. Notabiliza-se pela consistente liderança no mercado de financiamento de veículos usados no Brasil, além de atuar de forma diversificada em segmentos como financiamento ao consumo, *corporate banking*, mercado de capitais e gestão de recursos de terceiros.

Banco Patagonia

O Banco Patagonia é um banco de varejo com sede na Argentina. Desde abril de 2011, o Banco do Brasil S.A. é o acionista majoritário, com uma participação no capital social de 80,39% em 31 de dezembro de 2019. O Banco Patagonia é uma instituição sólida e atua junto a empresas locais, em especial na administração de folhas de pagamento e no varejo bancário. Além disso, oferece produtos e serviços a instituições educacionais, entidades financeiras bancárias e não bancárias e órgãos públicos de ordem nacional, provincial e municipal. Num quadro de constante evolução e transformação de serviços financeiros, investe em tecnologia e se concentra na inovação contínua de seus processos, sistemas, produtos e serviços. Orientado por sua vocação para com o cliente, desenvolve canais de atendimento eficientes, para que o vínculo com eles seja ágil, diferenciado e eficaz.

6. Transformação Digital

A era digital mudou hábitos e comportamentos do consumidor, de modo que o seu grau de exigência aumentou. O Cliente agora conta com inúmeras opções, ofertadas por empresas tradicionais e as startups, e por isso mesmo, demanda soluções imediatas e uma usabilidade impecável. Donos de um poder sem precedentes, os consumidores demandam diálogo, compromisso e transparência das empresas.

Nossos investimentos em tecnologia e o foco na transformação digital nos últimos anos se mostraram fundamentais nesse cenário. Acreditamos que estar presente e interligados em todos canais, físicos e digitais, auxilia o atendimento integral das demandas de nossos clientes. Por isso, o *omnichannel* é fundamental na centralidade do cliente, pois melhora a percepção de nossa presença. Nesse mesmo contexto, o Open Banking vem ganhando força no sistema financeiro, e acreditamos que teremos oportunidades para alavancar nossos negócios e oferecer ainda mais soluções para nossos clientes.

No 1T20, as transações realizadas pelos canais de atendimento internet e mobile representaram 82,8% das transações realizadas pelos nossos clientes. O mobile apresentou 14,8 milhões de usuários recorrentes que utilizaram o App nos últimos 3 meses. Destes usuários, em média 33,8% acessam o aplicativo diariamente. Importa destacar ainda que isso não afetou a satisfação neste canal, sendo que o App BB permaneceu como o mais bem avaliado da indústria financeira com avaliação de 4,6 no Google play (a avaliação já foi feita por mais de 2 milhões de usuários) e 4,7 na Apple Store (sendo avaliado por mais de 1,5 milhão de usuários). A pontuação máxima é 5.

Mas não temos nos limitado a oferecer apenas as soluções digitais já existentes e disponíveis, mas sim nos posicionado como protagonista quando o país precisa de nós. Dessa forma, o Banco se volta para o novo sem renunciar seus valores e sua identidade.

A partir do início do abril, passamos a acelerar quatro startups, que desenvolvem tecnologias com potencial para criar ou transformar o ambiente de negócios nos próximos anos e que atuam em soluções de cartão, empréstimos pessoais, análise de dados e pagamentos instantâneos. Até serem selecionadas, as empresas participaram de um processo que teve 468 concorrentes e quatro fases eliminatórias. O objetivo é fortalecer o nosso posicionamento no ecossistema de startups e prover soluções ajustadas aos nossos objetivos comerciais e que acelerem o processo de geração de valor para os clientes. Os desafios selecionados buscam nos impulsionar a melhor atender nossos clientes no futuro.

Outra solução totalmente digital que passamos a oferecer na venda direta de nossos imóveis é a plataforma seuimovelbb.com.br. A inovação surgiu após a parceria com a *startup* Resale. A expectativa é oferecer 1,6 mil imóveis para compra direta por pessoas físicas ou jurídicas em breve.

Em março, foi anunciado o resultado do CIO 100 Awards 2020, evento de premiação realizado pela revista americana CIO, do IDG-International Data Bank. Fomos premiados como uma das 100 principais organizações mundiais que impulsionam e agregam valor aos seus negócios por meio da inovação tecnológica. O Assistente Bancário BB no Google Assistant foi a solução tecnológica que nos representou e foi responsável pela nossa classificação.

Lançamos ainda, em nossa universidade corporativa (Unibb) o aprimoramento da Trilha de capacitação em Transformação Digital e realizamos parcerias específicas com a MBA Analytics, Portal Alura (Cursos de Tecnologia e Negócios Digitais) e DSA – Data Science Academy.

7. Pessoas

As políticas e práticas de gestão de pessoas são norteadas pela meritocracia, compromisso com os valores da empresa, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 4. Perfil de Funcionários

	Mar/20	Mar/19
Perfil de Funcionários		
Funcionários	92.757	96.567
Feminino	38.969	40.158
Masculino	53.788	56.409
Escolaridade		
Ensino Médio	12.400	14.360
Graduação	33.955	38.102
Especialização, Mestrado e Doutorado	46.240	43.909
Demais	162	196
Distribuição Geográfica		
Norte	4.046	4.210
Nordeste	15.277	16.041
Centro-Oeste	16.495	16.860
Sudeste	40.641	42.430
Sul	16.298	17.026
Rotatividade de Funcionários (%)	0,61	0,40

Durante os primeiros dois meses do trimestre, foram realizadas ações educacionais para desenvolvimento de capacidades críticas para a transformação cultural, para o avanço da estratégia digital e para promover o alinhamento entre todos os níveis organizacionais. Algumas dessas ações tiveram como foco nossos líderes, como a atualização da Trilha Alta Administração (dirigentes do Banco), o programa Líder 4.0 (500 gestores de unidades estratégicas) e o Game Líder em Ação (26 mil gestores de diversos segmentos).

Outras ações focaram em todos os funcionários do Banco, como a trilha estratégica que reúne uma série de ações educacionais sobre experiência do cliente, hard skills, soft skills, transformação cultural e líder da mudança. Entre eles estão o lançamento de Jornada Conexão Humana, abordando treinamentos em autoconhecimento, cliente-centrismo, técnicas de proposição de valor, negociação e inteligência relacional.

Tabela 5. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	1T20	1T19	1T20	1T19
Folha de pagamento ¹	4.342	4.340	4.680	4.650
Previdência Complementar ²	408	381	408	381
Planos de Saúde ²	1.269	307	1.269	307
Participação nos Lucros e Resultados ³	413	515	415	516
Treinamento ⁴	10	8	10	9

(1) Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme nota explicativa Outras Rec./Desp. Operacionais. (2) Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados. (3) Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício. (4) Conforme Nota Explicativa Outras Rec./Desp. Operacionais.

8. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento - Comitê de Auditoria (Coaud), Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem), Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação (Cotei); pela Diretoria Executiva (Direx), formada pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-Presidentes) e demais Diretores estatutários; pelo Conselho Fiscal (CF); e pela Auditoria Interna (Audit). Atualmente nosso CA é composto por cinco conselheiros independentes.

Em todos os níveis do Banco, as decisões são tomadas de forma colegiada e a administração se utiliza de comitês que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão. No primeiro trimestre de 2020 o Conselho de Administração aprovou, dentre outros:

- I. o acordo de trabalho da Auditoria Interna para o triênio 2020/2022,
- II. o Relatório de Avaliação do Sistema de Controles Internos e o Relatório das Atividades Relacionadas à Função de Conformidade; a criação da Política Específica de Gestão da Razão da Alavancagem; e a revisão das Políticas Específicas de (i) Risco de Mercado; (ii) Risco de Liquidez; (iii) Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos; (iv) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde; (v) Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e (vi) Classificação e Reclassificação de Operações na Carteira de Negociação; e
- III. a revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas; a revisão da Política de Segurança Cibernética, do Plano de Prevenção e Resposta a Incidentes Cibernéticos do BB e do Plano de Ação em Segurança Cibernética; a avaliação de desempenho da Diretoria Executiva; o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT 2019) e a proposta de reforma do Estatuto Social do BB, que será submetida para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Em 1º de abril de 2020, o Conselho de Administração, em decorrência da pandemia global causada pelo novo Coronavírus (Covid-19), decidiu pelo cancelamento da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) do Banco do Brasil, até então agendada para 30.04.2020. Ao amparo do disposto no art. 1º, caput, da Medida Provisória nº 931/2020, deliberou por sua realização em 30.07.2020, tornando sem efeito o Edital de Convocação publicado em 31.03.2020.

9. Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Institucional

Atuamos com base nas políticas e processos aprovados pela administração, que se realizam nas atividades associadas à gestão de riscos, aos controles internos e à segurança institucional.

Gestão de Riscos

A estrutura de gerenciamento objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão. Para isso, foram realizados investimentos em plataforma *analytics*, inteligência artificial e outros modelos de trabalho, com equipes matriciais e uso de metodologias ágeis.

Por meio da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos - RAS (*Risk Appetite Statement*), o BB orienta o planejamento da estratégia, políticas e diretrizes relacionadas às atividades que envolvam assunção de riscos, direcionando orçamento e capital para a alocação sustentável e otimizada.

Esse instrumento é continuamente acompanhado e revisto de forma a colaborar com melhores estimativas para a sustentabilidade do resultado do Banco. Num ambiente com o impacto do Covid-19, busca aprofundar os desdobramentos capturados de cenários, a partir de ferramenta integrada que contribui para a adequação do capital da instituição frente aos novos desafios, resguardando as expectativas de rentabilidade, metas de capital e capacidade operacional do Banco para geração de receitas atuais e futuras.

Controles Internos

Nosso Sistema de Controles Internos (SCI) está consolidado e é compatível com a estrutura e complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da Organização. Adotamos o Modelo Referencial de Linhas de Defesa – MRLD, que reforça as competências e responsabilidades de todas as áreas do Banco, por meio de uma estrutura integrada e coordenada, contribuindo para a efetividade dos controles internos.

Ao longo do primeiro trimestre, o Modelo foi aprimorado para melhor caracterização das atribuições e responsabilidades das áreas que compõem as três Linhas de Defesa na gestão de riscos e de controles. Algumas unidades de Primeira Linha tornaram-se responsáveis pelo gerenciamento de riscos específicos, devido a sua competência e/ou influência significativa na gestão de riscos relevantes em processos chave da Instituição.

Mantemos processo permanente de pesquisa e guarda das normas que afetam o ambiente regulatório do Banco. As normas são capturadas diariamente e, as consideradas relevantes, são divulgadas às Diretorias por meio de instrumento corporativo, no qual são apresentados os destaques regulatórios, possibilitando sua avaliação e internalização.

Em decorrência do atual cenário de pandemia do Covid-19, intensificamos a pesquisa das normas, sendo destacadas aquelas relacionadas à crise, para oferecer resposta tempestiva aos reguladores e o alinhamento dos processos operacionais do Banco, visando o atendimento de clientes e usuários.

Adicionalmente, reforçamos nossa atuação nas avaliações de riscos e controles internos, com foco nos processos mais relevantes diante da pandemia, para direcionar medidas adequadas à nova realidade e adotar ações emergenciais para mitigar seus diversos impactos.

Nosso time de controles internos e *compliance* está atento a essa nova realidade, contribuindo para a melhoria de processos e a consequente redução dos impactos financeiros e não financeiros nos negócios. Para mais informações sobre o Sistema de Controles Internos, Programas e Políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de *Compliance*, disponíveis no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

Segurança Institucional

Antes mesmo da classificação da Covid-19 como pandemia, ações de divulgação de informações e orientações para mitigação de riscos operacionais e sanitários já estavam em andamento. Tais ações foram intensificadas com a evolução da situação epidemiológica do País, através da instituição do Grupo Estratégico de Gestão de Crise – GEGC, composto por executivos de diversas áreas da Empresa, que passou a monitorar diariamente a situação sanitária do País, operacional das unidades estratégicas, táticas e operacionais, bem como da saúde dos funcionários.

O GEGC analisa tendências, estabelece fluxos de comunicação, define medidas de mitigação de riscos, de perdas operacionais e relacionadas à satisfação da clientela a serem adotadas antes, durante e após a crise, além de orientar a atuação dos Grupos Regionais de Gestão de Crise.

As ações de contingência primaram pela proteção às pessoas (sociedade e colaboradores) e por viabilizar a manutenção do atendimento aos clientes, através da oferta de novas opções para a realização de negócios digitais. Foram revisadas as políticas de gestão de senhas e credenciais e do acesso através de equipamentos móveis e computadores, visando melhorar a experiência dos usuários dos canais mobile e autoatendimento pela internet.

10. Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 96,1% de nossos clientes pessoa jurídica do segmento varejo são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 25,5 bilhões em Mar/20. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 1,4 bilhão e das pequenas empresas R\$ 17,1 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 629,0 milhões e para as pequenas empresas R\$ 6,2 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

Contratamos a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa em valor inferior a 5% do total da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar suas independências, ratificadas por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como a independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitos a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 28 – Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 135,4 milhões no 1T20, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 100,4 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 27,5 milhões).
- II. Possuímos R\$ 1,40 bilhão (individual) e R\$ 1,42 bilhão (consolidado) de créditos tributários não ativados apresentados na nota explicativa 24 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (subitem "f") em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059/02 e 3.355/06.

- III. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 11,0 bilhões decorrentes de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.
- IV. Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (bb.com.br/ri), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri) o Formulário de Referência, Análise do Desempenho e Apresentação Institucional.

Demonstrações Contábeis

1º Trimestre de 2020



BANCO DO BRASIL

Índice das Demonstrações Contábeis Consolidadas	21
Demonstrações Contábeis Consolidadas	22
Balanço Patrimonial	22
Demonstração do Resultado.....	24
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	26
Demonstração dos Fluxos de Caixa	27
Demonstração do Valor Adicionado.....	28
Notas Explicativas	29
1 - O Banco e suas Operações.....	29
2 - Reestruturações Societárias.....	30
3 - Apresentação das Demonstrações contábeis	30
4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis.....	34
5 - Informações por Segmento.....	40
6 - Caixa e Equivalentes de Caixa	45
7 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	45
8 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	46
9 - Relações Interfinanceiras	55
10 - Operações de Crédito	56
11 - Carteira de Câmbio.....	62
12 - Outros Créditos	63
13 - Outros Valores e Bens.....	64
14 - Investimentos	65
15 - Imobilizado de Uso	72
16 - Intangível.....	73
17 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto.....	74
18 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	78
19 - Obrigações por Empréstimos e Repasses	79
20 - Outras Obrigações.....	80
21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais.....	84
22 - Resultado não Operacional	86
23 - Patrimônio Líquido.....	87
24 - Tributos	94
25 - Partes Relacionadas.....	97
26 - Benefícios a Empregados	101
27 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias	111
28 - Gerenciamento de Riscos e de Capital.....	115
29 - Outras Informações	128
30 - Eventos Subsequentes.....	132
Relatório dos Auditores Independentes	138
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	140
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	141
Membros do Administração	142

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Disponibilidades	6	15.176.914	14.187.865	17.565.959
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	503.678.680	425.477.358	515.782.496
Aplicações no mercado aberto		465.298.243	390.842.172	477.426.801
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Provisão para perdas)		38.380.697 (260)	34.635.388 (202)	38.355.695 --
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	193.879.218	202.941.703	151.846.432
Carteira própria		107.039.921	158.507.466	105.079.304
Vinculados a compromissos de recompra		76.063.451	38.801.385	41.046.455
Vinculados à prestação de garantias		4.958.562	4.811.917	3.853.003
Instrumentos financeiros derivativos	8.d	5.817.284	820.935	1.867.670
Relações Interfinanceiras		71.947.572	74.920.182	75.766.954
Pagamentos e recebimentos a liquidar	9.a	8.916.025	4.677.493	7.814.550
Créditos vinculados	9.b	60.612.944	67.582.767	65.287.586
Depósitos no Banco Central		58.135.290	65.124.107	62.626.839
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		17.085	27.392	26.123
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.460.569	2.431.268	2.634.624
Repasse interfinanceiros		516.823	536.119	610.622
Correspondentes		1.901.780	2.123.803	2.054.196
Relações Interdependências		26.633	286.943	71.653
Transferências internas de recursos		26.633	286.943	71.653
Operações de Crédito	10	560.844.682	528.881.558	539.010.260
Setor público		69.174.688	62.153.099	66.441.769
Setor privado		531.273.598	504.149.019	505.431.254
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para operações de crédito)		312.389 (39.915.993)	330.751 (37.751.311)	387.895 (33.250.658)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	183.496	187.529	206.599
Setor privado		187.360	191.311	213.178
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(3.864)	(3.782)	(6.579)
Outros Créditos		204.258.872	192.664.591	186.106.480
Créditos por avais e fianças honrados		353.191	446.862	554.731
Carteira de câmbio	11.a	26.816.845	16.245.614	25.063.549
Rendas a receber		3.374.766	3.674.305	3.335.663
Negociação e intermediação de valores		2.046.916	1.009.229	1.021.828
Créditos específicos	12.a	392.908	392.908	392.907
Diversos	12.b	175.695.919	175.135.578	159.748.330
(Provisão para outros créditos)		(4.421.673)	(4.239.905)	(4.010.528)
Outros Valores e Bens	13	959.442	912.233	726.242
Bens não de uso próprio e materiais em estoque (Provisão para desvalorizações)		785.315 (156.659)	760.045 (156.736)	581.640 (161.720)
Despesas antecipadas		330.786	308.924	306.322
PERMANENTE		29.234.875	28.762.693	29.876.292
Investimentos		14.934.425	14.959.449	16.821.547
Participações em coligadas e controladas em conjunto	14.a	14.623.769	14.690.382	16.621.592
No país		14.231.112	14.356.662	16.132.638
No exterior		392.657	333.720	488.954
Outros investimentos	14.c	348.067	307.356	273.517
(Provisão para perdas)		(37.411)	(38.289)	(73.562)
Imobilizado de Uso	15	7.719.945	7.882.695	7.577.738
Imóveis de uso		8.438.242	8.302.240	8.139.382
Outras imobilizações de uso (Depreciação acumulada)		10.267.099 (10.985.396)	10.252.019 (10.671.564)	9.661.411 (10.223.055)
Intangível	16	6.580.505	5.920.549	5.477.007
Ativos intangíveis		13.243.977	12.033.513	14.566.803
(Amortização acumulada)		(6.663.472)	(6.112.964)	(9.089.796)
TOTAL DO ATIVO		1.580.190.384	1.469.222.655	1.516.959.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Depósitos	17.a	531.136.295	514.130.780	500.510.257
Depósitos à vista		72.141.920	71.066.575	66.426.318
Depósitos de poupança		181.647.716	180.942.854	174.155.762
Depósitos interfinanceiros		34.713.137	29.128.475	33.760.081
Depósitos a prazo		242.405.328	232.749.707	225.980.884
Outros depósitos		228.194	243.169	187.212
Captações no Mercado Aberto	17.c	487.397.527	404.355.327	482.775.805
Carteira própria		76.053.630	43.366.024	42.653.055
Carteira de terceiros		411.343.897	360.989.303	440.122.750
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	125.338.548	129.650.920	129.885.698
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		88.209.002	98.158.745	103.467.447
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		37.125.356	31.473.534	26.305.761
Certificados de operações estruturadas		4.190	18.641	112.490
Relações Interfinanceiras		2.256.518	1.001	2.524.663
Pagamentos e recebimentos a liquidar	9.a	2.256.518	1.001	2.524.663
Relações Interdependências		2.464.544	2.971.845	2.284.152
Recursos em trânsito de terceiros		2.464.360	2.971.831	2.283.996
Transferências internas de recursos		184	14	156
Obrigações por Empréstimos	19.a	19.079.803	17.966.872	19.246.783
Empréstimos no exterior		19.079.803	17.966.872	19.246.783
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	58.997.677	60.908.742	65.237.848
Tesouro Nacional		175.125	167.215	114.972
BNDES		17.136.278	17.838.581	20.506.549
Caixa Econômica Federal		30.498.553	30.936.767	29.780.319
Finame		11.177.616	11.932.325	14.535.063
Outras instituições		10.105	33.854	300.945
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	--	--	477
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	4.809.477	961.612	1.572.551
Outras Obrigações		236.302.910	229.618.165	207.471.940
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.292.887	449.068	4.941.982
Carteira de câmbio	11.a	21.331.056	19.924.916	21.923.545
Sociais e estatutárias		1.408.705	4.790.252	1.737.663
Fiscais e previdenciárias	20.a	11.612.411	12.571.121	10.467.170
Negociação e intermediação de valores		1.115.016	1.199.660	1.239.234
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	21.655.643	17.012.893	15.433.443
Operações especiais		2.181	2.181	2.216
Dívidas subordinadas	20.c	41.848.455	41.626.846	41.483.138
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	5.977.696	4.527.220	4.687.385
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.c e 20.d	36.926.770	30.525.540	29.356.341
Diversas	20.e	90.132.090	96.988.468	76.199.823
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		91.761	92.497	379.161
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	112.315.324	108.564.894	105.070.032
Capital	23.b	67.000.000	67.000.000	67.000.000
De domiciliados no país		51.181.231	50.064.736	51.139.409
De domiciliados no exterior		15.818.769	16.935.264	15.860.591
Instrumento Elegível ao Capital Principal	23.c	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital	23.e	1.389.887	1.366.443	15.094
Reservas de Reavaliação	23.d	2.152	2.169	2.222
Reservas de Lucros	23.e	53.291.154	53.814.656	41.049.086
Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.i	(22.672.247)	(23.282.394)	(15.996.034)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		3.189.308	--	3.921.219
(Ações em Tesouraria)	23.m	(305.315)	(339.636)	(1.789.754)
Participação dos Não Controladores	23.j	2.320.385	1.903.656	2.768.199
TOTAL DO PASSIVO		1.580.190.384	1.469.222.655	1.516.959.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		47.256.749	31.811.716
Operações de crédito	10.b	29.838.865	20.665.897
Operações de arrendamento mercantil	10.i	25.434	30.916
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.b	12.795.548	9.809.989
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	8.e	3.501.494	469.165
Resultado de operações de câmbio	11.b	509.846	172.464
Resultado das aplicações compulsórias	9.c	499.874	519.306
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		85.688	143.979
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(42.403.704)	(22.832.709)
Operações de captação no mercado	17.d	(11.598.491)	(15.869.835)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	19.c	(24.180.093)	(1.969.902)
Operações de arrendamento mercantil	10.i	(17.660)	(18.495)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(7.248)	(8.904)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.f e 10.g	(6.600.212)	(4.965.573)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.853.045	8.979.007
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.137.516)	(3.506.995)
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	21.a	7.067.300	6.795.434
Receitas de prestação de serviços		4.457.201	4.160.376
Rendas de tarifas bancárias		2.610.099	2.635.058
Despesas de pessoal	21.b	(5.262.339)	(5.244.233)
Outras despesas administrativas	21.c	(3.213.090)	(3.087.431)
Despesas tributárias	24.c	(1.004.986)	(1.297.146)
Resultado de participações em coligadas e controladas	14	668.758	1.019.793
Outras receitas operacionais	21.d	1.625.226	2.231.732
Outras despesas operacionais	21.e	(3.018.385)	(3.925.144)
RESULTADO OPERACIONAL		1.715.529	5.472.012
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	47.239	78.064
Receitas não operacionais		80.707	236.198
Despesas não operacionais		(33.468)	(158.134)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		1.762.768	5.550.076
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.a	2.206.880	(638.525)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(801.334)	(780.048)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		3.008.214	141.523
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(414.626)	(516.365)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	23.j	(350.341)	(390.396)
LUCRO LÍQUIDO		3.204.681	4.004.790
LUCRO POR AÇÃO	23.f		
Número médio ponderado de ações - básico		2.851.880.199	2.785.988.406
Número médio ponderado de ações - diluído		2.851.551.217	2.785.891.713
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,12	1,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	3.204.681	4.004.790
Participação dos não controladores	350.341	390.396
Lucro líquido antes da participação dos não controladores	3.555.022	4.395.186
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.711.162)	337.344
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(1.880.370)	490.801
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	(506.922)	(88.468)
Efeito fiscal	676.130	(64.989)
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e controladas em conjunto	(46.800)	39.230
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(102.581)	56.365
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimentos líquidos no exterior	31.130	8.753
Efeito fiscal	24.651	(25.888)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	616.899	(351.604)
Planos de benefício definido	1.817.598	--
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	3.307.944	--
Efeito fiscal	(1.490.346)	--
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	676.535	24.970
Lucro abrangente do período	4.231.557	4.420.156
Lucro abrangente atribuível aos acionistas do Banco	3.814.828	4.162.872
Lucro abrangente atribuível aos não controladores	416.729	257.284

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas Especiais de Lucro					
Saldos em 31.12.2018		67.000.000	8.100.000	14.692	2.240	7.738.497	34.874.085	--	(16.154.116)	(1.833.431)	--	2.510.915	102.252.882
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	--	387.929	--	--	--	387.929
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(235.096)	--	--	--	(235.096)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	5.249	--	--	--	5.249
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	402	--	--	--	--	--	43.677	--	--	44.079
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.679	--	3.679
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(18)	--	--	--	--	--	18	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	257.284	257.284
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.004.790	--	4.004.790
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(59.825)	--	(59.825)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	27.443	--	--	--	(27.443)	--	--
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(1.590.939)	--	--	--	--	--	(1.590.939)
Saldos em 31.03.2019		67.000.000	8.100.000	15.094	2.222	7.738.497	33.310.589	--	(15.996.034)	(1.789.754)	3.921.219	2.768.199	105.070.032
Mutações do período		--	--	402	(18)	--	(1.563.496)	--	158.082	43.677	3.921.219	257.284	2.817.150
Saldos em 31.12.2019		67.000.000	8.100.000	1.366.443	2.169	8.633.464	45.181.192	--	(23.282.394)	(339.636)	--	1.903.656	108.564.894
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(1.763.255)	--	--	--	(1.763.255)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	--	1.817.598	--	--	--	1.817.598
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	538.711	--	--	--	538.711
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	17.093	--	--	--	17.093
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	22.625	--	--	--	--	--	20.485	--	--	43.110
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	15	--	15
Alienação de ações em tesouraria (follow on)		--	--	819	--	--	--	--	--	13.836	--	--	14.655
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(17)	--	--	--	--	--	17	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	416.729	416.729
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.204.681	--	3.204.681
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(21.467)	--	(21.467)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	(6.062)	--	--	--	6.062	--	--
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(891.131)	373.691	--	--	--	--	(517.440)
Saldos em 31.03.2020		67.000.000	8.100.000	1.389.887	2.152	8.633.464	44.283.999	373.691	(22.672.247)	(305.315)	3.189.308	2.320.385	112.315.324
Mutações do período		--	--	23.444	(17)	--	(897.193)	373.691	610.147	34.321	3.189.308	416.729	3.750.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro antes dos Tributos e Participações		1.762.768	5.550.076
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		14.952.880	4.922.189
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	10.f e 10.g	6.600.212	4.965.573
Depreciações e amortizações		764.542	715.692
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		15.255.731	2.606
Resultado de participação em coligadas e controladas	14.a	(668.758)	(1.019.793)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	22	(12.499)	(165.491)
(Ganho) Perda de capital	22	(40.516)	87.115
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	22	1.419	6.460
Amortização de ágios em investimentos	14.c	7.012	61.516
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	27	1.089.357	1.448.653
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	26	512.588	(226.087)
Comissões de corretagem diferidas		(168.913)	(192.970)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(8.377.820)	359.316
Outros ajustes		(9.475)	(1.120.401)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		16.715.648	10.472.265
Variações Patrimoniais		(10.415.374)	25.713.405
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(51.998.763)	(75.766.454)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		2.905.923	(2.362.945)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências		(2.640.091)	(901.000)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		6.988.816	(3.511.484)
(Aumento) Redução em operações de crédito		(27.525.586)	5.069.262
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		4.388	16.804
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(121.784)	2.506.503
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(43.743)	99.176
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.844.162)	(1.023.458)
(Redução) Aumento em depósitos		16.798.266	14.473.486
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		83.042.200	79.874.603
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(12.193.349)	5.067.202
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(19.116.196)	(3.233.181)
(Redução) Aumento em outras obrigações		(4.670.557)	5.473.967
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		(736)	(69.076)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		6.300.274	36.185.670
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(30.609.186)	(13.215.560)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		40.157.178	15.880.724
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(1.208.847)	(239.376)
Alienação de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		36.468	343.721
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		320.273	687.486
Aquisição de imobilizado de uso		(174.255)	(355.845)
Alienação de imobilizado de uso		20.165	5.822
Aquisição de investimentos		(12.750)	--
Alienação de investimentos		2.625	254.397
Aquisição de intangíveis		(1.063.514)	(110.140)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		7.468.157	3.251.229
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Varição da participação dos acionistas não controladores		--	257.284
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		344.838	(8.934.067)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		7.728.476	497.034
(Aquisição) alienação de ações em tesouraria		15.268	43.677
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		(1.283.273)	--
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.759.951)	(2.065.973)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		5.045.358	(10.202.045)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do período		71.936.023	60.335.451
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		8.377.820	(359.316)
Fim do período		99.127.632	89.210.989
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		18.813.789	29.234.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	1º Trimestre/2020		1º Trimestre/2019	
Receitas		46.070.412		31.799.670	
Receitas da intermediação financeira		47.256.749		31.811.716	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		7.067.300		6.795.434	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.600.212)		(4.965.573)	
Ganhos de capital	22	53.446		50.803	
Outras receitas/(despesas)		(1.706.871)		(1.892.710)	
Despesas da Intermediação Financeira		(35.803.492)		(17.867.136)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(1.804.946)		(1.752.380)	
Materiais, água, energia e gás	21.c	(153.594)		(157.504)	
Serviços de terceiros	21.c	(241.350)		(214.224)	
Comunicações	21.c	(188.712)		(192.639)	
Processamento de dados	21.c	(130.429)		(111.577)	
Transporte	21.c	(180.669)		(200.799)	
Serviços de vigilância e segurança	21.c	(285.126)		(281.951)	
Serviços do sistema financeiro	21.c	(207.225)		(182.006)	
Propaganda e publicidade	21.c	(90.896)		(89.513)	
Manutenção e conservação de bens	21.c	(186.307)		(188.398)	
Outras		(140.638)		(133.769)	
Valor Adicionado Bruto		8.461.974		12.180.154	
Despesas de amortização/depreciação	21.c	(771.554)		(777.208)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		7.690.420		11.402.946	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		668.758		1.019.793	
Resultado de participações em coligadas e controladas		668.758		1.019.793	
Valor Adicionado a Distribuir		8.359.178	100,00%	12.422.739	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		8.359.178	100,00%	12.422.739	100,00%
Pessoal		5.100.750	61,01%	5.180.807	41,70%
Salários e honorários		3.081.066		3.259.181	
Participação de empregados e administradores no lucro		414.626		516.365	
Benefícios e treinamentos		860.765		801.885	
FGTS		170.008		170.600	
Outros encargos		574.285		432.776	
Impostos, Taxas e Contribuições		(625.678)	(7,48%)	2.515.462	20,25%
Federais		(1.028.203)		2.099.898	
Estaduais		429		286	
Municipais		402.096		415.278	
Remuneração de Capitais de Terceiros		329.084	3,94%	331.284	2,67%
Aluguéis	21.c	329.084		331.284	
Remuneração de Capitais Próprios	23.g	3.555.022	42,53%	4.395.186	35,38%
Juros sobre capital próprio da União		258.720		807.010	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		258.720		783.929	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		21.467		59.824	
Lucro retido		2.665.774		2.354.027	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		350.341		390.396	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis n.º 4.595/1964, n.º 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Banco Central do Brasil (Bacen); (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições. Com mais de 210 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 3 e 5, respectivamente.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Não houve reestruturações societárias ocorridas no período.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior, as operações de suas controladas, bem como das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa). Essas demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Despesas de Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

Adicionalmente, o Bacen editou a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, CPC 22 - Informações por Segmento, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 41 - Resultado por Ação.

A aplicação dos normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante - Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.
- CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das *joint ventures* BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.
- CPC 48 - Instrumentos Financeiros - a) adaptação do conjunto completo de demonstrações contábeis, para atendimento aos requerimentos de apresentação, no tocante à classificação dos ativos (custo amortizado, valor justo por meio do resultado – VJR e valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA); b) ajuste no cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) – PCLD dos ativos financeiros, em virtude da apuração com base em um modelo prospectivo de perdas esperadas; c) inclusão de modelo de contabilidade geral de *hedge*, com o intuito de melhor alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de riscos.

A Resolução CMN n.º 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes.

O Banco não teve impactos significativos na adoção da referida Resolução em relação aos critérios até então adotados para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, exceto pela apresentação das rubricas do balanço patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade, como opção à segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante, a ser apresentada em notas explicativas.

O Banco não adotou a prerrogativa da Resolução CMN n.º 4.720/2019 de elaborar demonstrações contábeis intermediárias condensadas e divulgação com notas explicativas selecionadas.

Também de acordo com a referida Resolução, o Banco está apresentando como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Em cumprimento à Circular Bacen n.º 3.959/2019, o Banco está apresentando as operações de arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito. O Banco observou também o requerido pelo CPC 41 para o cálculo do lucro por ação. Não houve alteração em relação às políticas contábeis já praticadas pelo Banco.

Continuidade dos negócios

A Administração avaliou a capacidade de o Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o cenário de desaquecimento econômico e isolamento social ocasionados pela Covid-19 tenham atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Banco possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios no período de isolamento social e nos períodos que seguem, uma vez que grande parte de seus negócios continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, que se somam a assessoria de qualidade e condições especiais para crédito.

Em que se pese o ineditismo da situação, tendo em vista a experiência do Banco no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, o curto horizonte de tempo pelo qual se espera que haja reação das economias mundiais, bem como as informações existentes no momento da avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 04.05.2020.

Participações Societárias Incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, Segregadas por Segmentos de Negócios:

	Atividade	Moeda funcional	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
			% de Participação		
Segmento Bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Dólar Americano	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Peso Argentino	80,39%	80,39%	80,39%
Segmento Investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos					
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	99,62%	99,62%	99,62%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	Corretora	Real	66,36%	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Outros Segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽²⁾	Turismo	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽¹⁾	Informática	Real	99,99%	99,99%	99,99%

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a fevereiro/2020.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Demonstração do Resultado

Rendas de recebíveis de cartões de crédito do grupamento Outras Receitas Operacionais para o grupamento Operações de Crédito.

1º Trimestre/2019	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	31.783.342	28.374	31.811.716
Operações de crédito	20.637.523	28.374	20.665.897
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.950.633	28.374	8.979.007
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.478.621)	(28.374)	(3.506.995)
Outras receitas operacionais	2.260.106	(28.374)	2.231.732

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justificarem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada ao Banco do Brasil e ao Banco de Investimentos, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 103, de 12.11.2019. As outras empresas financeiras e não financeiras de seguros, previdência e capitalização permanecem sujeitas à alíquota de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Diante da majoração da CSLL estabelecida no artigo 32 da Emenda Constitucional n.º 103, de 12.11.2019, e do disposto na Circular Bacen n.º 3.171/2002, art. 1º, § 2º, foi considerada a alíquota majorada de 20% para a CSLL, a partir da data-base de dezembro/2019. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.os 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor justo dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e *softwares*, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (*impairment*), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015. As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Lucro por Ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluíveis.

r) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Conglomerado.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As práticas contábeis adotadas no Consolidado Gerencial diferem daquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis do BB Consolidado (Nota 4.j) em função dos investimentos em entidades controladas em conjunto serem consolidados proporcionalmente à participação do Banco.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 3) e controladas em conjunto (Nota 14). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento Bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Trimestre/2020		1º Trimestre/2019	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	54.619.549	2.079.191	40.028.208	2.066.665
Receitas da intermediação financeira	45.575.408	1.681.341	30.065.081	1.746.635
Operações de crédito e arrendamento mercantil	29.194.741	669.558	19.917.717	779.096
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.734.812	1.060.736	9.005.968	804.021
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	3.540.185	(38.691)	376.675	92.490
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	1.019.982	(10.262)	620.742	71.028
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	85.688	--	143.979	--
Outras receitas	9.044.141	397.850	9.963.127	320.030
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	6.800.495	266.805	6.491.569	303.865
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	668.758	--	1.038.036	(18.243)
Demais receitas	1.574.888	131.045	2.433.522	34.408
Ativo não circulante ⁽¹⁾	28.787.045	447.830	29.527.423	348.869

(1) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul e América Central no 1º trimestre de 2020 (América do Sul e América do Norte no 1º trimestre de 2019).

h) Informações Gerenciais por Segmento reconciliadas com o Contábil

	1º Trimestre/2020									
	Informações Gerenciais por Segmento							Reconciliação do Gerencial para o Contábil		
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas da intermediação financeira	50.406.422	64.092	12.482	(248.111)	109.468	51.029	(74.973)	50.320.409	(3.063.660)	47.256.749
Operações de crédito e arrendamento mercantil	31.807.688	--	--	--	--	--	(213)	31.807.475	(1.943.176)	29.864.299
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13.686.576	64.092	12.482	3.281	77.601	51.018	(77.718)	13.817.332	(1.021.784)	12.795.548
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	3.711.931	--	--	--	31.867	--	--	3.743.798	(242.304)	3.501.494
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	1.140.856	--	--	--	--	11	--	1.140.867	(131.147)	1.009.720
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	59.371	--	--	--	--	--	--	59.371	26.317	85.688
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(251.392)	--	--	2.958	(248.434)	248.434	--
Despesas da intermediação financeira	(45.426.667)	(16.525)	--	268.955	(16.927)	(58.702)	143.544	(45.106.322)	2.702.618	(42.403.704)
Operações de captação no mercado	(13.329.661)	(16.525)	--	--	--	(58.527)	143.544	(13.261.169)	1.662.678	(11.598.491)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(25.011.502)	--	--	--	(16.927)	(175)	--	(25.028.604)	830.851	(24.197.753)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.077.310)	--	--	--	--	--	--	(7.077.310)	477.098	(6.600.212)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(8.194)	--	--	--	--	--	--	(8.194)	946	(7.248)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	268.955	--	--	--	268.955	(268.955)	--
Outras receitas	6.966.073	74.413	748.042	1.890.594	1.039.052	813.267	(524.777)	11.006.664	(1.564.673)	9.441.991
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	5.205.654	65.806	745.843	841.040	973.882	580.066	(322.580)	8.089.711	(1.022.411)	7.067.300
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	48.264	1.504	--	(6.226)	26.776	--	--	70.318	598.440	668.758
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	980.626	--	--	53.789	1.034.415	(1.034.415)	--
Demais receitas	1.712.155	7.103	2.199	75.154	38.394	233.201	(255.986)	1.812.220	(106.287)	1.705.933
Outras despesas	(12.802.795)	(44.783)	(94.540)	(564.453)	(794.201)	(474.899)	456.206	(14.319.465)	1.787.197	(12.532.268)
Despesas de pessoal	(5.235.754)	(13.658)	(26.115)	(92.365)	(56.992)	(102.660)	1.236	(5.526.308)	263.969	(5.262.339)
Outras despesas administrativas	(2.708.760)	(15.228)	(6.221)	(126.636)	(129.966)	(92.077)	307.549	(2.771.339)	329.803	(2.441.536)
Amortização	(465.940)	--	--	(11.575)	(6.223)	(801)	--	(484.539)	29.826	(454.713)
Depreciação	(316.234)	--	--	(2.989)	(778)	(4.923)	--	(324.924)	8.083	(316.841)
Despesas tributárias	(801.822)	(8.082)	(50.500)	(217.981)	(120.145)	(85.100)	--	(1.283.630)	278.644	(1.004.986)
Demais despesas	(3.274.285)	(7.815)	(11.704)	(112.907)	(480.097)	(189.338)	147.421	(3.928.725)	876.872	(3.051.853)
Resultado antes dos tributos e participações	(856.967)	77.197	665.984	1.346.985	337.392	330.695	--	1.901.286	(138.518)	1.762.768
Imposto de renda e contribuição social	3.109.387	(32.342)	(266.364)	(456.710)	(119.224)	(111.820)	--	2.122.927	83.953	2.206.880
Participação de empregados e administradores no lucro	(453.156)	--	(659)	(5.267)	(9.239)	(870)	--	(469.191)	54.565	(414.626)
Participação dos não controladores	(52.648)	--	--	(297.692)	--	(1)	--	(350.341)	--	(350.341)
Lucro líquido	1.746.616	44.855	398.961	587.316	208.929	218.004	--	3.204.681	--	3.204.681
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	508.330.450	18.651	598.940	4.099.659	1.059.140	4.900.960	(12.408.767)	506.599.033	(2.920.353)	503.678.680
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	206.728.615	1.145.596	37.940	227.481.509	6.194.490	344.937	(120.503)	441.812.584	(247.933.366)	193.879.218
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	584.839.251	--	--	--	--	--	(15.000)	584.824.251	(23.796.073)	561.028.178
Investimentos	15.029.845	815.333	46.252	21.870	1.517.304	27	(14.111.464)	3.319.167	11.615.258	14.934.425
Demais Ativos	308.807.613	888.530	400.229	9.071.732	23.289.681	3.634.121	(7.850.166)	338.241.740	(31.571.857)	306.669.883
TOTAL DO ATIVO	1.623.735.774	2.868.110	1.083.361	240.674.770	32.060.615	8.880.045	(34.505.900)	1.874.796.775	(294.606.391)	1.580.190.384
Passivo										
Depósitos	1.514.163.767	2.391.269	546.385	235.236.453	22.843.595	7.078.054	(19.778.072)	1.762.481.451	(294.606.391)	1.467.875.060
Captações no mercado aberto	541.478.254	1.998.057	--	--	--	--	(2.163.653)	541.312.658	(10.176.363)	531.136.295
Recursos de aceites e emissão de títulos	505.172.427	--	--	--	--	--	(10.410.709)	494.761.718	(7.364.191)	487.397.527
Obrigações por repasses	135.002.318	--	--	--	--	6.409.291	--	141.411.609	(16.073.061)	125.338.548
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	59.668.377	--	--	--	--	--	--	59.668.377	(670.700)	58.997.677
Demais Passivos	--	--	--	227.467.640	--	--	(269)	227.467.371	(227.467.371)	--
Patrimônio Líquido	272.842.391	393.212	546.385	7.768.813	22.843.595	668.763	(7.203.441)	297.859.718	(32.854.705)	265.005.013
Patrimônio Líquido	109.572.007	476.841	536.976	5.438.317	9.217.020	1.801.991	(14.727.828)	112.315.324	--	112.315.324
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.623.735.774	2.868.110	1.083.361	240.674.770	32.060.615	8.880.045	(34.505.900)	1.874.796.775	(294.606.391)	1.580.190.384

	1º Trimestre/2019									
	Informações Gerenciais por Segmento							Reconciliação do Gerencial para o Contábil		
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas da intermediação financeira	33.226.749	5.371	15.817	1.032.755	126.098	52.935	(90.127)	34.369.598	(2.557.882)	31.811.716
Operações de crédito e arrendamento mercantil	21.917.254	--	--	--	--	--	(527)	21.916.727	(1.219.914)	20.696.813
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.072.536	5.371	15.817	7.340	123.763	52.935	(113.368)	10.164.394	(354.405)	9.809.989
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	444.272	--	--	--	2.335	--	--	446.607	22.558	469.165
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	716.023	--	--	--	--	--	--	716.023	(24.253)	691.770
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	76.664	--	--	--	--	--	--	76.664	67.315	143.979
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.025.415	--	--	23.768	1.049.183	(1.049.183)	--
Despesas da intermediação financeira	(23.979.620)	(49.063)	--	(636.810)	(4.928)	(45.949)	168.048	(24.548.322)	1.715.613	(22.832.709)
Operações de captação no mercado	(16.608.496)	(49.063)	--	--	--	(45.667)	168.048	(16.535.178)	665.343	(15.869.835)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(2.087.805)	--	--	--	(4.928)	(282)	--	(2.093.015)	104.618	(1.988.397)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.274.415)	--	--	--	--	--	--	(5.274.415)	308.842	(4.965.573)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(8.904)	--	--	--	--	--	--	(8.904)	--	(8.904)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(636.810)	--	--	--	(636.810)	636.810	--
Outras receitas	7.785.873	234.870	599.020	1.682.156	1.437.247	709.953	(539.598)	11.909.521	(1.626.364)	10.283.157
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	5.144.512	182.459	597.724	762.963	1.026.800	529.086	(361.231)	7.882.313	(1.086.879)	6.795.434
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	27.403	47.242	--	24.517	10.452	--	--	109.614	910.179	1.019.793
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	809.322	--	--	50.928	860.250	(860.250)	--
Demais receitas	2.613.958	5.169	1.296	85.354	399.995	180.867	(229.295)	3.057.344	(589.414)	2.467.930
Outras despesas	(13.780.333)	(104.292)	(85.553)	(648.149)	(1.078.873)	(388.213)	461.677	(15.623.736)	1.911.648	(13.712.088)
Despesas de pessoal	(5.236.936)	(13.686)	(23.954)	(85.207)	(54.303)	(89.002)	2.512	(5.500.576)	256.343	(5.244.233)
Outras despesas administrativas	(2.571.371)	(21.072)	(7.104)	(131.059)	(136.125)	(87.205)	333.154	(2.620.782)	310.559	(2.310.223)
Amortização	(433.204)	(40.637)	--	(15.261)	(6.520)	(1.005)	--	(496.627)	29.321	(467.306)
Depreciação	(309.635)	--	--	(2.771)	(840)	(4.599)	--	(317.845)	7.943	(309.902)
Despesas tributárias	(1.105.607)	(15.793)	(40.774)	(182.718)	(118.994)	(78.434)	--	(1.542.320)	245.174	(1.297.146)
Demais despesas	(4.123.580)	(13.104)	(13.721)	(231.133)	(762.091)	(127.968)	126.011	(5.145.586)	1.062.308	(4.083.278)
Resultado antes dos tributos e participações	3.252.669	86.886	529.284	1.429.952	479.544	328.726	--	6.107.061	(556.985)	5.550.076
Imposto de renda e contribuição social	(123.231)	(32.420)	(211.754)	(542.072)	(145.424)	(101.684)	--	(1.156.585)	518.060	(638.525)
Participação de empregados e administradores no lucro	(540.369)	--	(632)	(6.426)	(6.649)	(1.214)	--	(555.290)	38.925	(516.365)
Participação dos não controladores	(54.542)	--	--	(335.852)	--	(2)	--	(390.396)	--	(390.396)
Lucro líquido	2.534.527	54.466	316.898	545.602	327.471	225.826	--	4.004.790	--	4.004.790
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	524.199.145	7.452	498.264	2.660.993	229.913	3.744.450	(10.747.251)	520.592.966	(4.810.470)	515.782.496
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	158.500.447	711.323	41.091	210.226.433	6.662.811	356.058	(82.278)	376.415.885	(224.569.453)	151.846.432
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	560.734.846	--	--	--	--	--	(15.000)	560.719.846	(21.502.987)	539.216.859
Investimentos	15.037.816	5.550.861	39.637	589.126	1.210.360	27	(16.978.586)	5.449.241	11.372.306	16.821.547
Demais Ativos	293.544.820	1.113.708	446.383	8.934.983	23.066.567	1.492.003	(4.288.770)	324.309.694	(31.017.861)	293.292.033
TOTAL DO ATIVO	1.552.017.074	7.383.344	1.025.375	222.411.535	31.169.651	5.592.538	(32.111.885)	1.787.487.632	(270.528.265)	1.516.959.367
Passivo	1.450.210.574	4.160.265	569.943	215.423.670	22.672.132	3.822.762	(14.441.746)	1.682.417.600	(270.528.265)	1.411.889.335
Depósitos	506.183.566	3.744.936	--	--	--	--	(3.836.508)	506.091.994	(5.581.737)	500.510.257
Captações no mercado aberto	497.810.992	--	--	--	--	--	(7.002.315)	490.808.677	(8.032.872)	482.775.805
Recursos de aceites e emissão de títulos	141.859.047	--	--	--	--	3.260.267	--	145.119.314	(15.233.616)	129.885.698
Obrigações por repasses	66.100.242	--	--	--	--	--	--	66.100.242	(861.917)	65.238.325
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	210.008.522	--	--	(293)	210.008.229	(210.008.229)	--
Demais Passivos	238.256.727	415.329	569.943	5.415.148	22.672.132	562.495	(3.602.630)	264.289.144	(30.809.894)	233.479.250
Patrimônio Líquido	101.806.500	3.223.079	455.432	6.987.865	8.497.519	1.769.776	(17.670.139)	105.070.032	--	105.070.032
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.552.017.074	7.383.344	1.025.375	222.411.535	31.169.651	5.592.538	(32.111.885)	1.787.487.632	(270.528.265)	1.516.959.367

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Disponibilidades ⁽¹⁾	15.153.472	14.171.188	17.551.513
Disponibilidades em moeda nacional	10.025.311	8.006.672	12.060.008
Disponibilidades em moeda estrangeira	5.128.161	6.164.516	5.491.505
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽²⁾	83.974.160	57.764.835	71.659.476
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	53.504.656	29.516.903	36.252.521
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.469.504	28.247.932	35.406.955
Total	99.127.632	71.936.023	89.210.989

(1) Não inclui o saldo de aplicações em ouro no valor de R\$ 23.442 mil em 31.03.2020 (R\$ 16.677 mil em 31.12.2019 e R\$ 14.446 mil em 31.03.2019).

(2) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Aplicações no Mercado Aberto	465.298.243	390.842.172	477.426.801
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	53.651.915	29.607.492	36.294.353
Letras Financeiras do Tesouro	52.224.130	25.176.764	4.910.131
Letras do Tesouro Nacional	--	288.331	253.911
Notas do Tesouro Nacional	86.643	1.222	30.098.912
Outros títulos	1.341.142	4.141.175	1.031.399
Revendas a Liquidar - Posição Financiada	411.646.328	361.234.680	441.132.448
Letras Financeiras do Tesouro	341.318.279	333.457.363	337.753.748
Letras do Tesouro Nacional	--	26.515.023	63.966.016
Notas do Tesouro Nacional	70.013.401	1.049.994	38.877.494
Outros títulos	314.648	212.300	535.190
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.380.437	34.635.186	38.355.695
Total	503.678.680	425.477.358	515.782.496
Ativo circulante	498.978.344	421.944.507	513.909.093
Ativo não circulante	4.700.336	3.532.851	1.873.403

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	4.285.484	6.646.794
Posição financiada	4.081.829	6.266.380
Posição bancada	203.655	380.414
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	371.644	220.475
Total ⁽¹⁾	4.657.128	6.867.269

(1) Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração do resultado.

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
a.1) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.03.2020									31.12.2019			31.03.2019		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total			
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	
1 - Títulos para Negociação	812.279	4.540.860	520.194	681.306	3.839.694	10.137.661	10.394.333	256.672	5.352.023	5.704.898	352.875	7.595.118	8.123.539	528.421	
Títulos Públicos	12.617	4.531.840	507.468	437.312	3.194.927	8.503.658	8.684.164	180.506	3.945.705	4.161.706	216.001	6.653.731	7.072.943	419.212	
Títulos de Governos Estrangeiros	11.389	4.504.547	164.739	431.944	141.460	5.084.244	5.254.079	169.835	2.756.325	2.970.153	213.828	4.197.653	4.581.514	383.861	
Letras do Tesouro Nacional	--	--	838	5.368	2.405.401	2.392.556	2.411.607	19.051	301.959	304.070	2.111	1.801.450	1.805.559	4.109	
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	309.635	309.470	309.635	165	306.329	306.607	278	293.358	293.681	323	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	194.222	201.316	194.222	(7.094)	116.944	114.625	(2.319)	35.665	35.455	(210)	
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	144.209	149.531	144.209	(5.322)	98.730	99.217	487	258.692	259.505	813	
Outros	1.228	27.293	341.891	--	--	366.541	370.412	3.871	365.418	367.034	1.616	66.913	97.229	30.316	
Títulos Privados	799.662	9.020	12.726	243.994	644.767	1.634.003	1.710.169	76.166	1.406.318	1.543.192	136.874	941.387	1.050.596	109.209	
Cotas de Fundos de Investimento	744.363	--	--	--	--	612.598	744.363	131.765	679.328	809.319	129.991	698.301	810.031	111.730	
Debêntures	--	--	3.327	199.010	380.433	609.648	582.770	(26.878)	577.185	564.683	(12.502)	142.319	143.157	838	
Certificado Recebíveis do Agronegócio	--	--	343	10	37.258	44.385	37.611	(6.774)	38.232	32.551	(5.681)	--	--	--	
Ações	12	--	--	--	--	7	12	5	6	10	4	7	11	4	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	--	--	--	--	601	642	41	--	--	--	
Certificado de Depósito Bancário	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4	4	--	
Outros	55.287	9.020	9.056	44.974	227.076	367.365	345.413	(21.952)	110.966	135.987	25.021	100.756	97.393	(3.363)	
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.027.263	873.990	12.171.832	15.669.911	122.527.805	155.197.655	153.270.801	(1.926.854)	172.907.792	173.291.612	383.820	123.289.678	122.103.575	(1.186.103)	
Títulos Públicos	--	56.333	9.787.498	12.649.403	95.136.396	117.481.691	117.629.630	147.939	135.170.320	136.072.642	902.322	89.594.092	89.803.558	209.466	
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	9.254.691	12.268.227	64.378.662	85.905.475	85.901.580	(3.895)	97.989.651	98.016.555	26.904	69.948.226	69.968.225	19.999	
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	--	13.129.990	12.895.806	13.129.990	234.184	14.591.045	14.778.431	187.386	6.360.713	6.474.500	113.787	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	106.705	7.764.326	7.887.400	7.871.031	(16.369)	6.711.851	7.131.142	419.291	3.108.673	3.180.522	71.849	
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	7.584.419	7.804.961	7.584.419	(220.542)	12.732.542	12.986.658	254.116	5.510.667	5.518.237	7.570	
Títulos de Governos Estrangeiros	--	56.333	532.269	261.239	2.008.747	2.689.874	2.858.588	168.714	3.025.828	3.033.015	7.187	3.721.202	3.722.767	1.565	
Títulos da Dívida Agrária	--	--	538	24	832	1.403	1.394	(9)	1.436	1.414	(22)	2.054	2.019	(35)	
Outros	--	--	--	13.208	269.420	296.772	282.628	(14.144)	117.967	125.427	7.460	942.557	937.288	(5.269)	
Títulos Privados	2.027.263	817.657	2.384.334	3.020.508	27.391.409	37.715.964	35.641.171	(2.074.793)	37.737.472	37.218.970	(518.502)	33.695.586	32.300.017	(1.395.569)	
Debêntures	--	26.233	219.224	139.479	22.052.867	24.498.835	22.437.803	(2.061.032)	24.473.616	23.161.472	(1.312.144)	24.415.822	23.036.419	(1.379.403)	
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	397.671	1.416.634	2.344.892	107.130	4.189.652	4.266.327	76.675	4.027.011	4.083.073	56.062	2.647.137	2.667.555	20.418	
Eurobonds	--	--	4.830	355.244	2.330.587	3.402.425	2.690.661	(711.764)	2.250.560	1.998.693	(251.867)	--	--	--	
Cotas de Fundos de Investimento	2.008.945	--	119.754	180.065	1.600.744	3.209.261	3.909.508	700.247	4.510.611	5.545.218	1.034.607	1.865.872	2.371.416	505.544	
Notas Promissórias	--	--	510.291	--	--	529.454	510.291	(19.163)	528.428	520.904	(7.524)	1.142.381	1.144.051	1.670	
Certificados de Depósito Bancário	--	393.753	5.766	--	--	397.545	399.519	1.974	206.124	206.505	381	195.162	195.019	(143)	
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	828	325.769	328.575	326.597	(1.978)	287.989	287.872	(117)	127.301	128.662	1.361	
Ações	18.318	--	--	--	--	37.340	18.318	(19.022)	2.947	3.155	208	266	91	(175)	
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	32.319	29.700	32.319	2.619	281.176	131.976	(149.200)	362.129	222.611	(139.518)	
Outros	--	--	107.835	--	941.993	1.093.177	1.049.828	(43.349)	1.169.010	1.280.102	111.092	2.939.515	2.534.193	(405.322)	

Vencimento em Dias	31.03.2020								31.12.2019			31.03.2019		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	4.262.457	299.739	18.506.716	24.396.800	23.068.912	(1.327.888)	23.124.258	22.335.706	(788.552)	19.751.648	19.140.022	(611.626)
Títulos Públicos	--	--	3.570.454	--	9.923.206	13.170.559	13.493.660	323.101	12.266.255	12.552.443	286.188	7.864.566	8.053.916	189.350
Letras do Tesouro Nacional	--	--	3.570.454	--	6.293.203	9.863.657	9.863.657	--	9.696.375	9.696.375	--	5.279.374	5.279.373	(1)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	3.040.111	2.717.772	3.040.111	322.339	2.104.243	2.389.543	285.300	2.057.325	2.231.051	173.726
Títulos de Governos Estrangeiros	--	--	--	--	589.892	589.130	589.892	762	465.637	466.525	888	527.867	543.492	15.625
Títulos Privados	--	--	692.003	299.739	8.583.510	11.226.241	9.575.252	(1.650.989)	10.858.003	9.783.263	(1.074.740)	11.887.082	11.086.106	(800.976)
Debêntures	--	--	527.006	--	7.954.782	9.959.175	8.481.788	(1.477.387)	9.863.313	8.691.508	(1.171.805)	10.498.094	9.852.706	(645.388)
Letras Financeiras	--	--	164.997	270.941	294.791	730.729	730.729	--	--	--	--	501.400	501.400	--
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	195.225	370.426	195.225	(175.201)	364.187	458.966	94.779	377.753	220.109	(157.644)
Eurobonds	--	--	--	28.798	138.712	165.911	167.510	1.599	105.897	108.183	2.286	--	--	--
Notas Promissórias	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	509.835	511.891	2.056
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	524.606	524.606	--	--	--	--
Total	2.839.542	5.414.850	16.954.483	16.650.956	144.874.215	189.732.116	186.734.046	(2.998.070)	201.384.073	201.332.216	(51.857)	150.636.444	149.367.136	(1.269.308)

a.2) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.03.2020								31.12.2019			31.03.2019		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	2.839.542	5.414.850	16.954.483	16.650.956	144.874.215	189.732.116	186.734.046	(2.998.070)	201.384.073	201.332.216	(51.857)	150.636.444	149.367.136	(1.269.308)
Carteira própria	2.839.542	4.880.373	8.070.624	3.930.476	86.125.263	108.628.439	105.846.278	(2.782.161)	158.063.730	157.528.516	(535.214)	105.858.814	104.400.676	(1.458.138)
Vinculados a compromissos de recompra	--	134.228	8.374.985	12.650.632	54.769.363	76.176.325	75.929.208	(247.117)	38.551.617	38.991.785	440.168	40.955.287	41.113.457	158.170
Vinculados à prestação de garantias	--	400.249	508.874	69.848	3.979.589	4.927.352	4.958.560	31.208	4.768.726	4.811.915	43.189	3.822.343	3.853.003	30.660

a.3) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.03.2020					31.12.2019		31.03.2019			
	Valor de Mercado					Total		Total			
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado		
Por Categoria	2.839.542	39.020.289	83.684.453	50.815.328	10.374.434	189.732.116	186.734.046	201.384.073	201.332.216	150.636.444	149.367.136
1 - Títulos para Negociação	812.279	5.742.360	3.345.217	362.958	131.519	10.137.661	10.394.333	5.352.023	5.704.898	7.595.118	8.123.539
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.027.263	28.715.733	66.556.851	46.522.168	9.448.786	155.197.655	153.270.801	172.907.792	173.291.612	123.289.678	122.103.575
3 - Mantidos até o Vencimento	--	4.562.196	13.782.385	3.930.202	794.129	24.396.800	23.068.912	23.124.258	22.335.706	19.751.648	19.140.022

a.4) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

	31.03.2020			31.12.2019			31.03.2019		
	Valor Contábil			Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	45.699.525	142.362.409	188.061.934	40.619.432	161.501.336	202.120.768	30.178.700	119.800.062	149.978.762
Carteira própria	23.560.709	83.479.212	107.039.921	28.787.965	129.719.501	158.507.466	21.362.335	83.716.969	105.079.304
Vinculados a compromissos de recompra	21.159.844	54.903.607	76.063.451	9.074.507	29.726.878	38.801.385	7.513.281	33.533.174	41.046.455
Vinculados à prestação de garantias	978.972	3.979.590	4.958.562	2.756.960	2.054.957	4.811.917	1.303.084	2.549.919	3.853.003

a.5) Resumo da carteira consolidada por categoria

	31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
Por Categoria						
1 - Títulos para Negociação	10.394.333	6%	5.704.898	4%	8.123.539	6%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	153.270.801	82%	173.291.612	86%	122.103.575	81%
3 - Mantidos até o Vencimento	24.396.800	12%	23.124.258	10%	19.751.648	13%
Valor Contábil da Carteira	188.061.934	100%	202.120.768	100%	149.978.762	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(1.327.888)	--	(788.552)	--	(611.626)	--
Valor de Mercado da Carteira	186.734.046	--	201.332.216	--	149.367.136	--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	4.657.128	6.867.269
Títulos de renda fixa	2.901.213	2.814.295
Títulos de renda variável	5.237.207	128.425
Total	12.795.548	9.809.989

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos trimestres findos em 31.03.2020 e 31.03.2019.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 28.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco utiliza derivativo de crédito, na gestão proprietária de suas carteiras, posições e operações, tal como operações de *Credit Linked Notes*, com o objetivo de captar recursos e administrar risco de crédito. Para isto as agências externas fazem uso da modalidade *credit default swap* em mercado de balcão no exterior. Esta modalidade se refere ao acordo entre duas partes para compra ou venda de proteção de crédito em troca de pagamento de taxa de juros periódica.

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 31.03.2020, foi de R\$ 198.092 mil (R\$ 165.812 mil em 31.12.2019 e R\$ 162.426 mil em 31.03.2019).

A exposição de crédito em *swap* totalizou R\$ 426.635 mil em 31.03.2020 (R\$ 477.077 mil em 31.12.2019 e R\$ 409.416 mil em 31.03.2019).

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.03.2020			31.12.2019			31.03.2019		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros									
Compromissos de Compra	17.690.272	--	--	12.958.174	--	--	4.911.054	--	--
DI	4.549.649	--	--	4.439.417	--	--	1.575.545	--	--
Moedas	6.330.035	--	--	8.508.366	--	--	3.254.258	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	--	--	--	76.378	--	--
Libor	6.771.035	--	--	--	--	--	--	--	--
Commodities	39.553	--	--	10.391	--	--	4.873	--	--
Compromissos de Venda	5.982.579	--	--	6.263.653	--	--	11.526.259	--	--
DI	5.619.031	--	--	3.523.785	--	--	1.034.823	--	--
Moedas	191.573	--	--	19.218	--	--	199.712	--	--
T-Note	--	--	--	--	--	--	238.216	--	--
Libor	--	--	--	2.521.629	--	--	9.919.571	--	--
Commodities	171.975	--	--	199.021	--	--	133.937	--	--
Operações a Termo									
Posição Ativa	18.430.627	3.582.954	3.949.968	10.031.354	294.545	323.981	8.326.096	1.091.840	1.134.242
Termo de título	91.640	91.640	91.762	--	--	--	863.512	863.512	863.512
Termo de moeda	18.212.038	3.482.082	3.793.645	9.831.336	276.348	244.461	7.358.155	224.625	262.804
Termo de mercadoria	126.949	9.232	64.561	200.018	18.197	79.520	104.429	3.703	7.926
Posição Passiva	8.176.724	(1.631.919)	(1.864.841)	12.879.633	(489.380)	(404.500)	8.064.277	(1.216.298)	(1.168.859)
Termo de título	91.640	(91.640)	(91.762)	--	--	--	863.512	(863.512)	(863.512)
Termo de moeda	7.922.585	(1.529.504)	(1.639.555)	12.849.084	(486.553)	(394.893)	7.096.222	(338.265)	(285.684)
Termo de mercadoria	162.499	(10.775)	(133.524)	30.549	(2.827)	(9.607)	104.543	(14.521)	(19.663)
Contrato de Opções									
De Compra - Posição Comprada	--	--	--	4.031	152	209	95.237	3.436	1.157
Moeda estrangeira	--	--	--	4.031	152	209	95.237	3.436	1.157
De Venda - Posição Comprada	565.000	183	494	565.000	183	12.612	--	--	--
Índice DI	565.000	183	494	565.000	183	12.612	--	--	--

Por Indexador	31.03.2020			31.12.2019			31.03.2019		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
De Compra - Posição Vendida	32.387	(1.710)	(12.275)	24.865	(1.219)	(1.253)	85.036	(7.465)	(10.099)
Moeda estrangeira	2.672	(179)	(218)	1.635	(43)	(3)	335	(15)	(16)
Pré-fixados	--	--	--	--	(26)	(26)	--	--	--
Índice Bovespa	9	(1)	--	58	(3)	1	48.596	(3.977)	(6.188)
Índice IPCA	7.025	(851)	(824)	6.913	(851)	(895)	34.371	(3.430)	(3.885)
Commodities	22.681	(679)	(11.233)	16.259	(296)	(330)	1.734	(43)	(10)
De Venda - Posição Vendida	1.022.717	(14.410)	(20.721)	1.000.022	(6.736)	(25.134)	282.638	(5.441)	(2.902)
Moeda estrangeira	202.170	(3.016)	(445)	31.995	(904)	(1.131)	105.813	(4.084)	(921)
Índice DI	568.354	(155)	(681)	726.073	(1.069)	(15.069)	159.829	(1.023)	(1.905)
Commodities	252.193	(11.239)	(19.595)	241.954	(4.763)	(8.934)	16.996	(334)	(76)
Contratos de Swap									
Posição Ativa	7.073.427	1.599.642	1.653.370	9.069.206	433.088	466.072	14.353.650	512.745	503.833
DI	60.075	(498)	2.412	526.645	8.103	15.166	444.077	10.932	9.654
Moeda estrangeira	6.996.365	1.600.122	1.650.428	5.730.891	396.165	352.141	12.647.517	479.766	447.881
Pré-fixado	16.987	18	530	2.811.670	28.820	98.765	1.262.056	22.047	46.298
Posição Passiva	13.095.264	(2.481.768)	(2.897.144)	12.497.674	(411.212)	(439.846)	5.894.312	(258.714)	(385.688)
DI	--	--	--	4.694.644	(94.932)	(203.436)	10.000	25	(134)
Moeda estrangeira	12.872.842	(2.473.147)	(2.870.420)	7.471.831	(119.651)	(198.425)	5.455.568	(248.908)	(355.522)
Pré-fixado	183.223	(8.035)	(25.036)	297.199	(196.607)	(35.378)	426.744	(9.831)	(30.027)
IPCA	34.000	(535)	(1.675)	34.000	(22)	(2.607)	2.000	--	(5)
Outros ⁽¹⁾	5.199	(51)	(13)	--	--	--	--	--	--
Outros Derivativos⁽²⁾									
Posição Ativa									
Moeda estrangeira	6.442.556	263.590	213.452	1.483.075	26.210	18.061	7.773.945	299.213	228.438
Posição Passiva									
Moeda estrangeira	1.619.696	(2.997)	(14.496)	6.167.502	(51.396)	(90.879)	107.598	(5.464)	(5.003)

(1) Operação de *credit default swap* (CDS) cujo risco de crédito recebido se refere ao valor nominal de R\$ 5.199 mil. Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relacionado a esta operação.

(2) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Contratos a Termo	5.943.224	9.016.028	6.834.360	4.813.739	26.607.351	22.910.987	16.390.373
Contratos de Futuros	2.676.622	10.836.994	2.989.920	7.169.315	23.672.851	19.221.828	16.437.313
Contratos de Swap	4.725.148	3.982.445	7.061.683	4.399.415	20.168.691	21.566.880	20.247.962
Contratos de Opções	1.248.841	187.251	174.010	10.002	1.620.104	1.593.918	462.911
Outros	2.831.619	4.284.187	946.446	--	8.062.252	7.650.577	7.881.543

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.03.2020)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa					
B3	16.901.816	--	839.874	--	--
Balcão					
Instituições Financeiras	6.771.035	997.202	--	13.346.150	8.062.252
Clientes	--	25.610.149	780.230	6.822.541	--

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Letras Financeiras do Tesouro	1.640.296	5.943.578	1.035.089
Total	1.640.296	5.943.578	1.035.089

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Hedge de risco de mercado			
Instrumentos de Hedge			
Passivo	(869.362)	(41.793)	(95.183)
Swap	(869.362)	(41.793)	(95.183)
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	3.181.831	2.291.874	671.765
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.181.831	2.291.874	671.765
Passivo	(2.270.464)	(2.217.511)	(555.350)
Obrigações por Títulos e Valores mobiliários no exterior	(2.270.464)	(2.217.511)	(555.350)

O Banco utiliza swap (*Cross Currency Interest Rate Swap*) para hedge de captações externas como proteção de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Perdas dos itens objeto de hedge	--	(12.935)
Ganhos dos instrumentos de hedge	--	11.514
Efeito líquido	--	(1.421)
Ganhos dos itens objeto de hedge	821.001	12.304
Perda dos instrumentos de hedge	(818.575)	(12.304)
Efeito líquido	2.426	--

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Operações a Termo	3.276.175	673.793	290.702	33.279	1.099.694	34.548
Contratos de Opções	494	--	12.821	--	1.157	--
Contratos de Swap	1.605.306	48.064	88.397	377.675	218.354	285.479
Outros Derivativos	213.452	--	18.061	--	228.438	--
Total	5.095.427	721.857	409.981	410.954	1.547.643	320.027
Passivo						
Operações a Termo	(1.716.875)	(147.966)	(341.126)	(63.374)	(1.157.794)	(11.065)
Contratos de Opções	(31.757)	(1.239)	(25.208)	(1.179)	(11.381)	(1.620)
Contratos de Swap	(1.708.911)	(1.188.233)	(258.474)	(181.372)	(174.108)	(211.580)
Outros Derivativos	(14.496)	--	(90.879)	--	(5.003)	--
Total	(3.472.039)	(1.337.438)	(715.687)	(245.925)	(1.348.286)	(224.265)

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Swap ⁽¹⁾	(534.880)	361.662
Termo	2.432.994	20.000
Opções	(17.170)	(22)
Futuro	1.529.818	10.224
Outros Derivativos	90.732	77.301
Total	3.501.494	469.165

(1) Em 31.03.2020, inclui montante de R\$ 38 mil de resultado de operação de credit default swap (CDS), cujo mesmo montante impactou o Patrimônio de Referência.

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Ativo			
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação ⁽¹⁾			
Cheques e outros papéis	541.577	2.158	1.692.871
Documentos enviados por outros participantes	1.439.016	--	1.840.266
Transações de Pagamentos			
Aquisição de recebíveis de cartão (Nota 10.a)	6.935.432	4.675.335	4.281.413
Total	8.916.025	4.677.493	7.814.550
Ativo circulante	2.265.618	212.677	4.016.564
Ativo não circulante	6.650.407	4.464.816	3.797.986
Passivo			
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação ⁽¹⁾			
Recebimentos remetidos	1.698.144	--	2.015.834
Cheques e outros papéis	548.650	--	501.089
Demais recebimentos	9.724	1.001	7.740
Total	2.256.518	1.001	2.524.663
Passivo circulante	2.256.518	1.001	2.524.663

(1) Em 31.12.2019, não houve funcionamento do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

b) Créditos Vinculados

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	58.135.290	65.124.107	62.626.839
Depósitos de poupança	35.713.091	35.862.524	34.825.352
Depósitos à vista	13.240.731	12.955.660	13.827.042
Depósitos a prazo	8.801.488	15.870.135	13.552.707
Recursos de microfinanças	161.366	183.424	252.366
Outros	218.614	252.364	169.372
Sistema Financeiro da Habitação	2.460.569	2.431.268	2.634.624
Fundo de compensação de variações salariais	2.953.941	2.910.614	3.365.649
Provisão para perdas em créditos vinculados	(500.467)	(493.202)	(742.262)
Demais	7.095	13.856	11.237
Tesouro Nacional - Crédito Rural	17.085	27.392	26.123
Crédito rural - Proagro	17.085	27.392	26.123
Total	60.612.944	67.582.767	65.287.586
Ativo circulante	60.611.235	67.572.918	65.282.520
Ativo não circulante	1.709	9.849	5.066

c) Resultado das Aplicações Compulsórias

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	462.928	614.440
Depósitos de poupança	311.029	406.653
Exigibilidade sobre recursos a prazo	151.899	207.787
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	43.492	49.704
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	719	897
Reversão/(Provisão) para Desvalorização de Créditos Vinculados	(7.265)	(145.735)
Total	499.874	519.306

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Carteira por Modalidade

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Operações de Crédito	600.760.675	566.632.869	572.260.918
Empréstimos e direitos creditórios descontados	232.893.226	214.293.911	206.462.876
Financiamentos	141.096.604	127.931.373	139.215.710
Financiamentos rurais	172.577.581	169.651.248	170.078.293
Financiamentos imobiliários	53.880.875	54.425.586	56.116.143
Operações de crédito vinculadas a cessão ⁽¹⁾	312.389	330.751	387.896
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	61.158.199	54.520.375	56.410.382
Operações com cartão de crédito	27.739.986	31.069.069	25.822.725
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	18.600.490	12.205.192	17.158.929
Aquisição de recebíveis	8.335.956	5.737.671	5.409.493
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽³⁾	5.607.490	4.522.612	6.837.852
Avais e fianças honrados	353.191	446.862	554.731
Diversos	521.086	538.969	626.652
Operações de Arrendamento Mercantil	187.360	191.311	213.178
Total da Carteira de Crédito	662.106.234	621.344.555	628.884.478
Ativo circulante	190.282.435	174.376.432	248.652.479
Ativo não circulante	471.823.799	446.968.123	380.231.999
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(42.010.318)	(39.799.866)	(34.747.459)
(Provisão para operações de crédito)	(39.915.993)	(37.751.311)	(33.250.658)
(Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito) ⁽⁴⁾	(2.090.461)	(2.044.773)	(1.490.222)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(3.864)	(3.782)	(6.579)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	620.095.916	581.544.689	594.137.019

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

(4) Inclui o valor de R\$ 20 mil em 31.03.2020 (R\$ 21 mil em 31.12.2019 e R\$ 12.472 mil em 31.03.2019) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Receitas de Operações de Crédito	29.838.865	20.665.897
Financiamentos	12.094.667	2.314.075
Empréstimos e direitos creditórios descontados	11.169.329	11.332.283
Financiamentos rurais	2.692.056	2.625.372
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	1.585.228	1.725.098
Financiamentos imobiliários	983.226	1.057.836
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	511.751	833.777
Financiamentos de moedas estrangeiras	403.803	105.217
Financiamentos à exportação	255.862	480.732
Aquisição de recebíveis	69.639	89.809
Adiantamentos a depositantes	48.292	79.397
Avais e fianças honrados	15.607	11.152
Demais	9.405	11.149
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	25.434	30.916
Total	29.864.299	20.696.813

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 7.538 mil no 1º trimestre de 2020 (com impacto no resultado de R\$ 3.953 mil, líquido de tributos) e R\$ 71.317 mil no 1º trimestre de 2019 (com impacto no resultado de R\$ 40.800 mil, líquido de tributos). Os valores contábeis dessas operações eram de R\$ 9.541 mil e R\$ 50.532 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.03.2020	%	31.12.2019	%	31.03.2019	%
Setor Público	70.419.401	10,5	62.401.684	10,0	66.520.360	10,6
Administração pública	53.172.493	8,0	44.830.623	7,2	44.644.163	7,1
Petroleiro	12.142.747	1,8	11.202.797	1,8	13.932.097	2,2
Energia elétrica	4.272.215	0,6	4.586.334	0,7	6.066.247	1,0
Serviços	553.543	0,1	567.709	0,1	743.142	0,1
Demais atividades	278.403	--	1.214.221	0,2	1.134.711	0,2
Setor Privado	591.686.833	89,5	558.942.871	90,0	562.364.118	89,4
Pessoa Física	379.421.544	57,3	373.080.297	60,0	352.102.306	56,0
Pessoa Jurídica	212.265.289	32,2	185.862.574	30,0	210.261.812	33,4
Agronegócio de origem vegetal	32.959.404	5,0	28.982.816	4,7	31.585.275	5,0
Serviços	18.681.869	2,8	16.535.921	2,7	17.365.449	2,8
Transportes	17.000.953	2,6	14.513.945	2,4	16.111.764	2,6
Automotivo	16.343.420	2,5	11.829.036	1,9	14.846.095	2,4
Mineração e metalurgia	15.669.347	2,4	13.215.136	2,1	19.356.948	3,1
Instituições e serviços financeiros	12.524.208	1,9	7.693.137	1,2	7.714.887	1,2
Agronegócio de origem animal	11.611.519	1,8	9.849.103	1,6	15.147.332	2,4
Comércio varejista	11.185.454	1,7	9.518.827	1,5	9.223.877	1,5
Insumos agrícolas	7.737.044	1,2	7.528.519	1,2	8.110.340	1,3
Imobiliário	7.435.334	1,1	7.923.857	1,3	10.245.415	1,6
Combustíveis	7.267.603	1,1	6.755.371	1,1	9.705.775	1,5
Atividades específicas da construção	7.231.278	1,1	6.632.904	1,1	6.604.246	1,1
Energia elétrica	7.111.955	1,1	7.111.590	1,1	7.814.248	1,2
Químico	6.706.941	1,0	6.051.352	1,0	5.498.834	0,9
Comércio atacadista e indústrias diversas	6.377.973	1,0	6.244.586	1,0	5.832.609	0,9
Eletroeletrônico	5.895.371	0,9	5.662.511	0,9	5.266.145	0,8
Têxtil e confecções	5.540.199	0,8	5.344.701	0,9	5.478.807	0,9
Madeireiro e moveleiro	4.194.263	0,6	4.058.347	0,7	3.767.083	0,6
Papel e celulose	3.249.041	0,5	3.252.891	0,5	3.437.046	0,5
Construção pesada	2.224.515	0,3	2.343.976	0,4	2.528.499	0,4
Telecomunicações	2.380.120	0,4	2.128.727	0,3	1.644.187	0,3
Demais atividades	2.937.478	0,4	2.685.321	0,4	2.976.951	0,4
Total	662.106.234	100,0	621.344.555	100,0	628.884.478	100,0

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vencidas												
01 a 30	17.104.429	5.697.221	13.592.364	8.267.318	1.446.578	103.891	61.951	45.650	223.552	46.542.954	42.340.964	45.161.954
31 a 60	13.192.108	3.690.744	5.292.261	2.481.320	743.780	80.825	22.095	20.710	179.163	25.703.006	20.514.037	25.974.768
61 a 90	10.963.036	3.770.237	4.839.756	2.416.123	232.902	199.559	24.977	20.823	238.212	22.705.625	17.272.575	23.497.501
91 a 180	28.654.727	10.035.193	12.726.844	6.037.270	967.583	311.799	93.865	60.322	949.692	59.837.295	56.113.551	56.264.036
181 a 360	42.595.695	8.070.940	21.165.550	8.996.007	1.293.521	518.450	101.964	221.287	941.535	83.904.949	87.660.025	79.259.518
Acima de 360	215.677.426	38.408.721	88.042.565	25.760.971	5.061.394	4.158.416	823.834	2.884.888	8.076.993	388.895.208	365.897.883	370.498.136
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	232.965	1.934.682	232.602	134.879	37.333	12.813	4.347	4.069	201.961	2.795.651	1.910.187	2.264.353
Subtotal	328.420.386	71.607.738	145.891.942	54.093.888	9.783.091	5.385.753	1.133.033	3.257.749	10.811.108	630.384.688	591.709.222	602.920.266
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vencidas												
01 a 30	--	--	49.423	276.974	124.515	44.090	35.504	35.638	239.501	805.645	645.474	728.071
31 a 60	--	--	28.258	77.283	58.137	24.897	9.241	27.214	159.384	384.414	346.290	344.905
61 a 90	--	--	28.555	67.844	53.709	23.645	18.241	17.767	174.036	383.797	326.494	314.053
91 a 180	--	--	72.689	170.968	149.435	87.094	50.159	47.397	468.401	1.046.143	969.350	871.605
181 a 360	--	--	163.326	314.522	313.200	152.165	98.332	208.481	1.009.853	2.259.879	2.031.623	1.800.834
Acima de 360	--	--	1.815.922	1.915.084	1.475.245	1.254.785	655.140	3.471.972	8.565.800	19.153.948	18.012.638	14.578.434
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	7.485	24.062	20.139	7.522	14.850	3.749	59.188	136.995	120.054	182.274
15 a 30	--	--	217.206	174.983	73.724	16.778	7.189	22.415	105.794	618.089	517.892	447.408
31 a 60	--	--	23.566	361.252	113.318	40.895	26.311	133.897	410.439	1.109.678	976.393	853.009
61 a 90	--	--	--	28.191	330.632	29.275	15.793	58.337	263.677	725.905	601.543	729.282
91 a 180	--	--	--	18.365	59.380	241.807	176.505	256.652	800.984	1.553.693	1.568.735	1.497.818
181 a 360	--	--	--	--	--	102.310	111.899	103.684	2.020.286	2.338.179	2.524.225	1.969.503
Acima de 360	--	--	424	--	--	33.694	74.923	170.374	925.766	1.205.181	994.622	1.647.016
Subtotal	--	--	2.406.854	3.429.528	2.771.434	2.058.957	1.294.087	4.557.577	15.203.109	31.721.546	29.635.333	25.964.212
Total	328.420.386	71.607.738	148.298.796	57.523.416	12.554.525	7.444.710	2.427.120	7.815.326	26.014.217	662.106.234	621.344.555	628.884.478

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.03.2020				31.12.2019				31.03.2019			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		328.420.386	--	--	--	294.239.332	--	--	--	313.618.272	--	--	--
A	0,5	71.607.738	358.039	49.061	407.100	66.827.896	334.139	41.956	376.095	70.281.884	351.409	47.845	399.254
B	1	148.298.796	1.482.988	542.800	2.025.788	150.152.446	1.501.524	543.278	2.044.802	138.767.800	1.387.678	479.945	1.867.623
C	3	57.523.416	1.725.702	1.429.421	3.155.123	58.086.001	1.742.580	1.382.759	3.125.339	55.093.130	1.652.794	1.168.703	2.821.497
D	10	12.554.525	1.255.453	205.608	1.461.061	9.997.194	999.719	196.216	1.195.935	10.251.923	1.025.192	162.610	1.187.802
E	30	7.444.710	2.233.413	22.513	2.255.926	6.819.860	2.045.958	8.699	2.054.657	12.946.517	3.883.955	6.873	3.890.828
F	50	2.427.120	1.213.560	5.791	1.219.351	3.780.796	1.890.398	5.939	1.896.337	4.607.542	2.303.771	45.663	2.349.434
G	70	7.815.326	5.470.728	1.024	5.471.752	7.784.871	5.449.410	1.132	5.450.542	3.637.063	2.545.944	4.730	2.550.674
H	100	26.014.217	26.014.217	--	26.014.217	23.656.159	23.656.159	--	23.656.159	19.680.347	19.680.347	--	19.680.347
Total		662.106.234	39.754.100	2.256.218	42.010.318	621.344.555	37.619.887	2.179.979	39.799.866	628.884.478	32.831.090	1.916.369	34.747.459

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Saldo Inicial	39.799.866	34.350.503
Constituição/(reversão)	6.476.507	4.850.697
Provisão mínima requerida	6.400.268	5.221.843
Provisão complementar ⁽¹⁾	76.239	(371.146)
Variação cambial - provisões no exterior	153.563	(25.197)
Baixas para prejuízo	(4.419.618)	(4.428.544)
Saldo Final	42.010.318	34.747.459

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Saldo Inicial	2.195.153	2.418.364
Constituição/(reversão)	123.705	114.876
Variação cambial - provisões no exterior	12.055	(463)
Baixas para prejuízo/outros ajustes	319	--
Saldo Final	2.331.232	2.532.777

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Até 1 ano ⁽¹⁾	97.402	98.526	104.175
De 1 a 5 anos	89.927	92.781	109.003
Acima de 5 anos	31	4	--
Total a Valor Presente	187.360	191.311	213.178

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Receitas de Arrendamento Mercantil	25.434	30.916
Arrendamento financeiro	25.434	30.916
Despesas de Arrendamento Mercantil	(17.660)	(18.495)
Arrendamento financeiro	(17.484)	(18.199)
Arrendamento operacional	(175)	(282)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(1)	(14)
Total	7.774	12.421

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.03.2020	% da Carteira	31.12.2019	% da Carteira	31.03.2019	% da Carteira
Maior Devedor	13.346.327	2,0	12.112.454	1,9	14.828.412	2,4
10 Maiores devedores	68.996.239	10,4	58.823.503	9,5	64.415.921	10,2
20 Maiores devedores	89.523.301	13,5	76.023.142	12,2	86.373.976	13,7
50 Maiores devedores	122.327.094	18,5	101.665.529	16,4	120.289.593	19,1
100 Maiores devedores	144.893.515	21,9	119.396.953	19,2	142.578.641	22,7

k) Créditos Renegociados

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Créditos Renegociados no Período	21.685.714	16.821.688
Renegociados por atraso ⁽¹⁾	3.865.681	2.336.237
Renovados ⁽²⁾	17.820.033	14.485.451
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso		
Saldo Inicial	23.657.317	22.874.209
Contratações ⁽¹⁾	3.865.681	2.336.237
(Recebimento) e apropriação de juros	(2.350.031)	(842.544)
Baixas para prejuízo	(911.184)	(1.641.240)
Saldo Final ⁽³⁾	24.261.783	22.726.662
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	13.348.137	12.228.908
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	55,0%	53,8%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	3.587.618	3.650.073
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	14,8%	16,1%

(1) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(2) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(3) Inclui o valor de R\$ 30.916 mil (R\$ 43.881 mil em 31.03.2019) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 8.462.610 mil (R\$ 10.361.646 mil em 31.03.2019) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Créditos contratados a liberar	124.625.701	121.903.680	119.319.484
Garantias prestadas ⁽¹⁾	9.772.867	7.993.661	6.453.776
Créditos de exportação confirmados	360.490	275.571	265.716
Créditos abertos para importação contratados	459.349	375.438	519.582
Recursos vinculados	109.086	92.698	1.379.540

(1) O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.f).

m) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		229.452	397.271	1.198.476
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016	228.107	394.530	1.189.720
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	1.345	2.741	8.756
Financiamentos		1.377.829	1.555.034	2.097.064
Proger Urbano Investimento	18/2005	1.207.536	1.360.858	1.829.481
FAT Taxista	02/2009	155.246	174.361	227.610
FAT Turismo - Investimento	01/2012	12.475	15.720	29.984
Proger Exportação	27/2005	2.572	4.095	9.989
Financiamentos Rurais		5.513	5.619	10.072
Pronaf Investimento	05/2005	4.217	4.303	7.005
Proger Rural Investimento	13/2005	1.012	1.029	2.500
Pronaf Custeio	04/2005	279	283	556
Proger Rural Custeio	02/2006	5	4	11
Total		1.612.794	1.957.924	3.305.612

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 - CARTEIRA DE CÂMBIO
a) Composição

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	25.283.394	15.277.485	21.312.597
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	64.180	49.759	48.104
Direitos sobre vendas de câmbio	13.733.532	16.082.318	16.683.895
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(12.583.581)	(15.424.590)	(13.298.149)
Valores em moedas estrangeiras a receber	1.395	1.154	5.825
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	317.925	259.488	311.277
Total	26.816.845	16.245.614	25.063.549
Ativo circulante	26.815.259	16.239.941	25.032.626
Ativo não circulante	1.586	5.673	30.923
Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar	17.665.627	16.443.778	17.480.761
(Importação financiada)	(2.547)	(1.070)	(442)
Obrigações por compras de câmbio	21.463.674	15.115.959	20.818.447
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(17.867.892)	(11.693.795)	(16.436.002)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	66.455	52.511	53.714
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	5.739	7.533	7.067
Total	21.331.056	19.924.916	21.923.545
Passivo circulante	21.331.056	10.417.248	17.152.693
Passivo não circulante	--	9.507.668	4.770.852
Carteira de Câmbio Líquida	5.485.789	(3.679.302)	3.140.004
Contas de Compensação			
Créditos abertos para importação	595.761	464.074	688.264
Créditos de exportação confirmados	360.490	275.571	265.716

b) Resultado de Operações de Câmbio

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Receitas de câmbio	8.619.979	2.727.027
Despesas de câmbio	(8.110.133)	(2.554.563)
Resultado de Operações de Câmbio	509.846	172.464

12 - OUTROS CRÉDITOS
a) Créditos Específicos

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional ⁽¹⁾	392.414	392.414	392.414
Outros	494	494	493
Total	392.908	392.908	392.907
Ativo circulante	494	494	493
Ativo não circulante	392.414	392.414	392.414

(1) Créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.e).

b) Diversos

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 24.e)	62.118.915	59.462.932	39.010.234
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 27.g.1)	33.524.339	33.465.646	37.255.622
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	27.739.986	31.069.069	25.822.725
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 27.h.1)	19.199.982	19.121.031	18.785.681
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 26.f)	9.598.218	9.572.386	9.642.979
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.765.338	9.372.637	9.454.779
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽¹⁾	5.607.490	4.522.612	6.837.852
Devedores diversos - país	2.480.485	2.126.099	2.493.281
Títulos e créditos a receber - outros	1.905.431	1.710.874	2.177.596
Aquisição de recebíveis	1.400.525	1.062.336	1.128.081
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional ⁽²⁾	785.377	788.948	763.539
Devedores diversos - exterior	676.196	399.648	340.634
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.º 8.427/1992	539.609	1.306.279	839.822
Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras	455.043	377.360	298.871
Ativos atuariais (Nota 26.e)	269.085	160.728	3.966.701
Valores a receber de sociedades ligadas	183.849	164.729	128.611
Adiantamentos e antecipações salariais	147.008	175.252	188.255
Devedores por depósitos em garantia - outros	56.221	43.360	99.334
Devedores por compra de valores e bens	1.433	1.501	2.897
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal	131	131	253.950
Outros	241.258	232.020	256.886
Total	175.695.919	175.135.578	159.748.330
Ativo circulante	103.460.680	106.924.593	101.771.024
Ativo não circulante	72.235.239	68.210.985	57.977.306

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). O Banco ainda detém créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, no montante de R\$ 133.574 mil, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.e).

13 - OUTROS VALORES E BENS

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Bens Não de Uso Próprio	722.862	703.302	521.075
Imóveis	326.035	326.113	305.892
Imóveis habitacionais	389.742	371.214	204.627
Máquinas e equipamentos	1.121	1.121	1.471
Veículos e afins	336	336	336
Outros	5.628	4.518	8.749
Material em Estoque	62.453	56.743	60.565
Subtotal	785.315	760.045	581.640
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(156.659)	(156.736)	(161.720)
Despesas Antecipadas	330.786	308.924	306.322
Pessoal e outras administrativas	161.240	176.362	162.487
Dependências externas	64.156	65.469	55.077
Despesas tributárias	53.920	36	53.365
Prêmios de seguros a apropriar	29.083	48.678	11.816
Promoções e relações públicas	12.565	--	11.376
Aluguéis	1.418	1.864	3.200
Prêmios por créditos adquiridos ⁽²⁾	7	12	61
Outros	8.397	16.503	8.940
Total	959.442	912.233	726.242
Ativo circulante	941.718	900.413	711.185
Ativo não circulante	17.724	11.820	15.057

(1) O BB Consolidado reconheceu, no 1º Trimestre/2020, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 1.419 mil (despesa de provisão no valor de R\$ 6.460 mil no 1º Trimestre/2019).

(2) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

14 - INVESTIMENTOS
a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas em Conjunto

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido - 1º Trimestre/2020	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2019	Movimentações - 1º Trimestre/2020			Saldo contábil		Resultado de equivalência 1º Trimestre/2019
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência	31.03.2020	31.03.2019	
No País							14.356.662	(838.753)	44.445	668.758	14.231.112	16.132.638	1.019.793
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	8.130.372	10.013.564	221.165	26.880.148	25.815.588	50,00%	4.949.987	(12.521)	(46.739)	110.934	5.001.661	4.894.038	168.093
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	12.155.540	117.039	2.397.200	1.198.600	30,00%	3.668.271	(56.721)	--	35.112	3.646.662	3.652.812	40.328
Cielo S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾	5.700.000	10.663.182	159.480	778.320	--	28,73%	3.121.102	(35.519)	85.571	48.481	3.219.635	2.983.988	156.830
BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg ⁽⁵⁾	1.469.848	1.417.183	328.314	925.804	1.851.238	74,99%	1.171.609	(298.010)	(57.055)	246.202	1.062.746	1.236.384	229.552
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽²⁾⁽⁵⁾	1.729.259	3.199.951	164.083	572	1.145	75,00%	2.426.192	(185.335)	(902)	120.050	2.360.005	2.190.242	286.907
Neoenergia S.A. ⁽⁶⁾	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.794.929	45.616
Elo Participações S.A. ⁽⁷⁾	1.052.000	2.696.556	161.019	525.895	--	49,99%	1.429.932	(228.034)	2.679	77.753	1.282.330	1.223.500	62.990
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁵⁾	231.264	451.967	37.874	107.989	107.989	66,66%	321.183	(22.613)	(22.536)	25.247	301.281	267.865	21.412
Outras Participações ⁽⁸⁾							184.405	--	54.476	4.979	243.860	758.194	8.065
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							(1.561)	--	--	--	(1.561)	135.285	--
Resultado não realizado ⁽⁹⁾							(2.914.458)	--	28.951	--	(2.885.507)	(3.004.599)	--
No Exterior							333.720	--	58.937	--	392.657	488.954	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							333.720	--	58.937	--	392.657	488.954	--
Total das Participações em Coligadas e Controladas em Conjunto							14.690.382	(838.753)	103.382	668.758	14.623.769	16.621.592	1.019.793
(Provisão para perdas)							(22.240)	--	911	--	(21.329)	(58.706)	(18.244)

(1) Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o BB Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,11%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Investimento alienado em junho de 2019.

(7) A equivalência patrimonial da Elo Participações S.A. é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01.11.2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

(8) Inclui a alienação do investimento no IRB-Brasil Resseguros, ocorrida em julho de 2019.

(9) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

b) Informações Financeiras Resumidas das Coligadas e Controladas em Conjunto e não Ajustadas pelos Percentuais de Participação Detidos pelo Banco

Balço Patrimonial	31.03.2020						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	290.090.600	108.071.811	12.597.627	13.961.617	86.132.712	16.360.467	527.214.834
Disponibilidades	6.629	574.086	348	19.276	46.909	899.298	1.546.546
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	6.777.273	150.058	--	2.136.152	21.428	9.084.911
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	288.429.277	37.293.810	2.217.486	6.017.009	7.565.516	8.267.975	349.791.073
Operações de Crédito	--	47.550.104	--	--	--	--	47.550.104
Outros créditos e outros valores e bens	1.428.960	13.641.290	602.352	7.750.804	64.658.129	4.502.707	92.584.242
Permanente	225.734	2.235.248	9.627.383	174.528	11.726.006	2.669.059	26.657.958
Passivo Total	286.890.649	98.058.247	442.087	12.544.434	74.469.530	12.027.192	485.432.139
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	85.215.022	--	--	62.078.211	15.000	147.308.233
Outras Obrigações	286.890.649	12.843.225	442.087	12.544.434	13.391.319	12.012.192	338.123.906
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	286.795.358	--	--	9.694.675	--	7.863.074	304.184.970
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.247.094	--	--	--	--	18.128
Demais	95.291	9.596.131	442.087	2.849.759	13.391.319	4.149.118	33.920.808
Patrimônio Líquido	3.199.951	10.013.564	12.155.540	1.417.183	10.663.182	4.333.275	41.782.695
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,73%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	2.399.803	5.006.782	3.646.662	1.062.746	3.063.383	2.103.624	17.283.000
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	392.657	391.096
Outros valores ⁽¹⁾	(39.798)	(5.121)	(2.885.507)	--	156.252	(276.153)	(3.050.327)
Saldo do investimento	2.358.444	5.001.661	761.155	1.062.746	3.219.635	2.220.128	14.623.769

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	1º Trimestre/2020						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	(112.778)	582.617	--	95.071	167.656	46.173	778.739
Receitas de prestação de serviços	711.337	136.307	727.517	--	1.351.282	899.504	3.825.947
Outras despesas administrativas	(54.927)	(359.483)	(218.930)	(62.143)	(154.800)	(655.357)	(1.505.640)
Outras receitas/despesas operacionais	(264.685)	(451.254)	(329.862)	430.397	(1.110.576)	(653)	(1.726.633)
Resultado não operacional	--	(2.848)	--	203	(2.419)	(13.464)	(18.528)
Resultado antes da tributação	278.947	(94.661)	178.725	463.528	251.143	276.203	1.353.885
Tributação sobre o lucro e participações	(114.864)	315.826	(61.686)	(135.214)	(91.663)	(43.912)	(131.513)
Lucro Líquido	164.083	221.165	117.039	328.314	159.480	232.291	1.222.372
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,73%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	123.054	110.583	35.112	246.202	45.816	117.141	677.908
Outros valores ⁽¹⁾	(3.004)	351	--	--	2.665	(9.162)	(9.150)
Resultado de equivalência patrimonial	120.050	110.934	35.112	246.202	48.481	107.979	668.758

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Balço Patrimonial	31.12.2019						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	295.002.727	96.885.219	12.990.633	14.646.376	94.882.641	17.378.609	531.786.205
Disponibilidades	3.474	271.869	623	14.931	93.247	1.060.726	1.444.870
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	3.830.434	125.350	--	--	28.943	3.984.727
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	292.318.871	29.392.863	2.188.724	7.203.815	8.065.191	8.888.013	348.057.477
Operações de Crédito	--	46.168.114	--	--	--	--	46.168.114
Outros créditos e outros valores e bens	2.452.332	15.058.340	955.022	7.192.984	75.378.931	5.045.070	106.082.679
Permanente	228.050	2.163.599	9.720.914	234.646	11.345.272	2.355.857	26.048.338
Passivo Total	291.718.527	86.974.296	763.062	13.084.022	84.049.732	12.227.885	488.817.524
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	72.533.804	--	--	70.311.923	15.000	142.860.727
Outras Obrigações	291.718.527	14.440.492	763.062	13.084.022	13.737.809	12.212.885	345.956.797
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	289.811.313	--	--	9.654.221	--	8.587.810	305.077.843
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.247.094	--	--	--	--	3.247.094
Demais	1.907.214	11.193.398	763.062	3.429.801	13.737.809	3.625.075	37.631.860
Patrimônio Líquido	3.284.200	9.910.923	12.227.571	1.562.354	10.832.909	5.150.724	42.968.681
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,69%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	2.462.986	4.955.462	3.668.271	1.171.609	3.108.124	2.347.025	17.713.477
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	333.720	332.159
Outros valores ⁽¹⁾	(36.794)	(5.475)	(2.914.458)	--	12.978	(411.505)	(3.355.254)
Saldo do investimento	2.424.631	4.949.987	753.813	1.171.609	3.121.102	2.269.240	14.690.382

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Balço Patrimonial	31.03.2019						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	267.321.332	93.417.091	12.596.438	13.380.385	85.426.220	51.847.519	523.988.985
Disponibilidades	7.099	156.794	158	40.548	27.749	818.935	1.051.284
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	9.923.564	278.879	--	8.424	5.911.242	16.122.109
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	264.759.878	23.960.732	1.723.720	6.202.921	7.733.068	9.201.961	313.582.280
Operações de Crédito	--	43.274.482	--	--	--	50.119	43.324.601
Outros créditos e outros valores e bens	2.317.725	13.590.335	587.829	6.896.443	66.538.440	15.227.168	105.157.939
Permanente	236.630	2.511.184	10.005.852	240.473	11.118.539	20.638.094	44.750.771
Passivo Total	264.353.790	83.629.016	420.398	11.731.653	74.448.720	26.106.745	460.690.322
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	66.527.884	--	--	61.435.290	792.595	128.755.769
Outras Obrigações	264.353.790	17.101.132	420.398	11.731.653	13.013.430	25.314.150	331.934.553
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	262.782.911	--	--	9.388.254	--	17.809.435	289.980.600
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.029.321	--	--	--	3.471.974	6.501.295
Demais	1.570.879	14.071.811	420.398	2.343.399	13.013.430	4.032.741	35.452.658
Patrimônio Líquido	2.967.542	9.788.075	12.176.040	1.648.732	10.977.500	25.740.774	63.298.663
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,68%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	2.225.508	4.894.038	3.652.812	1.236.384	3.148.874	4.313.109	19.470.725
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	121.912	503.888	624.239
Outros valores ⁽¹⁾	(35.266)	--	--	--	(164.886)	(3.273.220)	(3.473.372)
Saldo do investimento	2.188.681	4.894.038	3.652.812	1.236.384	3.105.900	1.543.777	16.621.592

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	1º Trimestre/2019						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	274.599	723.101	--	205.090	226.486	577.792	2.007.069
Receitas de prestação de serviços	671.347	116.960	724.712	--	1.627.286	843.879	3.984.184
Outras despesas administrativas	(67.431)	(330.271)	(216.028)	(60.310)	(190.508)	(784.661)	(1.649.208)
Outras receitas/despesas operacionais	(239.499)	54.212	(301.344)	319.568	(912.517)	472.234	(607.348)
Resultado não operacional	(10)	1.186	--	(6)	(1.286)	8.612	8.497
Resultado antes da tributação	639.005	565.188	207.340	464.342	749.461	1.117.857	3.743.194
Tributação sobre o lucro e participações	(256.935)	(229.169)	(72.914)	(157.400)	(204.109)	(128.835)	(1.049.362)
Lucro Líquido	382.071	336.019	134.426	306.942	545.353	989.107	2.693.831
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,68%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	286.534	168.010	40.328	230.176	156.433	189.934	1.071.416
Outros valores ⁽¹⁾	373	83	--	(624)	397	(51.851)	(51.623)
Resultado de equivalência patrimonial	286.907	168.093	40.328	229.552	156.830	138.083	1.019.793

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

c) Outros Investimentos

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Investimentos por incentivos fiscais	63.856	63.856	56.051
Títulos patrimoniais	57	57	57
Ações e cotas	86.257	84.514	84.290
Outros investimentos	3.995	3.709	3.763
Outras participações no exterior	193.902	155.220	129.356
Total	348.067	307.356	273.517
(Provisão para perdas)	(16.082)	(16.049)	(14.856)

d) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Saldo Inicial	333.720	761.060
Amortizações ⁽¹⁾	(7.012)	(61.516)
Variação cambial ⁽²⁾	65.949	(72.143)
Saldo Final	392.657	627.401

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre o ágio do Banco Patagonia.

e) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Banco Patagonia ⁽¹⁾	22.767	30.356	30.356	263.170	346.649
Efeitos tributários ⁽²⁾	(10.245)	(13.660)	(13.660)	(118.427)	(155.992)
Total Líquido	12.522	16.696	16.696	144.743	190.657

(1) O ágio a ser amortizado não considera o montante de R\$ 46.008 mil referente ao ativo intangível de vida útil indefinida e outros ativos não passíveis de amortização.

(2) 25% de IRPJ e 20% de CSLL para as empresas financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Valor Recuperável dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos e 6 meses, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Patagonia	7,0%	30,2%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos trimestres apresentados, não houve reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual de depreciação	31.12.2019	1º Trimestre/2020		31.03.2020			31.03.2019	
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Desvalorização acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.428.856	86.465	(99.522)	8.105.931	(4.667.798)	(22.334)	3.415.799	3.473.774
Móveis e equipamentos	10%	1.719.029	11.561	(78.074)	3.753.278	(2.100.599)	(163)	1.652.516	1.496.658
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	1.362.266	75.213	(120.262)	4.171.967	(2.854.314)	(436)	1.317.217	1.317.897
Imobilizações em curso	--	661.397	(2.575)	--	658.822	--	--	658.822	563.735
Terrenos	--	331.208	778	--	332.311	--	(325)	331.986	337.569
Instalações	10%	152.410	(480)	(7.301)	1.023.809	(879.180)	--	144.629	153.457
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	222.350	(17.097)	(11.381)	646.996	(453.120)	(4)	193.872	228.313
Veículos	10%	4.284	234	(301)	11.340	(7.123)	--	4.217	4.681
Imobilizado em estoque	--	895	(8)	--	887	--	--	887	1.654
Total		7.882.695	154.091	(316.841)	18.705.341	(10.962.134)	(23.262)	7.719.945	7.577.738

16 - INTANGÍVEL
a) Movimentação e Composição

	Taxa anual de amortização	31.12.2019	1º Trimestre/2020					31.03.2020			31.03.2019	
		Saldo contábil	Aquisições	Varição cambial	Baixas	Amortização	Perda por desvalorização ⁽²⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Desvalorização acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	Contrato	3.257.872	930.560	--	--	(346.276)	--	7.853.392	(3.006.036)	(1.005.200)	3.842.156	3.108.404
Softwares	10%	2.632.460	269.787	44.150	(136.847)	(92.478)	7	5.351.988	(2.634.895)	(14)	2.717.079	2.294.588
Outros ativos intangíveis	Contrato	30.217	--	--	--	(8.947)	--	38.597	(12.866)	(4.461)	21.270	74.015
Total		5.920.549	1.200.347	44.150	(136.847)	(447.701)	7	13.243.977	(5.653.797)	(1.009.675)	6.580.505	5.477.007

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Os valores das perdas por desvalorização são registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

b) Estimativa de Amortização

	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Valores a amortizar	1.614.374	1.313.281	927.455	654.206	610.161	1.461.028	6.580.505

17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO
a) Depósitos

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Depósitos à Vista	72.141.920	71.066.575	66.426.318
Pessoas físicas	39.463.006	37.199.373	35.352.736
Pessoas jurídicas	21.324.433	22.098.179	17.823.320
Governos	1.625.532	2.020.811	1.470.022
Vinculados	7.525.428	7.500.959	9.612.576
Moedas estrangeiras	878.002	648.824	681.193
Ligadas	145.470	323.618	346.345
Instituições do sistema financeiro	593.667	466.974	506.033
Especiais do Tesouro Nacional	297.420	170.968	306.486
Domiciliados no exterior	42.770	84.075	89.721
Outros	246.192	552.794	237.886
Depósitos de Poupança	181.647.716	180.942.854	174.155.762
Pessoas físicas	174.723.345	174.201.660	166.858.048
Pessoas jurídicas	6.499.538	6.355.740	6.889.484
Ligadas	408.435	368.622	393.015
Instituições do sistema financeiro	16.398	16.832	15.215
Depósitos Interfinanceiros	34.713.137	29.128.475	33.760.081
Depósitos a Prazo	242.405.328	232.749.707	225.980.884
Judiciais	151.721.118	154.065.246	154.192.291
Moeda nacional	58.203.524	52.257.226	42.187.946
Moedas estrangeiras	24.567.082	18.399.844	21.961.640
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	2.064.740	2.465.968	3.809.825
Funproger (Nota 17.f)	453.285	456.613	415.592
Garantias de terceiros ⁽¹⁾	1.670.398	1.650.490	1.337.600
Regime especial ⁽²⁾	2.569.273	2.219.742	1.001.174
Outros	1.155.908	1.234.578	1.074.816
Outros Depósitos	228.194	243.169	187.212
Total	531.136.295	514.130.780	500.510.257
Passivo circulante	473.207.563	463.877.736	457.407.927
Passivo não circulante	57.928.732	50.253.044	43.102.330

(1) Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

(2) Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	159.283.484	18.344.124	10.645.154	17.675.372	36.457.194	--	242.405.328	232.749.707	225.980.884
Depósitos de poupança	181.647.716	--	--	--	--	--	181.647.716	180.942.854	174.155.762
Depósitos à vista	72.141.920	--	--	--	--	--	72.141.920	71.066.575	66.426.318
Depósitos interfinanceiros	--	12.104.531	18.812.440	877.816	2.684.749	233.601	34.713.137	29.128.475	33.760.081
Outros depósitos	228.194	--	--	--	--	--	228.194	243.169	187.212
Total	413.301.314	30.448.655	29.457.594	18.553.188	39.141.943	233.601	531.136.295	514.130.780	500.510.257

(1) Inclui o valor de R\$ 54.109.951 mil (R\$ 48.167.226 mil em 31.12.2019 e R\$ 40.829.200 mil em 31.03.2019), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Carteira Própria	76.053.630	43.366.024	42.653.055
Títulos privados	11.323.663	12.957.635	16.250.722
Letras do Tesouro Nacional	--	23.462	22.475
Letras Financeiras do Tesouro	59.156.778	29.347.224	25.057.543
Títulos no exterior	5.573.189	1.037.703	1.322.315
Carteira de Terceiros	411.343.897	360.989.303	440.122.750
Letras Financeiras do Tesouro	341.343.686	333.424.753	337.762.674
Letras do Tesouro Nacional	--	26.514.556	63.818.324
Notas do Tesouro Nacional	70.000.211	1.049.994	38.541.456
Títulos no exterior	--	--	296
Total	487.397.527	404.355.327	482.775.805
Passivo circulante	479.444.066	390.523.489	475.120.441
Passivo não circulante	7.953.461	13.831.838	7.655.364

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Despesas de Captações com Depósitos	(4.848.811)	(6.369.207)
Depósitos de poupança	(1.868.592)	(2.448.757)
Depósitos judiciais	(1.614.024)	(2.483.462)
Depósitos a prazo	(1.159.686)	(1.152.796)
Depósitos interfinanceiros	(206.509)	(284.192)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(4.528.402)	(6.874.368)
Carteira de terceiros	(3.990.751)	(6.190.852)
Carteira própria	(537.651)	(683.516)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	(1.334.179)	(1.853.073)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(679.925)	(1.093.114)
Letras financeiras	(150.478)	(285.760)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(365.899)	(272.875)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(137.877)	(201.324)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽²⁾	(190.406)	(161.041)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ⁽³⁾	(579.093)	(488.739)
Outras	(117.600)	(123.407)
Total	(11.598.491)	(15.869.835)

(1) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 18.

(2) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(3) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		31.03.2020			31.12.2019			31.03.2019		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				651	12.972	13.623	1.484	12.974	14.458	1.163	18.541	19.704
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	7	153	160	13	155	168	51	175	226
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	599	11.778	12.377	1.211	11.790	13.001	1.021	16.600	17.621
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	1	1	2	1	3	--	4	4
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	45	1.040	1.085	258	1.028	1.286	91	1.762	1.853
Proger Urbano				415.946	1.425.771	1.841.717	484.478	1.731.421	2.215.899	504.207	2.948.841	3.453.048
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	218.630	1.202.438	1.421.068	224.748	1.338.427	1.563.175	46.292	1.755.368	1.801.660
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	197.316	223.333	420.649	259.730	392.994	652.724	457.915	1.193.473	1.651.388
Outros				40.429	168.971	209.400	43.690	191.921	235.611	75.758	261.317	337.075
Exportação	27/2005	RA	0	2.109	1.376	3.485	4.085	3.019	7.104	1.793	9.772	11.565
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	33.989	155.929	189.918	34.513	173.767	208.280	66.940	222.369	289.309
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	4.331	11.666	15.997	5.092	15.135	20.227	7.025	29.176	36.201
Total				457.026	1.607.714	2.064.740	529.652	1.936.316	2.465.968	581.128	3.228.699	3.809.827

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério da Economia e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat, cujo saldo em 31.03.2020 é de R\$ 453.285 mil (R\$ 456.613 mil em 31.12.2019 e R\$ 415.592 mil em 31.03.2019).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Banco do Brasil						118.905.631	124.672.862	126.504.384
Programa "Global Medium - Term Notes"						15.373.896	14.488.650	13.437.323
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	--	2.067.578	1.969.763
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	--	--	1.096.568
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	5.224.176	4.096.037	3.911.831
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	347.287	367.073	320.493
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	3.980.757	3.049.310	2.982.850
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	247.730	232.007	234.858
	USD	750.000	4,75%	2019	2024	3.898.499	3.058.215	2.920.960
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	467.370	467.185	--
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	466.693	457.127	--
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	741.384	694.118	--
"Senior Notes"						9.527.267	7.311.966	7.150.023
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	9.527.267	7.311.966	7.150.023
Notas Estruturadas						117.513	88.145	81.745
	EUR	18.400	2,11 a 3,55%		2021	107.090	84.097	81.745
	USD	1.000	4,75%		2020	10.423	4.048	--
Certificados de Depósitos⁽²⁾						5.673.763	4.606.715	2.255.356
Curto prazo			0,30 a 3,80%			5.059.740	4.108.987	2.136.004
Longo prazo			1,53 a 3,80%		2023	614.023	497.728	119.352
Certificados de Operações Estruturadas						4.190	18.641	112.490
Curto prazo			3,82% a 8,46% do DI			1.940	16.411	108.325
Longo prazo			8,56 a 10,07% do DI		2022	2.250	2.230	4.165
Letras de Crédito Imobiliário			50,00 a 96,00% do DI TR + 7,7151%			14.640.726	16.992.681	15.835.970
Curto Prazo						2.127.226	3.411.597	5.090.827
Longo Prazo					2026	12.513.500	13.581.084	10.745.143
Letras de Crédito do Agronegócio			70,00 a 99,00% do DI Pré 3,05 a 6,00%			72.835.415	75.882.064	81.959.871
Curto prazo						23.717.331	34.689.326	39.217.823
Longo prazo					2022	49.118.084	41.192.738	42.742.048
Letras Financeiras			98,25 a 102,00% do DI 4,50 a 5,30% + IPCA Pré 7,20 a 8,90%			732.861	5.284.000	5.671.606
Curto prazo						672.336	4.872.746	4.364.298
Longo prazo					2021	60.525	411.254	1.307.308
Banco Patagonia			Pré 25,77 a 45,00% 299 a 417 pontos + Badlar			37.606	69.733	149.848
Curto prazo	ARS					37.606	69.733	108.048
Longo prazo	ARS					--	--	41.800
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior⁽³⁾						6.409.291	4.937.535	3.260.267
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽³⁾		--				--	--	--
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	2019	2024	1.032.184	807.318	--
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	1.041.073	807.466	--
Notas estruturadas ⁽³⁾								
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	2014/2015	2034	2.647.535	2.030.194	1.991.346
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20%	2015	2030	1.688.499	1.292.557	1.268.921
Valor Eliminado na Consolidação⁽⁴⁾						(13.980)	(29.210)	(28.801)
Total						125.338.548	129.650.920	129.885.698
Passivo circulante						31.632.487	49.238.035	54.085.375
Passivo não circulante						93.706.061	80.412.885	75.800.323

(1) Refere-se ao valor outstanding, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD.

(3) As Entidades de Propósito Específico (EPEs) Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (DPR) e Loans Finance Company Limited (LFC) foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman e as obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos pelas mesmas são pagas com recursos acumulados em suas contas. As EPEs não possuem ativos ou passivos relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPEs.

A DPR foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do Banco em Nova Iorque, denominadas em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

A LFC foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) contratação de operações compromissadas com o Banco; (c) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito, que é acionável somente em caso de default do Banco em alguma das obrigações assumidas nas operações compromissadas; e (d) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(4) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
No Exterior	5.028.662	13.110.644	810.365	130.132	19.079.803	17.966.872	19.246.783
Tomados junto a banqueiros no exterior	4.958.515	13.002.991	810.365	130.132	18.902.003	17.869.740	19.140.821
Importação	70.147	107.653	--	--	177.800	97.132	105.962
Total	5.028.662	13.110.644	810.365	130.132	19.079.803	17.966.872	19.246.783
Passivo circulante					18.139.306	15.966.594	17.188.147
Passivo não circulante					940.497	2.000.278	2.058.636

b) Obrigações por Repasses
Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Tesouro Nacional - Crédito Rural		175.125	167.215	114.972
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,60% a.a. (se aplicado)	23.503	16.968	9.835
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou Pré 6,35% a.a.	137.715	136.518	86.674
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	10.770	10.770	10.770
Outros		3.137	2.959	7.693
BNDES	Pré 0,00% a.a. a 8,00% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,50% a.a. a 2,08% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. TLP + 1,30% a.a. a 2,10% a.a.	17.136.278	17.838.581	20.506.549
Caixa Econômica Federal	Pré 4,90% a.a. (média)	30.498.553	30.936.767	29.780.319
Finame	Pré 0,00% a.a. a 9,80% a.a. TJLP + 0,90% a.a. a 4,00% a.a. Var. Camb. + 1,40% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,45% a.a. TLP + 1,42% a.a. a 2,25% a.a.	11.177.616	11.932.325	14.535.063
Outras Instituições Oficiais		10.105	33.854	300.945
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 11,25% a.a. ou FAM + 1,28% a 3,67% a.a. (se aplicado)	10.077	33.826	300.917
Outros		28	28	28
Total		58.997.677	60.908.742	65.237.848
Passivo circulante		36.346.060	37.178.163	37.137.487
Passivo não circulante		22.651.617	23.730.579	28.100.361

Do Exterior

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais	--	--	477
Total	--	--	477
Passivo circulante	--	--	95
Passivo não circulante	--	--	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(13.670.180)	(566.738)
Despesas de Obrigações por Repasses	(9.578.034)	(1.146.643)
Do exterior	(8.828.623)	(244.034)
Caixa Econômica Federal	(391.625)	(374.938)
BNDES	(276.588)	(418.203)
Finame	(70.673)	(74.017)
Tesouro Nacional	(3.491)	(21.069)
Outras	(7.034)	(14.382)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(3.332.887)	(48.087)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1.700.165)	(288.162)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior	4.101.173	79.728
Total	(24.180.093)	(1.969.902)

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e Previdenciárias

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Obrigações legais (Nota 27.h1) ⁽¹⁾	6.571.673	6.571.673	6.571.673
Passivo fiscal diferido (Nota 24.d)	2.545.272	2.069.639	1.579.486
Impostos e contribuições a recolher	1.062.396	1.208.016	1.205.118
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	861.784	2.215.509	552.547
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	571.286	506.284	558.346
Total	11.612.411	12.571.121	10.467.170
Passivo circulante	10.745.090	11.829.118	9.640.272
Passivo não circulante	867.321	742.003	826.898

(1) Referem-se aos prejuízos fiscais de IRPJ e CSLL a compensar/bases negativas de CSLL decorrentes de processo judicial.

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Marinha Mercante	8.383.755	7.663.597	7.940.851
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ⁽¹⁾	7.865.091	4.066.726	2.007.636
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.647.102	1.641.809	1.847.991
Pasep ⁽²⁾	1.455.712	1.374.355	1.477.724
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	1.113.156	1.074.649	1.220.293
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	878.353	879.565	840.193
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	--	--	48.323
Outros	312.474	312.192	50.432
Total	21.655.643	17.012.893	15.433.443
Passivo circulante	9.453.229	8.659.015	8.954.111
Passivo não circulante	12.202.414	8.353.878	6.479.332

(1) A Resolução CMN nº 4.679/2018 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 20.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 7.365.945 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 499.146 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

(2) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Banco do Brasil								
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						26.403.208	29.336.898	29.336.898
Dívidas Subordinadas no Exterior						15.164.050	11.999.497	11.427.493
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	3.467.973	2.724.052	2.597.432
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	7.809.003	6.181.924	5.884.558
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	3.887.074	3.093.521	2.945.503
Letras Financeiras Subordinadas						9.320.010	9.191.328	9.171.256
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	--	--	445.489
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	336.252	330.801	314.188
		540.623	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	983.360	972.139	926.006
		3.868.384	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	7.141.464	7.059.258	6.721.351
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	858.934	829.131	764.222
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						50.887.268	50.527.724	49.935.647
Valores eliminados na consolidação						(55.055)	(40.350)	(40.930)
Total das Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾⁽²⁾						50.832.213	50.487.374	49.894.717
Passivo circulante						11.506.744	332.926	446.393
Passivo não circulante						39.325.469	50.154.448	49.448.324

(1) O montante de R\$ 30.884.339 mil (R\$ 35.796.321 mil em 31.12.2019 e R\$ 36.934.546 mil em 31.03.2019) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

(2) Inclui o montante de R\$ 8.983.758 mil (R\$ 8.860.528 mil em 31.12.2019 e R\$ 8.422.579 mil em 31.03.2019), referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações		Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Bônus Perpétuos							
	USD	861.912	8,50%	10/2009	4.649.842	3.680.805	3.631.442
	USD	1.298.727	9,25%	01 e 03/2012	7.156.385	5.428.215	5.366.890
	USD	1.986.000	6,25%	01/2013	10.600.897	8.101.231	7.949.972
	BRL	8.100.000	5,50% ⁽²⁾	09/2012	8.121.467	8.334.618	8.159.826
	USD	2.164.700	9,00%	06/2014	11.518.842	8.753.627	8.649.554
Total Banco do Brasil					42.047.433	34.298.496	33.757.684
Valores eliminados na consolidação					(26.725)	(6.264)	(25.537)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)	(8.100.000)
Total Consolidado					33.920.708	26.192.232	25.632.147
Passivo circulante					1.044.789	--	142.537
Passivo não circulante					32.875.919	26.192.232	25.489.610

(1) Referem-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 30.256.011 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 25.091.108 mil em 31.12.2019 e R\$ 24.256.957 mil em 31.03.2019), sendo o montante de R\$ 27.943.013 mil (R\$ 21.665.013 mil em 31.12.2019 e R\$ 20.944.762 mil em 31.03.2019) registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 861.912 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (*outstanding value* USD 1.298.727 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.986.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.164.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Operações com cartão de crédito/débito	24.816.440	28.107.235	23.553.022
Passivos atuariais (Nota 26.e)	21.976.207	25.509.836	12.777.412
Obrigações legais – Provisão para riscos fiscais (Nota 27.h1)	12.628.309	12.549.358	11.325.677
Provisões para demandas cíveis (Nota 27.e1)	8.865.061	8.851.582	7.066.572
Credores diversos no país ⁽¹⁾	5.834.294	5.580.480	4.927.791
Provisões para pagamentos a efetuar	4.526.026	4.817.378	4.284.991
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 27.e1)	3.774.452	3.663.769	2.643.234
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	2.270.451	2.104.665	2.446.799
Obrigações por convênios oficiais	1.044.602	1.132.122	1.194.622
Credores diversos no exterior	654.101	519.477	707.541
Credores por recursos a liberar	340.498	443.092	525.868
Provisões para garantias prestadas (Nota 20.f)	439.998	437.136	388.117
Provisão para demandas fiscais (Nota 27.e1)	417.325	415.396	253.931
Obrigações por operações vinculadas a cessão	312.163	330.526	387.671
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	309.035	398.845	363.618
Obrigações por aquisição de bens e direitos	291.916	410.934	293.725
Recursos vinculados a operações de crédito	109.086	92.698	1.379.540
Obrigações por cotas de fundos de investimento	13.133	13.132	12.837
Cooberações em cessões de crédito	470	448	--
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	--	--	166.950
Outras	1.508.523	1.610.359	1.499.905
Total	90.132.090	96.988.468	76.199.823
Passivo circulante	75.296.021	81.339.828	62.215.414
Passivo não circulante	14.836.069	15.648.640	13.984.409

(1) Inclui o montante de R\$ 492.918 mil (R\$ 492.918 mil em 31.12.2019 e R\$ 545.394 mil em 31.03.2019) referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995, cedido por meio da MP nº 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

f) Garantias Financeiras

	31.03.2020		31.03.2019	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.086.901	111.010	1.341.214	119.946
Outras fianças bancárias	4.886.619	2.868	2.745.313	8.357
Outras garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	3.050.121	285.939	1.932.661	202.533
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	330.472	40.068	314.934	57.161
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	--	--	32.000	--
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	282.961	87	14.869	65
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	133.721	26	71.254	55
Outros avais	2.072	--	1.531	--
Total	9.772.867	439.998	6.453.776	388.117

(1) Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Conta corrente	1.917.466	1.849.002
Administração de fundos	1.721.242	1.519.500
Comissões de seguros, previdência e capitalização	969.590	840.897
Rendas de cartões	485.301	520.763
Operações de crédito e garantias prestadas	347.736	403.117
Cobrança	340.149	307.990
Taxas de administração de consórcios	327.747	274.943
Arrecadações	262.268	275.972
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	99.532	102.870
Rendas do mercado de capitais	84.704	150.561
Interbancária	37.362	36.320
Outras	474.203	513.499
Total	7.067.300	6.795.434

b) Despesas de Pessoal

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Proventos	(2.261.535)	(2.301.820)
Provisões administrativas de pessoal	(854.886)	(827.004)
Benefícios	(813.505)	(773.134)
Encargos sociais	(749.859)	(748.412)
Demandas trabalhistas	(342.942)	(378.123)
Previdência complementar	(216.486)	(196.365)
Honorários de diretores e conselheiros	(12.783)	(10.803)
Treinamento	(10.343)	(8.572)
Total	(5.262.339)	(5.244.233)

c) Outras Despesas Administrativas

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Amortização	(454.713)	(467.306)
Aluguéis	(329.084)	(331.284)
Depreciação	(316.841)	(309.902)
Serviços de vigilância e segurança	(285.126)	(281.951)
Serviços de terceiros	(241.350)	(214.224)
Serviços do sistema financeiro	(207.225)	(182.006)
Comunicações	(188.712)	(192.639)
Manutenção e conservação de bens	(186.307)	(188.398)
Transporte	(180.669)	(200.799)
Água, energia e gás	(132.963)	(136.438)
Processamento de dados	(130.429)	(111.577)
Propaganda e publicidade	(90.896)	(89.513)
Serviços técnicos especializados	(84.778)	(87.335)
Promoções e relações públicas	(35.067)	(26.391)
Viagem no país	(20.793)	(20.042)
Material	(20.631)	(21.066)
Outras	(307.506)	(226.560)
Total	(3.213.090)	(3.087.431)

d) Outras Receitas Operacionais

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Recuperação de encargos e despesas	493.302	509.436
Atualização de depósitos em garantia	326.427	556.656
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 26.f)	163.059	276.284
Operações com cartões	149.641	351.752
Reversão de provisões - garantias financeiras prestadas	109.490	24.333
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	69.416	167.295
Reversão de provisões - outras	40.325	85.977
Dividendos recebidos	22.293	4.226
Receitas das empresas controladas não financeiras	21.945	44.616
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	14.851	3.419
Rendas de títulos e créditos a receber	13.127	33.143
Atualização de impostos a compensar	8.795	26.001
Atualização de ativo atuarial	2.865	90.665
Outras	189.690	57.929
Total	1.625.226	2.231.732

e) Outras Despesas Operacionais

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Operações com cartões	(478.668)	(449.316)
Demandas cíveis e fiscais	(456.286)	(1.378.247)
Atualização das obrigações atuariais	(435.468)	(303.153)
Bônus de relacionamento negocial	(301.776)	(329.145)
Descontos concedidos em renegociação	(268.936)	(260.204)
Serviços de terceiros	(229.840)	(270.786)
Despesas das empresas controladas não financeiras	(144.325)	(108.887)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(113.878)	(62.012)
Autoatendimento	(90.362)	(47.753)
Atualização da provisão para depósito judicial (Nota 27.h)	(78.952)	(229.987)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(72.015)	(75.297)
Convênio INSS	(64.429)	(55.775)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(40.661)	(35.334)
Falhas/fraudes e outras perdas	(36.854)	(37.212)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(15.050)	(35.400)
Bônus de adimplência	(10.263)	(47.543)
Outras	(180.622)	(199.093)
Total	(3.018.385)	(3.925.144)

22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Receitas Não Operacionais	80.707	236.198
Ganhos de capital	53.446	50.803
Lucro na alienação de valores e bens	16.363	170.618
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	4.966	6.570
Rendas de aluguéis	2.207	2.679
Ressarcimento de fornecedores	1.191	1.612
Outras rendas não operacionais	2.534	3.916
Despesas Não Operacionais	(33.468)	(158.134)
Perdas de capital	(12.930)	(137.918)
Despesas por desempenho (BB Seguros x Mapfre Brasil)	(9.124)	(1.892)
Desvalorização de outros valores e bens	(6.385)	(13.030)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(3.864)	(5.127)
Outras despesas não operacionais	(1.165)	(167)
Total	47.239	78.064

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	102.220.480	98.895.999	94.521.969
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	35,84	34,68	33,92
Valor de mercado por ação (R\$)	27,89	52,82	48,72
Patrimônio Líquido Consolidado	112.315.324	108.564.894	105.070.032

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 67.000.000 mil (R\$ 67.000.000 mil em 31.12.2019 e 31.03.2019) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.152 mil (R\$ 2.222 mil em 31.03.2019), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No 1º trimestre de 2020, foram realizadas reservas no montante de R\$ 17 mil (R\$ 18 mil no 1º trimestre de 2019) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Reservas de Capital	1.389.887	1.366.443	15.094
Reservas de Lucros	53.291.154	53.814.656	41.049.086
Reserva legal	8.633.464	8.633.464	7.738.497
Reservas Estatutárias	44.283.999	45.181.192	33.310.589
Margem operacional	38.704.004	38.699.369	30.696.061
Equalização de dividendos	5.579.995	6.481.823	2.614.528
Reservas especiais de Lucros	373.691	--	--

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

As Reservas especiais de Lucros têm por finalidade registrar a remuneração do capital não distribuída, obrigatória ou proposta, que não configure obrigação presente na data do balancete ou balanço.

f) Lucro por Ação

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Lucro líquido (R\$ mil)	3.189.276	3.917.522
Número médio ponderado de ações (básico)	2.851.880.199	2.785.988.406
Número médio ponderado de ações (diluído)	2.851.551.217	2.785.891.713
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,12	1,41

O número médio ponderado de ações diluído considera a distribuição futura de ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (Nota 23.n).

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.797/2020, a remuneração do capital foi limitada ao mínimo obrigatório definido no estatuto social (25% do lucro líquido ajustado) e, conforme decisão da administração do Banco, o montante de juros sobre o capital próprio complementares, calculado no 1º trimestre de 2020, foi constituído em Reservas Especiais de Lucros (Nota 23.e).

O total dos juros sobre o capital próprio, no 1º trimestre de 2020, foi de R\$ 891.131 mil (R\$ 1.590.939 mil no 1º trimestre de 2019), proporcionando redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 401.009 mil (R\$ 636.376 mil no 1º trimestre de 2019).

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	517.440	0,181	11.03.2020	31.03.2020
Total destinado aos acionistas	517.440	0,181		
Reservas Especiais de Lucros – Nota 23.e	373.691			
Total de juros sobre o capital próprio	891.131			

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2019				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	435.000	0,156	11.03.2019	29.03.2019
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.155.939	0,415	21.05.2019	31.05.2019
Total destinado aos acionistas	1.590.939	0,571		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido		
	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
BB Banco Múltiplo	3.189.276	3.917.522	102.220.480	98.895.999	94.521.969
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	21.467	59.825	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	(6.062)	27.443	(325.541)	(319.479)	(320.136)
Participação dos não controladores	--	--	2.320.385	1.903.656	2.768.199
Oferta subsequente de ações (<i>follow on</i>)	--	--	--	(15.282)	--
BB Consolidado	3.204.681	4.004.790	112.315.324	108.564.894	105.070.032

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 3 e 23.c).

(2) Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	1º Trimestre/2020				1º Trimestre/2019			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	219.688	(2.047.465)	547.511	(1.280.266)	(1.323.828)	478.573	(103.721)	(948.976)
Subsidiárias no Exterior	39.556	(38.202)	7.887	9.241	2.559	19.915	(4.539)	17.935
Coligadas e controladas	114.142	(384.540)	151.554	(118.844)	(743)	(8.851)	6.552	(3.042)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	(63.523)	31.129	(14.036)	(46.430)	(49.784)	8.750	(3.503)	(44.537)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior								
Subsidiárias no Exterior	(1.493.868)	462.009	--	(1.031.859)	(753.367)	(235.020)	--	(988.387)
Coligadas e controladas	68.932	102.782	(26.080)	145.634	56.760	(110)	36	56.686
Ganhos/ (Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios								
Banco do Brasil	(22.162.506)	3.301.157	(1.488.374)	(20.349.723)	(14.085.713)	--	--	(14.085.713)
Coligadas e controladas	(4.815)	6.787	(1.972)	--	--	--	--	--
Total	(23.282.394)	1.433.657	(823.510)	(22.672.247)	(16.154.116)	263.257	(105.175)	(15.996.034)

j) Participação dos Não Controladores

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido		
	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Banco Patagonia S.A.	52.649	54.543	491.020	360.184	378.266
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	--	--	24	24	26
BB Tecnologia e Serviços	--	2	42	41	37
BB Seguridade S.A.	297.692	335.851	1.829.299	1.543.407	2.389.870
Participação dos não Controladores	350.341	390.396	2.320.385	1.903.656	2.768.199

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.432.708.542	50,0	1.453.493.742	50,7	1.453.493.742	50,7
Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0	1.453.493.742	50,7
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - FND	--	--	20.785.200	0,7	--	--
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	136.471.714	4,8	137.257.114	4,8	151.252.314	5,3
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	13.248.540	0,5	14.459.169	0,5	78.944.518	2,8
Outros acionistas	1.282.988.224	44,7	1.260.206.995	44,0	1.181.726.446	41,2
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.188.889.108	76,4	2.141.139.495	74,7	2.187.100.491	76,3
Residentes no exterior	676.527.912	23,6	724.277.525	25,3	678.316.529	23,7

(1) Inclui, em 31.03.2020, 31.496 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (32.900 em 31.03.2019).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾		
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	3.981	3.581	3
Diretoria Executiva	163.225	77.674	120.429
Comitê de Auditoria	18	18	18

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

I) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (<i>free float</i>) no início do período	1.397.382.845	48,8	1.331.861.026	46,5	1.331.861.026	46,5
Alienação de ações pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - FND	20.785.200		--		--	
Oferta subsequente de ações (<i>follow on</i>)	--		64.000.000		--	
Outras movimentações ⁽¹⁾	1.124.678		1.521.819		997.293	
Ações em circulação (<i>free float</i>) no fim do período ⁽²⁾	1.419.292.723	49,5	1.397.382.845	48,8	1.332.858.319	46,5
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em Tesouraria

Em 03.10.2019, o Banco do Brasil comunicou que foi disponibilizado Prospecto Preliminar da oferta pública de distribuição secundária de 64.000.000 ações ordinárias de emissão do Banco mantidas em tesouraria. Em 23.10.2019, foi comunicado o encerramento da oferta pública de distribuição secundária das ações ordinárias, ao preço de R\$ 44,05 por ação.

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria.

	31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em Tesouraria	13.248.540	100,0	14.459.169	100,0	78.944.518	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	8.075.350	61,0	8.075.350	55,8	8.075.350	10,2
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015) ⁽¹⁾	4.837.557	36,5	5.710.078	39,5	70.504.372	89,3
Programa de Remuneração Variável	335.570	2,5	359.529	2,5	364.733	0,5
Oferta subsequente de ações (<i>follow on</i>)	--	--	314.149	2,2	--	--
Incorporações	63	--	63	--	63	--
Valor contábil	(305.315)		(339.636)		(1.789.754)	

(1) Redução decorrente da alienação de ações em tesouraria.

n) Pagamento Baseado em Ações

Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo BB.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie (CPC 33) e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

A BB DTVM, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2016					
Banco do Brasil	99.348	33,78	79.502	19.846	03/2021
Total de ações a distribuir				19.846	
BB DTVM	10.397	32,84	8.319	2.078	03/2021
Total de ações a distribuir				2.078	
Programa 2017					
Banco do Brasil	193.976	42,65	116.452	38.762	03/2021
				38.762	03/2022
Total de ações a distribuir				77.524	
BB DTVM	20.270	42,65	12.166	4.052	03/2021
				4.052	03/2022
Total de ações a distribuir				8.104	
Programa 2018					
Banco do Brasil	127.860	53,44	51.192	25.556	03/2021
				25.556	03/2022
				25.556	03/2023
Total de ações a distribuir				76.668	
BB DTVM	14.218	53,44	5.692	2.842	03/2021
				2.842	03/2022
				2.842	03/2023
Total de ações a distribuir				8.526	
Programa 2019					
Banco do Brasil	162.641	46,05	32.605	32.509	03/2021
				32.509	03/2022
				32.509	03/2023
				32.509	03/2024
Total de ações a distribuir				130.036	
BB DTVM	15.998	46,07	3.210	3.197	03/2021
				3.197	03/2022
				3.197	03/2023
				3.197	03/2024
Total de ações a distribuir				12.788	

Programa de Desempenho Gratificado (PDG):

O Programa de Desempenho Gratificado (PDG) é uma premiação com periodicidade semestral cujo objetivo é fortalecer a parceria entre o funcionário e o Banco, reconhecimento do esforço dos participantes na construção do resultado e alinhamento dos resultados às estratégias do Banco.

A qualificação e a classificação dos participantes são realizadas por meio de indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseado na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período.

O programa determina que 50% da premiação seja pago por meio de ações do Banco e 50% em cartão Alelo premiação. O preço médio das ações é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No 1º trimestre de 2020 foram distribuídas 693.822 ações em tesouraria (706.751 no 1º trimestre de 2019).

24 - TRIBUTOS
a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Valores Correntes	(801.334)	(780.048)
IR e CSLL no país	(706.973)	(625.254)
Imposto de Renda no exterior	(94.361)	(154.794)
Valores Diferidos	3.008.214	141.523
Passivo Fiscal Diferido	(601.080)	(298.872)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	(915)	2.920
Marcação a mercado	(146.939)	(26.067)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(35.528)	(46.902)
Lucros do exterior	(346.310)	(166.801)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	5.835	(2.059)
Créditos recuperados a prazo	(77.223)	(59.963)
Ativo Fiscal Diferido	3.609.294	440.395
Diferenças temporárias	254.495	43.834
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	3.199.064	499.109
Marcação a mercado	149.009	(102.548)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	6.726	--
Total	2.206.880	(638.525)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Resultado Antes dos Tributos e Participações	1.762.768	5.550.076
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(793.246)	(2.220.030)
Encargos sobre JCP	401.009	636.376
Resultado de participações em coligadas/controladas	300.530	415.215
Participação de empregados no lucro	183.417	203.744
Outros valores ⁽¹⁾	2.115.170	326.169
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	2.206.880	(638.525)

(1) Inclui o montante de R\$ 1.845.528 mil referente ao ganho cambial sobre investimentos no exterior.

c) Despesas Tributárias

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Cofins	(512.269)	(753.730)
ISSQN	(288.748)	(287.760)
PIS/Pasep	(89.854)	(127.828)
Outras	(114.115)	(127.828)
Total	(1.004.986)	(1.297.146)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Decorrentes da marcação a mercado	813.111	882.227	397.776
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	361.318	361.318	316.489
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	714.858	637.634	485.598
Dependências no Exterior	160.177	86.466	98.561
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	16.271	15.356	19.043
Decorrentes de lucros do exterior	346.310	--	166.801
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	80.688	27.632	39.676
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	--	6.467	3.004
Outros	52.539	52.539	52.538
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	2.545.272	2.069.639	1.579.486
Imposto de Renda	1.355.435	1.117.349	957.069
Contribuição Social ⁽¹⁾	1.104.937	862.531	574.552
Cofins	72.613	77.212	41.174
PIS/Pasep	12.287	12.547	6.691

(1) No período de 31.12.2018 a 30.11.2019, os ativos e passivos diferidos foram reconhecidos à alíquota de 15%. A majoração da alíquota de 15% para 20% ajustou esses ativos e passivos em 31.12.2019.

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2019	1º Trimestre/2020		31.03.2020	31.03.2019
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Saldo
Diferenças Temporárias	56.316.276	6.643.506	(7.182.779)	55.777.003	36.488.566
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.403.885	3.118.593	(2.228.879)	29.293.599	21.950.444
Provisões passivas	14.204.233	802.331	(1.859.901)	13.146.663	10.016.878
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	10.136.488	--	(2.547.406)	7.589.082	2.256.059
Marcação a mercado	807.896	767.129	(108.441)	1.466.584	747.324
Outras provisões	2.763.774	1.955.453	(438.152)	4.281.075	1.517.861
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.752	--	(214)	636.538	667.060
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	41.012	185	(2.187)	39.010	56.100
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.468.892	3.198.246	(774)	5.666.364	1.798.508
Total dos Créditos Tributários Ativos	59.462.932	9.841.937	(7.185.954)	62.118.915	39.010.234
Imposto de Renda	32.562.363	4.363.307	(2.828.334)	34.097.336	24.185.264
Contribuição Social ⁽¹⁾	26.822.949	5.408.962	(4.348.240)	27.883.671	14.746.316
Cofins	66.770	59.930	(8.069)	118.631	67.659
PIS/Pasep	10.850	9.738	(1.311)	19.277	10.995

(1) No período de 31.12.2018 a 30.11.2019, os ativos e passivos diferidos foram reconhecidos à alíquota de 15%. A majoração da alíquota de 15% para 20% ajustou esses ativos e passivos em 31.12.2019.

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Créditos tributários no exterior	1.403.196	1.092.996	940.768
Prejuízo fiscal/Base negativa	14.686	16.910	952.623
Diferenças Temporárias	7.040	7.095	1
Total dos Créditos Tributários	1.424.922	1.117.001	1.893.392
Imposto de Renda	892.941	700.742	1.184.792
Contribuição Social	531.981	416.259	708.600

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2019, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2020	17.628.860	17.099.568
Em 2021	17.729.131	16.845.698
Em 2022	17.868.506	16.609.118
Em 2023	4.400.573	3.982.204
Em 2024	748.394	654.783
Em 2025	963.940	771.765
Em 2026	57.365	47.489
Em 2027	19.995	15.748
Em 2028	1.118	629
Em 2029	45.050	34.922
Total de Créditos Tributários em 31.12.2019	59.462.932	56.061.924

No 1º trimestre de 2020, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 7.166.805 mil, correspondente a 41,13% da respectiva projeção de utilização para o período de 2020, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2019.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 27.h), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2019, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporárias ⁽²⁾
Em 2020	8%	31%
Em 2021	13%	31%
Em 2022	16%	31%
Em 2023	23%	5%
Em 2024	23%	1%
A partir de 2025	17%	1%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

25 - PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal-chave da administração**

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Benefícios de curto prazo	19.779	13.740
Honorários e encargos sociais	7.460	7.688
Diretoria Executiva	7.367	7.620
Conselho de Administração	93	68
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	11.330	5.363
Outros ⁽¹⁾	989	689
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	498	168
Remuneração baseada em ações	10.800	15.290
Total	31.077	29.198

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- i. transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- ii. operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- iii. disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;

- iv. contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- v. disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 29.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- vi. aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- vii. aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- viii. cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A; e
- ix. contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em *data center*, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia.

Em 2019, o Banco estabeleceu Teto de Cartão de Crédito PJ para pagamento de contas da Cielo S.A. em condições financeiras usuais de mercado. Em 13.12.2019, o Banco assinou novo contrato temporário de prestação de serviço de correspondente no país com os Correios em substituição ao atual contrato, o qual possuía vencimento em 15.12.2019. Os Correios continuarão disponibilizando atendimento básico de saques, depósitos, consultas e recebimento de contas em parceria com o Banco pelo período de três meses, podendo ser prorrogado por igual período.

O Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF), assinaram Contrato de Abertura de Crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 4.100.200 mil, relativo ao orçamento de 2020.

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das Transações com Partes Relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 8; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 26.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Trimestre/2020, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 77.159 mil (R\$ 44.749 mil no 1º Trimestre/2019).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	1.923.912	1.974.436

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	31.03.2020				
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.212.319	--	351.860	1.564.179
Títulos e valores mobiliários	--	3.478.544	--	565.391	4.043.935
Operações de crédito ⁽⁵⁾	--	5.635.659	3.912	15.794.516	21.434.087
Valores a receber de ligadas	--	280.004	--	9.310	289.314
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.223.622	82.671	--	281.823	2.588.116
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	9.430	--	1.800.746	1.810.176
Passivos					
Depósitos à vista	1.174.821	69.184	1.164	354.739	1.599.908
Depósitos em poupança	718	--	415	240.440	241.573
Depósitos a prazo remunerados	4.347.372	498.430	209	11.878.283	16.724.294
Captações no mercado aberto	42.767	2.486.113	--	27.012.055	29.540.935
Obrigações por empréstimos e repasses	175.125	--	--	58.822.552	58.997.677
Outros passivos ⁽⁸⁾	857.914	10.896.953	15.077	1.528.477	13.298.421
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.010.958	520	714.201	5.725.679
	1º Trimestre/2020				
Receitas da intermediação financeira	511.768	130.043	147	242.257	884.215
Receitas de prestação de serviços	9.689	1.064.305	6	93.532	1.167.532
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	2.042	211.533	--	2.910	216.485
Despesas da intermediação financeira	(62.772)	(5.140)	(143)	(875.386)	(943.441)
Outras despesas	--	(152.028)	--	(235.176)	(387.204)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito possuem R\$ 41 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Houve reversão de provisão de R\$ 1.137 mil no 1º Trimestre/2020.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, geradores de energia elétrica, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Controle conjunto e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 100.969 mil no 1º Trimestre/2020 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.03.2020			31.12.2019			31.03.2019		
	N.º de participantes			N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	95.381	120.369	215.750	95.971	120.303	216.274	99.737	118.643	218.380
Plano de Benefícios 1 - Previ	7.283	100.065	107.348	7.470	100.057	107.527	9.502	98.842	108.344
Plano Previ Futuro	75.380	2.155	77.535	75.735	2.073	77.808	77.012	1.741	78.753
Plano Informal	--	2.661	2.661	--	2.661	2.661	--	2.870	2.870
Outros Planos	12.718	15.488	28.206	12.766	15.512	28.278	13.223	15.190	28.413
Planos de Assistência Médica	96.035	106.620	202.655	96.631	106.837	203.468	101.534	104.510	206.044
Cassi	85.794	100.144	185.938	86.383	100.145	186.528	90.954	97.609	188.563
Outros Planos	10.241	6.476	16.717	10.248	6.692	16.940	10.580	6.901	17.481

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Planos de Aposentadoria e Pensão	408.220	381.358
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	137.227	145.066
Plano Previ Futuro	177.236	165.109
Plano Informal	32.286	34.329
Outros Planos	61.471	36.854
Planos de Assistência Médica	1.268.683	306.856
Cassi ⁽²⁾	1.222.554	268.103
Outros Planos	46.129	38.753
Total	1.676.903	688.214

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 26.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

(2) No 1º Trimestre/2020, inclui contribuições retroativas a janeiro/2019, referentes à taxa de administração temporária e contribuição patronal sobre dependentes (Nota 29.j).

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) estão estimadas em R\$ 840.710 mil para o 1º Semestre/2020 e R\$ 1.789.701 mil para o Exercício/2020.

Valores Reconhecidos no Resultado

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Planos de Aposentadoria e Pensão	(443.049)	(201.183)
Plano de Benefícios 1 - Previ	(180.184)	47.032
Plano Previ Futuro	(177.236)	(165.109)
Plano Informal	(33.677)	(26.010)
Outros Planos	(51.952)	(57.096)
Planos de Assistência Médica	(893.025)	(392.162)
Cassi	(846.930)	(349.693)
Outros Planos	(46.095)	(42.469)
Total	(1.336.074)	(593.345)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 26.d.4.

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes), mais uma taxa de administração temporária, correspondente a 10% sobre o somatório das contribuições patronais e pessoais (titulares em atividade), até 2021.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31.12.2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01.01.2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fuscsc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 4,55% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 11,72%, e dos patrocinadores 7,17%. Os beneficiários também contribuem com 0,99% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fuscsc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2019 e 31.12.2018, exceto quando indicado de outra forma.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo Inicial	(172.028.674)	(155.258.787)	(940.374)	(959.692)	(9.394.601)	(8.724.130)	(9.719.429)	(8.900.039)
Custo de juros	(15.808.281)	(16.703.376)	(80.681)	(94.775)	(954.302)	(980.982)	(901.862)	(956.491)
Custo do serviço corrente	(332.022)	(399.287)	--	--	(92.546)	(85.096)	(16.776)	(23.534)
Custo do serviço passado	--	--	(26.175)	(33.431)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	12.572.211	11.988.879	157.629	166.952	745.828	730.087	701.391	668.778
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(35.567.874)	(11.656.103)	(211.057)	(19.428)	(3.538.610)	(334.480)	(1.896.931)	(508.143)
Ajuste de experiência	(3.586.618)	(311.951)	(98.337)	4.685	(1.258.362)	415.728	98.144	(122.439)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	(4.209.120)	--	(536)	1.089	(303.405)	(258.911)	30.496
Alterações premissas financeiras	(31.981.256)	(7.135.032)	(112.720)	(23.577)	(2.281.337)	(446.803)	(1.736.164)	(416.200)
Saldo Final	(211.164.640)	(172.028.674)	(1.100.658)	(940.374)	(13.234.231)	(9.394.601)	(11.833.607)	(9.719.429)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(194.700.370)	(172.028.674)	--	--	(161.500)	(242.250)	(7.416.701)	(6.045.154)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	(16.464.270)	--	(1.100.658)	(940.374)	(13.072.731)	(9.152.351)	(4.416.906)	(3.674.275)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo Inicial	179.197.455	164.024.626	--	--	242.250	--	6.045.154	5.713.736
Receita de juros	15.909.119	17.990.770	--	--	--	--	559.710	632.690
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	(80.750)	242.250	--	--
Contribuições recebidas ⁽³⁾	1.413.748	891.384	157.629	166.952	745.828	730.087	350.595	220.828
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(12.572.211)	(11.988.879)	(157.629)	(166.952)	(745.828)	(730.087)	(701.391)	(668.778)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	10.752.259	8.279.554	--	--	--	--	1.162.633	146.678
Saldo Final	194.700.370	179.197.455	--	--	161.500	242.250	7.416.701	6.045.154

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

(3) No Plano 1 – Previ, no Exercício/2019, refere-se às contribuições dos participantes (R\$ 580.991 mil) e do patrocinador (R\$ 832.757 mil - que inclui R\$ 251.766 mil referente ao Contrato 97 e Grupo Especial).

Em 31.03.2020, foi realizada avaliação intermediária nos valores dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, decorrentes dos impactos da Covid-19.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
1) Valor justo dos ativos do plano ⁽¹⁾	194.700.370	194.700.370	179.197.455	--	--	--	161.500	161.500	242.250	7.416.701	7.416.701	6.045.154
2) Valor presente das obrigações atuariais ⁽¹⁾	(211.164.640)	(211.164.640)	(172.028.674)	(1.100.658)	(1.100.658)	(940.374)	(13.234.231)	(13.234.231)	(9.394.601)	(11.833.607)	(11.833.607)	(9.719.429)
3) Superávit/(déficit) (1+2) ⁽¹⁾	(16.464.270)	(16.464.270)	7.168.781	(1.100.658)	(1.100.658)	(940.374)	(13.072.731)	(13.072.731)	(9.152.351)	(4.416.906)	(4.416.906)	(3.674.275)
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora ⁽¹⁾	(8.232.135)	(8.232.135)	3.584.390	(1.100.658)	(1.100.658)	(940.374)	(13.072.731)	(13.072.731)	(9.152.351)	(2.943.584)	(2.943.584)	(2.397.244)
5) Remensuração atuarial intermediária ⁽²⁾	231.765	--	--	68.253	--	--	2.103.311	--	--	897.830	--	--
6) Valores reconhecidos no resultado	(180.184)	--	47.032	(33.677)	--	(26.010)	(247.626)	--	(248.344)	(51.102)	--	(57.440)
7) Valores recebidos dos fundos (Nota 26.f)	137.227	--	145.066	--	--	--	--	--	--	--	--	--
8) Benefícios pagos	--	--	--	32.285	--	34.329	623.249	--	166.754	60.655	--	33.481
9) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado (4+5+6+7+8) ⁽³⁾	(8.043.327)	(8.232.135)	3.776.488	(1.033.797)	(1.100.658)	(932.055)	(10.593.797)	(13.072.731)	(9.233.941)	(2.036.201)	(2.943.584)	(2.421.203)
Ativos/(passivos) atuariais atualizados após as movimentações acima												
Valor justo dos ativos do plano	158.839.508	194.700.370	183.279.697	--	--	--	161.500	161.500	242.250	7.115.484	7.416.701	6.113.906
Valor presente das obrigações atuariais	(174.926.163)	(211.164.640)	(175.726.720)	(1.033.797)	(1.100.658)	(932.055)	(10.755.297)	(13.234.231)	(9.476.191)	(9.981.232)	(11.833.607)	(9.812.140)
Superávit/(déficit)	(16.086.655)	(16.464.270)	7.552.977	(1.033.797)	(1.100.658)	(932.055)	(10.593.797)	(13.072.731)	(9.233.941)	(2.865.748)	(4.416.906)	(3.698.234)
Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ⁽³⁾	(8.043.327)	(8.232.135)	3.776.488	(1.033.797)	(1.100.658)	(932.055)	(10.593.797)	(13.072.731)	(9.233.941)	(2.036.201)	(2.943.584)	(2.421.203)

(1) Em 31.03.2020, referem-se aos valores constantes da avaliação atuarial de 31.12.2019, antes da remensuração intermediária (Em 31.03.2019, referem-se aos valores constantes da avaliação atuarial de 31.12.2018).

(2) Em 31.03.2020, houve atualização intermediária do valor justo dos ativos garantidores dos planos decorrente de alterações nos valores de mercado, bem como do valor presente das obrigações atuariais decorrente de alteração nas taxas de desconto utilizadas nos cálculos atuariais (Nota 26.d.8).

(3) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Custo do serviço corrente	(40.076)	(39.217)	--	--	(21.936)	(24.349)	(1.398)	(2.916)
Custo dos juros	(1.793.026)	(1.954.872)	(17.102)	(20.218)	(225.690)	(223.995)	(113.457)	(123.276)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	1.652.918	2.041.121	--	--	--	--	63.754	68.752
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(16.575)	(5.792)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(599.304)	(101.349)	(46.946)	(42.125)
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	(180.184)	47.032	(33.677)	(26.010)	(846.930)	(349.693)	(98.047)	(99.565)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	31.03.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018	31.03.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018	31.03.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018	31.03.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial	(17.490.891)	(11.560.758)	(10.280.378)	(226.025)	(119.938)	(108.281)	(3.208.963)	(1.377.520)	(1.176.832)	(1.236.626)	(1.027.497)	(877.392)
Ajustes de avaliação patrimonial	231.765	(12.533.690)	(2.133.967)	68.253	(211.058)	(19.428)	2.103.311	(3.538.612)	(334.480)	897.830	(537.526)	(249.809)
Efeitos fiscais	(104.295)	6.603.557	853.587	(30.713)	104.971	7.771	(946.490)	1.707.169	133.792	(406.878)	328.397	99.704
Saldo Final	(17.363.421)	(17.490.891)	(11.560.758)	(188.485)	(226.025)	(119.938)	(2.052.142)	(3.208.963)	(1.377.520)	(745.674)	(1.236.626)	(1.027.497)

(1) Em 31.03.2020, houve atualização intermediária dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, decorrentes dos impactos da Covid-19.

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido - Posição em 31.12.2019

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	11,53	13.661.988	13.563.154	13.474.403	297.138.484	337.838.029
Plano Informal (Previ)	6,18	168.230	149.605	132.568	989.771	1.440.174
Plano de Associados (Cassi)	11,98	850.871	842.456	833.963	19.954.918	22.482.208
Regulamento Geral (Economus)	11,60	540.706	537.781	534.582	12.533.510	14.146.579
Regulamento Complementar 1 (Economus)	13,96	2.792	2.915	3.047	132.339	141.093
Plus I e II (Economus)	15,01	42.652	44.068	45.429	1.849.283	1.981.432
Grupo B' (Economus)	10,45	19.548	19.428	19.290	385.867	444.133
Prevmals (Economus)	15,49	15.438	16.156	16.786	744.771	793.151
Multifuturo I (Fusesc)	18,47	6.709	6.823	6.952	455.459	475.943
Plano I (Fusesc)	9,66	42.838	43.834	43.053	726.596	856.321
Plano BEP (Prevbep)	12,08	4.989	5.406	5.563	142.042	158.000

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos, antes da avaliação intermediária nos valores dos ativos garantidores

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Renda fixa	84.655.721	74.008.549	5.791.610	4.734.172
Renda variável ⁽¹⁾	92.404.796	88.864.018	821.833	530.688
Investimentos imobiliários	10.747.460	9.802.101	331.681	266.761
Empréstimos e financiamentos	5.548.961	5.465.522	167.758	140.399
Outros ⁽²⁾	1.343.432	1.057.265	465.319	615.384
Total	194.700.370	179.197.455	7.578.201	6.287.404
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	9.371.430	10.296.587	33.563	31.463
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	90.463	148.139	39.967	8.449

(1) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 42.137.086 mil (R\$ 54.975.138 mil em 31.12.2018), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

(2) Em Outros Planos, inclui o valor de R\$ 161.500 mil (R\$ 242.250 mil em 31.12.2018), referente aos ativos da Cassi.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período de relatório

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de inflação (a.a.)	3,54%	4,42%	3,56%	4,39%	3,53%	4,43%	3,53%	4,42%
Taxa real de desconto (a.a.) ⁽¹⁾	3,48%	4,83%	3,17%	4,64%	3,50%	4,86%	3,49%	4,86%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	7,14%	9,46%	--	--	--	--	7,15%	9,50%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,93%	0,77%	--	--	--	--	0,92%	0,95%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

(1) Em 31.03.2020, as taxas reais de desconto (a.a.) utilizadas na atualização intermediária dos planos foram de: Plano 1 – Previ 5,00%, Plano Informal – Previ 4,24%, Plano de Associados – Cassi 5,03% e Outros Planos 5,05%.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Economia, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ - Posição em 31.12.2019

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.) ⁽¹⁾	3,48%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de mercado	Média Ponderada ⁽²⁾
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

(1) Em 31.03.2020, a taxa real de desconto (a.a.) utilizada pelo Banco na atualização intermediária foi de 5,00%.

(2) A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza a precificação ao final de cada mês e considera uma média ponderada das cotações dos três meses anteriores.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano			Obrigações Atuariais			Efeito no Superávit/(Déficit)		
	31.03.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018	31.03.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018	31.03.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018
Valor apurado - Previ	141.530.066	167.103.388	160.882.240	(165.216.388)	(164.817.351)	(154.506.120)	(23.686.322)	2.286.037	6.376.120
Incorporação dos valores do contrato 97	12.748.548	12.926.132	13.190.867	(12.748.548)	(12.926.132)	(13.190.867)	--	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.081.686	1.093.684	1.091.011	(1.081.686)	(1.093.684)	(1.091.011)	--	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽²⁾	3.479.208	13.577.166	4.033.337	--	--	--	3.479.208	13.577.166	4.033.337
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	--	4.120.459	(32.327.473)	(3.240.676)	4.120.459	(32.327.473)	(3.240.676)
Valor apurado - Banco	158.839.508	194.700.370	179.197.455	(174.926.163)	(211.164.640)	(172.028.674)	(16.086.655)	(16.464.270)	7.168.781

(1) Em 31.03.2020, houve atualização intermediária dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, devido aos impactos da Covid-19.

(2) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31.12.2019.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(5.948.188)	6.256.487	2.875.558	(2.858.750)	66.396	(66.048)
Plano Informal (Previ)	(16.759)	17.308	39.573	(38.568)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(342.977)	360.039	238.124	(234.679)	1.008	(986)
Regulamento Geral (Economus)	(233.216)	244.333	197.193	(200.229)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(2.877)	3.026	(1.294)	1.309	--	--
Plus I e II (Economus)	(37.997)	40.419	44.356	(42.651)	--	--
Grupo B' (Economus)	(7.366)	7.685	7.769	(7.888)	--	--
Prevmais (Economus)	(12.632)	13.362	2.629	(2.476)	2.219	(2.181)
Multifuturo I (Fusesc)	(8.061)	8.674	1.565	(1.563)	3.974	(3.790)
Plano I (Fusesc)	(13.388)	13.951	14.524	(14.550)	2	(2)
Plano BEP (Prevbep)	(2.845)	2.991	1.908	(1.928)	76	(76)

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial			Passivo Atuarial		
	31.03.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	31.03.2019	31.03.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	31.03.2019
Plano 1 (Previ)	--	--	3.776.488	(8.043.327)	(8.232.135)	--
Plano Informal (Previ)	--	--	--	(1.033.797)	(1.100.658)	(932.055)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	--	(10.593.797)	(13.072.731)	(9.233.941)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	--	(1.221.997)	(1.758.159)	(1.578.464)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	--	(1.278)	(7.545)	(297)
Plus I e II (Economus)	--	--	--	(825.687)	(1.043.226)	(811.104)
Grupo B' (Economus)	--	--	--	(256.324)	(295.382)	(221.551)
Prevmais (Economus)	95.223	45.824	68.836	--	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	75.222	37.998	73.734	--	--	--
Plano I (Fusesc)	94.587	58.044	22.759	--	--	--
Plano BEP (Prevbep)	4.053	18.862	24.884	--	--	--
Total	269.085	160.728	3.966.701	(21.976.207)	(25.509.836)	(12.777.412)

(1) Em 31.03.2020, houve atualização intermediária dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, devido aos impactos da Covid-19.

f) Destinações do Superávit do Plano 1 - Previ

	1º Trimestre/2020	Exercício/2019	1º Trimestre/2019
Fundo de Utilização ⁽¹⁾			
Saldo Inicial	9.572.386	9.511.761	9.511.761
Contribuição ao Plano 1	(137.227)	(832.757)	(145.066)
Atualização	163.059	893.382	276.284
Saldo Final	9.598.218	9.572.386	9.642.979

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos Contingentes**

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

c) Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

d) Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ e do Supremo Tribunal Federal – STF.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF – suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo Supremo Tribunal Federal. A partir de maio/2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12.03.2020, o acordo foi prorrogado por mais 5 (cinco) anos, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional.

Em relação ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença de correção monetária utilizada pelo Banco para corrigir os empréstimos e a que eles consideram correta. Sobre esse tema, no final de 2015, foi julgado RESP 1.319.232-DF nos autos da ACP 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32%) e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da oposição de embargos de declaração ao acórdão que julgou e proveu embargos de divergência aviados pela União e pelo Banco do Brasil, bem como da interposição de recurso extraordinário pelo Banco Central.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	3.663.769	2.520.968
Constituição	422.953	322.412
Reversão da provisão	(121.619)	(14.820)
Baixa por pagamento	(248.919)	(257.097)
Atualização monetária e variação cambial	58.268	71.771
Saldo Final	3.774.452	2.643.234
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	415.396	262.724
Constituição	44.161	12.067
Reversão da provisão	(26.272)	(3.111)
Baixa por pagamento	(20.636)	(19.202)
Atualização monetária e variação cambial	4.676	1.453
Saldo Final	417.325	253.931
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	8.851.582	6.997.445
Constituição	668.280	1.012.925
Reversão da provisão	(31.855)	(25.393)
Baixa por pagamento	(693.711)	(989.754)
Atualização monetária e variação cambial	70.765	71.349
Saldo Final	8.865.061	7.066.572
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	13.056.838	9.963.737

e.2) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	3.629.945	344.498	8.654.840
Acima de 5 anos	144.507	72.827	210.221
Total	3.774.452	417.325	8.865.061

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Demandas Trabalhistas	224.485	229.907	232.428
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	11.511.832	11.426.347	13.627.130
Demandas Cíveis	2.249.269	2.184.916	2.386.158
Total	13.985.586	13.841.170	16.245.716

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 1.339.002 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 939.332 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 674.253 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.838.242 mil.

g) Depósitos em Garantia de Recursos
g.1) Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Demandas Trabalhistas	5.693.206	5.633.273	5.751.231
Demandas Fiscais	9.269.486	9.208.340	8.974.495
Demandas Cíveis	18.561.647	18.624.033	22.529.896
Total	33.524.339	33.465.646	37.255.622

h) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias e Outras Obrigações – Diversas o montante de R\$ 19.199.982 mil (R\$ 19.121.031 mil em 31.12.2019 e R\$ 17.897.350 mil em 31.03.2019), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos.

Em 26.06.2019, o STF finalizou o julgamento de recurso extraordinário (RE 591.340-SP) e concluiu que é constitucional a limitação (30%) do direito de compensação de prejuízos fiscais e da base negativa. Essa conclusão do STF repercutirá no julgamento do Recurso Extraordinário do Banco.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Após o julgamento do Recurso Extraordinário do Banco, os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda a favor da União Federal e serão reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ter sido utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%.

Esses tributos a compensar, que decorrerão das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 6.010.012 mil, em 31.03.2020, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 5.047.804 mil. Esses valores alcançariam o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

h.1) Valores relacionados à referida ação

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Depósitos Judiciais	19.199.982	19.121.031	18.785.681
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	11.382.971	11.304.020	10.968.670
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	19.199.982	19.121.031	17.897.350
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	12.628.309	12.549.358	11.325.677

28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que compõem o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

A partir do inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é realizada a definição da relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos definidos em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Mercado;
- c) Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco Legal;
- g) Risco Socioambiental;
- h) Risco Climático;
- i) Risco de Estratégia;
- j) Risco de Reputação;
- k) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;
- l) Risco de Modelo;
- m) Risco Cibernético;
- n) Risco de TI;
- o) Risco de Contágio;
- p) Risco de Conformidade (*Compliance*); e
- q) Risco de Conduta.

Os riscos de Descontinuidade dos Negócios, Residual, de Concentração e de Fronteira constam no Inventário de Riscos Relevantes do Banco, porém com taxonomia de relevância "Muito Baixa".

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Riscos e de Capital (Coris). O Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. É um fórum composto por Vice-Presidentes (membros permanentes) e Diretores (membros consultivos).

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais						
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado			No Patrimônio Líquido			
							31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019	
Ativos													
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	503.678.680	503.714.306	425.477.358	425.488.090	515.782.496	515.787.636	35.626	10.732	5.140	35.626	10.732	5.140	
Títulos e valores mobiliários	188.061.934	186.734.046	202.120.768	201.332.216	149.978.762	149.367.136	(3.254.742)	(404.731)	(1.797.728)	(1.327.888)	(788.552)	(611.626)	
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	(1.926.854)	383.821	(1.186.102)	--	--	--	
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	(1.327.888)	(788.552)	(611.626)	(1.327.888)	(788.552)	(611.626)	
Instrumentos financeiros derivativos	5.817.284	5.817.284	820.935	820.935	1.867.670	1.867.670	--	--	--	--	--	--	
Operações de crédito	560.844.682	554.778.306	528.881.558	520.842.905	539.010.260	524.231.849	(6.066.376)	(8.038.653)	(14.778.411)	(6.066.376)	(8.038.653)	(14.778.411)	
Passivos													
Depósitos interfinanceiros	34.713.137	35.196.203	29.128.475	29.424.874	33.760.081	33.966.540	(483.066)	(296.399)	(206.459)	(483.066)	(296.399)	(206.459)	
Depósitos a prazo	242.405.328	242.303.540	232.749.707	232.600.976	225.980.884	225.900.043	101.788	148.731	80.841	101.788	148.731	80.841	
Obrigações por operações compromissadas	487.397.527	487.734.355	404.355.327	402.418.936	482.775.805	481.896.831	(336.828)	1.936.391	878.974	(336.828)	1.936.391	878.974	
Obrigações por empréstimos e repasses	78.077.480	78.196.367	78.875.614	79.038.902	84.485.108	84.769.554	(118.887)	(163.288)	(284.446)	(118.887)	(163.288)	(284.446)	
Instrumentos financeiros derivativos	4.809.477	4.809.477	961.612	961.612	1.572.551	1.572.551	--	--	--	--	--	--	
Outras Obrigações	236.302.910	236.302.910	229.618.165	229.618.165	207.471.940	207.352.136	--	--	119.804	--	--	119.804	
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais							(10.122.485)	(6.807.217)	(15.982.285)	(8.195.631)	(7.191.038)	(14.796.183)	

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Eventualmente, em fluxos de menor prazo, com estabilidade nas taxas de desconto ao longo dos períodos, pode ser adotado o critério de valor contábil.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 31.03.2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	172.664.249	130.227.505	33.957.964	8.478.780
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	3.181.831	--	3.181.831	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	10.394.333	8.597.334	1.796.999	--
Instrumentos financeiros derivativos	5.817.284	--	4.163.914	1.653.370
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	153.270.801	121.630.171	24.815.220	6.825.410
Passivos	(7.079.941)	--	(4.182.797)	(2.897.144)
Captação com hedge	(2.270.464)	--	(2.270.464)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(4.809.477)	--	(1.912.333)	(2.897.144)

	Saldo em 31.12.2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	182.109.320	143.826.631	29.643.371	8.639.318
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.291.874	--	2.291.874	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	5.704.898	3.794.682	1.910.216	--
Instrumentos financeiros derivativos	820.935	--	354.863	466.072
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	173.291.613	140.031.949	25.086.418	8.173.246
Passivos	(3.179.123)	--	(2.739.277)	(439.846)
Captação com hedge	(2.217.511)	--	(2.217.511)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(961.612)	--	(521.766)	(439.846)

	Saldo em 31.03.2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	132.766.549	98.507.541	34.259.008	--
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	671.765	--	671.765	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	8.123.539	6.975.725	1.147.814	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.867.670	--	1.867.670	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	122.103.575	91.531.816	30.571.759	--
Passivos	(2.127.901)	--	(2.127.901)	--
Captação com hedge	(555.350)	--	(555.350)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(1.572.551)	--	(1.572.551)	--

No segundo trimestre de 2019, foram aprimorados os critérios para classificação de instrumentos financeiros entre os níveis da hierarquia de valor justo. As mudanças alcançaram principalmente os títulos privados (Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Debêntures, Notas Promissórias (NP) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)), para os quais nem sempre há disponibilidade de informações de mercado para apuração de seus valores justos.

Assim, instrumentos cuja preponderância de avaliação ocorreu com base em dados e metodologias internas, notadamente para instrumentos sujeitos ao risco de crédito, inclusive instrumentos financeiros derivativos (swaps), passaram a ser considerados no Nível 3.

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 5,15 e redução da taxa Selic em 3,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2020.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2020, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, conseqüentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2020, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, conseqüentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	9.446	Manutenção	--	Manutenção	--
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--	Aumento	(195)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	472	Manutenção	--	Manutenção	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(6.083)	Redução	(2.733)	Redução	(980)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(27.751)	Aumento	(43.412)	Aumento	(48.622)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--	Aumento	(13)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(754)	Aumento	(921)	Aumento	(8.001)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(162.326)	Redução	(141.386)	Redução	(142.421)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(52.670)	Aumento	(82.650)	Aumento	(92.689)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--	Aumento	(27)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.469)	Aumento	(1.819)	Aumento	(15.598)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(324.652)	Redução	(282.772)	Redução	(284.841)

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e da Carteira Bancária (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	3.953.338	Manutenção	--	Manutenção	--
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(1.953.385)	Manutenção	--	Manutenção	--
Cupom de TBF		Aumento	149	Aumento	23	Aumento	1.208
Cupom de TJLP		Redução	(383.763)	Aumento	475.433	Aumento	752.179
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(110.381)	Aumento	(887.667)	Aumento	(67.313)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	23.801	Manutenção	--	Manutenção	--
Cupom de INPC		Redução	84.295	Manutenção	--	Manutenção	--
Cupom de IPCA		Redução	1.696	Manutenção	--	Manutenção	--
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	1.021.586	Aumento	943.906	Aumento	775.208
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(20.996)	Redução	(17.962)	Redução	(6.560)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(10.638.252)	Aumento	(11.243.321)	Aumento	(12.403.673)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(5.113.811)	Redução	(6.365.512)	Redução	--
Cupom de TBF		Redução	(170)	Redução	(238)	Redução	(1.934)
Cupom de TJLP		Redução	(150.065)	Redução	(431.684)	Redução	(479.521)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(23.362)	Aumento	(1.033)	Aumento	(29.732)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(34.579)	Aumento	(28.241)	Aumento	(51.732)
Cupom de INPC		Aumento	(116.798)	Aumento	(68.805)	Aumento	(108.745)
Cupom de IPCA		Aumento	(4.676)	Aumento	(4.327)	Aumento	(296.668)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(528.424)	Redução	(771.269)	Redução	(831.582)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(560.340)	Redução	(929.228)	Redução	(953.827)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.03.2020		31.12.2019		31.03.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(20.502.556)	Aumento	(21.742.022)	Aumento	(23.874.323)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(10.438.066)	Redução	(12.913.290)	Redução	--
Cupom de TBF		Redução	(341)	Redução	(477)	Redução	(3.893)
Cupom de TJLP		Redução	(301.240)	Redução	(882.031)	Redução	(983.221)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(46.708)	Aumento	(2.065)	Aumento	(59.466)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(68.393)	Aumento	(55.950)	Aumento	(101.828)
Cupom de INPC		Aumento	(231.245)	Aumento	(136.787)	Aumento	(215.344)
Cupom de IPCA		Aumento	(8.767)	Aumento	(8.393)	Aumento	(449.309)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.068.481)	Redução	(1.574.660)	Redução	(1.707.938)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.120.679)	Redução	(1.858.457)	Redução	(1.907.655)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.03.2020, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

b) Gerenciamento de Capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB), do Plano Diretor (PD), do Plano de Negócios dos Mercados, do Plano de Investimentos Fixos e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Diretoria Estratégia e Organização (Direo) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que tem o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do BB. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o Apetite a Riscos do BB e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta ¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
Apetite ²	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN I Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		

¹ nível de capital desejado pela Instituição
² nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação do estado de capital do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I) e do Índice de Basileia Prudencial (IBP) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen n.º 3.846, de 13.09.2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental; e

III - a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse.

O *Icaap*, implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do *Icaap* foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do *Icaap*. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidiaria a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas Diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

c) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágio pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;

- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas e; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- investimentos superiores a 10% do capital principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, em instrumentos de capital principal de instituição que não componha o Conglomerado Prudencial;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
PR - Patrimônio de Referência	139.118.328	132.150.432	134.936.789
Nível I	108.276.222	96.380.201	98.038.655
Capital Principal (CP)	78.020.211	71.289.093	73.781.698
Patrimônio Líquido	102.385.984	98.921.447	94.580.125
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(32.465.773)	(35.732.354)	(28.898.427)
Capital Complementar	30.256.011	25.091.108	24.256.957
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	27.943.013	21.665.013	20.944.762
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	2.312.998	3.426.095	3.312.195
Nível II	30.842.106	35.770.231	36.898.134
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	30.884.339	35.796.321	36.934.546
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	1.393.103	1.743.504	2.975.671
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	29.491.236	34.052.817	33.958.875
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	26.403.208	29.336.898	29.336.898
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	3.088.028	4.715.919	4.621.977
Dedução do Nível II	(42.233)	(26.090)	(36.412)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(42.233)	(26.090)	(36.412)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	781.507.068	711.401.976	700.464.483
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	670.533.382	612.629.806	606.099.289
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	27.059.786	21.392.666	24.259.848
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	83.913.900	77.379.504	70.105.346
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	62.520.565	56.912.158	56.037.159
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ⁽⁵⁾	76.597.763	75.238.274	78.899.630
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ⁽⁵⁾	13,85%	13,55%	14,00%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ⁽⁵⁾	9,98%	10,02%	10,53%
Índice de Basileia (PR/RWA) ⁽⁵⁾	17,80%	18,58%	19,26%

- (1) Em 31.03.2020, o Banco do Brasil aplicou o limitador de 20%, conforme estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013, sobre os instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007.
- (2) Em cumprimento à Resolução CMN n.º 4.679/2018, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 90% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.
- (3) Em 31.03.2020, considerou-se o saldo corrente dos instrumentos de Dívida Subordinada aplicando-se os redutores, conforme determina o art. 29 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.
- (4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.
- (5) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(13.307.831)	(15.473.213)	(3.799.717)
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(10.462.910)	(12.297.448)	(12.166.027)
Ativos intangíveis	(6.573.566)	(5.913.962)	(5.472.656)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(1.732.439)	(1.732.650)	(2.344.645)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(188.397)	(133.096)	(3.927.025)
Participação de não controladores ⁽²⁾	(103.063)	(90.223)	(2.515)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(50.164)	(43.068)	(167.713)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(39.011)	(41.012)	(56.100)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(8.392)	(7.682)	(3.117)
Investimentos superiores (excesso dos 10%) ⁽³⁾	--	--	(958.912)
Total	(32.465.773)	(35.732.354)	(28.898.427)

(1) Aplica-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.680/2018, alterada pela Resolução CMN n.º 4.784/2020, que autorizou a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2020, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior.

(2) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Refere-se a investimentos superiores em assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

d) Índice de Imobilização e Capital Excedente

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Índice de imobilização	15,06%	14,28%	14,84%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização	48.604.817	47.199.718	47.444.601

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

e) Indicadores Regulatórios versus Indicadores Observados

	Regulatório	31.03.2020
Índice de Capital Principal (ICP) ⁽¹⁾	8,00%	9,98%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ⁽¹⁾	9,50%	13,85%
Índice de Basileia (IB) ⁽¹⁾	11,50%	17,80%
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)	62.520.565	139.118.328
Índice de imobilização	Até 50%	15,06%

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico.

Em 31.03.2020, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período. Seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e o Plano de Capital, para janeiro de 2022, a meta é manter no mínimo 11% de Índice de Capital Principal.

f) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Nota Explicativas 20.c, 20.d e 23.c.

Para as Letras Financeiras Subordinadas emitidas até a presente data, não há possibilidade de recompra ou resgate, total ou parcial, pelo detentor do título e os fluxos de caixa esperados ocorrerão apenas no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom, no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento Elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere, de provisão e de remuneração na operacionalização do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

29 - OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)			Saldo		
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Patrimônio Administrado	903	876	786	1.055.769.330	1.055.895.208	981.779.501
Fundos de investimentos	896	865	775	1.035.848.030	1.037.112.395	963.051.450
Carteiras administradas	7	11	11	19.921.300	18.782.813	18.728.051

b) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Ativo			
Grupo BB	118.374.975	87.026.515	90.472.390
Terceiros	104.945.635	88.956.826	94.727.189
TOTAL DO ATIVO	223.320.610	175.983.341	185.199.579
Passivo			
Grupo BB	30.416.452	24.435.879	24.697.009
Terceiros	171.316.839	134.576.828	146.167.600
Patrimônio Líquido	21.587.319	16.970.634	14.334.970
Atribuível à controladora	21.096.299	16.610.450	13.956.704
Participação dos não controladores	491.020	360.184	378.266
TOTAL DO PASSIVO	223.320.610	175.983.341	185.199.579

	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Lucro	961.191	648.178
Atribuível à controladora	908.542	593.635
Participações dos não controladores	52.649	54.543

c) Recursos de Consórcios

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	486.203	453.641	345.645
Obrigações do grupo por contribuições	22.329.573	20.443.355	17.892.062
Consortados - bens a contemplar	20.678.136	18.717.384	16.488.817
(Em Unidades)			
Quantidade de grupos administrados	212	194	201
Quantidade de consorciados ativos	1.030.627	947.037	839.175
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	148.039	132.369	77.833
		1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2019
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período		25.275	29.271

d) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 9.144/2017.

	1º Trimestre/2020		1º Trimestre/2019	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	219	10.677	215	9.701
Outros órgãos/entidades	2	211	2	249
Entidades controladas e coligadas	3	549	3	604
Sem ônus para o Banco⁽²⁾				
Governos Federal, Estadual e Municipal	171	--	172	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	543	--	539	--
Entidades dos funcionários	78	--	76	--
Entidades controladas e coligadas	582	--	567	--
Total	1.598	11.437	1.574	10.554

(1) Posição no último dia do período.

(2) No 1º Trimestre/2020, o Banco foi ressarcido em R\$ 111.140 mil (R\$ 110.668 mil no 1º Trimestre/2019), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2019
Menor salário	2.977,70	2.977,70	2.854,66
Maior salário	49.822,18	49.822,18	47.763,57
Salário médio	8.186,75	7.796,44	7.095,44
Presidente	68.781,86	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45	52.177,45
Conselho Fiscal	5.948,54	5.948,54	5.948,54
Conselho de Administração	5.948,54	5.948,54	5.948,54
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71	46.959,71
Comitê de Riscos e de Capital	46.959,71	46.959,71	46.959,71

f) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.03.2020

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.170.887	2.321
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	11.310	16
Demais	1.059	1
Total	1.183.256	2.338

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

g) Parceria Estratégica com UBS A.G.

Em 23.09.2019, o Banco do Brasil comunicou ao mercado que firmou Memorando de Entendimentos de caráter não vinculante com o UBS A.G. (UBS), com vistas ao estabelecimento de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul. Espera-se que a parceria entregue a seus clientes soluções completas, além de trazer benefícios adicionais aos stakeholders.

Em 06.11.2019, o Banco publicou Fato Relevante informando a celebração do Acordo de Associação com o UBS de caráter vinculante para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Segundo os termos do Acordo, a Associação será constituída por meio da criação de uma sociedade de participações, que contará com a contribuição de ativos do Banco e do UBS. O UBS integralizará, após reestruturação societária no Brasil, a sua plataforma operacional de banco de investimento e de corretora de valores no País. O Banco integralizará, por meio do BB-BI, os direitos de acesso exclusivo aos seus clientes para a originação de negócios típicos de banco de investimentos. Após as contribuições dos dois acionistas, a Sociedade terá seu capital social total dividido à proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o Banco, sendo exclusivamente formado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (ON).

Ainda segundo os termos do Acordo, cada acionista indicará três membros para o Conselho de Administração, sendo o Presidente apontado pelo Banco e o Vice-Presidente pelo UBS. Com relação à diretoria executiva da Associação, o UBS indicará o Diretor Presidente e o Banco indicará o Diretor Comercial que, dentre outras atribuições, será o responsável pelo relacionamento entre os clientes do Banco e a Associação. Os quadros da Associação contarão com profissionais oriundos do Banco e do UBS, bem como contratados no mercado.

O relacionamento comercial do Banco com seus clientes, por meio de sua rede de agências e escritórios de atacado, continuará sendo um dos principais instrumentos para a originação das operações, cuja estruturação e distribuição ficarão a cargo da Associação.

Esses e os demais termos que irão reger o relacionamento das partes no âmbito da Associação serão estabelecidos por meio de um acordo de acionistas. Em 27.12.2019, o Banco comunicou ao mercado que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou, sem restrições, por meio do Ato de Concentração nº 08700.005886/2019-11, a parceria estratégica entre BB-BI e UBS.

A concretização da parceria está condicionada ao atendimento de condições contratuais precedentes ao fechamento, assim como à aprovação do Banco Central do Brasil e demais instâncias competentes.

j) Cassi

Em 22.07.2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional n.º 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclarece que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

Após 90 dias de auditoria contábil financeira, a ANS emitiu a Instrução Diretiva n.º 12, datada de 23.10.2019, ratificando que a Caixa de Assistência cumpre os preceitos exigidos pelos normativos de controle contábil e recomendando dois ajustes pontuais. Além disso, a Diretora Fiscal deu o prazo de 30 dias para que seja apresentado um Programa de Saneamento, que deve conter ações e metas para reverter todos os indicadores que estão em desconformidade.

Em 31.10.2019, o Banco comunicou que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Cassi. Em 28.11.2019, o Banco comunicou que a reforma foi aprovada pelos associados. Assim, no exercício/2019, houve despesa adicional de R\$ 549 milhões, referente ao custeio do novo modelo, sendo reconhecida em Despesas de Pessoal (Nota 21.b).

Em 17.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi, pelo valor de R\$ 451 milhões. A liquidação desta obrigação representa baixa nas provisões do Banco, decorrentes da Deliberação CVM 695/2012, não gerando, dessa forma, impacto no resultado do Banco.

Em 20.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a realização dos seguintes pagamentos, retroativos a janeiro de 2019: R\$ 124 milhões da Taxa de Administração e R\$ 425 milhões da Contribuição Patronal sobre Dependentes. O aumento destas despesas não impacta o passivo atuarial, calculado de acordo com a Deliberação CVM 695/2012.

k) BB Seguridade - Proposta de redução do capital

Em 25.09.2019, o Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade), empresa controlada do Banco do Brasil, aprovou a submissão de proposta à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para redução do capital social no montante de R\$ 2,7 bilhões, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei n.º 6.404/1976.

Em 30.10.2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguridade a proposta submetida para redução do capital social, que se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia.

Em 30.04.2020, o Banco recebeu, a título de restituição de parte do valor de suas ações, o montante aproximado de R\$ 1,8 bilhão. O referido montante não impactará o resultado do Banco do Brasil.

l) Capitalização de Reserva

Em 19.12.2019, o Conselho de Administração do Banco aprovou o encaminhamento de proposta para deliberação em Assembleia Geral de Acionistas sobre a capitalização de Reserva de Margem Operacional (RMO) na ordem de R\$ 23 bilhões.

30 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Juros sobre o capital próprio e dividendos

Em 07.04.2020, o Banco divulgou fato relevante ao mercado informando que, em atendimento ao art. 2º da Resolução CMN n.º 4.797/2020, limitará o dividendo ao mínimo obrigatório definido no Estatuto Social.

Em consonância com o art. 48 do Estatuto Social do Banco, o dividendo mínimo e obrigatório é equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras.

O cumprimento da referida Resolução não implica a redução ou a suspensão dos juros dos instrumentos de dívida subordinados de emissão do Banco e elegíveis a capital nível I.

Pandemia do Covid-19

No 1º trimestre de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavirus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Banco do Brasil tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas, conforme comunicado ao mercado em 24.03.2020.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Funcionários e colaboradores

- Comunicação com os funcionários, visando a constante orientação específica para o trabalho e atendimento, conforme a evolução da doença no País.
- Criação de Grupo Estratégico de Gestão de Crise para tratar do assunto de forma adequada, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para o público interno e externo.
- Suspensão de viagens internacionais e nacionais.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências.
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Afastamento por 14 dias de funcionários que tenham sintomas e que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (isolamento social).
- Afastamento por sete dias dos funcionários oriundos de qualquer país a contar da data de saída do exterior (isolamento social).
- Priorização do trabalho remoto (home office) de acordo com a criticidade do processo e natureza do trabalho e para funcionários considerados como grupo de risco.
- O trabalho remoto também foi priorizado para funcionários que coabitam com pessoas do grupo de risco.
- Flexibilização dos horários de trabalho, de alteração de período de férias e da utilização de licenças.

Clientes e usuários

- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população, priorizando a abertura das salas de autoatendimento, abastecimento e funcionamento dos caixas eletrônicos.
- Atendimento presencial para os serviços considerados essenciais, que serão prestados excepcionalmente nas agências.
- Horário especial (9h00 às 10h00) exclusivo para atendimento de aposentados do INSS e público de maior risco.
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet e celular, com ampliação do acesso para diversos perfis de clientes com atendimento por mensagem, além de realização de operações bancárias diretamente por aplicativo de mensagens para todos os clientes.
- Disponibilidade de até R\$ 100 bilhões para linhas de crédito voltados para pessoas físicas, empresas, agronegócio, além de suprimentos na área de saúde por prefeituras e governos. Os recursos referem-se a linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro.
- Em linha com nota emitida pela Febraban, em 16.03.2020, e com o objetivo de minimizar os impactos momentâneos dessa situação, o Banco disponibilizou opção para prorrogação das parcelas vincendas nos próximos 60 dias, mediante manifestação do cliente que poderá ser realizada pelos canais digitais do Banco. Os clientes também poderão readequar seus compromissos financeiros a partir da repactuação de operações de crédito, com carência para pagamento da primeira parcela entre 60 e 180 dias, a depender da linha de crédito, e alongamento do prazo de pagamento. Este processo de repactuação também poderá ser realizado pelos canais digitais do Banco do Brasil.

Sociedade

- Doação de recursos por empresas do Conglomerado para fomentar as ações de combate à pandemia.
- Atuação da Fundação Banco do Brasil em ações de implementação de projetos assistenciais e de conscientização junto às comunidades.

O Banco do Brasil continua avaliando e monitorando os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando os diversos segmentos e setores e tem adotado medidas proativas para a gestão do risco.

Adicionalmente, o Banco está trabalhando para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade das operações.

Implicações Contábeis e de Capital Relacionadas aos Efeitos do Covid-19

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.

a) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pelo Banco do Brasil foram revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgados pelo Banco.

b) Consolidação

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração do Banco, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.

c) Distribuição de Lucros

Conforme fato relevante divulgado em 07.04.2020, em cumprimento ao art. 2º da Resolução CMN n.º 4.797, de 06 de abril de 2020, a remuneração do capital (juros sobre o capital próprio e dividendos) fica limitada ao mínimo obrigatório definido no estatuto social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme o art.48 do Estatuto Social do Banco do Brasil (Nota 23.g).

d) Gerenciamento de riscos e capital

- Capitalização - Suficiência para proteção em um evento de estresse.

Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal dos bancos - Resolução CMN n.º 4.783/2020

A alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) caiu de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022. Essa medida também melhora as condições para realização de eventuais renegociações, ajudando as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito. A redução da alíquota amplia a folga de capital do SFN, o que permite uma expansão na concessão de crédito (Nota 28.c).

Overhedge de investimentos em participações no exterior - Resolução CMN n.º 4.784/2020

Os bancos deixam de ser obrigados a deduzir do seu capital os efeitos tributários das operações de hedge de moeda estrangeira para sua participação em investimentos no exterior, um dos mecanismos usados pelos bancos para se protegerem das variações cambiais. A medida dará segurança para as instituições financeiras implementarem, ou mesmo para ampliarem, seus planos de concessão de crédito.

- Liquidez - Suficiência para suportar longos períodos de estresse.

Aperfeiçoamento nas regras do *Liquidity Coverage Ratio* - Circulares Bacen n.º 3.986/2020 e 3.987/2020

A medida reduziu com segurança os requerimentos de liquidez para as instituições brasileiras. A redução na necessidade de as instituições financeiras carregarem outros ativos líquidos de alta qualidade permitirá que se amplie a capacidade de conceder crédito.

- Crédito, Mercado e Negócios - Estratégia para mitigar aumento na volatilidade no resultado (como limites de concentração e estímulos a diversificação de receitas).
- Risco Operacional - Identificação e mitigação de eventos de riscos operacionais (trabalho remoto, monitoramento de ocorrências, prevenção de fraudes).
- Reputação - Acompanhamento da assertividade das medidas e de seus impactos de forma a mitigar eventuais consequências negativas no valor de marca e reputação.
- Risco de crédito - Monitoramento, provisionamento, revisão de políticas e apetite ao risco.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

O Banco do Brasil realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais podem indicar redução no valor recuperável do ativo.

Não foram identificados impactos relevantes nos valores recuperáveis de ativos imobilizados, investimentos e intangíveis.

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme estabelecido no item de gerenciamento de riscos e capital, o Banco do Brasil adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visavam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros mantidos ou negociados pelo Banco.

Os modelos de marcação a mercado existentes no Banco foram revisados para que observassem os possíveis impactos do Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis.

Não houve alteração na intenção de manter ou negociar títulos e valores mobiliários do Conglomerado que venha a ensejar mudança na categoria de instrumentos financeiros, conforme definido na Circular Bacen 3.068/2001, que inicialmente seriam mantidos até o vencimento e contabilizados ao custo amortizado.

O Banco revisou o valor de mercado dos principais papéis registrados no ativo e identificou a necessidade de apropriação de perda permanente da ordem de R\$ 350 milhões para alguns dos instrumentos, principalmente debêntures, a qual foi realizada no período (Nota 8.a).

g) Cálculo da PCLD pela mudança no risco de crédito

O modelo interno desenvolvido para cumprimento da Resolução 2.682/99 implica na atribuição de um risco ao cliente, ao grupo econômico a qual este cliente pertença e o risco país em que o cliente conduz seus principais negócios.

A pandemia ocasionada pelo Covid-19 gerou um agravamento no risco de crédito de clientes localizados nos principais países afetados, nos quais ocorreu perceptível redução na atividade econômica e, portanto, possivelmente na capacidade de que esses clientes honrem seus contratos.

No período, foi realizada provisão prudencial, da ordem de R\$ 2,1 bilhões, contemplando segmentos tomadores de crédito, cujos efeitos constam registrados nas respectivas notas explicativas (Nota 10.e).

h) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizados novos estudos para aproveitamento dos créditos tributários ativados, tendo em vista as novas projeções de resultado do Banco ou de suas subsidiárias pelo período de 10 anos.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

i) Impactos na taxa de desconto e no valor justo dos ativos garantidores de planos de benefícios definidos

No 1º trimestre de 2020, identificamos aumento na taxa de desconto utilizada nos cálculos atuariais, decorrente de alteração das cotações dos títulos do governo brasileiro, como também redução no valor justo de certos ativos garantidores dos planos de benefícios definidos, entre eles ações de companhias abertas. Tais efeitos geraram em conjunto ajustes nos passivos atuariais, com impacto no patrimônio líquido de R\$ 1,8 bilhões líquido de tributos (Nota 26.d.5). No entanto, dada a situação de incerteza do momento econômico presente, observamos que essas duas premissas têm apresentado oscilações importantes as quais estarão sendo monitoradas.

j) Provisão para Riscos por Demandas Contingentes

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas cíveis e trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

k) Planos de reestruturação

Não há expectativa de que ocorram reestruturações como a venda ou fechamento de parte do negócio ou a redução de operações em decorrência da crise ocasionada pelo Covid-19.

l) Outros possíveis efeitos identificados/esperados**Assistência governamental**

Durante o período de enfrentamento da pandemia, ocorreram medidas governamentais e regulatórias que proporcionaram apoio aos negócios e melhoria na performance do Banco. Relacionamos algumas dessas medidas e seus impactos no âmbito do sistema financeiro nacional:

Tributos próprios:

Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia. O Conglomerado não adotou a faculdade concedida.

Apoio aos negócios:

Mudanças temporárias na taxa do imposto aplicável à entidade (repassado ao cliente) – IOF (Decreto n.º 10.305 - Zera a alíquota do IOF para as operações de crédito que especifica, quando contratadas entre 03.04.2020 e 03.06.2020).

Programa Emergencial de Suporte a Empregos oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas - Resolução CMN n.º 4.800/2020

O valor total do crédito é de R\$ 40 bilhões, sendo R\$ 20 bilhões por mês, dos quais 85% provenientes do Tesouro Nacional e o restante das instituições financeiras participantes. A empresa que participar não poderá demitir trabalhadores durante o período que vai da contratação do crédito e o 60º dia após a empresa receber a última parcela. A medida tem o potencial de atingir até 12,2 milhões de empregados em 1,4 milhão de empresas. O valor máximo financiado por trabalhador será de até dois salários mínimos. O recurso do financiamento irá direto para a conta do trabalhador, como é feito hoje por meio das folhas de pagamento operadas pelas instituições financeiras. O Programa entrou em operação em 6 de abril de 2020.

Redução adicional do compulsório - Circular Bacen n.º 3.993/2020

O BC reduziu a obrigatoriedade de os bancos manterem provisionados R\$ 68 bilhões em depósitos compulsórios sobre recursos a prazo. A alíquota caiu de 25% para 17%. A redução é temporária e disponibiliza mais liquidez para a economia, pois os bancos podem usar recursos que antes deixavam depositados no Banco Central. A nova liberação se soma ao montante de R\$ 50 bilhões já liberados a partir de 16 de março, decorrentes da redução anterior de 31% para 25%.

Repos de títulos soberanos em dólar - Circular Bacen n.º 3.990/2020

O Banco Central passou a fazer operações de oferta de liquidez em dólares por meio da compra com compromisso de revenda (repos) de títulos soberanos do Brasil denominados em dólar (global bonds) de posse de instituições financeiras nacionais. Os títulos serão comprados pelo Banco Central com desconto de 10% em relação aos preços de mercado. A medida visa garantir o bom funcionamento dos mercados e entrou em vigor em 18 de março.

Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais - Resolução CMN n.º 4.785/2020

O Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE) é uma opção a mais de captação de recursos acessível a todas as instituições financeiras associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Trata-se da possibilidade de essas instituições captarem depósitos garantidos pelo FGC, o que também contribui para a continuidade da oferta de crédito para o setor real. A cobertura do FGC, antes limitada a R\$ 20 milhões, foi ampliada para R\$ 40 milhões de reais por titular. Essa garantia não envolve recursos públicos, pois o FGC é uma entidade 100% privada.

Flexibilização nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) - Resolução CMN n.º 4.787/2020

Para permitir que mais instituições possam captar recursos com as LCAs, aumentando sua liquidez, a base de cálculo foi ajustada. Assim, foram flexibilizadas as regras para aplicação dos recursos provenientes da captação nas atividades do agronegócio.

Empréstimo com lastro em debêntures - Resolução CMN n.º 4.786/2020

O Banco Central passa a ter a possibilidade de realizar empréstimos para as instituições financeiras com lastro em debêntures (títulos privados). Essas operações têm também a garantia dos recursos que as instituições financeiras mantêm compulsoriamente em suas contas de reservas no próprio Banco Central, eliminando o risco para a autoridade monetária. Trata-se de uma Linha Temporária Especial de Liquidez que visa garantir a liquidez e o normal funcionamento do mercado de crédito cooperativo privado durante a crise.

Maior possibilidade de os bancos recomprarem suas próprias letras financeiras - Resolução CMN n.º 4.788/2020

Os maiores bancos poderão recomprar um volume maior de suas próprias letras financeiras. Com isso, os detentores desses papéis (em sua maioria, fundos de investimento) terão maior facilidade para resgatar os recursos aplicados, caso necessário. O percentual de recompra permitido passou de 5% para 20%.

Outras medidas divulgadas na coletiva de imprensa do Bacen no dia 23.03.2020

Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito

O Banco Central está desenvolvendo o arcabouço legal e operacional para conceder empréstimos às instituições financeiras tendo como garantia as carteiras de crédito das instituições. A medida dará liquidez e garantirá o normal funcionamento do mercado de crédito no país.

Injeção de recursos de prazos mais longos pelo BC via operações compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais (TPFs)

Em momentos de crise, as instituições podem ter dificuldades de acessar recursos líquidos por prazos mais longos. Para prover liquidez para o SFN, o Banco Central passou a ofertar operações compromissadas mais longas na ponta doadora de recursos, por meio de suas operações de mercado aberto. Com isso, as instituições podem obter recursos líquidos por prazos mais longos em contraposição à demanda por liquidez de curtíssimo prazo por parte dos agentes de mercado. A medida também facilita a gestão da liquidez em seus balanços, pois provê a redução do custo de manter uma carteira de mais longa duração (custo de *duration*).

Linha de swap de liquidez em dólares americanos

O Banco Central estabeleceu uma linha de swap de liquidez em dólares americanos no valor de US\$ 60 bilhões em cooperação com o Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos. A linha amplia a oferta potencial de dólares no mercado doméstico e não implica condicionalidades de política econômica; caso necessário, poderá ser utilizada para incrementar os fundos disponíveis para as atuações no mercado de câmbio pelo Banco Central. O acordo de swap entre o BC e o FED permanecerá em vigor por pelo menos seis meses.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco do Brasil S.A. ("Banco") em 31 de março de 2020, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, anteriormente referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A., em 31 de março de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (“DVA”) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão, executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 6 de maio de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

*Documento original assinado.

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de março de 2020 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 04 de maio de 2020.

Rubem de Freitas Novaes
Presidente

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Gestão Financeira e
de Relações com Investidores

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Vice-Presidência de Desenvolvimento de Negócios
e Tecnologia

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Agronegócios e Governo

Mauro Ribeiro Neto
Vice-Presidência Corporativo

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 04 de maio de 2020.

Rubem de Freitas Novaes
Presidente

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Gestão Financeira e
de Relações com Investidores

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Vice-Presidência de Desenvolvimento de Negócios
e Tecnologia

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Agronegócios e Governo

Mauro Ribeiro Neto
Vice-Presidência Corporativo

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Rubem de Freitas Novaes

VICE-PRESIDENTES

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Carlos Motta dos Santos
Carlos Renato Bonetti
Fabio Augusto Cantizani Barbosa
João Pinto Rabelo Júnior
Mauro Ribeiro Neto
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Ana Paula Teixeira de Sousa
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Camilo Buzzi
Carla Nesi
Daniel André Stieler
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Ênio Mathias Ferreira
Fabiano Macanhan Fontes
Felipe Guimarães Geissler Prince
Gerson Eduardo de Oliveira
Gustavo de Souza Fosse
José Avelar Matias Lopes
José Ricardo Fagonde Forni
Julio Cesar Rodrigues da Silva
Lucinéia Possar
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marvio Melo Freitas
Mauricio Nogueira
Paula Sayão Carvalho Araujo
Rodrigo Felipe Afonso
Ronaldo Simon Ferreira
Thompson Soares Pereira César

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Débora Cristina Fonseca
Hélio Lima Magalhães
Joaquim José Xavier da Silveira
José Guimarães Monforte
Luiz Serafim Spinola Santos
Paulo Roberto Evangelista de Lima
Rubem de Freitas Novaes
Waldery Rodrigues Júnior

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Aloisio Macário Ferreira de Souza
Eduardo Salloum
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso
Rafael Cavalcanti de Araújo

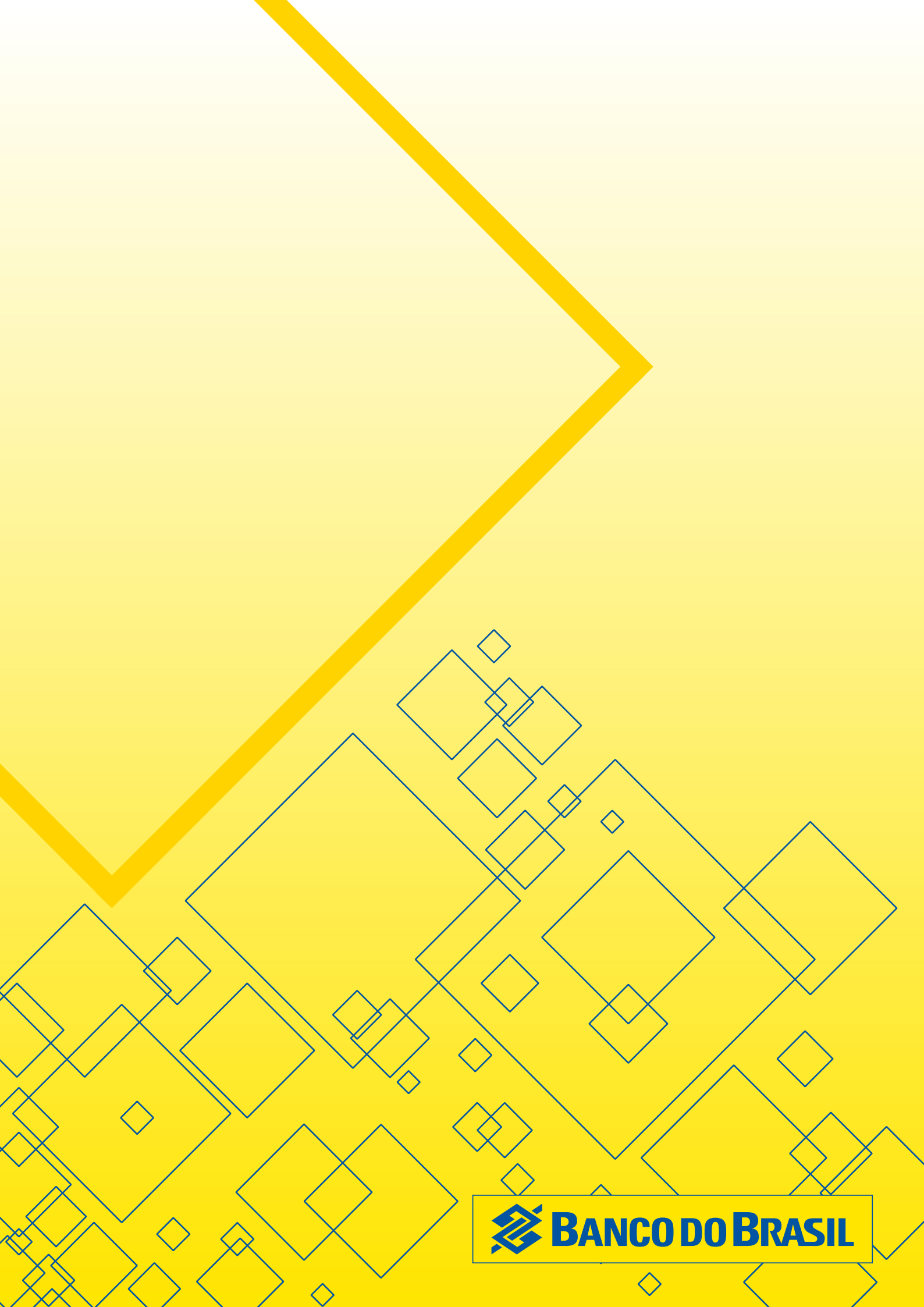
COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Adelar Valentim Dias
Contador CRC-DF 022560/O
CPF 296.062.179-49



BANCO DO BRASIL